Andrea Marzano
Marcelo Bittencourt

Volume único

História da África

Fundação CECIERJ
Consórcio cederj

Fundação
CECIERJ
Consórcio cederj
Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da África

Volume único

Andrea Marzano
Marcelo Bittencourt

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
Ministério da Educação
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:
FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000
Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente
Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO
Andrea Marzano
Marcelo Bittencourt

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL
Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO
Henrique Oliveira
Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO
Thaïs de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR
Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO
Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA
Beatriz Fontes
Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Patrícia Sotello
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE
Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Alessandra Nogueira

ILUSTRAÇÃO
Bianca Giacomelli

CAPA
Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA
Verônica Paranhos

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M824
Marzano, Andrea
História da África – v. único / Andrea Marzano, Marcelo Bittencourt – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.
434 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7648-869-9

1. História da África. 2. Islamismo. 3. Escravidão. 4. Colonialismo. I. Bittencourt, Marcelo. II. Título.

CDD 392

2013.2/2014.1

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

História da África

SUMÁRIO

Volume único

Aula 1 – A África como objeto de estudo 1: diversidade, fontes e metodologias _____ 7
Andrea Marzano

Aula 2 – A África como objeto de estudo 2: historiografia _____ 27
Andrea Marzano

Aula 3 – A expansão do islamismo na África _____ 51
Andrea Marzano

Aula 4 – Os "impérios" da curva do Níger: Gana, Mali e Songai _____ 85
Andrea Marzano

Aula 5 – Grandes "reinos" da África subsaariana: Grande Zimbábue, Monomotapa e Congo _____ 109
Andrea Marzano

Aula 6 – A escravidão na África _____ 131
Andrea Marzano

Aula 7 – O comércio atlântico de escravos e seus efeitos nas sociedades africanas _____ 157
Andrea Marzano

Aula 8 – O fim do comércio atlântico de escravos e as transformações das sociedades africanas no século XIX _____ 183
Andrea Marzano

Aula 9 – A expansão europeia na África _____ 217
Andrea Marzano e Marcelo Bittencourt

Aula 10 – O colonialismo e a exploração do trabalho africano _____ 247
Marcelo Bittencourt

Aula 11 – Os impactos culturais e sociais do colonialismo _____ 273
Marcelo Bittencourt

Aula 12 – Estudo de caso: o colonialismo em Angola _____ 295
Marcelo Bittencourt

Aula 13 – Descolonização, lutas de libertação nacional e independências _____ 327
Marcelo Bittencourt

Aula 14 – Crises na África independente _____ 355
Marcelo Bittencourt

Aula 15 – Estudo de caso: guerra civil e paz em Angola _____ 393
Marcelo Bittencourt

Referências _____ 423

Aula 1

A África como objeto de estudo 1: diversidade, fontes e metodologias

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar a África como objeto de estudo dos historiadores.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a diversidade africana, criticando o olhar homogeneizante frequentemente lançado sobre o continente;
2. relacionar argumentos sobre as fontes e metodologias adequadas ao estudo da história da África.

INTRODUÇÃO

A diversidade africana – problematizando o objeto

Tecer comentários sobre a África como objeto de estudo exige, antes de mais nada, considerar que o que definimos genericamente como África é um continente de grandes dimensões, com diferentes ecossistemas – desertos, savanas, florestas tropicais e equatoriais – e diferentes povos, falantes de várias línguas e detentores de diversas religiões, das consideradas "tradicionais" ou **"animistas"**, com diferenças notáveis entre si, ao islamismo, catolicismo e variadas denominações cristãs.

As religiões na África contemporânea

Através do endereço abaixo, você poderá acessar um material produzido por estudantes, disponibilizado no portal da Fundação Educacional Oracle. Nele você encontrará informações sobre as diferentes religiões no continente africano.
http://library.thinkquest.org/16645/the_people/religions.shtml

Exige observar que o continente africano possuía diferentes formas de organização política antes da chegada dos europeus – desde as sociedades descentralizadas, em que as decisões eram

Religiões "animistas"

A expressão animismo foi criada no final do século XIX pelo antropólogo inglês Edward Tylor para designar as religiões presentes nas sociedades então consideradas primitivas. As religiões animistas seriam caracterizadas pela crença em um princípio vital – ânima – manifestado em todos os elementos do cosmos (sol, lua e estrelas), na natureza (rios, mares, montanhas), nos seres vivos (inclusive vegetais) e nos fenômenos naturais (chuva, vento, dia, noite). Apesar de sua extrema variedade, as religiões animistas compartilhariam a ideia de que todas as coisas possuem princípio vital – ânima – e consciência, e de que o ânima pode ser transferido de um "ser" (inclusive vegetais, minerais etc.) para outro. A partir de meados do século XX, o termo tendeu a ser abandonado pelos antropólogos, que apontaram seu caráter genérico – já que todas as religiões possuiriam elementos animistas – e frequentemente pejorativo.

Sociedades secretas de caráter mágico-religioso
Trata-se de um termo genérico, usado pelos estudiosos para designar formações sociais muito diferenciadas, que, no entanto, compartilham o fato de não estabelecerem fronteiras rígidas entre o poder político e o poder mágico-religioso. Além disso, em tais sociedades, os detentores do poder político e religioso mantêm o anonimato, ocultando-se com máscaras e vestes específicas, usadas em cerimônias destinadas à solução de conflitos.

tomadas por conselhos de anciãos, a ***sociedades secretas de caráter mágico-religioso***, passando por reinos de diferentes tamanhos e chegando ao que alguns autores chamam de grandes impérios, que controlavam vários povos e amplas extensões territoriais.

Exige ter em conta as diferentes formas de organização e funcionamento dessas múltiplas sociedades, que conheceram diferentes formas de escravidão antes do comércio atlântico.

Exige considerar que esses diferentes povos possuem histórias também diferentes, desde o momento anterior à chegada dos europeus até a afirmação do colonialismo. E que desenvolveram estratégias próprias, da negociação ao conflito aberto, diante da presença europeia, condizentes com suas histórias específicas e com os objetivos de cada colonizador em cada parte do território africano.

Exige lembrar que cada povo encontrou maneiras específicas de escapar das amarras do colonialismo, considerando os jogos de força presentes internamente – como a existência de conflitos étnicos, diferentes orientações ideológicas e movimentos de libertação, embates cotidianos com colonos e autoridades coloniais – e as influências externas – como o componente da Guerra Fria – construindo países independentes nas fronteiras traçadas por seus algozes.

Exige entender, ainda, que a história desses povos não parou no tempo, já que os africanos enfrentaram e ainda enfrentam, de diferentes maneiras, os desafios do pós-independência e da globalização.

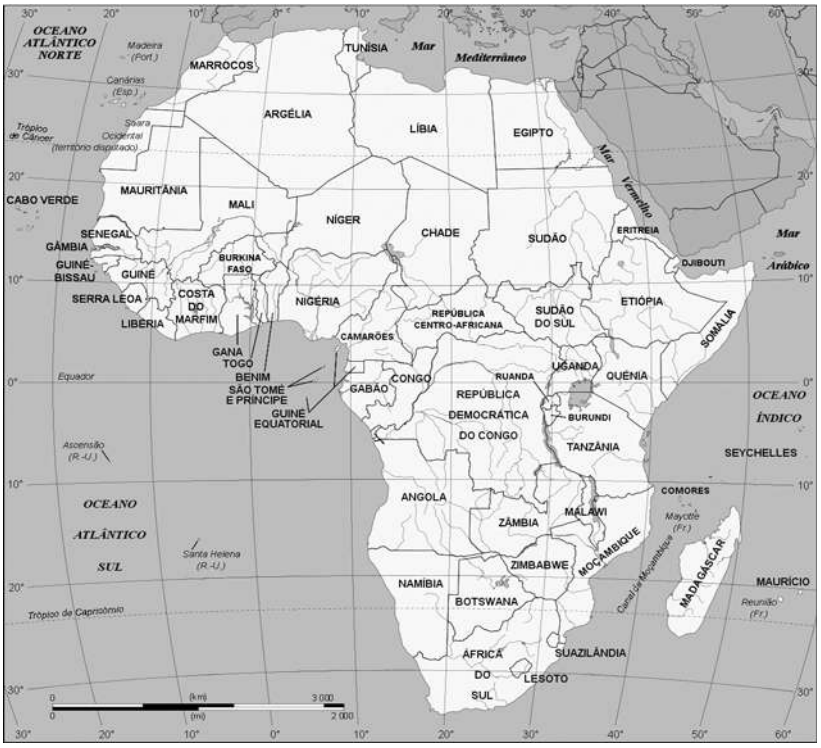


Figura 1.1: Atual mapa político da África.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/86/African_continent-pt.svg.

Assim, é necessário ter em mente que a denominação História da África encobre, de fato, muitas histórias diferentes.

Apesar disso, a ênfase historiográfica à diversidade africana, no tempo e no espaço, é recente, remontando à década de 1950. Até então, o mais frequente era a perspectiva de uma África congelada, imóvel e "atrasadamente única".

A complexidade do continente, longe de se transformar num obstáculo, deve ser encarada como um estimulante desafio a ser enfrentado, que pode ser medido pelo crescente número de publicações sobre a História da África.

Partamos, então, para uma reflexão sobre as fontes e metodologias que tornaram e tornam possível a construção de uma historiografia sobre o continente africano, que vem se tornando, a cada dia, mais rica, complexa e problematizadora.

Atende ao Objetivo 1

1. A pesquisa e o estudo da História da África permitem o questionamento de expressões recorrentes como "cultura africana", "religião africana" e "povo africano".

A designação genérica "História da África" encobre, de fato, muitas histórias diferentes. Comente a afirmativa acima, problematizando a imagem homogênea frequentemente atribuída ao continente africano.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

A África é um continente dotado de grande diversidade cultural, linguística e religiosa. As populações africanas pertencem a diferentes etnias e o continente possui uma grande diversidade de solos, climas, relevos e recursos naturais. As várias populações africanas passaram por diferentes processos de organização política e social antes da chegada dos europeus. Além disso, tiveram experiências coloniais muito diversificadas, que dependeram dos objetivos de cada colonizador, dos recursos humanos e naturais disponíveis e, sobretudo, das suas diferentes reações à presença europeia, variáveis no tempo e no espaço. Esses povos também tiveram experiências variadas de libertação nacional e continuam enfrentando, de formas muito diversas, os desafios do pós-independência.

Fontes e metodologias para o estudo da História da África

As fontes escritas

Os hieróglifos foram inventados por africanos, especificamente pelos egípcios, em cerca de 3.000 antes de Cristo. A escrita esteve presente, na antiga Núbia, desde cerca de cinco séculos antes de Cristo. Apesar disso, o registro escrito foi, por muito tempo, privilégio do norte da África e da região localizada abaixo do deserto da Núbia. Na atual Etiópia, a presença de documentos escritos é devida ao processo de cristianização, a partir do século IV, que gerou o surgimento de um reino cristão.

Na África Subsaariana, ou seja, na parcela do continente localizada ao sul do deserto do Saara, a escrita chegaria com os muçulmanos. Na África Ocidental, praticantes do islamismo chegaram por volta do século IX, dinamizando o comércio transaariano – que ligava as savanas ao norte e até mesmo à península arábica – e a introdução da escrita. Na costa oriental, comerciantes muçulmanos estiveram presentes desde os séculos VII ou VIII, desenvolvendo intensas trocas comerciais que atingiam regiões distantes, como a Índia e o Extremo Oriente, e divulgando a fé islâmica.

As regiões da África

Através do endereço abaixo, você poderá acessar um material produzido por estudantes, disponibilizado no portal da Fundação Educacional Oracle. Nele você conhecerá os países que compõem as cinco diferentes macrorregiões do continente africano.

http://library.thinkquest.org/16645/the_people/cities_of_africa.shtml

Até a chegada dos muçulmanos, mesmo as elites da África Subsaariana não conheciam a escrita. Com a expansão do Islã e do comércio, muitos comerciantes passaram a escrever suas impressões do que viram. Outros, ainda, registraram em escrita árabe relatos que pertenciam à tradição oral e que pretendiam dar conta da história dos povos. Entre os mais antigos destes registros estão o Tarikh Es Sudan e o Tarikh El Fettach, do século XVII. Esses registros de caráter histórico – os *tarikh* – acabaram se tornando uma nova tradição, escrita a partir de relatos orais, na região da Senegâmbia (que encobre, em linhas gerais, os atuais países Senegal e Gâmbia).

Mais tarde, ao longo do século XV, a chegada dos europeus geraria novos relatos escritos, não apenas dos chamados descobridores, mas também de missionários cristãos que os acompanhavam e que continuaram chegando depois deles. Para a região centro-ocidental, onde ficava localizado o reino do Congo, é possível obter fontes interessantíssimas já para o século XVI, como as correspondências trocadas entre os dois reis cristãos, do Congo e de Portugal, e os regulamentos escritos produzidos pelo rei do Congo para o controle da escravização no reino, voltada para o abastecimento do comércio atlântico.

Ainda assim, as primeiras fontes escritas sobre a África abaixo dos desertos do Saara e da Núbia são, em maioria, provenientes de "estrangeiros" muçulmanos e cristãos, que teciam comentários sobre o ambiente que encontravam, as atividades que desenvolviam e sobre a vida dos africanos comuns, que não dominavam a escrita.

Pelo menos até o final do século XIX, quando a alfabetização em línguas europeias teve um primeiro avanço, quase sempre pontual, ao sul do Saara, acompanhando a expansão colonial, o que temos são, sobretudo, registros indiretos, que informam sobre os africanos com a interferência de filtros quase sempre hostis, por razões culturais e políticas, a seus modos de vida.

Para o período posterior à chegada dos europeus, sobretudo a partir da intensificação da presença europeia na África Subsaariana

no final do século XIX, as fontes escritas tornam-se mais abundantes. É sabido que os administradores coloniais muitas vezes tiveram o cuidado de registrar minuciosamente, em relatórios enviados a outras autoridades e mesmo às metrópoles, os costumes dos povos que pretendiam controlar. Além disso, sabe-se que a presença europeia gerou a formulação de leis e decretos que visavam garantir a exploração da mão de obra africana e o controle da mesma, deixando importantes registros da organização formal do colonialismo na África.

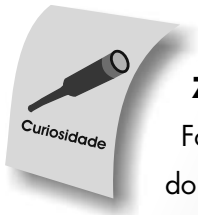
Se a partir do século XIX abundam os relatos de administradores, viajantes e missionários, nem todas as fontes escritas do período foram produzidas por europeus ou seus agentes. Em antigas cidades costeiras, que foram importantes portos do comércio atlântico de escravos, cedo surgiram elites africanas que dominavam línguas e outros códigos culturais europeus, dedicando-se ao comércio, sobretudo de escravos, aos cargos públicos – nas incipientes administrações coloniais –, aos postos militares e religiosos. Na cidade de Luanda, por exemplo, que é a atual capital de Angola, uma elite africana de negros, mestiços e mesmo brancos denunciava na imprensa, em finais do século XIX, o despreparo dos colonos portugueses que aumentavam em número, ameaçando sua posição privilegiada na sociedade.

Para o estudo das lutas anticoloniais ou dos ***processos de libertação nacional*** também existem diferentes tipos de fontes, tanto as oriundas das forças de repressão quanto as produzidas pelos próprios movimentos de libertação.

Para períodos mais recentes, os historiadores da África defrontam-se com problemas diversos como o temor de represálias em países cujas culturas políticas ainda são fortemente marcadas pela experiência do partido único, a interferência mais evidenciada dos projetos para o futuro e a abundância de fontes, tantas que, por vezes, torna-se difícil selecioná-las. Entretanto, como essas dificuldades não são privilégios dos que se dedicam à História da África, não é o caso de aprofundá-las aqui.

Processos de libertação nacional

Envolveram a luta armada, a luta política – quando havia algum grau de liberdade sindical ou de participação partidária e parlamentar para os africanos – e, algumas vezes, a conjugação de ambas. Na África Subsaariana, houve conflitos armados prolongados nos atuais Angola (1961-1974), Moçambique (1964-1974), Guiné-Bissau (1963-1974) e Zimbábue (1969-1979). Mas a primeira guerra prolongada de libertação nacional ocorreu na atual Argélia, na África Setentrional, entre 1954 e 1962.



Zimbábue

Foi uma colônia britânica, denominada Rodésia do Sul. Em 1965, transformou-se em um país independente, denominado Rodésia, controlado pela minoria branca em um regime próximo ao do Apartheid sul-africano. Em fins da década de 1960, viveu uma longa guerra civil até a extinção do regime branco, em 1980, quando passou a se chamar Zimbábue. Apenas em 1979, após mais de uma década de conflito armado, foi acordada a realização de eleições livres com a participação de toda a população.

Linguística, Arqueologia, fontes orais

Em função da ausência de fontes escritas, a historiografia sobre a África Subsaariana, para períodos anteriores à expansão islâmica, é baseada nos vestígios materiais, nas línguas e nas tradições orais. Assim, a Arqueologia, a Linguística e a Antropologia são ciências fundamentais para a constituição de fontes de pesquisa para os historiadores interessados no período anterior à presença de relatos escritos sobre o continente.

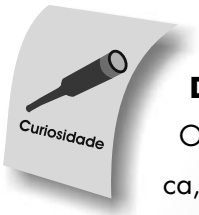
O estudo das línguas banto, faladas atualmente em grande parte da África Subsaariana, permite que linguistas e historiadores reconstituam o processo de migrações e de contatos entre diferentes povos africanos. A partir das línguas banto contemporâneas, linguistas recuperaram um suposto "proto-banto", ou seja, a primeira língua banto que, na dinâmica dos deslocamentos populacionais, teria originado todas as outras. Através das palavras existentes, teria sido possível descobrir aspectos da vida da primeira população falante

de língua banto. A presença de um vocábulo para designar "boi", por exemplo, podia significar a prática da pecuária e daí por diante.

Do "proto-banto" seria possível descobrir, também, as modificações da língua ao longo do tempo. Palavras tomadas de empréstimo de outras línguas significariam o contato com outros povos. A análise de todo esse processo seria baseada, complementarmente, nos vestígios arqueológicos, já que mudanças na padronização de vasos de cerâmica poderiam significar a influência de outros povos e, portanto, o contato. Através de vasos, ferramentas, sepulturas e inscrições, pode-se aprender muito sobre a história dos povos – falantes ou não de línguas banto – que viveram ao sul do Saara.

Inscrições tumulares e rupestres de áreas da curva do Níger, por exemplo, permitem reescrever a história dos "impérios" e da penetração do islamismo na região. Por muito tempo, os estudos sobre esses temas foram baseados nas narrativas árabes, do século XI ao século XIV, e de crônicas redigidas por eruditos de Tombuctu no século XVII, traduzidas do árabe para o francês no início do século XX. Mais recentemente, inscrições de túmulos "reais", epitáfios de pessoas comuns e grafitos rupestres em escrita árabe ou tuaregue, datados dos séculos XI ao XV, passaram a ser alvo do interesse de historiadores, fornecendo nomes, funções, termos de parentesco, genealogias, datações e idades no momento do falecimento. Através dessas inscrições, especialmente das que faziam uso do calendário islâmico, seria possível esboçar uma periodização da implantação do Islã na região. Pesquisas sobre a região da curva do rio Níger demonstram, assim, que vestígios arqueológicos podem ser importantes também para o estudo de períodos posteriores à introdução das fontes escritas, permitindo inclusive uma reavaliação crítica das mesmas.

Também a botânica tem contribuído para o desvendamento do passado dos povos africanos, já que a datação das mutações do polen revela mudanças climáticas e domesticação de plantas. A genética, por sua vez, ajuda a reconstituir migrações, contatos entre povos e processos de domesticação de animais.



Diversidade genética africana

O mais amplo estudo do DNA realizado na África, publicado recentemente, trouxe dados importantes e surpreendentes. Segundo o estudo, a África abriga a maior diversidade genética do planeta. As diferenças genéticas entre africanos seriam, frequentemente, mais acentuadas que as diferenças genéticas entre japoneses e noruegueses.

O homem moderno teria surgido na região da fronteira entre as atuais Namíbia e África do Sul, e não na parte sul da costa oriental, como se acreditava até então. De acordo com os pesquisadores envolvidos, as populações africanas descendem de quatorze grupos ancestrais. Tal informação abre novas possibilidades para o estudo das migrações no continente.

Uma avaliação das fontes disponíveis deve levar à análise das formas de interrogá-las, ou seja, dos métodos de pesquisa. Dentre eles, destaca-se, certamente, a história oral. A introdução tardia da escrita na África Subsaariana reforça a importância da recolha de relatos orais para a reconstituição do passado. Por outro lado, torna fundamental refletir sobre o lugar da fala naquelas sociedades.

Em sociedades sem escrita – ao menos até a penetração muçulmana e, depois, europeia – , a palavra ganha um significado diferenciado. É ela que representa o contato entre indivíduos e grupos, que forma a base das religiões, que atua como o principal elo das ações humanas. A palavra é, também, o lugar da memória. A palavra falada, particularmente na África Ocidental, possui um caráter sagrado que se associa à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas.

Sociedades com centralização política na África Ocidental, definidas como "reinos" por parte dos historiadores, possuíam, geralmente, indivíduos especializados na transmissão da tradição oral. Tais indivíduos foram denominados pelos colonizadores, nos domínios franceses, como *griots*.

Figura 1.2: Griot do Senegal, 1890.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:GriotF%C3%AAte.jpg.

Os *griots* eram preparados desde a mais tenra idade e frequentemente pertenciam a famílias que se dedicavam à função há séculos. Devido à especialização da função, os griots teriam fixado, ao longo de gerações, os textos da tradição oral, que eram memorizados e recitados com o acompanhamento de instrumentos musicais. Assim, os *griots* divulgavam a história oficial dos "reinos" das savanas da África Ocidental, atuando como legitimadores das "dinastias reais".

Dotados de métodos pertinentes ao recolhimento das tradições orais, os historiadores poderiam recuperar fragmentos dos textos fixados pelos *griots*. Com isso, não apenas reconstituiriam aspectos do passado, mas poderiam refletir sobre a forma como as sociedades africanas lidavam – e ainda lidam – com ele.

Nas sociedades sem sistemas políticos centralizados, frequentemente caracterizadas como sociedades sem Estado, as tradições orais eram transmitidas de geração em geração, não por especialistas, mas pelos mais velhos, sem que isso envolvesse recitação e acompanhamento de instrumentos. O caráter menos solene da transmissão oral teria aberto espaço para uma menor fixação dos textos, permitindo improvisações e, com elas, algumas variações.

A introdução tardia da escrita e a sacralização da palavra falada teriam deixado marcas profundas em sociedades ao sul do Saara, sendo notável, ainda hoje, a valorização dos mais velhos como depositários da memória e das tradições. Além disso, em muitas sociedades africanas, o passado é entendido como algo que deve dar forma ao presente. Assim, a ideia de tradição pode ser usada, com alguma frequência, para legitimar situações e lutas políticas do presente, servindo ainda como mecanismo de controle social. Entretanto, a possível invenção de tradições e o seu uso a serviço de ideologias e nas disputas pelo poder não são, como se sabe, privilégios das sociedades africanas.

Atende ao Objetivo 2

2. Nas sociedades da África Subsaariana, os *griots* e os anciãos assumiam o papel de depositários da memória e das tradições, contribuindo decisivamente para a construção e a afirmação de identidades para as sociedades nas quais estavam inseridos. Explique.

Resposta Comentada

Como as sociedades da África Subssariana conheceram a escrita tardiamente, a oralidade formava a base das relações humanas, das religiões e da memória. Nesse sentido, os relatos orais contribuíam decisivamente para a construção e a afirmação das identidades daquelas formações sociais.

Sociedades com centralização política na África Ocidental, por vezes definidas como "reinos", geralmente possuíam indivíduos especializados na transmissão da tradição oral. Tais indivíduos foram denominados pelos colonizadores, nos domínios franceses, como *griots*.

Os *griots* eram preparados desde a infância, e frequentemente pertenciam a famílias que se dedicavam à função há séculos. Devido à especialização da função, os *griots* teriam fixado, ao longo de gerações, os textos da tradição oral, que eram memorizados e recitados com o acompanhamento de instrumentos musicais. Assim, os griots divulgavam a história oficial dos "reinos" das savanas da África Ocidental, atuando como legitimadores das "dinastias reais".

Nas sociedades sem sistemas políticos centralizados, frequentemente caracterizadas como sociedades sem Estado, as tradições orais eram transmitidas de geração em geração, não por especialistas, mas pelos mais velhos, sem que isso envolvesse recitação e acompanhamento de instrumentos. O caráter menos solene da transmissão oral teria aberto espaço para uma menor fixação dos textos, permitindo improvisações e, com elas, algumas variações.

Alguns historiadores destacam a existência, em muitas sociedades africanas, de três períodos cronológicos distintos contemplados pelos relatos orais dos *griots* e anciãos. O primeiro seria referente à criação do mundo e, ao mesmo tempo, do grupo em questão. O segundo abarcaria o início da interação desse grupo com outras comunidades, além de migrações, fomes e conflitos. O terceiro se estenderia até duas ou três gerações passadas, contando a experiência de vida dos mais velhos e de seus pais ou avós.

Esses estudiosos ressaltam, ainda, que os historiadores precisam construir uma cronologia das narrativas da tradição oral, já que muitas sociedades africanas possuíam uma visão cíclica, não linear, do tempo. Para os Estados centralizados, conhecidos como "reinos", essa cronologia é facilitada pela associação entre tradições orais e listas já elaboradas das "sucessões dinásticas", com datas aproximadas. No entanto, tais listagens não existem para as sociedades com poder político descentralizado. Nesses casos,

é preciso recorrer a eventos que possam ser datados, ou palavras que possam ter surgido de contatos datados com outras populações, ou à expectativa média de vida. Comparar a própria datação com a realizada por outros pesquisadores para comunidades vizinhas, permitindo testar a datação de acontecimentos comuns – secas, eclipses, pragas de gafanhotos – , é um expediente útil em pesquisas desse tipo. Fontes escritas sobre sociedades vizinhas podem assumir a mesma função.

A coleta de relatos de tradições orais africanas não foi obra exclusiva de historiadores. Alguns administradores europeus no início do período colonial, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, fizeram este trabalho acompanhados por africanos formados em escolas coloniais. No entanto, faltava-lhes uma metodologia adequada. Esta metodologia surgiu no início da década de 1960 com o trabalho pioneiro do belga Jan Vansina, que indicou as possibilidades de controle e crítica necessários para a utilização das tradições orais, destacando o seu papel insubstituível como fontes históricas.

A historiografia africana depende da interdisciplinaridade. Além da Linguística, da Arqueologia e da Antropologia, já mencionadas como ciências auxiliares fundamentais, deve-se mencionar a Geo-história, que permite avaliar as mudanças climáticas e ambientais e as ações humanas como causas e respostas a essas transformações. Entretanto, a interdisciplinaridade é um ganho para o estudo da história de todos os continentes e não apenas para a História da África.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Explique e desenvolva a seguinte afirmação:

"A pesquisa sobre a história da África Subsaariana, sobretudo para períodos anteriores à expansão islâmica e europeia, envolve frequentemente a associação de técnicas, métodos e conceitos de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento."

Resposta Comentada

A África Subsaariana conheceu a escrita tardiamente, no processo de expansão do islamismo (que teve início, na costa ocidental, a partir do século IX, e na costa oriental a partir do século VII ou VIII). Muito tempo depois, a partir do século XV, os europeus fortaleceram a presença da escrita no continente. A carência de fontes escritas para períodos anteriores faz com que historiadores recorram a vestígios materiais – com a contribuição decisiva da Arqueologia – , e a estudos linguísticos, dos quais tomam de empréstimo conceitos, conclusões e métodos de investigação. Além disso, o recolhimento das tradições orais tem sido fundamental, tornando imprescindível o apoio da Antropologia e dos métodos da história oral.

Vale lembrar que os achados arqueológicos, os estudos linguísticos e a história oral não são úteis apenas para os historiadores dedicados a períodos anteriores à introdução da escrita na África Subsaariana. A sua conjugação com a análise de fontes escritas pode ser de grande utilidade para historiadores que se dedicam a diferentes momentos da história do continente.

Estudos botânicos e genéticos, por sua vez, podem trazer importantes informações sobre o

passado africano, como o desenvolvimento da agricultura, a importação de espécies animais e vegetais, o contato entre povos e a diversidade genética do continente. Assim, a pesquisa em História da África beneficia-se muito da perspectiva interdisciplinar.

RESUMO

É necessário problematizar a imagem homogênea frequentemente atribuída ao continente africano.

A África possui grande diversidade cultural, linguística e religiosa. Suas populações pertencem a diferentes etnias e o continente possui uma grande diversidade de solos, climas, relevos e recursos naturais.

As várias populações africanas passaram por diferentes processos de organização política e social antes da chegada dos europeus. Além disso, tiveram experiências coloniais muito diversificadas, que dependeram dos objetivos de cada colonizador, dos recursos humanos e naturais disponíveis, e, sobretudo, das suas diferentes reações à presença europeia, variáveis no tempo e no espaço.

Esses povos também tiveram experiências variadas de libertação nacional e continuam enfrentando, de formas muito diversas, os desafios do pós-independência. Assim, "a designação genérica *História da África* encobre, de fato, muitas histórias diferentes".

Apenas a pesquisa sistemática, de uma perspectiva interdisciplinar, permitirá que se continue desconstruindo a imagem mítica do continente africano.

A investigação sobre a História da África Subsaariana, sobretudo para períodos anteriores à expansão islâmica e europeia, envolve frequentemente a associação de técnicas, métodos e conceitos de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento.

A África Subsaariana conheceu a escrita tardiamente, no processo de expansão do islamismo (que teve início, na costa ocidental, a partir do século IX, e na costa oriental a partir do século VII ou VIII). Muito tempo depois, a partir do século XV, os europeus fortaleceram a presença da escrita no continente.

A carência de fontes escritas para períodos anteriores faz com que historiadores recorram a vestígios materiais – com a contribuição decisiva da Arqueologia –, e a estudos linguísticos, dos quais tomam de empréstimo conceitos, conclusões e métodos de investigação. Além disso, o recolhimento das tradições orais tem sido fundamental, tornando imprescindível o apoio da Antropologia e dos métodos da história oral.

Os achados arqueológicos, os estudos linguísticos e a história oral não são úteis apenas para os historiadores dedicados a períodos anteriores à introdução da escrita na África Subsaariana. A sua conjugação com a análise de fontes escritas pode ser de grande utilidade para historiadores que se debruçam sobre diferentes momentos da história da continente.

Estudos botânicos e genéticos, por sua vez, podem trazer importantes informações sobre o passado africano, como o desenvolvimento da agricultura, a importação de espécies animais e vegetais, o contato entre povos e a diversidade genética do continente.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos refletindo sobre a África como objeto de estudo. Lançaremos um olhar panorâmico sobre a produção historiográfica a respeito do continente e discutiremos a valorização recente dos estudos africanos no Brasil.

Aula 2

A África como objeto de estudo 2: historiografia

Andrea Marzano

Meta da aula

Analisar a reflexão sobre a África como objeto de estudo dos historiadores.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o desenvolvimento da historiografia sobre o continente africano;
2. avaliar os sentidos do estudo da história da África no Brasil.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, abordamos a diversidade do continente africano, expressa em uma grande variedade de povos, línguas, culturas, religiões, climas, riquezas naturais e histórias. Analisamos, também, fontes e metodologias adequadas ao estudo da história da África.

Hoje vamos conhecer um pouco da produção já existente sobre nosso objeto de estudo. De uma perspectiva panorâmica e cronológica, focalizaremos tendências historiográficas que estiveram ou ainda estão presentes, sobretudo, na Europa, nos Estados Unidos e na própria África. Abordaremos, também, o avanço dos estudos africanos no Brasil.

A historiografia sobre o continente africano

A historiografia sobre o norte da África é tão antiga quanto a própria história como disciplina. Para os homens da Antiguidade, o Egito e a Núbia foram fundamentais na configuração do mundo ocidental. Incorporando tal ideia, a produção historiográfica sobre a região foi praticamente constante.

O mesmo não aconteceria com a África subsaariana. Dotada de sociedades que conheceram a escrita tardiamente, a África ao sul do Saara não despertou, por muito tempo, a atenção dos historiadores do Ocidente.

A atenção europeia sobre a África só viria a aumentar no século XVIII, em meio aos debates sobre o comércio atlântico de escravos. O olhar sobre as sociedades africanas não buscava compreender sua história, mas apenas encontrar argumentos – contrários ou favoráveis – a esse comércio. O debate sobre o tráfico foi praticamente o único motor para a existência de escritos sobre a África no período, marcado por um desprezo crescente

pelo continente, suas populações e sua história. Com base na ideia de uma herança greco-romana e na crença na superioridade do continente europeu, os intelectuais do Ocidente estavam convencidos de que a civilização europeia deveria prevalecer, inclusive como objeto de estudo, sobre todas as demais.

Ao longo do século XIX, entretanto, o interesse pelo conhecimento das sociedades africanas ganharia impulso, não apenas pela permanência dos debates sobre o comércio atlântico de escravos, mas também como forma de justificar as pretensões imperialistas europeias.

No final do século XIX, tomou forma uma produção antropológica evolucionista, ligada ao darwinismo social. Tal perspectiva, que reforçou a afirmação da inferioridade dos povos africanos, contribuiu para a defesa de que a história da África começava naquele momento, com a expansão colonial europeia. Essa ideia desconsiderava não só a maior parte do passado dos povos africanos como, também, os quatro séculos anteriores de contato entre africanos e europeus.

Evolucionismo e darwinismo social

A expressão evolucionismo deriva da teoria da evolução das espécies, resultante de pesquisas iniciadas, no século XIX, pelo cientista inglês Charles Robert Darwin (1809-1882) e pelo naturalista britânico Alfred Russel Wallace (1823-1913). Darwin comparou espécies aparentadas que viviam em diferentes regiões e investigou semelhanças entre os animais vivos e em extinção. A partir daí, concluiu que os seres vivos sofriam mudanças biológicas ao longo do tempo, resultantes de fatores de ordem natural. Segundo Darwin, os seres vivos estão em constante concorrência e por isso apenas os mais adaptados às condições ambientais possuem condições de sobrevivência. Darwin e Wallace desenvolviam,

inicialmente, pesquisas paralelas. Quando perceberam que estavam investigando fenômeno semelhante, os dois cientistas decidiram publicar suas descobertas, em conjunto, em 1858. De acordo com a teoria da evolução, o homem e o macaco possuem uma mesma ascendência, a partir da qual estas e outras espécies desenvolveram-se ao longo do tempo. O darwinismo social resulta da aplicação da teoria da evolução das espécies para a classificação dos povos e sociedades, posicionados em uma linha evolutiva em cujo ponto de chegada estariam os europeus. Assim, o darwinismo social deu embasamento científico à imagem já arraigada da inferioridade das populações africanas.

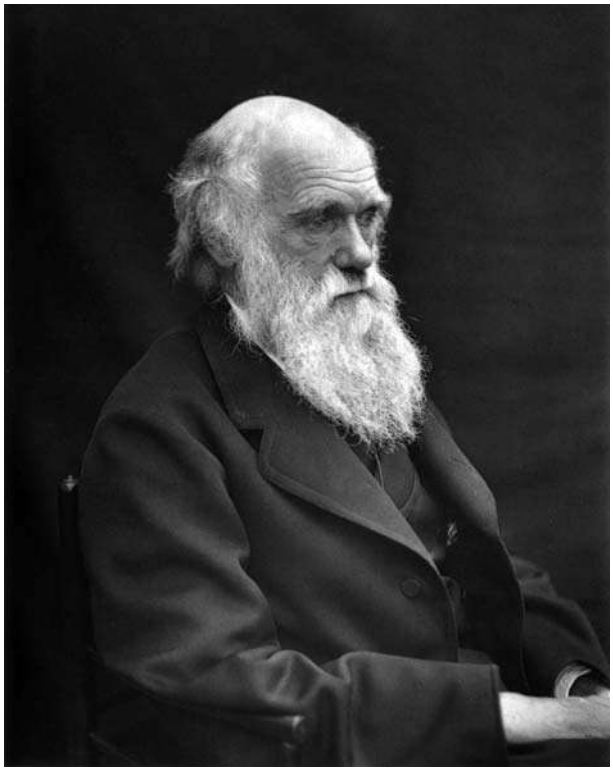


Figura 2.1: Charles Darwin.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/1878_Darwin_photo_by_Leonard_from_Woodall_1884_-_cropped_grayed_partially_cleaned.jpg

Figura 2.2: Alfred Russel Wallace.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Alfred_Russel_Wallace.jpg

Assim, a antropologia parecia confirmar o postulado de Hegel a respeito do caráter não histórico das sociedades africanas, que seriam dominadas pela natureza e estariam isentas de toda mudança ou progresso. Essa perspectiva etnocêntrica usava o conceito de civilização para classificar os povos e sociedades, definindo alguns deles como inferiores e justificando sua dominação. O rótulo da inferioridade africana encobria, inclusive, as diferenças entre os diversos povos considerados não civilizados.

Hegel e a África

Segundo o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), "A África não é continente histórico, não demonstra mudança nem desenvolvimento". Para ele, o continente não tem "interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e no selvagismo, sem aportar nenhum ingrediente à civilização".

As ideias de Hegel sobre a África tiveram profundo impacto sobre o pensamento europeu do século XIX. Já no final dos oitocentos, tais ideias foram reforçadas pela expansão europeia na África, justificada, ideologicamente, pelos mitos da inferioridade e do caráter a-histórico das sociedades africanas.

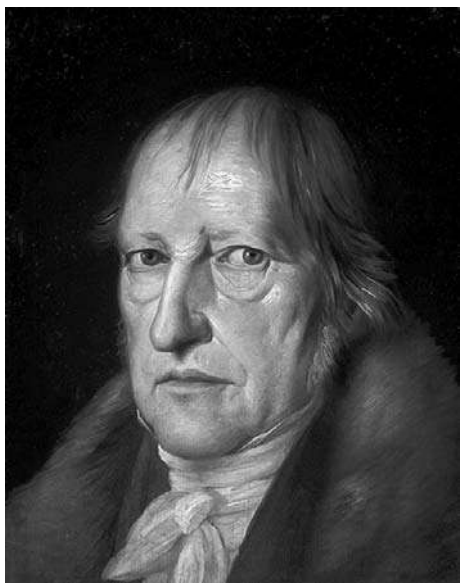


Figura 2.3: Georg Wilhelm Friedrich Hegel.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Hegel_portrait_by_Schlesinger_1831.jpg

Nos anos 1930, a ***escola antropológica funcionalista***, com a ênfase ao trabalho de campo, mapearia algumas populações e costumes africanos, respondendo, de certa forma, à demanda colonial. Administradores e funcionários precisavam daquele tipo de informação como subsídio para o desempenho de suas funções.

Em paralelo, mas acima de tudo nos anos 1940, teve início a produção historiográfica colonial, com relatos de acontecimentos políticos e militares que realçavam a suposta "pacificação" dos africanos decorrente da presença europeia. Tais trabalhos partiam do pressuposto de que as sociedades africanas guerreavam constantemente entre si e de que caberia aos europeus a tarefa de levar a paz ao continente.

Entre o final do século XIX e meados do século XX, a África aparecia na historiografia europeia apenas de forma marginal, como parte menos importante da história imperial, em uma perspectiva profundamente marcada por concepções eurocêntricas e racistas. Entretanto, enquanto a história imperial ganhou força nos estudos históricos, especialmente na Europa, forjou-se a base para um discurso histórico afrocêntrico na África, que foi uma verdadeira revolução intelectual.

Paralelamente ao desprezo europeu pela história africana, uma transformação começou a ocorrer na própria África, como resultado do acesso de um maior número de africanos às línguas e à escrita europeia. Tal processo geraria o interesse de intelectuais africanos pela história de seus próprios povos e, consequentemente, a escrita de uma história da África pautada em outra perspectiva, bastante diferente da europeia.

Escola antropológica funcionalista
A expressão funcionalismo tem dois significados: o primeiro, mais facilmente aceito, é o princípio de que tudo que existe em uma sociedade tem um sentido e de que todo fato social deve ser entendido à luz do sistema de que faz parte. Tal perspectiva surgiu na obra do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942). O segundo, mais controverso, é ligado à ideia de que tudo o que existe em uma sociedade contribui para o seu funcionamento equilibrado. Esta segunda acepção, que tende a ignorar os conflitos presentes nas formações sociais, é relacionada ao antropólogo britânico Radcliffe-Brown (1881-1955).

Atende ao Objetivo 1

1. Caracterize, em linhas gerais, a historiografia colonial a respeito do continente africano.

_____

_____

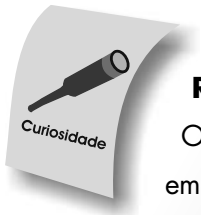
_____

_____

_____

Resposta Comentada

A produção historiográfica colonial, que teve início nos anos 1940, foi marcada pelo relato de acontecimentos políticos e militares que realçavam a suposta "pacificação" dos africanos pelos europeus. Tais trabalhos partiam do pressuposto de que as sociedades africanas guerreavam constantemente entre si e de que caberia aos europeus a tarefa de levar a paz ao continente. A África aparecia, na historiografia europeia, apenas de forma marginal, como parte menos importante da história imperial, em uma perspectiva profundamente marcada por concepções eurocêntricas e racistas e pela crença na inferioridade cultural dos africanos.



Reverendo Samuel Johnson

O acesso de alguns africanos à educação formal em moldes europeus tornou possível uma história como a do Reverendo Samuel Johnson (1846-1901). Nascido em Freetown, na Serra Leoa, Samuel Johnson estudou numa missão cristã na Nigéria atual e se tornou pastor anglicano. Em 1897, escreveu a história dos povos falantes da língua ioruba, contribuindo decisivamente para a construção da identidade ioruba. A partir de suas notas, seu irmão organizou uma história dos iorubas até o início do protetorado britânico, publicada em 1921 e denominada *The History of the Yorubas from the Earliest Times to the Beginning of the British Protectorate*.

Assim, nos anos 1950 e 1960 teve início uma ainda pequena produção africana, de caráter propriamente acadêmico, que procurava resgatar a importância da África pré-colonial. Possibilitada pelo desenvolvimento das primeiras universidades no continente e pelo advento dos nacionalismos africanos, tal historiografia pretendia demonstrar a importância e a grandiosidade da história africana anterior à chegada dos europeus, apresentar o período colonial como um pequeno episódio de uma longa história e afirmar um conceito de "gênio africano", capaz de criar impérios, reinos e civilizações.

O uso de novas fontes, a aceitação da interdisciplinaridade e a escolha de certos tópicos privilegiavam as iniciativas africanas e a ideia de um equilíbrio social e ambiental na África pré-colonial. Tal historiografia propunha-se, de certa forma, a criar uma representação de África feliz, em oposição à ideologia construída pelos poderes coloniais. Acima de tudo, esses historiadores enfatizaram a ideia de iniciativa africana, situando os africanos como protagonistas da sua própria história.

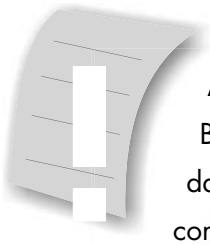
De acordo com alguns autores, essa corrente historiográfica pode ser encarada como uma reação ao mito da inferioridade africana que marcou a historiografia, a arte e a política até então. Além de provar que a África também tem uma história, toda uma geração de historiadores – cujos nomes mais conhecidos são os de Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), do Burkina Faso, e Cheick Anta Diop (1923-1986), do Senegal – procuraria afirmar a grandiosidade, e até mesmo a superioridade, do continente e de suas populações. Por esse motivo, tal geração é definida por alguns estudiosos como "corrente da pirâmide invertida", por mudar radicalmente o sinal atribuído à história e às populações africanas.

Figura 2.4: Joseph Ki-Zerbo.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/8/8a/Joseph_Ki-Zerbo.jpg

Esta geração pretendia escrever a história da África de uma perspectiva diferente da historiografia colonial. A história produzida por esta geração concentrava-se nas mudanças sociais e na resistência ao colonialismo. Além disso, buscava demonstrar que, se a civilização ocidental alimentou-se do pensamento grego, os grandes pensadores gregos viveram no Egito, visto como a civilização negra por excelência.

Entre os problemas de tal tendência historiográfica, pode ser mencionado o uso de categorias ocidentais, como se a história africana fosse um espelho da europeia. Assim, o projeto historiográfico de restauração da dignidade africana foi pautado na busca de elementos valorizados no mundo ocidental: projetos públicos, reinos, impérios, grandes redes comerciais, cidades. Esses historiadores também buscaram afirmar a existência de grandes heróis como forma de valorizar o passado africano.

Esta geração foi possível pela existência de universidades africanas cujos departamentos de História foram marcados pelo nacionalismo histórico: Dar-es-Salaam, na Tanzânia; Makerere, em Uganda; Nairobi, no Quênia; Ibadan, na Nigéria; e Dakar, no Senegal.



A escola de Ibadan

Buscava promover a escrita da história da África de uma perspectiva afrocêntrica, contribuindo decisivamente para o surgimento da moderna historiografia africana. Planejada por Kenneth Dike, que pretendia mostrar aos colonialistas que a África tinha uma história antes do domínio europeu, a escola de Ibadan foi uma arma intelectual para a luta anticolonial, já que parte da justificativa para a dominação africana era a alegação de que os povos do continente não tinham história, vivendo sob o arbítrio da natureza e alheios a toda mudança e progresso. Em 1950, uma reforma curricular introduziu

a história da África nas escolas nigerianas, tornando necessária a produção de textos acadêmicos e materiais didáticos. Para atender a essa demanda, Dike organizou congressos que reuniram historiadores, linguistas, arqueólogos e antropólogos. Em 1953, foi criado o Arquivo Nacional. Em 1955, Dike fundou a Sociedade Histórica da Nigéria. Estudantes de pós-graduação foram encorajados a pesquisar diferentes aspectos da história da África pré-colonial e colonial. Encorajou-se também o uso das tradições orais como fontes históricas. Sob encomenda da Sociedade Histórica da Nigéria, foi publicado um compêndio com a história dos diversos povos da região, desde antes do colonialismo até os dias atuais. Assim, historiadores de Ibadan contribuíram decisivamente para a superação da perspectiva historiográfica colonial. A independência da Nigéria foi conquistada em 1960.

Atende ao Objetivo 1

2. Algumas universidades africanas foram responsáveis pela formação de uma geração de historiadores que renovaram substancialmente a História da África nos anos 1950 e 1960. Aponte o sentido geral dessa renovação.

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Nos anos 1950 e 1960, teve início uma ainda pequena produção africana, marcada por uma perspectiva afrocêntrica, que rompeu decisivamente com os pressupostos da historiografia colonial.

Esta renovação historiográfica foi possibilitada pela existência de universidades africanas cujos departamentos de História foram marcados pelo nacionalismo: universidade de Ibadan, na Nigéria; de Dar-es-Salaam, na Tanzânia; de Makerere, em Uganda; de Nairobi, no Quênia, e de Dakar, no Senegal.

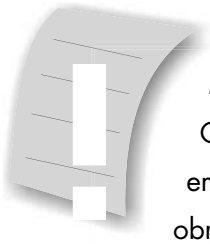
Em um contexto marcado por movimentos de libertação nacional, historiadores daquelas universidades pretenderam demonstrar a importância e a grandiosidade da história africana anterior à chegada dos europeus. Nesse sentido, enfatizaram o período pré-colonial e situaram os africanos como protagonistas da sua própria história. Além disso, buscaram apontar a existência, na África pré-colonial, do que de melhor acreditavam ter existido na Europa: "reinos", "impérios", "cidades" e "dinastias".

Estes estudiosos rebatiam, de certa forma, um importante argumento dos ideólogos do colonialismo: a ideia de que as sociedades africanas não tinham história, necessitando da intervenção europeia para finalmente serem conduzidas aos caminhos do progresso.

Nos anos 1960, a historiografia afrocêntrica tinha espaço para diferentes enfoques. Se alguns trabalhos de Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop adotavam uma perspectiva continental, afirmando que a África tinha história e grandes instituições, estudos de diferentes autores africanos e não africanos – como Walter Rodney e Terence Ranger – identificavam as lutas localizadas contra a expansão europeia, desde fins do século XIX, como o primeiro estágio de um processo que levaria, em meados do século XX, aos movimentos de libertação nacional. Tal vinculação, evidentemente, dava legitimidade às lutas de libertação que eram travadas naquele momento.

Nos anos 1960 e 1970, os estudiosos da história da África, na Europa, empreenderam uma grande diversificação de temas. Apesar disso, muitos se preocuparam com a edificação de histórias nacionais, voltadas para áreas geográficas cujas fronteiras coincidiam com as que foram traçadas pelo colonialismo. Nos Estados Unidos, por sua vez, alguns historiadores dedicaram-se ao estudo de regiões que sofreram as influências da Guerra Fria em suas disputas internas, como a Etiópia, e em seus movimentos de libertação, como Angola e Moçambique. Tais estudos eram, inclusive, financiados por grandes fundações, evidenciando a relação entre o apoio político ou militar a facções em luta e a produção de conhecimento sobre as realidades que as envolviam.

Nos anos 1970, a presença de Joseph Ki-Zerbo na Europa e do belga Jan Vansina nos Estados Unidos contribuíram para o reforço da imagem de uma África grandiosa. A produção desses estudiosos e dos seus discípulos, em parte influenciada pelas campanhas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, priorizou os grandes "reinos" e "impérios" e as atividades comerciais existentes na África antes da chegada dos europeus.



L'Histoire de l'Afrique Noire

Quando Joseph Ki-Zerbo publicou na França, em 1972, *L'Histoire de l'Afrique Noire*, a obra foi apresentada como a primeira tentativa individual de escrever sobre toda a história da África subsaariana. O subtítulo, *d'hier à demain* (de ontem ao amanhã), era significativo das relações entre a afirmação de um passado imponente e o objetivo de construir um futuro positivo para a África. Por outro lado, o livro tinha como pano de fundo a comparação dos feitos africanos ao que se acreditava que de melhor havia sido produzido pelos europeus. Assim, foi afirmada a presença de nobres, heráldicas, descobertas; personagens de histórias locais foram promovidos a heróis continentais e, acima de tudo, o Egito foi reivindicado como negro.

Naquela mesma década, foi iniciada a publicação de uma grande coleção, em oito volumes, denominada *The Cambridge History of África*, sob a supervisão dos historiadores John Fage e Roland Oliver. Publicada pela editora da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, a coleção envolveu historiadores europeus e alguns africanos na elaboração de textos libertos das amarras da historiografia colonial, que buscaram incorporar fontes africanas e não europeias.

Entre as décadas de 1980 e 1990, 350 estudiosos coordenados por um comitê de 39 especialistas, dois terços deles africanos, publicaram, sob patrocínio da Unesco, a coleção *História Geral da África*, em oito volumes e quase dez mil páginas, inicialmente editadas em inglês, francês e árabe. Atualmente, toda a coleção está disponível, em português, para *download* gratuito no site da representação da Unesco no Brasil. Você pode acessá-la através

do site: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/

A coleção foi então apresentada como rigorosa, antidogmática e, sobretudo, dotada de uma visão endógena – construída pelos próprios africanos – da história do continente. Assim, simbolizou o reconhecimento da perspectiva historiográfica afrocêntrica e marcou, ao mesmo tempo, o surgimento de uma nova geração de historiadores africanos, libertos da necessidade de afirmação da ideia de superioridade africana. Uma geração que, acima de tudo, busca analisar a história do continente em suas especificidades, liberta de parâmetros exteriores.

Naquelas mesmas décadas, com a maior participação de africanos em programas de pós-graduação nos Estados Unidos e na Europa, surgiram estudos mais localizados, abordando temas e regiões específicas. Focalizaram-se, também, as crises africanas e as sociedades que não se agruparam, no período pré-colonial, em grandes "reinos" e "impérios". Alguns historiadores africanos, como o congolês Elikia M'Bokolo, representaram exemplarmente o abandono do compromisso de construção de uma imagem grandiosa da África, analisando também os seus problemas.

Desde então, alguns temas antes esquecidos começaram a ser abordados, ao mesmo tempo em que assuntos que já haviam despertado grande atenção foram revisitados.

Com o apoio da Arqueologia, da Linguística e da Botânica, estudos voltam-se para sociedades africanas dispersas, de menor tamanho, rurais, durante o longo período anterior ao estabelecimento do comércio atlântico de escravos. Tais análises tendem a apresentar o reduzido avanço tecnológico como consequência da baixa densidade demográfica e da terrível luta cotidiana com o meio ambiente, que gerariam altos índices de mortalidade e, portanto, dispersão populacional em pequenos grupos. Para vários autores, as ideias de tribalismo, inatividade e inferioridade racial, presentes

em uma vasta produção histórica e antropológica comprometida com o colonialismo europeu, devem ser repensadas a partir dessas reflexões.

Outro tema que ganhou importância, sobretudo a partir dos anos 1980, foi a escravidão na África. Os debates atuais focalizam a escravidão africana como um processo, passível de modificações ao longo do tempo. No decorrer dos debates, aparecem questões como a relação entre a escravidão e a centralização política que gerou "reinos" e "impérios", o caráter – central ou marginal – da escravidão nas sociedades africanas e a convivência entre diferentes formas de exploração da mão de obra. Tal postura dá margem a uma intensa discussão sobre o caráter e os motivos das modificações da escravidão no continente africano.

Dentre os motivos apresentados para explicar as modificações na sociedade e na escravidão africana, figuram, frequentemente, a montagem e o desmonte do comércio atlântico de escravos, dois grandes temas da historiografia atual sobre o continente. Um grande debate tende a opor os que defendem que o comércio atlântico de escravos intensificou a escravidão africana e provocou perdas demográficas irreparáveis, e os que sugerem ser impossível comprovar tal suposição. Também fundamental nos estudos que abordam o comércio atlântico de escravos é a ênfase atribuída atualmente à participação dos africanos no mesmo.

A resistência africana à expansão colonial, por sua vez, tem sido revista pelos historiadores, abandonando-se a recorrente oposição binária entre povos heroicos e povos traidores, e ampliando-se a ideia de resistência, incluindo negociações cotidianas com colonos e autoridades coloniais.

Outro tema que tem sido alvo de interesse, sob novos pontos de vista, é o colonialismo. Em vez de se buscar uma análise geral do colonialismo a partir da metrópole (colonialismo britânico, por exemplo), os novos estudos tendem a abordar períodos e regiões específicas. A resistência ao colonialismo também tem sido entendida

como muito diversificada, incluindo embates diretos e cotidianos, marcados pela etnicidade e pela religiosidade, para além dos movimentos de libertação, pautados pelos nacionalismos.

O período posterior às independências, enfim, tem sido alvo de novas leituras, enfatizando a responsabilidade africana pela condução dos projetos de desenvolvimento que tiveram lugar nos diferentes países.

Essas breves linhas tentaram demonstrar que a história da África conquistou seu espaço no meio acadêmico. A extensa produção das últimas décadas não deixa dúvidas quanto a isso. A diversidade de perspectivas, temas e propostas de abordagem ganha uma dimensão ainda mais impressionante quando refletimos sobre o quadro existente até a primeira metade do século XX.

História da África no Brasil

A Lei 10.639, aprovada no Brasil em 2003, representa o reconhecimento oficial de que o estudo do passado africano e afro-brasileiro pode ser um importante instrumento para a elevação da autoestima dos afrodescendentes e, consequentemente, para o combate às diferentes formas de discriminação racial no Brasil.

Se é evidente que a lei não inaugurou os estudos de história da África e dos africanos no Brasil, também é preciso reconhecer que ela se transformou em estímulo, abrindo vagas para professores nas universidades, estimulando o mercado editorial e impactando os programas de pós-graduação.

Se pudéssemos resumir, em breves linhas, os estudos realizados no Brasil – por brasileiros e estrangeiros – sobre a história da África e dos africanos, poderíamos iniciar com Nina Rodrigues, no final do século XIX, e com Gilberto Freire e Guerreiro Ramos, na primeira metade do século XX. Esses autores procuraram na África elementos para a compreensão dos africanos transportados para

o Brasil na condição de escravos, bem como de sua influência na cultura e na sociedade brasileira. A imagem da África, construída por esses autores, tendeu a ser a de um continente congelado no tempo, marcado por tradições imutáveis e costumes ancestrais.

Prosseguiríamos, então, com Pierre Verger, a partir dos anos 1950, e Manuela Carneiro da Cunha, nos anos 1980, que deram historicidade e movimento aos africanos, com suas idas e vindas entre as duas margens do oceano Atlântico. Depois, teríamos de considerar uma geração de antropólogos e sociólogos da USP que, com trabalhos monográficos sobre regiões africanas, contribuíram para a inserção da história da África nas universidades brasileiras, a partir dos anos 1980.

Naquela mesma década, historiadores brasileiros far-se-iam presentes no programa de pós-graduação em estudos africanos no Colégio do México, desenvolvendo trabalhos sobre a história da África e contribuindo para a compreensão da escravidão africana no Brasil. Ao mesmo tempo, historiadores brasileiros ou aqui radicados mostrariam a importância de se estudar aspectos das culturas africanas para se entender as estratégias desenvolvidas pelos escravos no sudeste e em outras regiões do Brasil. O embaixador Alberto da Costa e Silva, por sua vez, contribuiria decisivamente, desde então, para a divulgação da história africana, em obras generalistas de grande fôlego e erudição.

Na segunda metade dos anos 1980, há de se mencionar, ainda, o início da produção sobre os contatos Brasil-África do ponto de vista das relações internacionais.

Mais recentemente, historiadores brasileiros têm defendido teses sobre história da África em universidades brasileiras e estrangeiras, a partir da pesquisa em arquivos africanos e da realização de entrevistas, contribuindo para a formação de novos africanistas. Por outro lado, historiadores antes pertencentes a outras áreas têm se dedicado à pesquisa e ao ensino da história da África, fortalecendo a pesquisa e a formação de novos quadros.

O estudo da história da África no Brasil permite refletir sobre alguns mitos que se consolidaram na nossa sociedade. O primeiro deles, e talvez o mais forte, seria a ideia de uma África genérica, homogênea, parada no tempo, cujo entendimento permitiria compreender o passado e o presente brasileiros. A própria noção de África, uma construção do pensamento europeu, precisa ser desnaturalizada.

Como vimos na aula passada, é necessário compreender que o continente africano é dotado de notável heterogeneidade. A África não é, hoje, o que foi durante a vigência do comércio atlântico de escravos, a despeito do que sugerem certos discursos. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar as diferenças entre as regiões e os países africanos, resultantes de uma distribuição desigual de recursos naturais e, sobretudo, de configurações sociais e escolhas políticas diversificadas.

Entretanto, para que esses objetivos sejam atingidos, é preciso abandonar a ideia de que uma suposta cultura africana teria sido simplesmente transmitida para o Brasil. É preciso recuperar, como fazem muitos estudiosos, a historicidade da cultura, sua maleabilidade, criatividade, capacidade de se reinventar em novas circunstâncias.

Finalmente, é importante considerar que a história da África é importante, no Brasil, não apenas pela forte presença de afrodescendentes na nossa população. Como afirma Marc Bloch, o historiador interessa-se pela vida dos homens em sociedade. Nesse sentido, a história da África é um campo legítimo de estudos simplesmente porque os africanos são homens, mulheres e crianças, nem mais nem menos humanos que os europeus, asiáticos ou americanos.

CONCLUSÃO

O conhecimento da história da África tem avançado muito. Os movimentos independentistas, iniciados, em geral, após o final da Segunda Guerra Mundial, favoreceram o interesse pela elaboração da história do continente de um novo ponto de vista, não mais atrelado às realizações europeias. Nos dias atuais, os melhores estudos sobre a história da África compartilham o esforço de situar os africanos como protagonistas, apesar do peso exercido por estrangeiros em momentos e situações decisivas.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Aponte alguns fatores que tornam o estudo da história da África de relevância para a história do Brasil.

Resposta Comentada

Os primeiros estudos, realizados no Brasil, sobre a história das populações africanas buscaram encontrar, do outro lado do Atlântico, elementos para a compreensão dos africanos transportados para o Brasil na condição de escravos, bem como de sua influência na cultura e na sociedade brasileira. A imagem da África, construída por esses autores, tendeu a ser a de um continente congelado no tempo, marcado por tradições imutáveis e costumes ancestrais.

Nos dias de hoje, uma vasta gama de historiadores, notadamente os que se debruçam sobre o passado escravista, dedicam-se ao estudo de aspectos da história da África, buscando subsídios para a compreensão das identidades, alianças e rivalidades que envolveram, aqui, os africanos escravizados e seus descendentes. No entanto, esses historiadores divergem dos "pioneiros" por enfatizarem a maleabilidade das culturas e das identidades africanas, que teriam sofrido grandes transformações ao serem afastadas do contexto africano.

A lei 10.639, por sua vez, parte do pressuposto de que o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira é um instrumento importante de combate à discriminação racial no Brasil, inclusive por elevar a autoestima das populações afrodescendentes.

No entanto, o estudo da história da África não deve atender apenas aos nobres objetivos de compreensão da escravidão, do combate ao racismo e da valorização do papel dos africanos na formação da sociedade brasileira. Afinal, os historiadores interessam-se pela vida do homem – americano, europeu, asiático ou africano – em sociedade.

RESUMO

A produção sobre a história do continente africano avançou muito. Dos debates sobre o comércio atlântico de escravos presentes desde o século XVIII e das narrativas legitimadoras da expansão europeia e do colonialismo, que marcaram os séculos XIX e XX, chegou-se, nas décadas de 1950 e 1960, a um olhar renovado sobre a história da África. Naquele contexto, marcado pela eclosão dos nacionalismos e das lutas anticoloniais, historiadores

africanos e africanistas buscaram combater a recorrente imagem de inferioridade atribuída ao continente. Mais do que isso, posicionaram as populações africanas como protagonistas de sua própria história, inaugurando uma perspectiva de análise que marca, até hoje, os mais interessantes estudos sobre a África.

Nas décadas seguintes, novas gerações de historiadores continuaram situando os africanos como agentes fundamentais da história da África. No entanto, uma vez superadas as demandas ideológicas inerentes aos projetos nacionais dos anos 1950, 1960 e 1970, esses estudiosos mostram-se, cada vez mais, libertos da necessidade de afirmação da grandiosidade do passado africano, pautada, até então, em categorias exteriores como "reinos", "impérios", "dinastias", provenientes da história europeia.

Também no Brasil, a história da África tem avançado, particularmente nas últimas décadas, ganhando espaço nas escolas e universidades, no mercado editorial e até mesmo na mídia. Além de contribuírem para a compreensão da escravidão, para o combate ao racismo e para a valorização do papel dos africanos na formação da sociedade brasileira, os estudos sobre a África respondem ao anseio mais básico dos historiadores: o entendimento da diversidade humana, no tempo e no espaço.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o avanço inicial do islamismo na África, estreitamente relacionado à dinamização das trocas comerciais, à diversificação das formas de escravidão e, enfim, ao aprofundamento das diferenças entre as variadas populações africanas.

Aula 3

A expansão do islamismo na África

Andrea Marzano

Meta da aula

Analisar os diferentes processos de expansão do islamismo no continente africano.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as ideias de islamização da África e de africanização do Islã;
2. diferenciar islamização e arabização;
3. identificar os diferentes processos de expansão do islamismo no continente africano.

INTRODUÇÃO

Como vimos na primeira aula desta disciplina, diferentes religiões fazem-se presentes, hoje, no continente africano, com destaque para o islamismo, as religiões ditas tradicionais ou animistas (ver verbete na Aula 1), o catolicismo e outras variadas designações cristãs. A vivência religiosa dos africanos é frequentemente caracterizada pela mistura de elementos de diferentes religiões, havendo, por exemplo, católicos que recorrem a autoridades religiosas tradicionais, como os quimbandas ("curandeiros") de algumas regiões de Angola. No que diz respeito ao islamismo, sabe-se que é a religião que tem mais adeptos na África, concentrando-se especialmente no norte, nas savanas ocidentais e na costa oriental.

A expansão inicial do islamismo esteve estreitamente relacionada, no norte, ao surgimento de unidades políticas inspiradas no mundo árabe, como ***emirados e califados***. Ao sul do Saara, nas costas ocidental e oriental, o principal vetor do avanço da religião muçulmana foi, sem dúvida, o comércio.

A expansão do islamismo teve importantes consequências para a história do continente. Como vimos na primeira aula, até mesmo as primeiras fontes escritas sobre as sociedades africanas foram produzidas por religiosos e mercadores muçulmanos. Por outro lado, se avançarmos no tempo até meados do século XX, veremos que as ideologias anticoloniais no norte da África sofreram influência da religião islâmica e das conexões com o Oriente Médio, expressas exemplarmente no pan-arabismo, que teve no egípcio Nasser o seu mais aguerrido defensor.

Emirado
Território administrado por um emir, "dignidade" do mundo islâmico associada à ideia de descendência do profeta Maomé.

Califado
Forma islâmica de governo cuja autoridade política máxima é o califa, entendido como um sucessor do profeta Maomé. A noção de califado é associada às ideias de unidade e de liderança política no mundo islâmico.

Pan-arabismo

O pan-arabismo ocorreu no norte da África sob a liderança do Egito, propondo um movimento político centrado na identidade árabe como elemento de resistência perante a cultura ocidental e os colonizadores europeus. Assim, o pan-arabismo baseou-se na construção e na afirmação de uma identidade árabe, envolvendo, acima de tudo, o Oriente Médio e o norte da África.

O surgimento do pan-arabismo, cujo auge ocorreu durante a permanência de Nasser na presidência do Egito (1954-1970), foi possível a partir de um longo processo de recrudescimento da identidade árabe, dos contatos culturais em todo o mundo árabe, sobretudo através da difusão do cinema e da música egípcia dos anos 1950, e das influências ocidentais que, desde o século XIX, marcaram a defesa da modernização das sociedades islâmicas através de reformas na sharia – código de leis do islamismo – ou da adoção de sistemas legais e instituições nos moldes ocidentais.

Fortalecido pela ideia de união dos povos árabes em defesa dos palestinos, no contexto que levaria à criação do Estado de Israel (1948), o pan-arabismo acabou favorecendo a eclosão de projetos nacionalistas independentes, a despeito do surgimento da República Árabe Unida, em 1958, envolvendo o Egito e a Síria. Embora tenha seduzido o Iraque em determinado momento, o projeto de união não encontrou novos adeptos e acabou abandonado em 1961.

Figura 3.1: Nasser.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/Gamal_Nasser.jpg.

Se todas essas informações demonstram a importância indiscutível do islamismo ao longo da história do continente africano, apontam também a necessidade de um melhor entendimento do avanço do Islã na África. A compreensão desse processo deve levar em conta que a islamização da África foi, ao mesmo tempo, a africanização do Islã, ou seja, a apropriação da fé e de certas instituições islâmicas ao longo de séculos por sociedades muito diversificadas, cujos habitantes sequer se definiam como africanos, já que prevaleciam as identidades étnicas ou regionais. Diferentes sociedades africanas entenderam e apropriaram-se do islamismo a partir do filtro de suas próprias culturas, tornando impossível entender o islamismo na África apenas a partir das leis, doutrinas e práticas corânicas.

Atende ao Objetivo 1

1. Comente a seguinte afirmação: "A islamização da África foi, ao mesmo tempo, a africanização do Islã."

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

A islamização da África pode ser entendida como a expansão da religião muçulmana no continente. No entanto, a adoção do islamismo não pode ser descrita como a simples transposição da doutrina e das práticas corânicas, já que os novos muçulmanos possuíam culturas e religiões que não foram completamente apagadas pela conversão. Muitos africanos convertidos mantiveram, de forma extremamente eclética, crenças e ritos de suas antigas religiões. Por esse motivo, a expansão do islamismo na África propiciou diferentes leituras dos textos sagrados e das práticas características da religião muçulmana, gerando vivências diferenciadas da mesma. Se o islamismo foi adaptado, em cada tempo e lugar, às diferentes realidades do continente, podemos dizer que "a islamização da África foi, ao mesmo tempo, a africanização do Islã".

O processo de africanização do Islã pode ser mais bem entendido se considerarmos a diferença entre arabização e islamização. Em várias partes do norte da África, a arabização – adoção da língua e da cultura árabe – teria sido mais profunda, sem que isso significasse, evidentemente, a simples transposição das formas sociais e culturais do mundo árabe. Nas costas ocidental e oriental, por sua vez, a expansão do Islã teria ocorrido basicamente em termos religiosos, com a conversão à fé muçulmana, mas sem a adoção da cultura e da língua árabe.

Atende ao Objetivo 2

2. Você diria que islamização e arabização são sinônimos? Justifique sua resposta.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Arabização e islamização não são sinônimos. Islamização significa conversão à religião muçulmana, enquanto arabização é a adoção da língua e da cultura árabe. A arabização é muitas vezes, mas nem sempre, acompanhada da islamização. A islamização, por sua vez, pode ou não estar inserida em um contexto de arabização. Tal distinção fica mais evidente quando consideramos que muitos árabes não são muçulmanos, e que muitos muçulmanos não são árabes. Podemos sugerir, no entanto, que podem existir diferentes graus de arabização.

Império Bizantino

O Império Bizantino surgiu como uma divisão do Império Romano. Um marco apontado como fundamental na sua formação é a transferência, em 324, da capital do Império da Nicomédia – atualmente conhecida como Izmit, na Turquia –, para Bizâncio – atual Istambul –, que então recebeu o nome de Constantinopla em homenagem ao imperador Constantino I. Outro marco importante é o ano de 395, quando, após a morte do imperador Teodósio I, ocorreu a separação entre o Império Romano do Oriente – ou Império Bizantino – e o Império Romano do Ocidente. Sua capital era caracterizada pela cultura e pela língua grega, e o cristianismo era a religião do Estado. O império existiu por mais de 1.000 anos, entre o século IV e meados do século XIV. Por quase todo esse período, o Império Bizantino foi a mais poderosa força militar, econômica e cultural da Europa, envolvendo-se em numerosas guerras com os persas – da região do atual Irã – e os árabes.

O surgimento do islamismo

O islamismo surgiu na Península Arábica, na atual Arábia Saudita. Seu iniciador e principal difusor teria sido Maomé, nascido em Meca no ano de 570. Aos 40 anos, Maomé teria iniciado a pregação do monoteísmo para os povos árabes, divididos em diferentes sociedades que cultuavam vários deuses. Perseguido, o profeta teria partido para a cidade de Medina no ano de 622, tido como o marco inicial do calendário muçulmano.

Em Medina, Maomé teria sido reconhecido como líder religioso, estabelecendo a paz e unificando diferentes povos árabes, além de implantar o monoteísmo. Ao retornar a Meca, Maomé teria difundido a religião muçulmana, que de lá passaria a se expandir pela península Arábica.

O islamismo possui dois livros sagrados: o Alcorão, que contém as revelações feitas a Maomé pelo anjo Gabriel, e a Suna, que reúne dizeres e feitos do profeta.

Após a morte de Maomé, ocorrida em 632, o islamismo continuaria se difundindo, sobretudo no Oriente Médio e nos continentes africano e asiático.

A expansão muçulmana no norte da África (a partir do século VII)

Os muçulmanos chegaram ao Egito no século VII, vindos da Península Arábica, iniciando um processo de conquista territorial. O Egito era, então, a província mais importante do ***Império Bizantino***, cuja capital era Constantinopla, na atual Turquia.

Além de lutarem contra os exércitos bizantinos, os árabes enfrentaram a resistência dos ***povos berberes*** do norte da África e a presença de judeus e cristãos, já que estes últimos chegaram ao Egito, vindos de Jerusalém, no primeiro século da era cristã. Entre os séculos VIII e X, os árabes avançaram pelas atuais Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos, empreendendo conquistas territoriais e divulgando a língua e a cultura árabe, além da religião islâmica. Por volta do século VIII, o exército muçulmano já contava com um grande contingente de berberes arabizados.

Povos berberes

Berbere é a designação genérica para um conjunto de povos originalmente nômades que vivem no norte da África, sobretudo na região do deserto do Saara. Esses povos, entre os quais se incluem, por exemplo, os tuaregues, falavam ou falam diferentes línguas da família afro-asiática, conhecidas como línguas berberes. Alguns povos berberes, no entanto, têm adotado, ao longo dos séculos, a língua árabe, abandonando ou tendendo a abandonar suas línguas originais.

O islamismo como religião universal

Para alguns autores, o islamismo se tornou uma religião universal, capaz de incorporar um grande contingente de populações não árabes, na primeira metade do século VIII, quando o árabe se tornou uma língua culta, vertida para a escrita.

O islamismo foi muito marcado, no seu início, pela absorção de não árabes, gregos e persas conquistados e escravizados, que com o tempo se transformaram em portadores dessa nova cultura e religião. Assim, muitos dos responsáveis pela sua codificação escrita e seus sistemas de leis não eram árabes de origem, o que acabou por dotar os textos islâmicos de um considerável cosmopolitismo, incorporando outras experiências sociais, políticas e religiosas.

Figura 3.2: O Corão, um dos livros sagrados do Islã. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/Opened_Qur%27an.jpg.

Em toda a África, só no norte a islamização envolveu conquista territorial, gerando o surgimento de califados e a independência sucessiva de várias regiões que antes faziam parte do Império Bizantino. A região foi marcada por um processo tanto de islamização quanto de arabização, ainda que, em algumas partes dos atuais Marrocos e Argélia, populações berberes tenham mantido suas línguas e culturas.

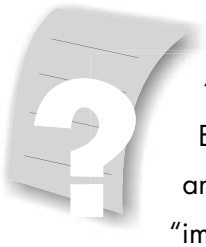
Com o passar do tempo, poderes árabes locais, dotados de grandes exércitos de escravos (primeiro berberes e, depois, oriundos da África subsaariana), se tornaram independentes dos poderes sediados no Oriente Médio. O controle das rotas de comércio de ouro teria contribuído decisivamente para esse processo. Entre os séculos X e XIV, várias dinastias se sucederam no norte da África, algumas delas dando origem a "impérios" que unificaram vastas regiões.

Voltemos, no entanto, ao período inicial do islamismo na região (século VII ao século X). Segundo alguns autores, os árabes não obrigavam os povos conquistados à conversão. Em geral, ofereciam cargos administrativos e proteção para, tempos depois, apresentarem a conversão como requisito para a ocupação de novos cargos e a isenção de impostos. Assim, naquele contexto de conquista territorial, a conversão ao islamismo e o domínio da língua árabe passaram a ser elementos importantes para a obtenção de status e de novas alternativas de vida. A conquista e a conversão não tiveram como base apenas a violência.

A difusão do islamismo no norte ocorreu, em geral, das guarnições para os soldados escravos, dos governantes para os funcionários, dos senhores para os serviçais, dos pastores para os agricultores. Por isso, por vezes o processo foi descrito como de simples imposição da fé islâmica. No entanto, a conversão cotidiana foi marcada por práticas religiosas coletivas e simples, como sentar no chão para a oração conjunta e se submeter às mesmas práticas de higiene.

A expansão do islamismo no reino da Núbia e no Darfur (a partir do século VII)

A leste do deserto do Saara, já no deserto da Núbia, também houve um processo de islamização e arabização. Por volta do século VII, existia na região o "reino" da Núbia, que possuía uma pesada máquina administrativa e tinha o cristianismo – introduzido em pequena escala, a partir do Egito, em algum momento do século V – como religião de Estado.

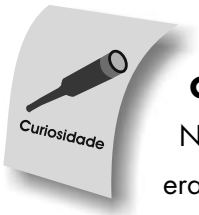


"Reinos", "impérios", "dinastias"

Expressões cunhadas para a descrição e a análise de realidades europeias, como "reino", "império" e "dinastia", foram e continuam sendo utilizadas na escrita e no ensino da História da África. No entanto, tais expressões precisam ser usadas com cautela, pois existem diferenças significativas entre os "reinos" e "impérios" europeus e as formações sociais africanas que recebem essas mesmas designações. Por esse motivo, tais expressões serão usadas, na presente aula, entre aspas. A questão será abordada, com mais profundidade, nas duas próximas aulas.

Após ser islamizado, no decorrer do século VII, o Egito invadiu a Núbia e passou a cobrar tributos anuais em escravos. No final do século X, exigiu a conversão do "reino" ao Islã. As hostilidades foram grandes entre os séculos XII e XIV, com vários momentos de enfrentamento militar. Dessa forma, a islamização do reino da Núbia ocorreu aos poucos, tendo seu ápice na existência de um "rei" muçulmano em 1315.

O processo de islamização da região começou com a aquisição de terras por árabes na fronteira entre o Egito e a Núbia, desde o século VII, e prosseguiu com a transferência de muçulmanos oriundos do Egito para as cidades núbias. Em algumas áreas, os árabes adotaram línguas e costumes núbios e se misturaram às populações às quais impuseram o Islã; em outras, os núbios se arabizaram, adotando a língua, os nomes e até genealogias árabes. Nesse sentido, a Núbia foi marcada por três movimentos, variáveis de uma área para outra: islamização, africanização do Islã e arabização.



O reino cristão da Núbia

No reino cristão da Núbia, muitos mosteiros eram centros de produção agrícola e artesanal e escalas no comércio com o Egito, tendo, portanto, grande importância econômica.

A prosperidade do reino advinha do cultivo de cereais e tâmaras, da criação de gado e do comércio. O "rei" era o proprietário virtual das terras exploradas pelos "camponeses", que pagavam impostos ao clero.

O reino da Núbia importava cereais, vinho e cevada do Egito, cerâmicas da Pérsia (Irã) e talvez de Bizâncio (Turquia), além de tecidos e objetos de luxo. Exportava ouro, marfim, peles e escravos, cujo comércio se organizou a partir do século VII. Possuía muitas cidades, as maiores com milhares de habitantes.

O "rei", autoproclamado chefe da Igreja, podia rezar missas e ministrar sacramentos. A sucessão do trono era pela linhagem materna, e várias mulheres ocupavam funções eminentes na cúpula do Estado, como "rainha mãe" ou conselheira, sob a proteção da Virgem Maria. O clero era subordinado ao patriarca de Alexandria, no Egito. Os cultos eram realizados inicialmente em grego, depois em copta (língua antes falada no Egito, hoje usada liturgicamente pela Igreja ortodoxa copta) e, a partir de meados do século X, em núbio antigo.

No sudoeste da Núbia, a região do Darfur se manteve alheia, até o século XIII, às correntes de trocas comerciais e religiosas. Povoado por grupos sedentários e nômades organizados em pequenas unidades políticas, o Darfur conheceu o islamismo através

da migração de criadores de camelos, carneiros e bois, e não de investidas militares. Destas linhagens de imigrantes surgiriam as primeiras dinastias a reinar no Darfur, a partir do século XIII.

A expansão do islamismo na costa oriental e as conexões com o "mundo índico"

Na atual Etiópia, onde o cristianismo esteve presente desde o século IV, o islamismo teria chegado por volta de 615, com a imigração de muçulmanos que fugiam das perseguições em Meca. Entretanto, a presença árabe no "reino" cristão de Axum – que existia na região – logo se tornou problemática, em função dos conflitos em torno do controle comercial do mar Vermelho.

No início do século VIII, a esquadra de Axum ocupou um importante porto da Península Arábica, na costa do mar Vermelho. Em represália, os árabes destruíram a esquadra axumita e ocuparam o arquipélago de Dahlak, próximo à Eritreia, que seria transformado num "principado" árabe por volta do século X.

Sultanato
Território controlado por um sultão. A expressão designa governantes muçulmanos que reivindicavam quase total soberania, mas que não detinham o grau máximo de poder característico dos califas. Governadores de províncias importantes de um califado, submetidos ao califa, também podiam receber o título de sultões.

Sultanatos muçulmanos foram fundados, entre os séculos IX e XII, nos planaltos etíopes a sul do "reino" cristão de Axum, onde viviam sociedades que ignoravam as estruturas estatais. Autoridades políticas hereditárias da região se converteram ao Islã, mesmo que superficialmente, atribuindo-se uma genealogia árabe legitimada por uma política matrimonial que integrava imigrantes muçulmanos. Esses sultanatos, cuja formação esteve relacionada ao comércio e ao surgimento de cidades comerciais, guerreavam frequentemente entre si, embora compartilhassem a hostilidade ao reino cristão.

Os sultanatos muçulmanos dos planaltos etíopes, onde mulheres ocupavam funções de "rainhas" e conselheiras, diferiam muito dos demais estados islâmicos da época, fortalecendo a ideia de que houve, na região, um processo de africanização do Islã.

Após a derrota axumita foi fundado, no século XII, um novo "reino" cristão, governado pela "dinastia" Zagwe, que perdurou até o século XIII. Lembrado pela construção de igrejas escavadas na pedra a muitos metros de profundidade, o "reino" exportava escravos, ouro, marfim e sal, e importava artigos de luxo islâmicos. Esse comércio era controlado por muçulmanos, facilitando a conversão ao islamismo dos povos que viviam ao longo dessa rota comercial. Entretanto, o cristianismo sobreviveu à expansão islâmica na região.

O avanço do islamismo na costa oriental dependeu, basicamente, do comércio. Já no primeiro século da era cristã, mercadores do sul da Arábia e do mar Vermelho frequentavam a costa oriental africana, comprando marfim para exportação (que no século X atingia as atuais Índia e China) e vendendo contas de vidro, cerâmica iraniana, tijolos cozidos e objetos de barro da Arábia. Com o passar do tempo, os produtos levados pelos árabes para a costa oriental vinham de regiões cada vez mais distantes, como os objetos chineses de pedra que provavelmente atravessavam o Golfo Pérsico.

A presença de comerciantes da Península Arábica na costa oriental antecede, portanto, o surgimento da religião muçulmana, ocorrido no século VII. Ainda assim, esse comércio esteve estreitamente relacionado à expansão do islamismo na região, que se evidenciou no arquipélago de Lamu, em frente ao atual Quênia, no século VIII. O avanço desse processo acabou gerando o surgimento de aglomerados populacionais islâmicos na costa oriental, seguindo inclusive padrões arquitetônicos do Oriente Médio.

A partir do início do século XI, a islamização e o comércio na costa oriental se aceleraram, animados pela exportação de ouro do atual Zimbábue, escoado pela costa de Moçambique. O testemunho mais importante da expansão comercial e da islamização foi a criação de uma dinastia muçulmana em Quíloa, na costa da atual Tanzânia, ainda no século XI.

No século XIII, essa dinastia foi derrotada por colonos vindos do Iêmen, na Península Arábica. O auge da prosperidade de Quíloa ocorreu no século XIV, com o controle do comércio de ouro do atual Zimbábue. A cidade, que possuía muitos escravos, era visitada sobretudo por muçulmanos estrangeiros.

Desde o final do século XVII, dirigentes de Omã, no Golfo Pérsico, entraram em choque com os portugueses – que já se faziam presentes na região – por tentarem dominar a costa da África Oriental. Em 1785, apoderaram-se de Quíloa; em 1800, criaram uma administração em Zanzibar, arquipélago localizado em frente à atual Tanzânia; nas décadas de 1820 e 1830, colocaram governadores nos portos do litoral; nos anos 1840, fundaram uma capital em Zanzibar, para onde canalizaram o comércio.

No século XIX, as cidades da costa oriental eram cheias de escravos, imigrantes e carregadores das savanas. A cultura da região sofreu, segundo alguns autores, considerável arabização. Para outros estudiosos, entretanto, os árabes foram, acima de tudo, intermediários do comércio, das técnicas e da religião, em um processo que gerou a expansão da fé islâmica sem a adoção da língua árabe (ou seja, islamização sem arabização).

De todo modo, a influência árabe foi decisiva na costa oriental. O casamento de comerciantes árabes com mulheres locais gerou uma população mestiça, falante de uma língua banto repleta de palavras árabes, denominada suaíli.

No decorrer do século XIX, o comércio na costa oriental se tornou mais competitivo e violento, concentrando-se nos escravos e nas armas de fogo. Por outro lado, a matança de elefantes em busca de marfim e a consequente escassez desses animais deixaram as populações do entorno das rotas comerciais sem muito o que vender. Como resultado, algumas delas, recorrendo a exércitos de mosqueteiros escravos para conquistarem o poder sobre o território, em especial na atual Tanzânia, passaram a extorquir os comerciantes que seguiam para o litoral. Em fins do século XIX, a África Oriental entrara numa espiral de violência.

A mobilidade e a interação entre povos geraram mudanças culturais, como a expansão do islamismo no interior mais próximo à costa e a adoção da língua suaíli como língua franca, para a comunicação com os comerciantes do litoral. Segundo alguns autores, a insegurança generalizou as acusações de feitiçaria, em especial nas regiões em que as feiticeiras eram vendidas.

Acusações de feitiçaria

Em sociedades africanas "tradicionais", os acontecimentos eram explicados com referências ao sobrenatural, envolvendo, frequentemente, acusações de feitiçaria. Epidemias, doenças, secas, desastres naturais, dificuldades de engravidar ou o nascimento de crianças deficientes, por exemplo, podiam ser explicados pela ação maléfica de um suposto feiticeiro. Em algumas dessas sociedades, os acusados de feitiçaria eram vendidos. Em outras, eram submetidos a "provas" – como a de atravessar um rio perigoso a nado – que os levavam, não poucas vezes, à morte. A sobrevivência a uma dessas provas representava a inocência do acusado. A morte, a veracidade da acusação.

Diferentes povos costeiros misturaram aspectos de suas danças, músicas e religiões "tradicionais", além de integrarem espíritos árabes e europeus no seu panteão.

Como lembram alguns autores, não existia uma língua suaíli antes do século XIX. Tratava-se, apenas, de um vocábulo banto derivado da palavra árabe *sahel*, que designava *fronteira*. A partir deste sentido inicial, a palavra suaíli passou a significar não um único povo, mas diferentes povos vindos da fronteira ou da costa.

Curiosidade

A língua suaíli

Surgido no século XIX, o suaíli foi inicialmente usado como língua franca nas rotas comerciais da costa oriental. Hoje, essa língua banto é falada em vários países. No Quênia, na Tanzânia e em Uganda, é a língua oficial. No entanto, o idioma também se faz presente na República Democrática do Congo, em áreas urbanas do Burundi e do Ruanda, no sul da Somália, no norte de Moçambique, na Zâmbia, no sul da Etiópia e em algumas comunidades de Madagascar e Comores.

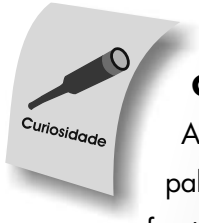
Figura 3.3: Inscrição em suaíli.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b9/Swahili-pn.jpg.

A expansão do islamismo nas savanas da África Ocidental e o comércio transaariano (a partir do século IX)

Após a conquista árabe no norte da África, o islamismo se transmitiu, a partir do século IX, às savanas da África Ocidental. Como lá não houve conquista territorial, o agente principal da expansão da religião muçulmana foi o comércio.

A base desse processo foi formada por comerciantes de longa distância, que atravessavam o Saara em grandes caravanas com escravos-soldados que construíam entrepostos nas rotas comerciais. Este segmento tendeu a ser, pelo menos desde os séculos X e XI, majoritariamente muçulmano, o que acabou favorecendo a construção de mesquitas e escolas corânicas.

Quando os muçulmanos chegaram às savanas da África Ocidental, encontraram várias cidades e sistemas de comércio regional. A presença islâmica na região esteve, assim, relacionada ao estabelecimento das rotas do comércio transaariano, que ligava o norte às savanas através do Saara. Trilhadas por caravanas de camelos, as rotas transaarianas permitiam o contato entre regiões distantes, chegando a atingir a Península Arábica e o Mediterrâneo.



O Sahel

A região ao sul do Saara é conhecida como Sahel, palavra de origem árabe que designa costa ou fronteira. Tal designação é significativa do papel representado pelo comércio transaariano na ligação entre universos até então distantes, ultrapassando fronteiras.

Figura 3.4: O Sahel.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Map_sahel.jpg.

Se o islamismo chegou às savanas através do comércio, é provável que os mercadores da África Ocidental tenham se convertido primeiro. Suas conversões, embora matizadas pela permanência de crenças politeístas, contribuíam para o estreitamento dos laços com os novos parceiros comerciais vindos do norte. Os dirigentes dos "reinos" da região, por sua vez, se converteram ao islamismo no século XI, em processos diferenciados. A maior resistência à adoção da religião islâmica teria sido sentida entre os agricultores.

O comércio transaariano tinha como base a troca de sal-gema do Saara por ouro e escravos do sul. O sal-gema era extraído por cativos em diferentes partes do Saara e depois transportado, em

pesados blocos, para as savanas. As principais áreas fornecedoras de ouro foram o "império" do Mali, cujo apogeu da produção ocorreu no século XIV, e posteriormente a mina de Akan, na floresta ocidental do atual Gana.

Pelas rotas transaarianas circulavam também outros produtos, como o cobre, extraído das minas de Azelik, no Níger atual, abandonadas no século XV, e as nozes de cola, oriundas das florestas da África Ocidental – sobretudo das atuais Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa. O cobre partia das minas para o sul, na atual Nigéria. As nozes de cola, por sua vez, seguiam para o norte desde o século XIII, onde eram apreciadas pelos muçulmanos como estimulantes, afrodisíacos, símbolos de hospitalidade e adstringentes.

O início do comércio de escravos para as sociedades islâmicas foi uma consequência da realização de *jihads* ou "guerras santas", voltadas para a conversão de povos considerados infiéis ao islamismo. O comércio de escravos teve estreitas relações com o processo de expansão da religião muçulmana, do Oriente Médio para o norte da África e a Europa Mediterrânica, pois prisioneiros de guerra eram comumente escravizados e vendidos. Por isso mesmo, nem todos os escravos comercializados eram africanos, existindo também cativos oriundos da Europa Ocidental.

Só depois o comércio de escravos para as sociedades islâmicas envolveu a região ao sul do Saara, através da exportação de cativos da África Ocidental pelas rotas transaarianas. Os escravos vendidos para as sociedades islâmicas eram sobretudo mulheres e meninas, destinadas aos haréns. Os homens frequentemente atuavam como administradores e soldados. Cativos também eram empregados na extração de sal-gema, no transporte de mercadorias nas caravanas e na manutenção dos oásis. Portanto, no próprio Saara, e não apenas para além dele.

Além de estreitamente relacionado à expansão religiosa do Islã, o comércio transaariano é fundamental para a compreensão da história de três grandes organizações políticas da África Ocidental,

que alguns autores denominam impérios da curva do Níger: Gana, Mali e Songai. Embora a história desses "impérios" seja assunto da próxima aula, cabe abordar, aqui, como se deu a penetração do islamismo em cada um deles.

O "império" do Gana (século VIII ao século XIII)

O "império" do Gana, que existiu do século VIII ao XIII entre os atuais Mali e Mauritânia, era ligado por uma importante rota comercial à atual Argélia e ao sul do Marrocos, controlando a exportação do ouro das minas de Bambuk, na parte ocidental do atual Mali. As atividades comerciais do "império" do Gana ligavam-se à intermediação entre o norte, que comprava ouro, escravos e marfim, e o sul, que adquiria sal, tecidos de lã e algodão, figos, tâmaras e peças de cobre. Controlando essa rota e cobrando pedágios, o imperador do Gana armazenava ouro e evitava a sua desvalorização.

O "império" do Gana ficava numa região onde viviam pastores berberes, que conduziam carneiros e bois, e agricultores negros. Seus dirigentes eram do povo soninquê e seus domínios cobriam a maior parte dos territórios habitados por esse povo. O "imperador" cultuava diferentes deuses, assim como seus súditos. Apesar disso, os muçulmanos circulavam livremente pelo "império", tornando-se, com o passar do tempo, intérpretes, tesoureiros e ministros.

A capital do "império" continha duas aglomerações: uma dos muçulmanos e outra dos não muçulmanos. Entre elas, uma área de floresta abrigava as residências dos sacerdotes e os locais de culto, bem como as sepulturas imperiais.

Por volta de 1030, um estudioso muçulmano, recém-chegado à atual Mauritânia, teria se impressionado com o desconhecimento das leis islâmicas, dando início, cerca de doze anos depois, a uma jihad que acabou conhecida como expansão Almorávida. Além de atingir o "império" do Gana, a expansão Almorávida abrangeu

o sul de Portugal e Granada e Sevilha, na Espanha, onde obteve apoio dos árabes lá radicados, que sofriam as primeiras derrotas dos cristãos.

Embora alguns autores privilegiem a guerra para explicar o avanço Almorávida e a expansão do islamismo na curva do Níger, outros afirmam que esse processo foi muito mais dependente do comércio do que das manobras militares. De todo modo, a empresa Almorávida deixou importantes marcas no Sahel, islamizando grande parte da população do norte da África Ocidental, sobretudo os soninquês.

Embora tenha sobrevivido à expansão Almorávida, o "império" do Gana começou a se desagregar em pequenos "reinos" por volta do século XIII. Desencadeado por um conflito de sucessão que instalou a discórdia entre as principais lideranças, esse processo foi agravado pela insurgência de poderes locais contra os crescentes impostos cobrados pelo "imperador".

O "império" do Mali (século XIII ao século XVI)

Após a desagregação do "império" do Gana foi fundado, um pouco mais a sul, o "império" do Mali, que se desenvolveu através do controle do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados.

Ao contrário do que ocorreu no "império" do Gana, as elites dirigentes do Mali cedo se converteram ao islamismo, transformando-o em religião oficial. Apesar disso, a religião muçulmana era pouco difundida, já que os agricultores continuaram praticando as religiões ditas tradicionais, toleradas pelas autoridades "imperiais".

Os exércitos do "império" do Mali eram compostos por escravos não muçulmanos, dificultando a expansão da religião. Mesmo nas cerimônias religiosas islâmicas imiscuíam-se *griots* que recitavam textos "tradicionais" vinculando o "imperador" aos ancestrais do povo e da terra.

O "império" do Mali mantinha contatos, desde pelo menos o século XIV, com o sultão do Egito, os muçulmanos do Marrocos e alguns reinos da Europa, sendo inclusive reconhecido pelos Atlas europeus da época.

No início do século XIV, Mansa Musa, o "imperador" do Mali, trouxe consigo, no retorno de uma viagem a Meca, alguns estudiosos do Islã. Entre eles estava Al Sahili, que construiu as mesquitas de Tombuctu e Gaô, empregando tijolos pela primeira vez na região. Cidades como Tombuctu e Jenne, que já existiam anteriormente, ganharam novas formas de urbanização, com prédios públicos e mesquitas, além de escolas islâmicas.

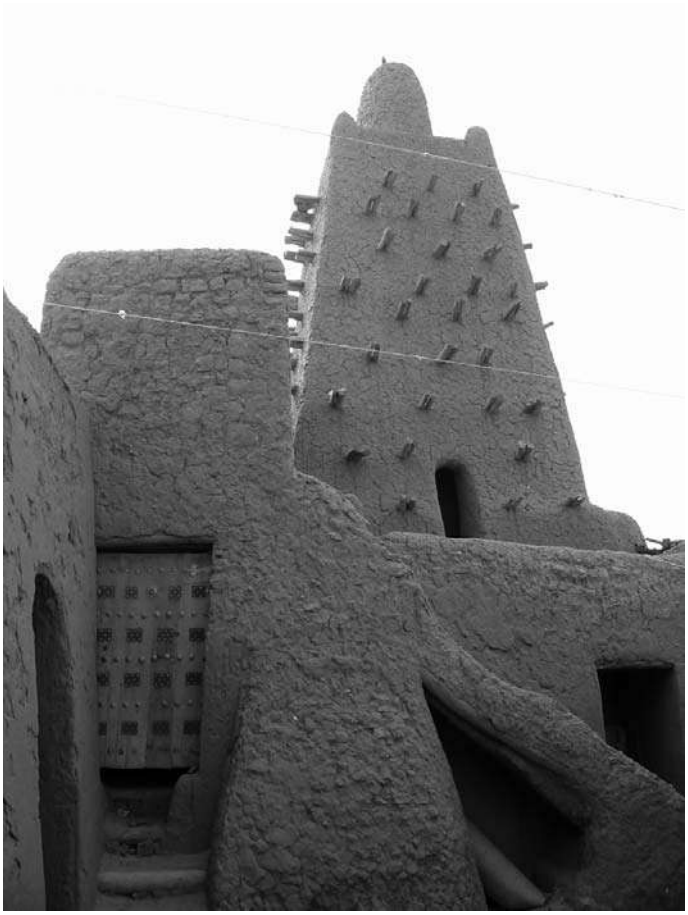


Figura 3.5: Mesquita de Djingareyber, construída em barro em 1325 em Tombuctu, no atual Mali.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tombuctu.

Para alguns autores, os segredos da legitimidade e da extensão territorial do Mali eram a sua flexibilidade religiosa, o sistema de controle indireto das províncias, através da cobrança de impostos, a expansão de uma rede de segurança e o estabelecimento de regras judiciais gerais.

No século XV, o "império" do Mali sofreria um processo de desagregação, acelerado pela expansão do estado Songai para áreas que antes lhe pertenciam.

O "império" Songai (século XV ao século XVI)

O "império" Songai existiu, como grande organização política, desde o início do século XV. No entanto, na cidade de Gao já existia, no século XI, um pequeno estado Songai, em processo de conversão ao islamismo, que no século XIV passaria a ser tributado pelo "império" do Mali.

Como vimos, foi no século XV, em meio à desagregação do Mali, que Songai se expandiu em direção a áreas daquele antigo "império".

Em meados do século XV, o "imperador" de Songai era, como outros dirigentes da África Ocidental, um muçulmano que orava na mesquita mas praticava os ritos dos antepassados; que ouvia os letrados sobre o Alcorão e consultava os oráculos e os "sacerdotes" da terra; que procurava se legitimar pelo Islã junto às populações cosmopolitas das cidades, e pelas crenças "tradicionais" junto aos habitantes das aldeias. Em função de seu ecletismo religioso, o "imperador" sofria a animosidade da elite muçulmana de Tombuctu, que se aproximava, em seu fundamentalismo, de tuaregues do deserto.

Na segunda metade do século XV, um chefe militar se levantou contra o "imperador" de Songai e tomou o poder. A guerra, que levou ao golpe de estado, pode ter sido motivada por questões religiosas – assumindo o caráter de *jihad* – ou por conflitos de base étnica. De todo modo, este chefe militar justificou o golpe através da ideia da defesa do Islã.

Desde então, o islamismo se tornou o culto imperial e Songai adotou a *sharia* – código de leis do mundo islâmico, baseado, principalmente, no Alcorão e na Suna – buscando atrair clérigos e legisladores muçulmanos. Embora o islamismo tenha se espalhado bastante, permaneceu nas cidades, sem alcançar as zonas rurais. Alguns muçulmanos de Songai atuavam como administradores, enquanto outros se destacaram na elaboração de um sistema de pesos e medidas.

O "império" Songai se expandiu muito, controlando as principais cidades comerciais das rotas transaarianas. Seu apogeu ocorreria na segunda metade do século XV, devido ao comércio de ouro e à agricultura escravista. Seu declínio, iniciado em princípios do século XVI, se completaria no final da centúria com o ataque do sultão do Marrocos, que pretendia controlar o comércio de ouro e escravos.

A expansão do islamismo entre os povos haussás

Antes do século XIV, os dirigentes muçulmanos do estado de Kanem, localizado entre o noroeste da Nigéria e o Chade atual, já possuíam um senso agudo de superioridade cultural associado à identidade de guardiões do islamismo entre povos "infiéis". Assim, avançaram para o norte da Nigéria, levando o islamismo aos povos haussás e desenvolvendo entre eles as práticas comerciais e o sistema sarauta. Este último, que surgiu no século XVII, consistia na integração de pequenos estados em "reinos", com a construção de capitais amuralhadas e a escravização sistemática de falantes de outras línguas. Esses novos "reinos", cujos segmentos dominantes eram muçulmanos embora mantivessem práticas religiosas "tradicionais", viviam em guerra quase permanente. Outra característica marcante era a importância das cidades, que controlavam as zonas rurais.

O islamismo se difundiu com espetacular rapidez entre os haussás e nas zonas vizinhas, em um processo favorecido pela prosperidade econômica da região nos séculos XVII e XVIII.

No início do século XIX, os dirigentes dos estados haussás, acusados de venerar ídolos e fazer sacrifícios, sofreram várias *jihads*, que acabaram levando à formação do califado de Sokoto. Em Sokoto, a capital do califado, a *sharia* (lei islâmica) era administrada por magistrados religiosos. O árabe era a língua dos eruditos e dos diplomatas, embora a cultura predominante e a língua da corte fossem haussá.

Ao longo dos oitocentos, em função da ocorrência de outras *jihads*, o califado de Sokoto sofreu um processo de descentralização, com a formação de emirados locais. Apesar disso, o califado sobreviveu através do registro, por escrito, dos deveres dos trinta emires que chefiavam as suas diversas unidades.

Por volta de 1900, quase todos os habitantes livres do califado eram muçulmanos, e a região haussá tinha se tornado um importante centro cultural, dotado de um sistema de ensino que, no entanto, excluía as mulheres. Ao mesmo tempo, as mulheres aristocratas passaram a viver em reclusão. A medicina "tradicional", que recorria ao poder mágico ou espiritual, tendeu a ser substituída por práticas semelhantes de origem islâmica, mas sobreviveu em áreas rurais e entre as mulheres das cidades, que participavam de um culto que envolvia dança e possessão na cura de doenças femininas. Os chefes islâmicos toleravam essas práticas mas as evitavam.

No califado, os ataques anuais de cavaleiros aos povos "infiéis" vizinhos favoreciam o aprisionamento e a escravização, tornando os cativos consideravelmente baratos. Agrupados em aldeias de "nobres" ou comerciantes, os escravos viviam em família, com seus próprios lotes de terra, mas também trabalhavam em terreno comunitário cujo produto pertencia ao senhor, que vivia na cidade. Além disso, podiam ser carregadores, artesãos, comerciantes e criados domésticos. Muitas escravas tornavam-se concubinas de seus senhores.

Alguns escravos do califado eram "de ganho", ou seja, vendiam sua força de trabalho a terceiros e pagavam aos senhores

uma parte dos rendimentos. Em Sokoto, havia proximidade cultural entre escravos e senhores e maior facilidade de fuga. Aos escravos era atribuído valor como dependentes e seguidores, e não apenas como trabalhadores. Além disso, a lei islâmica garantia aos cativos alguns direitos, como a alforria de filhos de escravas com homens livres. Apesar dessas características, a escravidão em Sokoto envolvia castigos corporais e profissionais especializados em aprisionar escravos e capturar fugidos.

Ocorreram mais duas *jihads* no século XIX, ambas na parte ocidental da savana. Em 1818, no delta interior do rio Níger, também na atual Nigéria, um clérigo do povo fulbe conquistou adeptos muçulmanos contra as autoridades e fundou, através de uma *jihad*, um califado teocrático, governado por um conselho de quarenta clérigos que cobravam impostos corânicos. Além de obrigarem os pastores fulbe à sedentarização, as autoridades do califado baniram a dança, o tabaco e os tecidos mais ricos, procurando impor o islamismo aos povos vizinhos.

Já em 1852, os tukulor e os fulbe que viviam no vale do Senegal, na atual Mauritânia, buscaram combater, através de uma *jihad*, os "reinos" dos povos bambara da região do Mali. Embora islamizados, os "reinos" bambara eram ecléticos, mantendo aspectos das religiões ditas tradicionais e sendo considerados pelos muçulmanos mais ortodoxos os últimos grandes estados pagãos da savana. As capitais dos "reinos" bambara foram sendo conquistadas entre meados dos anos 1850 e o início dos anos 1860. Um estado islâmico foi fundado em Kaarta, na parte ocidental do atual Mali, mas não conseguiu estabilizar os territórios conquistados em função da resistência dos bambara. A guerra continuou até a conquista da região pela França, na década de 1890.

Jihad e escravidão

As *jihads* ou "guerras santas" opondo estados islâmicos a povos pagãos, mesmo quando esses últimos possuíam governantes nominalmente muçulmanos, foram as principais formas de escravização em certas áreas da África Ocidental nos séculos XVII, XVIII e mesmo no século XIX.

As novas conversões

A expansão do islamismo prosseguiu no continente africano, inclusive após a chegada dos europeus, e continua a conquistar novos adeptos no presente. Para alguns autores, a desagregação social decorrente da conquista europeia estimulou o avanço da religião muçulmana no século XX, provocando conversões em massa na Nigéria, no Senegal, na África Central e Oriental. No início, a fé islâmica teria sido adotada através do ecletismo, identificando-se os espíritos menores das crenças "tradicionais" com os gênios demoníacos (*jinn*) do islamismo.

Para atrair fiéis, os muçulmanos privilegiavam a adivinhação e a magia protetora. Entretanto, a insistência na leitura do Alcorão acabou estimulando, em algumas partes, a criação de escolas islâmicas independentes que em alguns casos formaram, no século XX, futuros nacionalistas.

Atende ao Objetivo 3

3. Ao longo dessa aula, analisamos dois grandes modelos de expansão do islamismo, que correspondem, respectivamente, ao norte e à África Subsaariana (neste último caso incluindo as costas ocidental e oriental). Aponte as principais características desses modelos, situando cronologicamente o início dos referidos processos.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

O avanço do islamismo no continente africano pode ser descrito, em linhas gerais, através de dois grandes modelos: expansão e conquista territorial (caso do norte), ou como resultado das atividades comerciais (caso das costas ocidental e oriental).

No norte do continente, a expansão do islamismo ocorreu a partir do século VII, quando muçulmanos provenientes da Península Arábica chegaram ao Egito. Em todo o norte, o avanço da religião muçulmana esteve relacionado à conquista territorial, gerando o surgimento de califados e a independência sucessiva de várias regiões que antes faziam parte do Império Bizantino.

A costa oriental era frequentada por mercadores provenientes da Península Arábica desde o primeiro século da era cristã, comprando marfim para exportação (que no século X atingia as

atuais Índia e China) e vendendo contas de vidro, cerâmica iraniana, tijolos cozidos e objetos de barro da Arábia. Com o passar do tempo, os produtos levados pelos árabes para a costa oriental vinham de regiões cada vez mais distantes, como os objetos chineses de pedra que provavelmente atravessavam o Golfo Pérsico.

Assim, o islamismo chegou à costa oriental, através do comércio, ainda no século VII, pouco depois do seu surgimento. O casamento de comerciantes árabes com mulheres locais gerou uma população mestiça, dotada de uma cultura híbrida que a partir do século XIX se caracterizou pelo surgimento do suaíli, uma língua banto repleta de palavras árabes. Inicialmente usado como língua franca nas rotas comerciais da costa oriental, o suaíli é hoje falado em vários países. No Quênia, na Tanzânia e em Uganda, é a língua oficial. No entanto, também se faz presente na República Democrática do Congo, em áreas urbanas do Burundi e do Ruanda, no sul da Somália, no norte de Moçambique, na Zâmbia, no sul da Etiópia e em algumas comunidades de Madagascar e Comores.

A penetração do islamismo na parte ocidental da África Subsaariana, ocorrida a partir do século IX, não foi acompanhada de conquista territorial. Nesse caso, o principal vetor de penetração da religião muçulmana foi o comércio transaariano, que ligava o norte às savanas através do Saara, chegando a atingir a Península Arábica e o Mediterrâneo. Tal comércio, que tinha como base a troca de sal-gema do Saara por ouro e escravos do sul, acabou dinamizando o processo de conversão de povos "pagãos" ao islamismo, que teve diferentes ritmos em cada aldeia, cidade, "reino" ou "império".

CONCLUSÃO

No norte da África, a expansão do islamismo envolveu conquistas territoriais, promovendo, ainda, considerável arabização. Nas savanas da África Ocidental, o comércio foi o principal vetor da islamização, que não foi acompanhada, na maioria dos casos, de uma arabização mais profunda. Também na costa oriental, a religião muçulmana se disseminou através do comércio. Embora tenha havido, na costa oriental, mais islamização que arabização, a formação

da cultura suaíli pode ser apontada como exemplo de adoção de aspectos da língua e da cultura árabe, mesclados às línguas e culturas autóctones. Em todos os casos, a islamização foi acompanhada, necessariamente, de um processo de africanização do Islã.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Diferencie os processos de expansão do islamismo nas diversas regiões do continente, tendo em vista as ideias de islamização da África, africanização do Islã e arabização.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

No norte da África, a expansão do islamismo envolveu conquistas territoriais, promovendo, ainda, considerável arabização. Nas savanas da África Ocidental, o comércio foi o principal vetor da islamização, que não foi acompanhada, na maioria dos casos, de uma arabização mais profunda. Também na costa oriental, a religião muçulmana se disseminou através do comércio. Embora tenha havido, na costa oriental, mais islamização que arabização, a formação da cultura suaíli pode ser apontada como exemplo de adoção de aspectos da língua e da cultura árabe, mesclados às línguas e culturas autóctones. Em todos os casos, a islamização foi acompanhada, necessariamente, de um processo de africanização do Islã.

RESUMO

O avanço do islamismo no continente africano pode ser descrito, em linhas gerais, através de dois grandes modelos: expansão e conquista territorial (caso do norte), ou como resultado das atividades comerciais (caso das costas oriental e ocidental).

No norte do continente, a expansão do islamismo ocorreu a partir do século VII, quando muçulmanos provenientes da Península Arábica chegaram ao Egito. Em todo o norte, o avanço da religião muçulmana esteve relacionado à conquista territorial, gerando o surgimento de califados e a independência sucessiva de várias regiões que antes faziam parte do Império Bizantino.

A costa oriental era frequentada por mercadores provenientes da Península Arábica desde o primeiro século da era cristã, comprando marfim para exportação (que no século X atingia as atuais Índia e China) e vendendo contas de vidro, cerâmica iraniana, tijolos cozidos e objetos de barro da Arábia. Assim, o islamismo chegou à costa oriental, através do comércio, ainda no século VII, pouco depois do seu surgimento.

A penetração do islamismo na parte ocidental da África subsaariana, ocorrida a partir do século IX, não foi acompanhada de conquista territorial. Nesse caso, o principal vetor de penetração da religião muçulmana foi o comércio transaariano, que ligava o norte às savanas através do Saara, chegando a atingir a Península Arábica e o Mediterrâneo. Tal comércio, que tinha como base a troca de sal-gema do Saara por ouro e escravos do sul, acabou dinamizando o processo de conversão de povos "pagãos" ao islamismo, que teve diferentes ritmos em cada aldeia, cidade, "reino" ou "império".

Em várias partes do continente, a islamização não foi acompanhada de arabização. Em outras, houve arabização relativa. A adoção do islamismo não pode ser descrita como a simples transposição da doutrina e das práticas corânicas, já que os novos muçulmanos possuíam culturas e religiões que não

foram completamente apagadas pela conversão. Muitos africanos convertidos mantiveram, de forma extremamente eclética, crenças e ritos de suas antigas religiões. Por esse motivo, a expansão do islamismo na África propiciou diferentes leituras dos textos sagrados e das práticas características da religião muçulmana, gerando vivências diferenciadas da mesma. Se o islamismo foi adaptado, em cada tempo e lugar, às diferentes realidades do continente, podemos dizer que "a islamização da África foi, ao mesmo tempo, a africanização do Islã".

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula estudaremos os "impérios" do Gana, Mali e Songai, localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental. Embora os três já tenham sido abordados na aula de hoje, a propósito da penetração do islamismo, julgamos pertinente aprofundar o conhecimento sobre eles, privilegiando aspectos da sua formação e dinâmica de funcionamento.

Aula 4

Os "impérios" da curva do Níger: Gana, Mali e Songai

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar as características mais importantes dos "impérios" da curva do Níger: Gana, Mali e Songai.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar criticamente a utilização dos conceitos de "reino" e "império", oriundos do estudo de realidades não africanas;
2. reconhecer que os "reinos" e "impérios" não foram o padrão dominante entre as diversas formações sociais do continente africano;
3. definir as principais características dos "impérios" do Gana, Mali e Songai.

INTRODUÇÃO

Para acompanhar esta aula, você deverá lembrar que as populações africanas possuíam culturas e organizações políticas muito diversificadas, antes da chegada dos europeus. Se existiram "reinos" e "impérios", dotados de centralização política, inúmeros povos viviam em pequenas aldeias, chefiadas por conselhos de anciãos, em que os conflitos eram muitas vezes solucionados por sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Você deverá recordar, também, que a valorização da história pré-colonial, e particularmente dos chamados "reinos" e "impérios", esteve relacionada à atuação de historiadores africanos que, nos anos 1950 e 1960, animados pelos movimentos de libertação nacional, buscaram afirmar a dignidade e a grandiosidade do continente, rompendo com a ideia de inferioridade, presente na historiografia colonial.

Por fim, será preciso lembrar que os esforços desses historiadores tiveram estreita relação com o uso de categorias tomadas de empréstimo da história europeia, tais como "reinos", "impérios" e "dinastias", já que se pretendia mostrar que a África também possuía, antes da chegada dos europeus, o que se acreditava que de melhor havia sido produzido na Europa.

Esta aula deve ser iniciada, portanto, pela problematização do seu título e do seu recorte temático.

O estudo dos "reinos" e "impérios" africanos é complexo, por vários motivos. Em primeiro lugar, porque as formações sociais do continente sofreram inúmeras modificações ao longo do tempo, mesmo se considerarmos apenas o período anterior à chegada dos europeus. Assim, algumas dessas sociedades sofreram consideráveis transformações ao longo da sua história, e a percepção das mudanças é frequentemente dificultada pela ausência ou, no mínimo, pela carência de fontes escritas.

Em segundo lugar, devemos considerar as dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao estudo dos "reinos" e "impérios" africanos. Através do cruzamento de fontes e abordagens disciplinares variadas, é possível reconstituir parte da história dessas formações sociais. Entretanto, essa história continua a ser investigada e apresentada de forma muito superficial. Por muito tempo, os historiadores debruçaram-se sobre os estados africanos pré-coloniais adotando uma perspectiva mais descritiva que problematizante, mais empenhados em construir a cronologia dos grandes acontecimentos e em salientar a ação dos grandes homens. Mesmo os mecanismos de funcionamento e os rearranjos sociais ligados aos processos de formação e desenvolvimento desses estados estiveram, frequentemente, ausentes de suas preocupações.

No entanto, há algumas décadas surgiram novos debates em torno de questões importantes para o estudo das formações sociais africanas. Entre eles, destacam-se o questionamento da distinção entre sociedades sem estado e sociedades estatais; a análise das condições, das formas e das causas da passagem de um modelo para outro; a investigação da articulação entre centro e periferia nos chamados "impérios" e as formas de integração entre ambos; a crítica à qualificação de certos poderes de mando como "tradicionais". Definir uma autoridade – ou uma sociedade, religião etc. – como "tradicional" seria depreciativo, já que tal caracterização partiria de uma concepção de "moderno", associada, evidentemente, às sociedades europeias. Além de preconceituosa, tal designação seria imprecisa, já que poderes, crenças e formações sociais muito diversas seriam qualificados, indistintamente, como "tradicionais". Mesmo reconhecendo tais problemas e imprecisões, decidimos manter, nesta e em outras aulas, o uso da categoria "tradicional", remetendo a poderes e realidades que, embora muito distintos, compartilham o fato de serem criações dos próprios africanos.

Esses novos debates incluem, evidentemente, a crítica ao uso de categorias derivadas da história europeia para a análise do passado das sociedades africanas, que geraria importantes problemas

conceituais. A bibliografia dedicada ao tema frequentemente utiliza, sem distinção, as expressões "reino" e "império", para se referir às mesmas formações político-sociais. Por vezes, a menção ao "império" do Mali é seguida, linhas depois, pela referência ao "imperador" como "rei". O mesmo "império", por sua vez, aparece denominado como "reino" em textos de outros autores. Assim, vale registrar um alerta: quando se decide manter a designação de "reinos" e "impérios" para certas organizações político-sociais africanas, isso se deve, acima de tudo, à percepção de que a invenção de outras categorias seria trabalhosa e acabaria gerando outros problemas.

A opção pelo uso de tais categorias exige, evidentemente, que se leve em conta algumas especificidades. Uma delas é a reduzida dimensão dos "impérios" africanos, quando comparados aos asiáticos e europeus. A China imperial ocupava um território de 3 ou 4 milhões de quilômetros quadrados. O Império Russo, no século XVII, tinha cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados. As possessões espanholas tinham controle efetivo de mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Na África, em contraste, estados como Songai, definidos pelos historiadores como grandes "impérios", controlavam áreas de 500 mil a um milhão de quilômetros quadrados. Estados na escala de Songai ocupavam apenas uma parte da África Subsaariana, sobretudo os ricos vales dos rios nas regiões ocidentais e centrais. Fora dessa área não existiam estados com territórios tão vastos. No total, talvez apenas 30% do continente fosse ocupado por estados com território superior a 50 mil quilômetros quadrados, e pelo menos metade dessa área era ocupada por estados de tamanho médio (de 50 a 150 mil quilômetros quadrados). No resto da África Atlântica, espalhavam-se pequenos e até mesmo minúsculos estados.

Atende ao Objetivo 1

1. Um dos problemas subjacentes à utilização dos conceitos de "reino" e "império" para o estudo de realidades africanas diz respeito à dimensão territorial dessas formações sociais no continente e fora dele. Explique.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Mesmo os maiores "impérios" africanos tinham dimensões territoriais reduzidas, quando comparados aos asiáticos e europeus. Se decidirmos utilizar os conceitos de "reino" e "império" para o estudo de realidades africanas, devemos levar em conta essa especificidade. A China imperial ocupava um território de 3 ou 4 milhões de quilômetros quadrados. O Império Russo, no século XVII, tinha cerca de 2,5 milhões de quilômetros quadrados. As possessões espanholas tinham controle efetivo de mais de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Na África, em contraste, estados como Songai, definidos pelos historiadores como grandes "impérios", controlavam áreas de 500 mil a um milhão de quilômetros quadrados. Estados na escala de Songai ocupavam apenas uma parte do continente, sobretudo os ricos vales dos rios nas regiões ocidentais e centrais. Fora dessa área não existiam estados com territórios tão vastos. No total, talvez apenas 30% do continente fosse ocupado por estados com território superior a 50 mil

quilômetros quadrados, e pelo menos metade dessa área era ocupada por estados de tamanho médio (de 50 a 150 mil quilômetros quadrados). No resto da África Atlântica, espalhavam-se pequenos e até mesmo minúsculos estados.

Haveria, ainda, outro problema de fundo quando falamos em "reinos" e "impérios" africanos. O ocidente refletiria sobre as organizações políticas em termos de centralização: "reinos", "impérios", "estados". As sociedades africanas, em contraste, pensariam a política em termos de composição de poderes. Para os ocidentais, o pertencimento ao mundo e a relação com o estado se dariam a partir da noção de indivíduo. Na África, não haveria a ideia de um indivíduo que se relaciona diretamente com o estado. Seu pertencimento social seria relacionado, necessariamente, ao grupo. Por esse motivo, um dos maiores desafios inerentes ao processo de formação dos "reinos" e "impérios" africanos seria a diferenciação do soberano de seu grupo de origem, de modo que ele pudesse agir de forma neutra diante de todos os grupos por ele governados. Em algumas sociedades, definiu-se que a única forma de obrigar o novo "rei" a desligar-se da sua linhagem era obrigá-lo a quebrar um grande tabu, mantendo, por exemplo, relações sexuais com a própria irmã em uma cerimônia pública. Caso ele sobrevivesse ao ritual, estaria desligado de forma plena e irreversível de sua linhagem e, portanto, habilitado para o exercício da nova função.

Da dificuldade de desligamento pleno do soberano dos interesses do seu grupo de origem resultaria, inclusive, certa divisão dos poderes em alguns estados africanos. O poder "interno", ligado aos assuntos comunitários ou "domésticos", seria colegiado, composto. Apenas o poder "externo", voltado para a relação com outros povos e estados, ficaria a cargo do poder central, do "rei" ou "imperador".

Como vimos, grande parte dos povos africanos vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governava-se pelos costumes e solucionava seus conflitos através dos conselhos de anciãos ou de sociedades secretas de caráter mágico-religioso. Assim, a África possuía diferentes formas de organização político-social antes da chegada dos europeus – desde as "sociedades sem estado" já mencionadas até as cidades-estado, os "reinos" e o que alguns autores denominam grandes "impérios", que controlavam vários povos e amplas extensões territoriais (para os padrões africanos).

Para alguns autores, as sociedades com poder político descentralizado eram mais complexas e sofisticadas do que se costuma supor, possuindo maior estabilidade que os "reinos" e "impérios". A centralização do poder não necessariamente implicava em desenvolvimento político e cultural superior. Em muitas sociedades com poder político descentralizado, a ***linhagem*** ou o ***clã*** formavam unidades políticas; cabeças de linhagem ou clã exerciam autoridade, embora o poder tendesse a ser difuso, levando a que muitos anciãos buscassem o consenso. No entanto, a autoridade religiosa e judicial estava, em muitos casos, nas mãos de certos grupos, sugerindo a especialização das funções.

Linhagem
Grupo formado por pessoas que possuem uma única linha de descendência (patrilinear ou matrilinear), traçada a partir de um antepassado comum. Ninguém pode pertencer, ao mesmo tempo, a mais de uma linhagem, mas todos pertencem a uma linhagem e possuem laços com outras linhagens.
Nas sociedades matrilineares – caso da maior parte das sociedades da África Subsaariana –, a descendência é transmitida pela linha materna. O filho de uma mulher pertence à linhagem desta, e não à linhagem paterna.

Clã
Grupo social que atribui a si um antepassado comum. Pode incluir várias linhagens. Trata-se, no entanto, de um conceito que dá margem a várias interpretações, não havendo pleno consenso sobre o seu significado.

Atende ao Objetivo 2

2. É possível afirmar que os "reinos" e "impérios" não foram o padrão dominante entre as diversas formações sociais africanas. Explique.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Grande parte dos povos africanos vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governava-se pelos costumes e solucionava seus conflitos através dos conselhos de anciãos ou de sociedades secretas de caráter mágico-religioso. Assim, a África possuía diferentes formas de organização político-social antes da chegada dos europeus – desde as "sociedades sem estado" até as cidades-estado, os "reinos" e o que alguns autores denominam grandes "impérios", que controlavam vários povos e amplas extensões territoriais (para os padrões africanos).

Os "reinos" ou "impérios" africanos foram vários, em diferentes épocas. Serão estudados, nesta aula, apenas os "impérios" localizados da curva do rio Níger, na África Ocidental: Gana, Mali e Songai.

É importante salientar que a história desses "impérios" esteve estreitamente relacionada à sua atuação no comércio, sobretudo de ouro e escravos. Na África Ocidental, o ouro era produzido nos atuais Mali e Gana (cujos territórios não correspondem ao dos antigos "impérios"), de onde partia para as rotas transaarianas.

Os impérios da curva do Níger e sua ligação com o comércio transaariano

Como vimos na última aula, o comércio transaariano, especialmente a exportação de ouro e escravos das savanas da África Ocidental para o norte da África, a Península Arábica e o Mediterrâneo, esteve relacionada à formação de três grandes organizações políticas, que alguns autores denominam "impérios" da curva do Níger: Gana, Mali e Songai. Esses três "impérios" tinham "reinos" tributários dotados de grande autonomia no que dizia respeito a costumes, práticas e religiões.

Passemos, então, a uma breve descrição de cada um deles.

O "império" do Gana (do século VIII ao século XIII)

Localizado entre os atuais Mali e Mauritânia, o "império" do Gana controlava o comércio do ouro das minas de Bambuk, localizadas na parte ocidental do atual Mali, ligando-se, através de uma rota comercial, à atual Argélia e ao sul do Marrocos.

Segundo alguns autores, no final do século VIII o Gana já aparecia descrito como "país do ouro" em uma obra de geografia árabe. Já para outros, as primeiras fontes escritas com referências sobre o "império" datam das últimas décadas do século X, produzidas por comerciantes ou religiosos árabes.

O "império" do Gana ficava numa região onde viviam

pastores berberes, que conduziam carneiros e bois, e agricultores negros. Além de ouro, a região possuía fontes de ferro, utilizado na confecção de espadas e lanças. São abundantes as narrativas árabes sobre o poder bélico, a riqueza em ouro e a organização social e política do Gana.

Seus dirigentes eram do povo soninquê e seus domínios cobriam a maior parte dos territórios habitados por esse povo. O poder do "imperador" não era baseado na soberania sobre o território, mas sim sobre as pessoas. Embora ele possuísse uma ampla esfera de influência, os chefes locais frequentemente governavam sem ingerência central, apenas cumprindo os deveres de auxílio militar e pagamento de tributos. Além disso, o "imperador" era auxiliado por um conselho que incluía antigos escravos-soldados com histórias de destaque nos campos de batalha e filhos dos "reis" dos territórios conquistados.

A justiça era exercida diretamente pelo "imperador" na capital, onde ele fazia uma ronda matinal, acompanhado de uma guarda, e solucionava rapidamente os conflitos mais simples. O mesmo era feito, nas outras partes do "império", por seus representantes.

Embora o "imperador" e seus "súditos" cultuassem diferentes deuses, muçulmanos circulavam livremente pelo "império", tornando-se, com o passar do tempo, intérpretes, tesoureiros e "ministros". A capital do "império" continha duas aglomerações, uma destinada aos muçulmanos e outra aos não muçulmanos. Entre elas, uma área de floresta abrigava as residências dos sacerdotes e os locais de culto, bem como as sepulturas "imperiais".

O "império" do Gana tinha, na vizinhança, "reinos" concorrentes. Assim, a principal preocupação do "imperador" era a defesa, tanto em relação aos vizinhos quanto aos nômades berberes, que podiam atacar as caravanas que transportavam mercadorias através do Saara. As atividades comerciais do "império" ligavam-se à intermediação entre o norte, que comprava ouro, escravos e

marfim, e o sul, que adquiria sal, tecidos de lã e algodão, figos, tâmaras e peças de cobre. Controlando essa rota e cobrando pedágios, o "imperador" do Gana armazenava ouro e evitava a sua desvalorização.

A sucessão no trono era matrilinear, ou seja, o sobrinho do imperador, filho da sua irmã, assumia o poder após a sua morte. Tal característica, bastante comum entre os povos agrícolas sedentários do continente, ali estava associada à busca da certeza da permanência do "sangue real". Quando falecia, o "imperador" era enterrado com grande pompa, com suas armas, pratos e cabaças. Os cozinheiros e copeiros também eram enterrados, sendo esse costume uma garantia contra envenenamentos, como ocorria na Núbia e no Egito.

Em 1042, um estudioso do Islã que chegara cerca de dez anos antes à região da atual Mauritânia organizou um exército de cavaleiros, cameleiros e infantaria, e deu início a uma *jihad*. Esse movimento, conhecido como Invasão Almorávida, atingiu, além do "império" do Gana, o sul de Portugal e a Espanha. Na parte norte da África Ocidental, a Invasão Almorávida promoveu a conversão de grande parte da população ao islamismo.

A desagregação do "império" do Gana se iniciou com um conflito de sucessão. O surgimento de poderes locais insurgentes, buscando se livrar dos crescentes impostos, teria provocado a sua desagregação em pequenos "reinos" por volta do século XIII. Assim, o Gana teria sobrevivido à expansão Almorávida, sem nunca mais atingir a antiga prosperidade.

Figura 4.1: O "império" do Gana em sua máxima extensão.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Ghana_empire_map.png

O "império" do Mali (do século XIII ao século XVI)

Após a desagregação do Gana, foi fundado, um pouco mais ao sul, o "império" do Mali, que se desenvolveu através do controle do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados.

Segundo alguns autores, existiam vários pequenos estados, por volta do século VIII, na curva do rio Níger, em meio às rotas comerciais. Um deles talvez fosse o embrião do "império" do Mali.

De acordo com a tradição oral, um desses pequenos "reinos" teria se fortalecido entre os séculos XI e XII, com a formação de um exército poderoso e organizado. Com o tempo, vários soberanos dos pequenos "reinos" vizinhos teriam se subordinado voluntariamente a ele, dando origem, em meados do século XIII, ao "império" do Mali.

O Mali não era um estado unitário nem homogêneo e englobava diversas formas políticas locais. A cobrança de tributos em distintas regiões exigia tolerância às particularidades de cada parte do "império". Nunca foi possível, por exemplo, controlar diretamente as regiões de Bambuk e Buré, produtoras de ouro.

Para alguns autores, o segredo da legitimidade e da extensão territorial do Mali era a sua flexibilidade religiosa, o sistema de controle indireto das províncias, através da cobrança de impostos, a expansão de uma rede de segurança e o estabelecimento de regras judiciais gerais.

A ampliação do poder do "império" do Mali prosseguiu até a primeira metade do século XIV. Apesar da pompa do "imperador", os povos sob seu domínio viviam em cabanas e cultivavam grãos com técnicas rudimentares. O islamismo, por sua vez, era pouco difundido, embora o "imperador" e as elites dirigentes tenham se convertido cedo à religião muçulmana, tornada oficial. A grande massa de camponeses continuava adepta das religiões "tradicionais", cujas práticas eram toleradas pelas autoridades, preocupadas apenas com a cobrança de impostos em alimentos e homens para a guerra.

O exército do "império" do Mali era composto por escravos, em sua maioria não muçulmanos, dificultando a expansão da religião. O cerimonial do "imperador" era inovador e seus símbolos – especialmente o guarda-sol – espalharam-se vastamente por toda a região. A estrutura social e política do Mali era complexa. No ápice da pirâmide hierárquica estava o "imperador", depois dele a linhagem real e, num círculo mais largo, o clã dos Queita. Em seguida, situava-se o povo mandinga e, após ele, todos os outros.

Os filhos dos chefes locais eram levados a viver junto ao "imperador". Complementarmente, um representante do "imperador" era destinado a viver junto a cada chefe local. Nas regiões estratégicas para o comércio, o governo era exercido diretamente por um representante da família ou por um escravo do "imperador".

O monopólio comercial dos cavalos, armas e escravos era a base de sustentação do poder "imperial", e a escravidão era prática comum.

Desde cerca de 1320, quando o "imperador" viajou ao Cairo, o Mali intensificou suas relações com o Egito e os muçulmanos do atual Marrocos. O "imperador" mantinha contatos regulares, também, com a Europa.

Retornando de uma viagem a Meca, o "imperador" do Mali trouxe consigo religiosos muçulmanos, responsáveis pela construção de mesquitas nas cidades de Tombuctu e Gaô. Cidades como Tombuctu e Jenne, que já existiam anteriormente, ganharam novas formas de urbanização, com prédios públicos e mesquitas, além de escolas islâmicas.

Com o desenvolvimento de Tombuctu e Jenne, ocorreu uma ampliação das atividades comerciais, que chegaram cada vez mais próximas da região da floresta onde se trocava sal por ouro, produzido no Gana atual. Também os produtos diversificaram-se, incluindo amendoim, papaia, algodão e noz de cola, demonstrando uma dedicação considerável às atividades agrícolas.

No século XIV, embates sucessórios começaram a provocar o desmoronamento do "império". As guerras intestinas, com a consequente autonomia de "reinos" tributários, enfraqueceram o Mali, facilitando as invasões externas. O declínio foi longo, perdurando por todo o século XV, com a invasão de algumas de suas províncias por povos vizinhos. A capital foi saqueada pelo "império" de Songai em 1545, sendo destruída em 1630.

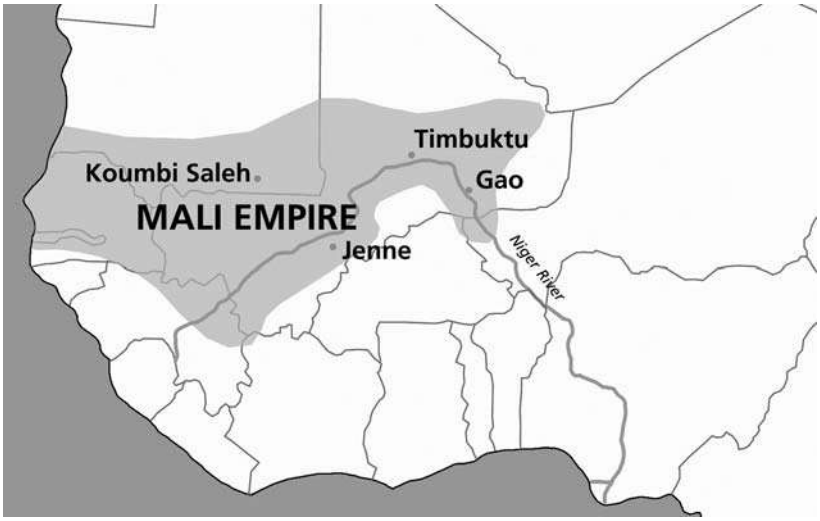


Figura 4.2: O "império" do Mali em 1350.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8f/MALI_empire_map.PNG

O "império" Songai (do século XV ao século XVI)

Embora já houvesse na cidade de Gao, no século XI, um pequeno estado Songai, o "império" existiu, como grande organização política, desde o início do século XV. Sua formação resultou das atividades expansionistas de uma dinastia de guerreiros, levadas a cabo a partir do final do século XIV.

No século XIV, esse pequeno estado passou a ser tributado pelo "império" do Mali. Apenas no século seguinte, em meio à desagregação do Mali, Songai expandiu-se em direção a áreas daquele antigo "império". Assim, os songais atacaram territórios do Mali e subjugaram vários povos.

No final do século XV, Songai disputava os espólios do "império" do Mali que ruía. Seu principal interesse era a cidade de Tombuctu, que era o mais importante entreposto comercial da região e concentrava eruditos muçulmanos, sendo também um centro irradiador do islamismo.

Songai saiu vitorioso, tomando Tombuctu, em 1469, dos tuaregues, que haviam instalado um governo na cidade cerca de trinta anos antes. De Tombuctu, o "imperador" de Songai partiu para a conquista de Jenne, que fazia a ligação entre a savana e a floresta.

Como vimos na aula anterior, embora o "imperador" de Songai fosse muçulmano, praticava também os ritos dos antepassados. Segundo a descrição do erudito muçulmano Al-Maghili, a população do "império" incluía um grande número de adoradores de ídolos, árvores e pedras. O que mais chocava o religioso, entretanto, era a prática de sacrifícios.

Na segunda metade do século XV, esse ecletismo religioso provocou a animosidade da elite muçulmana de Tombuctu, defensora de um islamismo supostamente mais adequado à doutrina e às práticas presentes na Península Arábica. A defesa de um islamismo mais "puro" estaria relacionada à percepção do processo de africanização do Islã, discutido na última aula. Tal situação acabaria gerando uma *jihad*.

O chefe militar da *jihad* tomou o poder com a justificativa da defesa do islamismo, transformando-o no culto "imperial", adotando a sharia e buscando atrair clérigos e legisladores muçulmanos. Religiosos de renome no mundo islâmico passaram a ensinar na universidade-mesquita de Sankore, em Tombuctu. Apesar disso, o islamismo em Songai expandiu-se mas permaneceu nas cidades, sem alcançar as zonas rurais.

Songai era, como os demais "impérios" da região, um tecido de suseranias e obediências, com cada povo mantendo sua organização social, seus costumes e sua religião. No entanto, discrepava de outros "impérios" por conter um grande núcleo, formado por várias províncias governadas por homens de confiança ou parentes do "imperador". Esses altos funcionários asseguravam a centralização e a unidade do estado.

Havia também, junto ao "imperador", "ministros" responsáveis por diferentes esferas do "império". Dentre eles, os mais importantes

dedicavam-se às questões militares. O exército de Songai acabou se profissionalizando, liberando o povo para a produção agrícola, sobretudo de arroz, e gerando uma clara divisão entre civis e militares, esses últimos quase sempre escravos. Baseado na cavalaria, esse exército mantinha-se sempre em ação, combatendo os dissidentes nas fronteiras do "império".

Além de serem soldados e agricultores, os escravos desempenhavam várias funções, atuando como funcionários, artesãos e trabalhadores nas obras públicas.

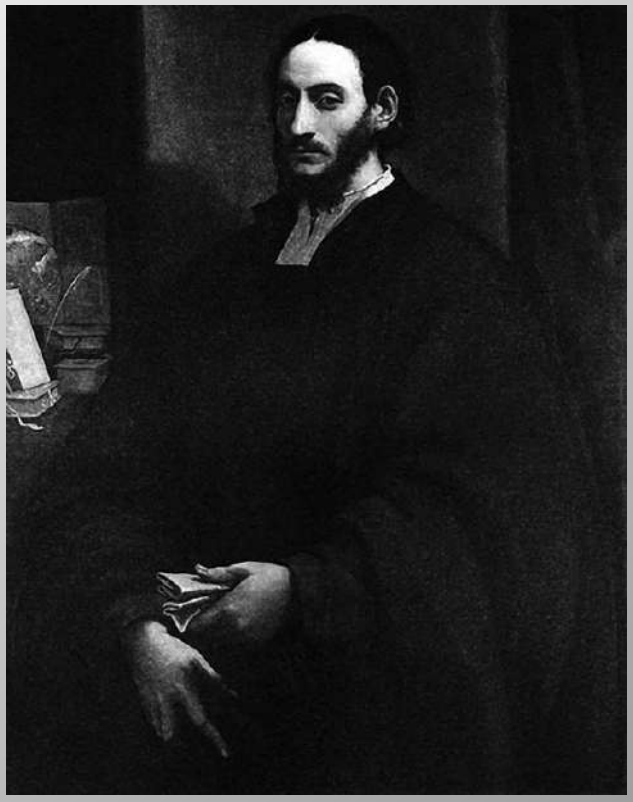
Segundo os relatos de Leo Africanus, que esteve em Tombuctu em cerca de 1510, o "império" Songai expandiu-se muito, controlando as principais cidades comerciais das rotas transaarianas. Depois disso, voltou suas atenções para o território haussá, no norte da Nigéria atual, subordinando algumas de suas principais cidades-estado.

Figura 4.3: O "império" Songai.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Songhai_Empire_(orthographic_projection).svg

Curiosidade

Leão, o Africano (Leo Africanus)

O diplomata, geógrafo e explorador Leão, o Africano, nasceu em Granada, em 1494, mas cedo se mudou com a família para a cidade de Fez, no Marrocos, onde estudou na universidade de Al Karaouine. Ainda jovem, acompanhou o tio em uma longa viagem diplomática, na qual conheceu a cidade de Tombuctu. Em 1518, foi capturado por corsários espanhóis e entregue ao papa Leão X. Em Roma, converteu-se ao cristianismo e escreveu sua obra mais importante, denominada "Descrição da África e das coisas notáveis que aí existem". Provavelmente deixou Roma em 1527 e faleceu em Túnis, na atual Tunísia, em 1554, após ter se reconvertido ao islamismo.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e3/Leo_africanus.jpg

O apogeu de Songai ocorreu na segunda metade do século XV, quando se tornou o "império" mais extenso da região. Sua prosperidade devia-se aos agricultores escravos e, sobretudo, ao comércio de ouro.

No começo do século XVI, um novo estado surgiu entre Songai e os territórios haussás, passando a anexar as cidades destes últimos. Esse processo teria desencadeado o declínio de Songai, cujo fim definitivo ocorreria no final do século XVI, após um ataque do sultão do Marrocos, que com um grande exército dotado de armas de fogo pretendia controlar o comércio de ouro e escravos.

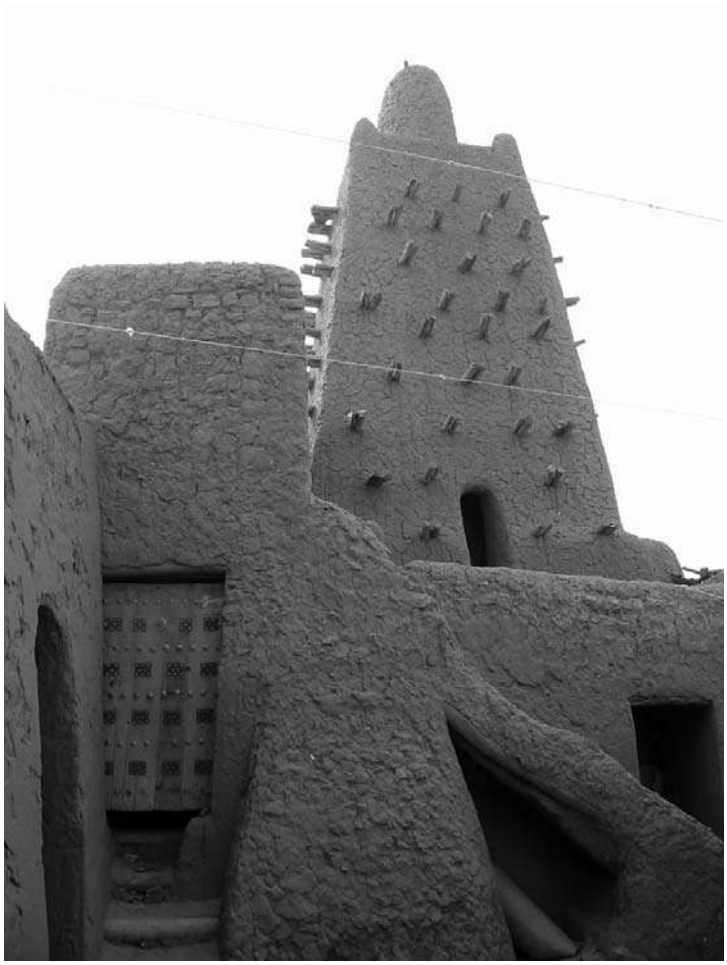


Figura 4.4: Mesquita Djingareiber em Tombuctu, cidade patrimônio da Unesco.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Songhai_Empire_(orthographic_projection).svg

CONCLUSÃO

A história dos "impérios" da curva do Níger possui estreitas relações com o desenvolvimento do comércio transaariano e, consequentemente, com o avanço do islamismo no continente africano. Entrelaçando temas como comércio, desenvolvimento urbano, centralização política e islamismo, tal história foi valorizada por estudiosos que, em meados do século XX, sob a influência dos nacionalismos africanos, buscaram apontar, na história da África, realizações compatíveis com as encontradas na história da Europa.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Aponte algumas das principais características dos "impérios" do Gana, Mali e Songai, indicando também sua localização e período de existência.

Resposta Comentada

Os três "impérios" estavam localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental. Sua posição permitia-lhes fazer a ligação entre o deserto e as savanas, o que explica sua estreita ligação com o comércio transaariano.

Os três possuíam "reinos" tributários, dotados de grande autonomia no que dizia respeito a costumes, práticas e religiões, e sofreram processos de islamização que não impediram a manutenção de crenças e práticas religiosas "tradicionais". Além disso, todos conheciam e praticavam a escravidão e o comércio de escravos.

O "império" do Gana, existente entre os séculos VIII e XIII, controlava o comércio do ouro das minas de Bambuk, localizadas na parte ocidental do atual Mali, ligando-se, através de uma rota comercial, à atual Argélia e ao sul do Marrocos. A conversão de uma parcela mais ampla da sua população ao islamismo resultou, sobretudo, da Invasão Almorávida, ocorrida no século XI, embora já existisse, antes disso, uma aglomeração de muçulmanos na sua capital.

O "império" do Mali existiu entre os séculos XIII e XVI, tendo se desenvolvido através do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados. Seu "imperador" e suas elites dirigentes converteram-se cedo ao islamismo, embora a maioria da população tenha mantido crenças e práticas religiosas "tradicionais".

O "império" Songai existiu entre os séculos XV e XVI, e sua prosperidade econômica derivava do comércio de ouro e do trabalho agrícola, realizado por escravos. Seu "imperador" era muçulmano mas praticava, também, os ritos dos antepassados. Na segunda metade do século XV, esse ecletismo religioso provocou a animosidade da elite muçulmana da importante cidade de Tombuctu, que defendia um islamismo mais "puro", supostamente mais adequado à doutrina e às práticas presentes na Península Arábica. Tal situação acabaria gerando uma *jihad*.

RESUMO

Analisar as trajetórias dos "impérios" e "reinos" africanos exige, antes de mais nada, considerar que esses conceitos foram cunhados para o estudo de realidades europeias. Mesmo os maiores

estados africanos tinham territórios reduzidos, se comparados aos "impérios" europeus e asiáticos. A dinâmica interna e o funcionamento dos "reinos" e "impérios" africanos guardam inúmeras especificidades, e se optamos por utilizar esses conceitos, nós o fazemos apenas por considerar que a criação de outros seria trabalhosa e não deixaria de gerar novos problemas.

É preciso lembrar, também, que a maioria das populações africanas vivia em aldeias de pequeno porte, que não conheciam poder político centralizado, nas quais os conflitos eram solucionados por conselhos de anciãos ou sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Apesar disso, nas décadas de 1950 e 1960, historiadores africanos motivados pelos movimentos de libertação nacional procuraram afirmar a grandeza e a dignidade do continente, buscando no passado realizações semelhantes às europeias. Assim, essa geração de estudiosos enfatizou o período pré-colonial e, particularmente, os grandes "reinos", "impérios", "dinastias" e "civilizações".

Dentre os "impérios" mais abordados pela historiografia, destacam-se o Gana, o Mali e o Songai, localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental. Sua posição permitia-lhes fazer a ligação entre o deserto e as savanas, o que explica sua estreita ligação com o comércio transaariano.

Os três possuíam "reinos" tributários, dotados de grande autonomia no que dizia respeito a costumes, práticas e religiões, e sofreram processos de islamização que não impediram a manutenção de crenças e práticas religiosas "tradicionais". Além disso, todos conheciam e praticavam a escravidão e o comércio de escravos.

O "império" do Gana, existente entre os séculos VIII e XIII, controlava o comércio do ouro das minas de Bambuk, localizadas na parte ocidental do atual Mali, ligando-se, através de uma rota comercial, à atual Argélia e ao sul do Marrocos. A conversão de uma parcela mais ampla da sua população ao islamismo resultou, sobretudo, da Invasão Almorávida, ocorrida no século XI, embora já existisse, antes disso, uma aglomeração de muçulmanos na sua capital.

O "império" do Mali existiu entre os séculos XIII e XVI, tendo se desenvolvido através do acesso ao ouro e aos africanos que seriam escravizados. Seu "imperador" e suas elites dirigentes converteram-se cedo ao islamismo, embora a maioria da população tenha mantido crenças e práticas religiosas "tradicionais".

O "império" Songai existiu entre os séculos XV e XVI, e sua prosperidade econômica derivava do comércio de ouro e do trabalho agrícola realizado por escravos. Seu "imperador" era muçulmano mas praticava, também, os ritos dos antepassados. Na segunda metade do século XV, esse ecletismo religioso provocou a animosidade da elite muçulmana da importante cidade de Tombuctu, que defendia um islamismo mais "puro", supostamente mais adequado à doutrina e às práticas presentes na Península Arábica. Tal situação acabaria gerando uma *jihad*.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos grandes "reinos" da África Subsaariana: Grande Zimbábue e Monomotapa, na África Oriental, e o "reino" do Congo, na África Centro-Ocidental.

Aula 5

Grandes "reinos" da África subsaariana: Grande Zimbábue, Monomotapa e Congo

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar as características mais importantes dos "reinos" do Grande Zimbábue, do Monomotapa e do Congo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar cronológica e espacialmente os "reinos" do Grande Zimbábue, do Monomotapa e do Congo;
2. reconhecer as principais características desses "reinos".

INTRODUÇÃO

Na última aula, traçamos um panorama da trajetória e da dinâmica de funcionamento do Gana, do Mali e do Songai. Localizados na curva do rio Níger, na África Ocidental, esses três grandes "impérios" estiveram envolvidos no comércio de ouro, através das rotas transaarianas.

Na aula de hoje, analisaremos a história do Grande Zimbábue e do Monomotapa, os mais conhecidos "reinos" da África Oriental, envolvidos no comércio do ouro produzido nos atuais Zimbábue e Moçambique, pela costa do oceano Índico.

Por fim, estudaremos o "reino" do Congo, localizado na África Centro-Ocidental, que se tornou um importante fornecedor de escravos para o comércio atlântico, após a chegada dos portugueses.

Para acompanhar esta aula, você deverá lembrar que, embora tenham existido vários "reinos" e "impérios" no continente africano, o panorama predominante era o da dispersão e da ausência de centralização política. Deverá recordar, também, as ressalvas inerentes ao uso de categorias elaboradas para o estudo de sociedades europeias – como "reinos", "impérios" e "dinastias" – para a investigação do passado africano.

Grande Zimbábue, Monomotapa e as exportações de ouro pela costa do Índico

O Grande Zimbábue (do século XIII ao século XV)

Na região do atual Zimbábue, na África Oriental, o produto mais valioso era o ouro, explorado desde o século XI. A riqueza e o poder resultantes do comércio de ouro favoreceram a fundação, por volta do século XIII, do Grande Zimbábue, que deixou imponentes vestígios arqueológicos da sua antiga prosperidade.

As ruínas do Grande Zimbábue

Existem, ao todo, cerca de duzentas ruínas de pedra, remanescentes do Grande Zimbábue, no atual Zimbábue e nas áreas vizinhas de Moçambique e do Transvaal, no nordeste da África do Sul. A grandiosidade das ruínas levou alguns europeus a afirmarem que as edificações foram obra de estrangeiros (árabes, sabeus e até fenícios). Reagindo a essa suposição, autores afirmam que a escassez da construção em pedra na África subsaariana foi resultante da raridade das rochas próprias para a função, que seriam, no entanto, abundantes no Grande Zimbábue. Esses estudiosos defendem que as técnicas utilizadas, isto é, a formação de paredes de pedra sem argamassa, indicam que os construtores do Grande Zimbábue criaram seu próprio modelo arquitetônico.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Zimbabwe.

A origem do Grande Zimbábue estaria estreitamente relacionada à exploração e ao comércio de ouro. Através do aproveitamento dos recursos agrícolas e minerais, estimulado pelo aumento do comércio costeiro, líderes "tradicionais" que atuavam também como sacerdotes começaram a adquirir o estatuto de governantes divinos. Com isso, não só desenvolveram o poder militar, conquistando servidores entre os vizinhos e rivais, como investiram sua riqueza em grandes rebanhos de gado, cuja carne era oferecida como recompensa para os seus dependentes.

A partir do século XII, os seus centros de culto, onde se tinha acesso às divindades através dos espíritos dos antepassados, tornaram-se mais procurados do que os demais, permitindo que esses líderes-sacerdotes atraíssem mais seguidores, mais riqueza, mais comércio e mais poderio. Como consequência desse processo, já no século XIV, todo o planalto – onde existiam minas de ouro – estava sob o domínio do "rei-sacerdote" do Grande Zimbábue e de "monarcas" menores que lhe prestavam obediência.

O Grande Zimbábue controlava o comércio de ouro do vale do rio Save até Sofala, no atual Moçambique, e por isso ultrapassou os "reinos" rivais e tornou-se o centro de uma grande cultura. No início do século XIV, possuía moeda e importava mercadorias chinesas, persas (do atual Irã) e islâmicas.

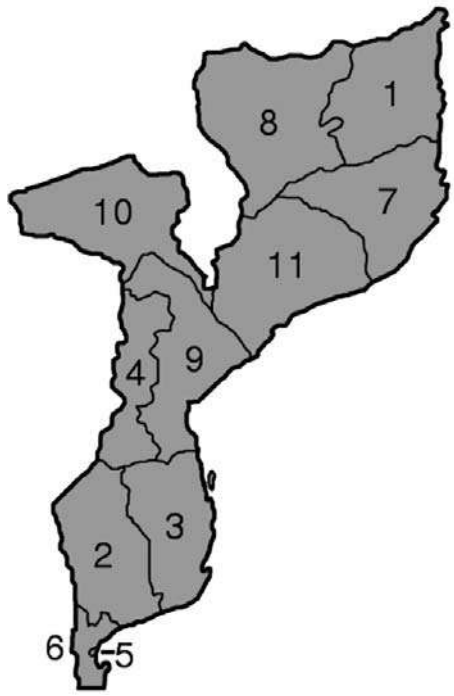


Figura 5.1: Mapa de Moçambique: o vale do rio Save fica localizado na fronteira norte da atual província de Inhambane. Veja também, no mapa, a indicação da província de Sofala, até onde chegava a rota comercial, controlada pelo Grande Zimbábue. (1) Cabo Delgado; (2) Gaza; (3) Inhambane; (4) Manica; (5) Maputo (city); (6) Maputo; (7) Nampula; (8) Niassa; (9) Sofala; (10) Tete; (11) Zambezia. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Mozambique_Provinces_numbered_300px.png

O declínio do Grande Zimbábue ocorreu no século XV, devido, em parte, à reorientação do comércio de ouro para o norte, no vale do rio Zambeze, que produzia ouro, lingotes de cobre e tecidos e importava contas e conchas de cauri do Índico, usadas como moedas.

O "reino" Monomotapa (a partir do século XV)

A expansão do comércio no vale do Zambeze deu origem ao "reino" Monomotapa, fundado no século XV por pastores, caçadores e grupos oriundos do Grande Zimbábue, que fizeram alianças com as populações locais e com mercadores muçulmanos.

Para alguns autores, a migração de grupos do Grande Zimbábue para a fundação do "reino" Monomotapa foi motivada pela procura de fornecimentos de sal. Outros estudiosos, no entanto, explicam o avanço para mais perto da costa pela busca de proximidade às redes de comércio árabe-suaíli.

Etnógrafos e historiadores têm destacado um modelo presente em alguns "reinos" lacustres da África Oriental, nos estados do Grande Zimbábue e Monomotapa, na África Austral, e em "monarquias" da África Ocidental, como Songai e Benin.

O soberano, quando não era tido como deus, era considerado descendente dos deuses, separado dos homens comuns por uma série de rituais. Raramente era visto em público, dava audiência atrás de uma espécie de cortina, comunicava-se através de porta-vozes e não podia ser visto em atos mundanos, como comer e beber. Era o representante dos deuses para o controle do uso da terra, determinando os momentos de plantio e colheita e ocupando papel central nas grandes cerimônias agrícolas. Acreditava-se que a fertilidade do solo, a queda regular de chuvas e todo o bem-estar da comunidade dependiam dele e da sua contínua prosperidade. A doença do soberano era encarada como um desastre, que precisava ser dissimulado ou combatido, por vezes, com seu assassinato ritual.

Quando morria, o soberano era enterrado com grande pompa, juntamente com as mulheres e a comitiva. Na sua corte, geralmente havia uma "grande rainha" ou "rainha-mãe", que era a mulher principal da família "real" e não sua esposa. Abaixo do soberano havia uma hierarquia de funcionários que se ocupavam da corte e impunham a ordem e os tributos aos súditos das comunidades clânicas e aldeãs. As principais mercadorias do comércio de longa distância, como ouro, marfim, cobre e sal, eram monopólios do soberano, cujo palácio agregava os mais importantes artesãos, tais como ourives, cinzeladores de metais raros, tecelões e músicos.

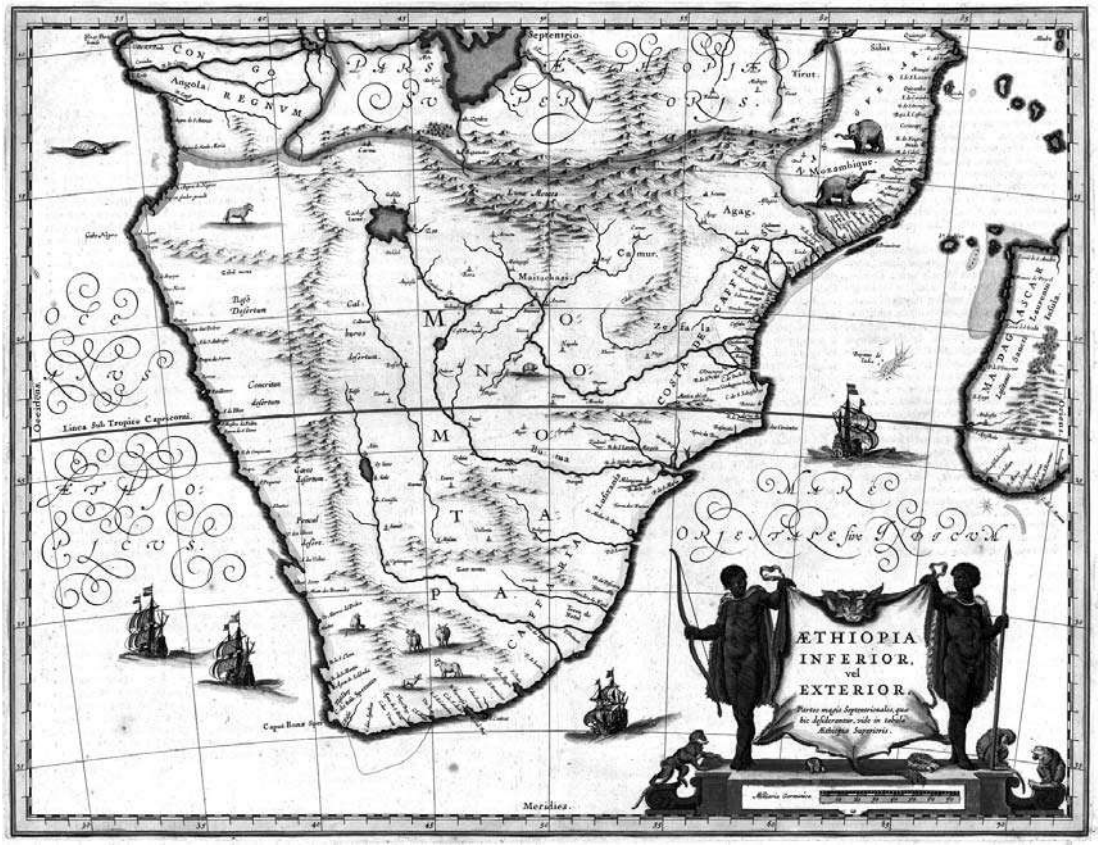


Figura 5.2: O "império" Monomotapa em 1535.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/22/Monomotapa_Map.jpg

Os navegadores portugueses conheceram o "reino" Monomotapa após dobrarem o Cabo e chegarem à África Oriental. Anos depois, em 1511, um viajante lusitano chegou à corte, próxima à qual seus conterrâneos fundaram, em 1531, uma base. Na década de 1560, uma expedição portuguesa foi enviada ao Monomotapa para tentar controlar as minas de ouro, sendo impedida de subir o planalto. Em função das resistências enfrentadas, a expedição decidiu concentrar escravos armados na margem sul do rio Zambeze. Na sequência, aventureiros portugueses aproveitaram esses escravos para desenvolverem o comércio e cobrarem tributos dos pequenos "reinos" vizinhos. Foram criados, na região, domínios privados, denominados *prazos*, que foram reconhecidos pela Coroa portuguesa a partir de 1629 e dominaram o vale do Zambeze até o século

XIX. Seus exércitos particulares desestabilizaram o Monomotapa na década de 1620, permitindo que os portugueses impusessem uma "dinastia" que governou sob seu controle durante 60 anos.

A decadência do Monomotapa, entre o final do século XVI e o século XVII, relacionou-se à chegada dos portugueses e à intensificação da sua presença na região. Contudo, mesmo enfraquecido, o "reino" sobreviveu até o século XX.

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Aponte algumas das principais características dos "reinos" do Grande Zimbábue e do Monomotapa, indicando também sua localização e período de existência.

Resposta Comentada

Localizados na África Oriental, ambos se tornaram ricos e poderosos em função da exportação de ouro, produzido nos atuais Zimbábue e Moçambique, pela costa do oceano Índico.
O Grande Zimbábue existiu entre os séculos XIII e XV, controlando o comércio de ouro do vale do rio Save até Sofala, no atual Moçambique. Seu declínio foi devido, em parte, à reorientação

do comércio de ouro para o norte, no vale do rio Zambeze, que produzia ouro, lingotes de cobre e tecidos, e importava contas e conchas de cauri do Índico, usadas como moedas.
O "reino" Monomotapa foi fundado no século XV por pastores, caçadores e grupos oriundos do Grande Zimbábue. Sua origem esteve relacionada à expansão do comércio de ouro no vale do rio Zambeze. Sua decadência, ocorrida entre o final do século XVI e o século XVII, relacionou-se à chegada dos portugueses e à intensificação da sua presença na região. Contudo, mesmo enfraquecido, o "reino" sobreviveu até o século XX.

O "reino" do Congo (a partir do século XIV) e a exportação de escravos na África Centro-Ocidental

Entre os vários estados que existiram na África Centro-Ocidental, o mais destacado pela historiografia é o "reino" do Congo, cuja trajetória permite problematizar, entre outros aspectos, as relações entre africanos e europeus, a dinâmica da cristianização e, sobretudo, o papel das lideranças africanas no comércio atlântico de escravos.

Chegando a ocupar um território que englobava parte dos atuais norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire), surgiu da unificação de "reinos" menores, ocorrida nos séculos XIV e XV. Para alguns autores, o fortalecimento do Congo em relação aos outros "reinos" foi motivado pelo desenvolvimento de um grande centro urbano, onde se concentravam muitos escravos, que teria dado ao seu governante uma considerável vantagem sobre os demais. A expansão territorial, os altos rendimentos e a existência de uma base leal ao poder também teriam contribuído para que o "reino" do Congo se tornasse mais poderoso que os estados vizinhos, acabando por unificá-los.

De acordo com a tradição oral, o fundador do "reino" conquistou o direito de governar e taxar a população e, tempos

depois, passou a compartilhar tais privilégios com capitães por ele designados, cujos cargos não eram vitalícios. Segundo alguns autores, não existia no Congo a ideia de propriedade privada da terra. O "rei" podia retirar, sempre que desejasse, o privilégio de uso da terra de um de seus "súditos". Os escravos eram, assim, a única forma de riqueza privada existente no "reino" do Congo.

Embora relatos europeus descrevessem o "rei" como proprietário de todas as terras, a fonte de renda "real" era uma taxa cobrada "por cabeça", e não por terras. Em vez de terras, taxava-se pessoas, a exemplo do que acontecia em outros "reinos" e "impérios" africanos. A terra controlada pelo estado não pertencia propriamente ao "rei", que coletava rendimentos como um funcionário, apenas hierarquicamente superior aos demais. No Congo, não só o "rei" não era proprietário das terras como a sucessão não era propriamente hereditária, pois todos os parentes mais próximos podiam disputar o trono. O próprio governante indicava o seu sucessor, geralmente um de seus filhos ou irmãos, mas a decisão final era tomada por um conselho eleitoral, a exemplo do que acontecia em outros estados da África Central.

Na sua fase mais próspera, o "reino" do Congo possuía pelo menos seis unidades territoriais maiores, além de se relacionar com outros "reinos". Sua capital era conhecida como Mbanza Congo e seu governante era chamado de Manicongo, que poderia ser traduzido como "senhor do Congo". O próprio "rei" escolhia e nomeava as chefias locais. Embora o Manicongo pudesse designar um descendente do chefe falecido para substituí-lo, não foi estabelecido um mecanismo regular de hereditariedade para o governo local das unidades subordinadas.

O Manicongo tinha o poder de redistribuir os alimentos e demais produtos recebidos sob a forma de impostos, além de recrutar, entre seus súditos, os homens que formavam sua força militar, inicialmente composta de guerreiros a pé com pequenos arcos e flechas envenenadas. Seu poder econômico resultava, em parte, do monopólio da exploração do zimbo – espécie de concha encontrada na ilha de Luanda – que era usado como moeda e constituía um dos mais significativos bens do "tesouro real".

Na década de 1480, quando chegaram os portugueses, o "reino" do Congo passava por um processo de expansão territorial, sendo descrito em situação de guerra nos documentos europeus. Desde então, o "reino" tornou-se um parceiro valioso para os portugueses, fazendo comércio e coletando impostos aduaneiros. Os sucessivos "reis" do Congo buscaram controlar as atividades comerciais realizadas pelos europeus. O Manicongo Afonso I, por exemplo, capturou um navio francês em 1525, acusando-o de comércio ilegal na costa do "reino".

Comerciantes portugueses viviam no "reino" e possuíam alguns privilégios, vendendo escravos e por vezes atuando como funcionários do governo do Congo. Uma investigação do Tribunal da Inquisição de Lisboa, realizada em Luanda nos anos de 1596 e 1597, revelou uma cadeia de povoamentos de cristãos-novos que ocupavam postos no "reino" do Congo, especialmente na Igreja e na administração.

Desde 1500, portugueses estabeleceram plantações de açúcar na ilha de São Tomé, baseadas em mão de obra escrava proveniente do "reino" do Congo. Em 1526, o Congo exportava de 2.000 a 3.000 escravos por ano e o rei Afonso Nzinga reclamava que seus súditos, ansiosos por obter as mercadorias oferecidas pelos portugueses, aprisionavam até membros da "família real" congolesa. Afonso I queixou-se várias vezes, por correspondência oficial, ao rei de Portugal D. João III, afirmando que os comerciantes agiam à revelia dos oficiais portugueses, arruinando as relações entre os dois reinos por raptarem e escravizarem pessoas livres, inclusive "nobres". Ainda assim, os sucessivos "reis" do Congo detinham algum controle sobre o comércio de escravos, instituindo regulamentos ou até proibindo o tráfico, em determinados momentos.

Em 1526, D. Afonso I tentou reforçar o controle sobre a exportação de escravos, solicitando licença ao rei de Portugal para a compra de um navio, que lhe permitiria escapar de parte dos intermediários envolvidos naquele comércio. A resposta, recebida

após uma espera de doze anos, foi evasiva, informando que os navios portugueses também pertenciam a Afonso I. Se a resposta do rei de Portugal demonstra que ele não estava disposto a abrir mão de uma importante fonte de rendimentos, indica também que não era possível explorar o continente africano sem estabelecer um mínimo de diálogo com as suas lideranças, mesmo que marcado por dissimulações e rodeios.

O "reino" do Congo foi um grande fornecedor de escravos para o comércio atlântico, inicialmente trocados, sobretudo, por armas de fogo. Ao mesmo tempo, exportava outros produtos. Relatos europeus do século XVI mencionam a qualidade e a beleza dos tecidos congoleses, feitos com fibras de palmeiras, com superfície aveludada e lindas estampas, que eram comprados pelos portugueses e vendidos para regiões a leste de Angola.

A menção ao envolvimento do Congo no comércio atlântico de escravos, bem como à importação de armas de fogo europeias, sugere uma importante reflexão. Teria a demanda europeia por escravos, associada à oferta de armas de fogo, fortalecido os exércitos, favorecido a centralização do poder político, intensificado as guerras e multiplicado a escravização? Respondendo a essas perguntas, alguns historiadores ressaltam que as transformações dos estados africanos não devem ser explicadas apenas por agentes externos, como o comércio europeu. No "reino" do Congo, os cativos foram um subproduto das guerras expansionistas e, ao mesmo tempo, elementos úteis para o avanço do processo de centralização do poder político. O Congo criou um grande exército, que só posteriormente passou a utilizar armas de fogo importadas da Europa. O aumento do número de pessoas vulneráveis à escravização foi resultado do surgimento desse exército e não da importação de armas de fogo que se seguiu. A oferta de armas de fogo europeias não pode ser apontada como a causa do aumento das guerras e, consequentemente, da escravização.

De todo modo, a utilização do mosquete incorporou novas táticas militares ao exército congolês (e de outros estados africanos),

assegurando uma contínua demanda. Se isso favoreceu as atividades comerciais europeias, não concedeu a nenhuma potência a capacidade de impor o comércio de escravos. Os estados que participaram do comércio atlântico de escravos fizeram-no por decisão própria, sobretudo por conhecerem a escravidão e a venda de cativos, antes da chegada dos europeus.

Outros autores, ao contrário, explicam as alterações políticas na costa africana pela interferência do comércio atlântico de escravos. Para eles, o aumento da capacidade da produção de cativos dependia basicamente da guerra. Cada vez mais, o poderio dos estados africanos da costa baseava-se na capacidade de controle das rotas do comércio de escravos em seu território e de proteção dos seus habitantes das expedições de apresamento, organizadas por comerciantes e "reinos" vizinhos. Por outro lado, a disputa pelo controle de portos e feiras de venda de escravos criava rivalidades crescentes e levava os estados à guerra. Desde o final do século XVII, uma série de guerras na África Central teria dado origem à consolidação de novos estados produtores de cativos.

A frequente associação entre a história dos "reinos" e "impérios" africanos e o comércio de escravos permite, ainda, outra reflexão. A inegável importância desse comércio acaba, frequentemente, por transmitir a falsa ideia de que toda a economia das sociedades africanas era baseada na exportação de cativos. Estudos sobre a África Centro-Ocidental demonstram que durante a vigência do comércio atlântico de escravos existiu uma ampla rede de produção e troca de mercadorias, do litoral às zonas fornecedoras de escravos do interior. Esse comércio, que tinha como bens mais valiosos, no século XIX, o marfim e os escravos, passava por uma série de intermediários africanos e envolvia vários outros produtos, que eram trocados ao longo do trajeto das caravanas: armas de fogo, tecidos, artigos de cobre, produtos agrícolas, sal, borracha etc.

Figura 5.3: D. João I, nome adotado por Nzinga-a-Nkuwu ou Nkuwu Nzinga, primeiro manicongo a converter-se ao cristianismo. Gravura de Pierre Duflos (1742-1816), c.1509.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ee/Jean_Roy_de_Congo.jpg

Um dos aspectos interessantes da história do "reino" do Congo foi a sua cristianização. Logo após o contato inicial com os europeus, o "rei" do Congo aceitou ser batizado, adotando o nome de D. João I. D. Afonso I, seu filho, adotou o cristianismo, a língua portuguesa, os títulos e o vestuário europeu.

Segundo alguns autores, os embaixadores portugueses informavam aos governantes africanos, nos primeiros momentos de contato, que determinado comércio, como o de armas de fogo, só poderia ser feito entre cristãos. Isso explicaria a aceitação do batismo, em 1491, por D. João I, e a transformação do cristianismo em religião de estado por seu filho.

Apesar da cristianização do "reino" do Congo, autoridades portuguesas empreenderam esforços para bloquear suas relações com a Santa Sé. Ainda assim, em 1518, o Papa Leão X consagrou D. Henrique, filho de D. Afonso I, bispo de Útica. Tratava-se de uma diocese antiga, já extinta, localizada no norte da África, que à época se encontrava sob controle árabe. Em 1523, D. Afonso I nomeou embaixadores para irem a Roma, representando o "reino" do Congo. Uma diocese foi criada no Congo, em 1596, antes da criação dos bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, em 1676. Na ocasião, a capital do Congo passou a se chamar São Salvador.

Nos séculos XVI e XVII, o cristianismo no "reino" do Congo era muito marcado pela presença de crenças e práticas oriundas das religiões "tradicionais". Parte da "aristocracia" congolesa ostentava o novo credo como forma de se distinguir de linhagens rivais não cristãs.

Caminhando para a finalização desta aula, cabe mencionar que diversos autores afirmam a dificuldade de definição do Congo como um "reino". Para alguns, o Congo do século XV era, mais propriamente, uma federação não muito rígida de um grupo de clãs ligados por relações de dominação, e não um estado no sentido europeu. No entanto, em resposta às oportunidades surgidas do comércio com a Europa, os chefes do clã dominante tentaram efetivamente criar um aparelho de estado, que teve algum êxito no desenvolvimento do poder político, mas se revelou incapaz de preservar a coesão social.

Apontando para a mesma direção, outros estudiosos ressaltam que o Manicongo não era um "rei", mas apenas um dos chefes de uma confederação, que tinha como tarefa específica negociar

com os estrangeiros, particularmente os portugueses. Entretanto, o comércio com os europeus e a consequente obtenção de armas de fogo teriam-no tornado mais poderoso que os demais.

Atende ao Objetivo 2

2. Aponte algumas das principais características do "reino" do Congo, indicando também sua localização e período de existência.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Fundado no século XIV e localizado na África Centro-Ocidental, o "reino" do Congo chegou a ocupar um território que englobava parte dos atuais norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire).

Na sua fase mais próspera, o "reino" do Congo possuía pelo menos seis unidades territoriais maiores, além de se relacionar com outros "reinos". Sua capital era conhecida como Mbanza Congo e seu governante era chamado de Manicongo, que poderia ser traduzido como "senhor do Congo". O próprio "rei" escolhia e nomeava as chefias locais. Seu poder econômico resultava, em parte, do monopólio da exploração do zimbo – espécie

de concha encontrada na ilha de Luanda – que era usado como moeda e constituía um dos mais significativos bens do "tesouro real".

Na década de 1480, os portugueses chegaram ao "reino" do Congo. Desde então, congoleses e lusitanos tornaram-se parceiros comerciais, embora os sucessivos "reis" do Congo tenham buscado controlar as atividades realizadas pelos europeus.

O "reino" do Congo foi um grande fornecedor de escravos para o comércio atlântico, inicialmente trocados, sobretudo, por armas de fogo. Ao mesmo tempo, exportava outros produtos.

Um dos aspectos interessantes da história do "reino" do Congo foi a sua cristianização. Logo após o contato inicial com os europeus, o "rei" do Congo aceitou ser batizado, adotando o nome de D. João I. D. Afonso I, seu filho, adotou o cristianismo, a língua portuguesa, os títulos e o vestuário europeu. Apesar disso, nos séculos XVI e XVII, o cristianismo no "reino" do Congo era muito marcado pela presença de crenças e práticas oriundas das religiões "tradicionais".

CONCLUSÃO

Dentre os mais importantes "reinos" existentes na África subsaariana pré-colonial, destacam-se o Monomotapa e o Grande Zimbábue, localizados na África Oriental e caracterizados, sobretudo, pelo comércio de ouro, e o "reino" do Congo, situado na África Centro-Ocidental e lembrado pela sua intensa participação no tráfico atlântico de escravos. Esses "reinos" destacaram-se, na história do continente, pela riqueza e pelo dinamismo comercial, sendo apontados, na historiografia, como exemplos de centralização política e complexidade social e, portanto, como justificativas para a negação da inferioridade cultural africana. O "reino" do Congo, em particular, tem sido apresentado, em estudos mais recentes, como exemplo de participação das autoridades africanas na montagem e na manutenção do comércio atlântico de escravos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Como vimos em aulas anteriores, conceitos como os de "reino" e "império" foram criados para a caracterização e a análise de realidades europeias. Nesse sentido, alguns autores apontam dificuldades na definição do Congo como um "reino". Explique.

Resposta Comentada

Diversos autores afirmam a dificuldade de definição do Congo como um "reino". Para alguns, o Congo do século XV era, mais propriamente, uma federação não muito rígida de um grupo de clãs ligados por relações de dominação, e não um estado no sentido europeu. No entanto, em resposta às oportunidades surgidas do comércio com a Europa, os chefes do clã dominante tentaram efetivamente criar um aparelho de estado, que teve algum êxito no desenvolvimento do poder político, mas se revelou incapaz de preservar a coesão social.

Apontando para a mesma direção, outros estudiosos ressaltam que o Manicongo não era um "rei", mas apenas um dos chefes de uma confederação que tinha como tarefa específica negociar com os estrangeiros, particularmente os portugueses. Entretanto, o comércio com os europeus e a consequente obtenção de armas de fogo teriam-no tornado mais poderoso que os demais.

RESUMO

Analisar as trajetórias dos "reinos" e "impérios" da África subsaariana exige, antes de mais nada, considerar que esses conceitos foram cunhados para o estudo de realidades europeias. A dinâmica interna e o funcionamento dos "reinos" e "impérios" africanos guardam inúmeras especificidades, e se optamos por utilizar esses conceitos, fazemo-lo apenas por considerar que a criação de outros seria trabalhosa e não deixaria de gerar novos problemas.

É preciso lembrar, também, que a maioria das populações africanas vivia em aldeias de pequeno porte, que não conheciam poder político centralizado, nas quais os conflitos eram resolvidos por conselhos de anciãos ou sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Dentre os "reinos" existentes na África subsaariana antes e durante a chegada dos primeiros europeus, destacam-se o Grande Zimbábue e o Monomotapa, na África Oriental; e o "reino" do Congo, na África Centro-Ocidental.

Os "reinos" do Monomotapa e do Grande Zimbábue tornaram-se ricos e poderosos em função da exportação de ouro, produzido nos atuais Zimbábue e Moçambique, pela costa do oceano Índico.

O Grande Zimbábue existiu entre os séculos XIII e XV, controlando o comércio de ouro do vale do rio Save até Sofala, no atual Moçambique. Seu declínio foi devido, em parte, à reorientação do comércio de ouro para o norte, no vale do rio Zambeze, que produzia ouro, lingotes de cobre e tecidos, e importava contas e conchas de cauri do Índico, usadas como moedas.

O "reino" Monomotapa foi fundado no século XV por pastores, caçadores e grupos oriundos do Grande Zimbábue. Sua origem esteve relacionada à expansão do comércio de ouro no vale do rio Zambeze. Sua decadência, ocorrida entre o final do século XVI e o século XVII, relacionou-se à chegada dos portugueses e à intensificação da sua presença na região. Contudo, mesmo enfraquecido, o "reino" sobreviveu até o século XX.

Fundado no século XIV e localizado na África Centro-Ocidental, o "reino" do Congo chegou a ocupar um território que englobava parte dos atuais norte de Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire).

Na sua fase mais próspera, o "reino" do Congo possuía pelo menos seis unidades territoriais maiores, além de se relacionar com outros "reinos". Sua capital era conhecida como Mbanza Congo e seu governante era chamado de Manicongo, que poderia ser traduzido como "senhor do Congo". O próprio "rei" escolhia e nomeava as chefias locais. Seu poder econômico resultava, em parte, do monopólio da exploração do zimbo – espécie de concha encontrada na ilha de Luanda – que era usado como moeda e constituía um dos mais significativos bens do "tesouro real".

Na década de 1480, os portugueses chegaram ao "reino" do Congo. Desde então, congoleses e lusitanos tornaram-se parceiros comerciais, embora os sucessivos "reis" do Congo tenham buscado controlar as atividades realizadas pelos europeus.

O "reino" do Congo foi um grande fornecedor de escravos para o comércio atlântico, inicialmente trocados, sobretudo, por armas de fogo. Ao mesmo tempo, exportava outros produtos.

Um dos aspectos interessantes da história do "reino" do Congo foi a sua cristianização. Logo após o contato inicial com os europeus, o "rei" do Congo aceitou ser batizado, adotando o nome de D. João I. D. Afonso I, seu filho, adotou o cristianismo, a língua portuguesa, os títulos e o vestuário europeu. Apesar disso, nos séculos XVI e XVII o cristianismo no "reino" do Congo era muito marcado pela presença de crenças e práticas oriundas das religiões "tradicionais".

Diversos autores apontam a dificuldade de definição do Congo como um "reino". Para alguns, o Congo do século XV era, mais propriamente, uma federação não muito rígida de um grupo de clãs ligados por relações de dominação, e não um estado no sentido europeu. No entanto, em resposta às oportunidades surgidas do comércio com a Europa, os chefes do clã dominante tentaram

efetivamente criar um aparelho de estado, que teve algum êxito no desenvolvimento de um poder político, mas se revelou incapaz de preservar a coesão social.

Outros estudiosos ressaltam que o Manicongo não era um "rei", mas apenas um dos chefes de uma confederação, que tinha como tarefa específica negociar com os estrangeiros, particularmente os portugueses. Entretanto, o comércio com os europeus e a consequente obtenção de armas de fogo teriam-no tornado mais poderoso que os demais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, analisaremos diferentes formas de escravidão presentes no continente africano antes da chegada dos europeus e, consequentemente, da montagem do comércio atlântico de escravos.

Aula 6

A escravidão na África

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar as diferentes formas de escravidão presentes no continente africano antes da chegada dos europeus.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar os diferentes papéis desempenhados pela escravidão nas sociedades africanas;
2. descrever as formas de escravização presentes no continente africano antes da chegada dos europeus.

INTRODUÇÃO

Analisar a escravidão na África é tarefa difícil, dadas as diversidades regionais e as mudanças no tempo. Como generalizar para todo o continente uma prática que se fazia presente em sociedades que possuíam línguas, culturas, economias e organizações políticas tão contrastantes?

Os estudos sobre a escravidão na África tendem a se voltar para regiões específicas, quase sempre as mesmas que se tornaram grandes fornecedoras de cativos para o mundo atlântico. É provável que isso se deva, em parte, à maior disponibilidade de fontes escritas. Pelo mesmo motivo, informações sobre a escravidão são também mais abundantes para as áreas que forneceram escravos, em maior número, para as rotas transaarianas.

Como vimos na última aula, é corriqueiro que os historiadores ressaltem as relações entre a escravidão, o comércio de escravos e a formação de grandes "reinos" e "impérios" africanos. Por isso mesmo, o estudo da dinâmica interna da escravidão é quase sempre direcionado a esse tipo de estrutura estatal, mesmo quando se afirma que grande parte dos africanos, inclusive escravos, vivia em pequenas aldeias, governadas pelos costumes e por conselhos de anciãos.

Muito do que se tem produzido sobre a escravidão na África foi resultante de um interesse inicial pela compreensão do processo de formação das sociedades escravistas nas Américas, partindo-se do pressuposto de que é preciso conhecer a África para entender, enfim, as escolhas e estratégias dos africanos submetidos ao cativeiro na diáspora. Frequentemente, em função desta perspectiva, os historiadores deixam de enfatizar que a história da escravidão africana deveria ser estudada mesmo que nenhum africano tivesse cruzado o Atlântico como cativo.

Cabe salientar, ainda, que os estudos recentes sobre o assunto têm funcionado como veículo para o posicionamento dos africanos

como protagonistas de sua própria história, já que eles passam a aparecer como gestores da escravidão no continente e como coparticipantes no comércio atlântico de escravos. A historiografia sobre a escravidão na África contribui, assim, para problematizar a vitimização dos africanos, que deixam de ser apresentados como atores passivos diante da presença europeia e da escravização, concreta ou potencial.

Estudos demonstram que a escravidão africana antecedeu a presença europeia e o comércio atlântico de escravos e sobreviveu a ambos, embora não haja unanimidade sobre as consequências da exportação de cativos na dinâmica interna do cativeiro africano.

As análises sobre o comércio atlântico de escravos acabam levando aos debates sobre o seu impacto nas sociedades africanas e, particularmente, nas diferentes formas de escravidão nelas praticadas. A recíproca também é verdadeira, e os estudos sobre o cativeiro africano transbordam, frequentemente, para a demonstração de sua importância na constituição do tráfico intercontinental e na formação do mundo atlântico.

Apesar disso, a presente aula será um esforço de abordagem da escravidão no continente e das formas de escravização, seja para uso interno seja para o atendimento da demanda atlântica. A montagem do comércio atlântico de escravos será abordada, apenas, na próxima aula.

A escravidão na África

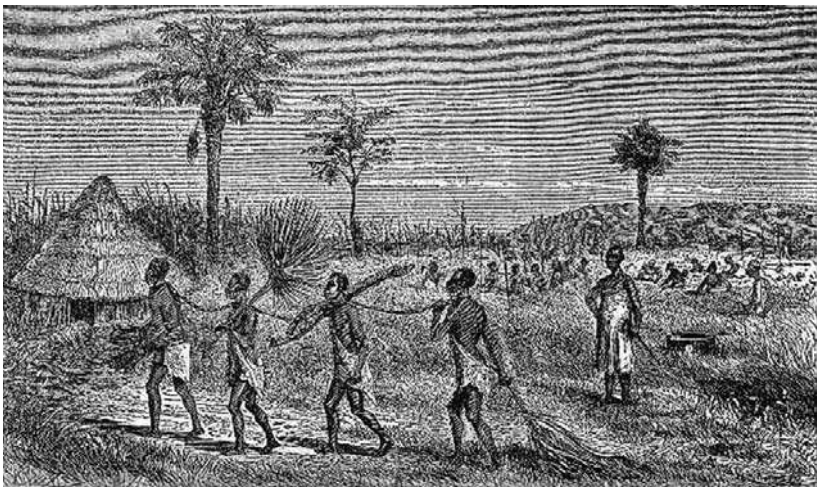


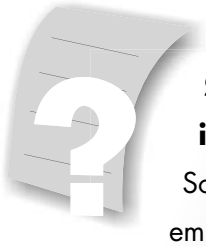
Figura 6.1: Escravos na África.
Fonte: http://de.wikipedia.org/w/index.php?title=Datei:ST-slaves.jpg&filetimestamp=20041112213014.

Embora exista um grande debate sobre os efeitos do tráfico atlântico no continente africano e as posições estejam longe de um consenso, todos os historiadores envolvidos reconhecem a existência da escravidão na África, em épocas anteriores ao contato com os europeus. As discordâncias, no que diz respeito a esse ponto, relacionam-se à caracterização do cativeiro africano e à sua posição – central ou marginal – nas sociedades. Alguns historiadores tendem a realçar, como especificidade da escravidão na África, o fato de estar inserida em várias modalidades de dependência, tendo, portanto, um caráter menos central e, frequentemente, menos mercantil. Para eles, a escravidão teria ocorrido em pequena escala, nas sociedades africanas, em meio a várias outras formas de relações pessoais, exploração de mão de obra ou opressão. Outros autores, no entanto, rebatem essa ideia, afirmando que o papel – central ou marginal – da escravidão nas sociedades africanas, bem como o número de escravizados, variaram muito de uma região para outra, sendo difícil estabelecer generalizações confiáveis para todo o continente.

Para alguns estudiosos, a escravidão só se tornou elemento importante nas sociedades africanas em consequência da montagem do comércio atlântico de escravos. Nesse sentido, sob o efeito do tráfico para as Américas o cativeiro teria se intensificado e, mais do que isso, adquirido novas características, inexistentes até então.

Podemos mencionar, ainda, os que defendem que a escravidão africana intensificou-se não em consequência do tráfico, mas sim de seu encerramento. Na África Centro-Ocidental, o número de escravos teria aumentado em certos "reinos" porque eles haviam se estruturado – através de exércitos em permanente atividade e de sistemas judiciais que incluíam a pena de escravização – para o fornecimento de cativos para o comércio atlântico. Após o fim dessa demanda, tais estruturas ou engrenagens não puderam ser reformadas imediatamente, gerando a utilização de grande número de escravos no próprio continente.

A análise da escravidão na África, bem como das formas de escravização, é frequentemente baseada na distinção entre as sociedades islâmicas e as sociedades linhageiras ou domésticas. Tal distinção será mantida aqui. Entretanto, é necessário considerar o processo histórico de expansão do islamismo na África, que permite perceber que o modelo de escravidão típico das sociedades islâmicas – como as do Oriente Médio e do norte do continente – acabou se sobrepondo a modelos de escravidão linhageira, preexistentes em partes da África Ocidental e Oriental. Tal divisão estanque, baseada no ocultamento do referido processo histórico, deve ser relativizada, embora possa ser mantida por motivos, sobretudo, didáticos.



Sociedades linhageiras e sociedades islâmicas

Sociedades linhageiras: sociedades organizadas em torno da noção de linhagem, entendida como grupo formado por pessoas que possuem uma

única linha de descendência (patrilinear ou matrilinear), traçada a partir de um antepassado comum. Em uma mesma sociedade, podem conviver diferentes linhagens, sendo as diferenças entre elas elementos essenciais para a definição do "lugar social" de cada um. Sociedades linhageiras podiam estar organizadas sob a forma de "reinos", "impérios" ou simples aldeias sem poder político centralizado, onde os conflitos eram resolvidos por conselhos de anciãos ou sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Sociedades islâmicas africanas: sociedades que passaram por processo de islamização, no norte e na costa oriental a partir do século VII, e na África Ocidental a partir do século IX. Em função da expansão territorial empreendida, no norte, pelos árabes, ou em decorrência das atividades comerciais na África Ocidental e Oriental, algumas sociedades linhageiras tornaram-se, evidentemente, sociedades islâmicas.

A escravidão nas sociedades islâmicas

No norte da África, onde o islamismo chegou, como vimos, no século VII, a escravidão era uma instituição relativamente importante, seja pelo seu peso na economia, seja pela recomposição sistemática do número de escravos através do comércio.

Na tradição islâmica, a escravidão era explicada como um meio de converter os não muçulmanos. Assim, uma das tarefas do senhor era a instrução religiosa e, teoricamente, os muçulmanos não podiam ser escravizados, embora na prática isso fosse muitas vezes violado. A conversão de um escravo não levava automaticamente à

emancipação, mas a assimilação à sociedade do senhor, julgada de acordo com a observância dos preceitos religiosos, era considerada um pré-requisito para a alforria e normalmente garantia melhor tratamento.

Os cativos vendidos para as sociedades islâmicas eram, sobretudo, mulheres e crianças. As mulheres consideradas bonitas eram mais caras e incorporadas aos haréns, enquanto as demais eram alocadas no serviço doméstico. Grande parte dos homens adultos era empregada no transporte de mercadorias, nas caravanas do comércio transaariano e em funções administrativas. Os meninos, por sua vez, eram treinados para o serviço militar ou doméstico. Alguns deles, transformados em eunucos, eram incorporados aos exércitos (havia exércitos específicos de eunucos) ou alocados nos haréns, como vigilantes. Muitos eunucos ocupavam, também, cargos administrativos e funções de governo.

A cirurgia de castração era dolorosa e provocava muitas mortes. A cada dez meninos submetidos a ela, nove não sobreviviam. Segundo alguns autores, embora os eunucos fossem preferidos para a guarda dos haréns, essa não era a principal razão para a sua castração. Afinal, os haréns poderiam ser guardados por mulheres. O número de eunucos era relativamente alto, ultrapassando a demanda dos haréns e indicando seu uso acima de tudo político. Como não podiam ter filhos, os eunucos não transmitiam bens, títulos e funções hereditariamente. Alocando os eunucos em funções de governo, os soberanos reservavam para si a possibilidade de permanecerem donos das prerrogativas e dos bens que lhes confiavam. Continuavam, assim, no controle da sua sucessão, garantindo que nenhuma linhagem viesse a reivindicá-la. E como os eunucos eram, em geral, escravos, os soberanos ainda tinham a prerrogativa de se livrar deles a qualquer momento, por terem sobre eles direitos de vida e morte.

Nas sociedades islâmicas, a escravidão não se autoperpetuava, já que os nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. Muitos filhos de escravos eram

assimilados pela sociedade muçulmana, abrindo caminho para se livrarem da condição de cativos. O fenótipo, por sua vez, não era um fator determinante para a manutenção da condição servil.

Havia critérios claros para a manumissão, derivados das leis corânicas. Uma escrava que se tornasse esposa, uma concubina que tivesse filho do senhor, ou o próprio filho, deveriam ser libertados, e isso necessariamente envolvia atos – ocasiões específicas, claramente determinadas – de libertação.

Segundo alguns autores, o avanço do islamismo e do comércio transaariano modificou substancialmente as características da escravidão na África Ocidental, passando a envolver, cada vez mais, a ideia do escravo como um produto, que podia ser trocado por outros ou por moeda.

Atende ao Objetivo 1

1. Apresente as principais características da escravidão praticada nas sociedades islâmicas africanas.

Resposta Comentada

Na tradição islâmica, a escravidão era entendida como um meio de conversão. Assim, cabia ao senhor a instrução religiosa dos cativos e, teoricamente, os muçulmanos não podiam ser escravizados. A conversão de um escravo não levava automaticamente à emancipação, mas era um pré-requisito para a alforria e normalmente garantia melhor tratamento.

Os cativos vendidos para as sociedades islâmicas eram, sobretudo, mulheres e crianças. As mulheres eram incorporadas aos haréns ou alocadas no serviço doméstico. Grande parte dos homens adultos era empregada no transporte de mercadorias, nas caravanas do comércio transaariano e em funções administrativas. Os meninos, por sua vez, eram treinados para o serviço militar ou doméstico. Alguns deles, transformados em eunucos, eram incorporados aos exércitos, tornavam-se vigilantes dos haréns ou ocupavam cargos administrativos e funções de governo.

Nas sociedades islâmicas, os nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. Muitos filhos de escravos eram assimilados pela sociedade muçulmana, abrindo caminho para se livrarem da condição de cativos. O fenótipo, por sua vez, não era um fator determinante para a manutenção da condição servil.

Havia critérios claros para a manumissão, derivados das leis corânicas. Uma escrava que se tornasse esposa, uma concubina que tivesse filho do senhor, ou o próprio filho, deveriam ser libertados, e isso necessariamente envolvia atos de libertação.

A escravidão nas sociedades linhageiras

Nas sociedades linhageiras, a escravidão conviveu com a penhora – trabalho não remunerado como garantia de uma dívida – e o trabalho familiar, assumindo uma posição marginal na produção. Por esse motivo, alguns autores afirmam a inexistência de um modo de produção escravista naquelas sociedades. A suposta ausência de um mecanismo constante e institucional de renovação do estoque de escravos seria mais um argumento em favor desta afirmação.

Isso não significava, evidentemente, a inexistência do uso produtivo dos escravos. O que é importante frisar é que os cativos

não eram pensados apenas em função do seu potencial para a produção, tal como ocorreria, por exemplo, nas Américas. A prática do sacrifício de escravos, sobretudo em rituais funerários, e a frequência com que escravas tornavam-se esposas dos senhores indicam que a produção não era a única razão da existência dos cativos nas sociedades linhageiras africanas.

A respeito dos sacrifícios de escravos, alguns autores afirmam que só podem ser compreendidos considerando-se que os cativos representavam prestígio para os seus detentores. Assim, uma vez satisfeitas a demanda dos mercadores e as necessidades econômicas e militares da parcela privilegiada das sociedades linhageiras, os cativos excedentes teriam neutralizada sua capacidade produtiva através do sacrifício. Essa seria uma maneira de evitar que os excedentes fossem redistribuídos para o conjunto da população, o que eliminaria uma importante forma de expressão das hierarquias e privilégios existentes naquelas sociedades.

Outros autores, no entanto, explicam os sacrifícios como um meio de se livrar de escravos improdutivos ou envelhecidos, de evitar que os escravos mais velhos e mais sábios iniciassem conspirações, ou de afastar o perigo da presença de cativos invendáveis e irrecuperáveis. Embora factíveis, todas essas explicações adotam uma perspectiva demasiadamente materialista, desconsiderando o universo de crenças que posicionava os sacrifícios humanos como elementos reguladores do bem-estar social.

Há, ainda, estudiosos que discordam da atribuição de um caráter marginal à escravidão nas sociedades linhageiras africanas. Citando relatos de europeus que estiveram no continente entre os séculos XVI e XVII, alguns autores afirmam que a propriedade de escravos foi a principal forma de riqueza individual, dada a inexistência da propriedade privada da terra. Quem quisesse investir tinha de fazê-lo em escravos e não em terras, já que essas eram distribuídas e não vendidas. Até mesmo a cobrança de tributos seria calculada sobre a quantidade de dependentes, incluindo escravos, e não sobre a quantidade de terra. O trabalho, e não a terra, seria,

em tais sociedades, o fator central da produção, daí a importância crucial da escravidão no continente.

Como vimos nas Aulas 4 e 5, a escravidão esteve relacionada à formação e consolidação de vários "reinos" e "impérios" africanos. Se o trabalho escravo na agricultura podia garantir o sustento das cidades e a distribuição de alimentos em troca de tributos, exércitos de escravos podiam ser a base da expansão territorial e da dominação de povos vizinhos. Além disso, escravos leais aos governos podiam atuar como cobradores de tributos, administradores de províncias, funcionários judiciários e "conselheiros reais".

Referindo-se ao "império" Lunda, existente entre os séculos XVIII e XIX na África Centro-Ocidental, um historiador afirma que o conceito de escravo pode não ter sido muito diferente do de súdito. Deste modo, o "imperador" podia, em ocasiões difíceis, escolher escravos entre os súditos que o rodeavam.

Figura 6.2: Representação, por autor desconhecido, de um guerreiro lunda, feita em 1854.
Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Lunda_ou_Cazembe-1854.jpg.

Tais afirmações reforçam a ideia de que a escravidão era encarada como uma forma de dependência, entre outras possíveis. Essa imagem torna-se ainda mais nítida quando lembramos que, no "reino" do Congo, a palavra que designava "escravo" era a mesma usada para referir "criança". É difícil não relacionar tal informação à ideia, presente em muitas análises sobre a África pré-colonial, de que ter filhos e escravos significava, para os africanos que viviam abaixo do Saara, ter riqueza, reconhecimento social, mão de obra e, acima de tudo, alguém para lembrá-los e cultuá-los após a morte.

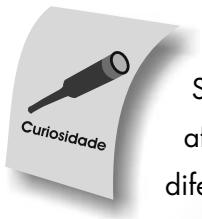
Nas sociedades linhageiras, a escravidão era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo seria, basicamente, um dependente do senhor; até podia servir como mercadoria, podendo ser trocado ou vendido; até podia exercer atividades produtivas, como agricultor, mineiro, carregador, artesão, mas, em essência, era uma fonte de prestígio social e poder político para o seu senhor.

Embora as informações acima tendam a transmitir a imagem de uma escravidão menos violenta do que a que existiu, por exemplo, nas Américas, não há unanimidade a esse respeito. Se alguns autores apresentam a escravidão africana, anterior à chegada dos europeus, como menos violenta, afirmando que o aumento dos maus-tratos impingidos aos cativos foi resultante da influência do comércio atlântico de escravos, outros discordam dessa opinião. Para esses últimos, embora fosse comum o emprego de escravos como administradores, militares e mesmo "conselheiros reais", eles também podiam desempenhar penosos trabalhos agrícolas, sendo difícil generalizar suas condições de vida e trabalho. A intensificação dos maus-tratos, se é que de fato ocorreu, pode ter sido motivada pelo uso mais agressivo da força de trabalho, em um processo semelhante ao vivenciado pelos trabalhadores europeus após a Revolução Industrial.

Nas sociedades linhageiras africanas, filhas púberes, esposas, protegidos e penhorados eram sujeitos, da mesma forma que os

escravos, ao poder absoluto do chefe da família ou linhagem, podendo ser espancados, alienados e eventualmente mortos.

No que diz respeito à transição da condição de escravo para a condição de livre, autores afirmam que podia ocorrer como resultado da convivência e do compartilhamento da língua e das crenças religiosas. Entretanto, o processo de assimilação do escravo à linhagem era lento, podendo se estender por gerações. Assim, a manumissão, consequência da assimilação, dificilmente chegava para os que tinham vindo de fora na condição de escravos, sendo possível, apenas, para seus descendentes. Além disso, não havia nenhum ato – ocasião específica, claramente delimitada – que representasse a passagem do cativeiro para a liberdade.



Segundo alguns autores, em muitas sociedades africanas o cativeiro era consideravelmente diferente da escravidão mercantil praticada nas regiões que, a exemplo da cidade de Luanda – atual capital de Angola, fundada por um donatário português em 1576 – eram administradas por europeus. No século XIX, entre os povos ambundo – falantes do quimbundo – que viviam na região interiorana mais ou menos próxima de Luanda, a escravidão tinha características bastante peculiares. Lá existiam os *fuká* e os *dongo*, duas categorias diferentes de cativos. Os *fuká* eram penhorados, ou seja, temporariamente entregues a credores como garantia do pagamento de dívidas. Podiam, por isso, ser resgatados após o pagamento. Os *dongo*, por sua vez, padeciam da escravidão absoluta, tendo sido comprados ou escravizados em guerras.
No interior de Angola, leis consuetudinárias que protegiam os mais fortes, guerras endêmicas e

pesadas multas pelos menores delitos, que levavam à penhora de seres humanos, transformavam homens livres em escravos. Segundo o viajante Ladislau Magyar, que visitou os sertões de Angola em meados do século XIX, talvez metade da população do "país ambundo" fosse formada por escravos, sobretudo homens, que correspondiam a cerca de 2/3 do total. Tanto o húngaro Magyar quanto o inglês Joachim John Monteiro, que publicou seu relato de viagem em 1875, descrevem a escravidão praticada entre os ambundo como uma instituição doméstica, relativamente "benigna" e não hereditária. Os senhores exerceriam, sobre os escravos, um poder mais paternal que autoritário, deixando-lhes tempo livre para a execução das tarefas domésticas. Os escravos casar-se-iam, com frequência, com mulheres livres, sendo esta última condição transmitida para seus filhos. Muitas escravas, tornadas concubinas dos senhores, acabariam sendo parte de suas famílias.

O tratamento dispensado aos cativos não seria resultado da bondade senhorial, mas sim uma maneira de evitar fugas, já que os costumes ambundo facultavam aos escravos o direito de fugir e procurar outros donos. Existiam dois tipos de fugas. Na modalidade conhecida como *vátira*, o cativo simplesmente se evadia. Na *tombika* ou *chimbika*, o fugido procurava outro chefe, a quem se oferecia como escravo. Bastava cometer um delito, como matar um boi do senhor pretendido, e se oferecer como ressarcimento do prejuízo causado. Teoricamente, o antigo dono podia evitar a perda do escravo oferecendo, ele próprio, o referido ressarcimento. Entretanto, como o dano ao patrimônio do senhor escolhido costumava ser alto, tal alternativa quase nunca era interessante.

A *chimbika* ou *tombika* também era praticada por criminosos, já que, sob a autoridade do novo senhor, o escravo tinha apagadas as dívidas e delitos passados. Famílias inteiras praticavam a *chimbika* ou *tombika* e todos os seus membros tornavam-se escravos do novo senhor. Também pessoas livres que passavam por dificuldades, geralmente decorrentes da fome, de dívidas ou de guerras, podiam recorrer à *tombika* em busca de proteção.

Atende ao Objetivo 1

2. Apresente as principais características da escravidão praticada nas sociedades linhageiras africanas.

Resposta Comentada

Nas sociedades linhageiras, a escravidão conviveu com a penhora – trabalho não remunerado como garantia de uma dívida – e o trabalho familiar, assumindo, segundo alguns autores, uma posição marginal na produção.

Embora os escravos pudessem ser usados em atividades produtivas – como agricultores, mineiros, carregadores, artesãos –, eles não eram pensados apenas em função desse potencial. A prática do sacrifício de escravos e a frequência com que escravas tornavam-se esposas dos senhores indicam que a produção não era a única razão da existência dos cativos nas sociedades linhageiras africanas.

Para outros autores, no entanto, a posição da escravidão nas sociedades linhageiras estaria longe de ser marginal. A propriedade de escravos teria sido a principal forma de riqueza individual, dada a inexistência da propriedade privada da terra. O trabalho, e não a terra, seria o fator central da produção, daí a importância crucial da escravidão no continente.

A escravidão esteve relacionada à formação e consolidação de vários "reinos" e "impérios" africanos. Se o trabalho escravo na agricultura podia garantir o sustento das cidades e a distribuição de alimentos em troca de tributos, exércitos de escravos podiam ser a base da expansão territorial e da dominação de povos vizinhos. Além disso, escravos leais aos governos podiam atuar como cobradores de tributos, administradores de províncias, funcionários judiciários e "conselheiros reais".

Nas sociedades linhageiras, a escravidão tendia a ser encarada como uma forma de dependência, entre outras possíveis. Assim, era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo podia ser trocado ou vendido e exercer atividades produtivas, mas era, acima de tudo, uma fonte de prestígio social e poder político para o seu senhor.

Embora as informações acima tendam a transmitir a imagem de uma escravidão mais "benigna", não há unanimidade a esse respeito. Se alguns autores apresentam a escravidão africana, anterior à chegada dos europeus, como menos violenta, afirmando que o aumento dos maus-tratos impingidos aos cativos foi resultante da influência do comércio atlântico de escravos, outros discordam dessa opinião. Para esses últimos, embora fosse comum o emprego de escravos como administradores, militares e mesmo "conselheiros reais", eles também podiam desempenhar penosos trabalhos agrícolas, sendo difícil generalizar suas condições de vida e trabalho.

A transição para a liberdade podia ocorrer, naquelas sociedades, como resultado da convivência e do compartilhamento da língua e das crenças religiosas. Entretanto, a assimilação do escravo à linhagem podia se estender por gerações. Assim, a manumissão, consequência da assimilação,

dificilmente chegava para os que tinham vindo de fora na condição de cativos, sendo possível, apenas, para seus descendentes. Além disso, não havia nenhum ato que representasse a passagem do cativeiro para a liberdade.

As formas de escravização

A análise da escravidão na África acaba por remeter à problemática das formas de escravização, seja para uso no continente, seja para o tráfico atlântico. Por uma questão de coerência, a exposição dessas formas será pautada na distinção entre sociedades islâmicas e sociedades linhageiras, que presidiu a explicação anterior.

Nas (ou para as) sociedades islâmicas

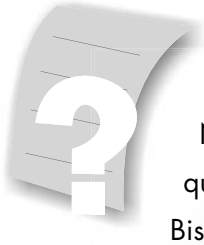
O comércio de escravos para as sociedades islâmicas começou através da "guerra santa", estando envolvido no processo de expansão do Islã, do Oriente Médio para a Europa Mediterrânica e o norte da África, desde pelo menos o século VII. Nesse processo, em que os árabes obtiveram sucessivas conquistas territoriais, foram feitos escravos não apenas no norte da África, mas também em partes da Europa Ocidental.

A partir do século IX, com a expansão do comércio empreeendido por muçulmanos para as savanas da África Ocidental através das rotas transaarianas, o tráfico de escravos para as sociedades islâmicas envolveu também a região ao sul do Saara. Como as leis corânicas determinavam que adeptos da religião islâmica não podiam ser escravizados, muçulmanos do norte perceberam a conveniência de

buscar escravos na África Ocidental. Guerras locais, condenações judiciais, sequestros e dívidas ganharam importância, ali, como fontes de escravos que, uma vez vendidos para os comerciantes muçulmanos, eram reunidos em caravanas que atravessavam o Saara.

Para alguns autores, o tráfico de escravos nas rotas transaarianas esteve estreitamente relacionado ao endividamento dos povos do Sahel, que compravam cavalos, vindos do norte, e pagavam com escravos e ouro.

Nem todos os cativos comercializados por muçulmanos, entre os séculos XVI e XIX, foram para o norte da África e o Oriente Médio. Cerca de 10 % deles, oriundos da Senegâmbia e da Alta Guiné, foram enviados para o tráfico atlântico. As guerras entre estados muçulmanos e não muçulmanos, as *jihads* islâmicas contra governos nominalmente muçulmanos mas considerados infiéis, bem como as guerras ligadas ao surgimento de novas teocracias islâmicas teriam sido as principais formas de escravização nessas áreas nos séculos XVII e XVIII.



Senegâmbia e Alta Guiné

No sentido histórico, Senegâmbia é a região que engloba os atuais Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné. Trata-se da primeira região da África Subsaariana a ser conhecida pelos portugueses, a partir de meados do século XV.
A Alta Guiné corresponde à zona oeste da África Ocidental, entre a atual cidade de Dacar, no Senegal, e o Cabo das Palmas, na fronteira da Libéria e da Costa do Marfim.

Figura 6.3: Localização da Senegâmbia.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Senegambia_%28orthographic_projection%29.svg.

Atende aos Objetivos 1 e 2

3. Apresente as principais formas de obtenção de escravos nas ou para as sociedades islâmicas.

Resposta Comentada

O comércio de escravos para as sociedades islâmicas começou através da "guerra santa", estando envolvido no processo de expansão da religião muçulmana, do Oriente Médio para o norte da África – ocorrido a partir do século VII – e para a Europa Mediterrânica. Já a partir do século IX, com as rotas transaarianas e a expansão do islamismo na África Ocidental, esse comércio envolveu a região ao sul do Saara. Desde então, a África Ocidental foi uma grande fonte de cativos para as sociedades islâmicas do norte do continente e do Oriente Médio.

Para alguns autores, o tráfico de escravos nas rotas transaarianas esteve estreitamente relacionado ao endividamento dos povos do Sahel, que compravam cavalos, vindos do norte, e pagavam com escravos e ouro.

Por outro lado, nos séculos XVII e XVIII, as *jihads* ou "guerras santas" opondo estados islâmicos a povos pagãos foram as principais formas de escravização em certas áreas da África Ocidental, sendo os escravos utilizados nas sociedades muçulmanas da própria região.

Nas sociedades linhageiras

As principais formas de escravização nas sociedades linhageiras africanas foram as guerras, que faziam prisioneiros e, consequentemente, escravos. No "império" Lunda, por exemplo, existente na África Centro-Ocidental entre os séculos XVIII e XIX, o próprio "imperador" teria conduzido guerras contra povos fronteiriços visando à obtenção de escravos. Além disso, a escravização fazia parte do sistema de tributos. Dentre os tributos mais ou menos anuais cobrados pelo referido "imperador" a 36 chefes, em meados do

século XIX, constavam escravos e marfim para o tesouro "imperial", assim como ferro, cobre, enxadas, arcos, lanças, víveres, óleo de palma, peles, ráfia, tecidos e artigos de cerâmica.

Também as sentenças judiciais produziam escravos, já que os criminosos ou pretensos criminosos eram condenados à escravatura. Por esse motivo, ao saberem da proibição do tráfico de escravos em Portugal, chefes provinciais Lunda teriam protestado: se Portugal continuava a transportar condenados (degredados) para Angola, por que razão os Lunda não eram autorizados a transportar condenados para Portugal?

Uma última forma de escravização existente no "império" Lunda seria o conflito armado em pequena escala, entre chefes ou em disputas pela sucessão no interior do estado.

Se guerras e sentenças judiciais eram mecanismos de escravização nas sociedades linhageiras africanas – e não apenas no "império" Lunda –, o mesmo pode ser dito sobre os sequestros, as dívidas e as acusações de feitiçaria – que poderiam ser incluídas no âmbito das sentenças judiciais. Essas formas de escravização precederam, evidentemente, a chegada dos europeus e a montagem do comércio atlântico de escravos. No entanto, alguns autores ressaltam que a demanda atlântica por cativos intensificou as guerras, os sequestros e as acusações de feitiçaria, gerando uma espiral de violência e provocando um temor generalizado da escravização.

CONCLUSÃO

Existiam, no continente africano, diferentes formas de escravização, de comércio de cativos e de exploração da mão de obra escrava antes da chegada dos europeus. Acostumados a ter escravos, africanos teriam oferecido cativos, entre outros "produtos", quando iniciaram relações comerciais com os europeus. Ou pelo

menos teriam aceito vendê-los sem estranheza. Tais constatações têm contribuído decisivamente para que os historiadores reconheçam o papel dos próprios africanos na montagem e na manutenção do comércio atlântico de escravos.

RESUMO

O comércio de escravos para as sociedades islâmicas começou através da "guerra santa", estando envolvido no processo de expansão da religião muçulmana, do Oriente Médio para o norte da África – ocorrido a partir do século VII – e para a Europa Mediterrânica. Já a partir do século IX, com as rotas transaarianas e a expansão do islamismo na África Ocidental, esse comércio envolveu a região ao sul do Saara. Desde então, a África Ocidental foi uma grande fonte de cativos para as sociedades islâmicas do norte do continente e do Oriente Médio.

Para alguns autores, o tráfico de escravos nas rotas transaarianas esteve estreitamente relacionado ao endividamento dos povos do Sahel, que compravam cavalos, vindos do norte e pagavam com escravos e ouro.

Por outro lado, nos séculos XVII e XVIII, as *jihads* ou "guerras santas" opondo estados islâmicos a povos pagãos foram as principais formas de escravização em certas áreas da África Ocidental, sendo os escravos utilizados nas sociedades muçulmanas da própria região.

Na tradição islâmica, a escravidão era entendida como um meio de conversão. Assim, cabia ao senhor a instrução religiosa dos cativos e, teoricamente, os muçulmanos não podiam ser escravizados. A conversão de um escravo não levava automaticamente à emancipação, mas era um pré-requisito para a alforria e normalmente garantia melhor tratamento.

Os cativos vendidos para as sociedades islâmicas eram, sobretudo, mulheres e crianças. As mulheres eram incorporadas aos

haréns ou alocadas no serviço doméstico. Grande parte dos homens adultos era empregada no transporte de mercadorias, nas caravanas do comércio transaariano e em funções administrativas. Os meninos, por sua vez, eram treinados para o serviço militar ou doméstico. Alguns deles, transformados em eunucos, eram incorporados aos exércitos, tornavam-se vigilantes dos haréns ou ocupavam cargos administrativos e funções de governo.

Nas sociedades islâmicas, os nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. Muitos filhos de escravos eram assimilados pela sociedade muçulmana, abrindo caminho para se livrarem da condição de cativos. O fenótipo, por sua vez, não era um fator determinante para a manutenção da condição servil.

Havia critérios claros para a manumissão, derivados das leis corânicas. Uma escrava que se tornasse esposa, uma concubina que tivesse filho do senhor, ou o próprio filho, deveriam ser libertados, e isso necessariamente envolvia atos de libertação.

As principais formas de escravização nas sociedades linhageiras africanas foram as guerras, as sentenças judiciais – inclusive por acusações de feitiçaria –, os sequestros e as dívidas.

Nas sociedades linhageiras, a escravidão conviveu com a penhora – trabalho não remunerado como garantia de uma dívida – e o trabalho familiar, assumindo, segundo alguns autores, uma posição marginal na produção.

Embora os escravos pudessem ser usados em atividades produtivas – como agricultores, mineiros, carregadores, artesãos – , eles não eram pensados apenas em função desse potencial. A prática do sacrifício de escravos e a frequência com que escravas tornavam-se esposas dos senhores indicam que a produção não era a única razão da existência dos cativos nas sociedades linhageiras africanas.

Para outros autores, no entanto, a posição da escravidão nas sociedades linhageiras estaria longe de ser marginal. A propriedade

de escravos teria sido a principal forma de riqueza individual, dada a inexistência da propriedade privada da terra. O trabalho, e não a terra, seria o fator central da produção, daí a importância crucial da escravidão no continente.

A escravidão esteve relacionada à formação e consolidação de vários "reinos" e "impérios" africanos. Se o trabalho escravo na agricultura podia garantir o sustento das cidades e a distribuição de alimentos em troca de tributos, exércitos de escravos podiam ser a base da expansão territorial e da dominação de povos vizinhos. Além disso, escravos leais aos governos podiam atuar como cobradores de tributos, administradores de províncias, funcionários judiciários e "conselheiros reais".

Nas sociedades linhageiras, a escravidão tendia a ser encarada como uma forma de dependência, entre outras possíveis. Assim, era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo podia ser trocado ou vendido e exercer atividades produtivas, mas era, acima de tudo, uma fonte de prestígio social e poder político para o seu senhor.

Embora as informações acima tendam a transmitir a imagem de uma escravidão mais "benigna", não há unanimidade a esse respeito. Se alguns autores apresentam a escravidão africana, anterior à chegada dos europeus, como menos violenta, afirmando que o aumento dos maus-tratos impingidos aos cativos foi resultante da influência do comércio atlântico de escravos, outros discordam dessa opinião. Para esses últimos, embora fosse comum o emprego de escravos como administradores, militares e mesmo "conselheiros reais", eles também podiam desempenhar penosos trabalhos agrícolas, sendo difícil generalizar suas condições de vida e trabalho.

A transição para a liberdade podia ocorrer, naquelas sociedades, como resultado da convivência e do compartilhamento da língua e das crenças religiosas. Entretanto, a assimilação do escravo à linhagem podia se estender por gerações. Assim, a

manumissão, consequência da assimilação, dificilmente chegava para os que tinham vindo de fora na condição de cativos, sendo possível, apenas, para seus descendentes. Além disso, não havia nenhum ato que representasse a passagem do cativeiro para a liberdade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, focalizaremos o comércio atlântico de escravos, dimensionando seu volume, apontando as principais áreas fornecedoras, analisando aspectos de sua montagem e traçando um panorama do debate historiográfico sobre seus efeitos nas sociedades africanas.

Aula 7

O comércio atlântico de escravos e seus efeitos nas sociedades africanas

Andrea Marzano

Meta da aula

Identificar a engrenagem do comércio atlântico de escravos e suas consequências para as sociedades africanas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar os principais aspectos da montagem do comércio atlântico de escravos;
2. reconhecer o volume global do comércio atlântico de escravos, bem como as principais regiões fornecedoras de cativos no continente africano;
3. identificar o debate historiográfico sobre os efeitos do comércio atlântico de escravos nas sociedades africanas.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, focalizaremos aspectos da montagem do comércio atlântico de escravos, bem como o debate historiográfico sobre os seus efeitos nas sociedades africanas.

Assim, embora as análises sobre o tráfico sejam pertinentes para o entendimento das sociedades americanas, nosso olhar estará voltado para a margem africana do oceano Atlântico.

A montagem do comércio atlântico de escravos

O interesse inicial dos europeus, em seus primeiros contatos com a África subsaariana, não era a obtenção de escravos. Segundo vários autores, a intenção dos portugueses era contornar a costa da África Ocidental para atingir as minas de ouro localizadas no Gana atual. Apenas após perceberem a presença da escravidão e o dinamismo do comércio de escravos no continente africano é que os europeus teriam se dedicado a vender cativos, primeiro de um porto africano para outro, em troca de ouro. O transporte de escravos africanos para as ilhas atlânticas – Madeira, Açores e Cabo Verde ainda no século XV e São Tomé no século XVI – só teria início algum tempo depois.

Alguns autores defendem que o comércio de escravos africanos para as Américas e o Caribe teria se tornado uma opção interessante para os mercadores portugueses, sobretudo a partir do século XVII, por vários motivos: tal mercado era mais acessível para eles que o asiático; não exigia a disponibilidade de ouro ou prata (que eram requeridos no Oriente em troca das especiarias); envolvia bens secundários, como tecidos e ferramentas, que eram trocados por escravos; possibilitava o uso de meios de transporte mais simples e baratos que os grandes galeões necessários ao comércio no Oriente.

Para alguns estudiosos, os portugueses optaram pela exploração econômica da costa ocidental africana com um mínimo de ocupação, em função das muitas doenças ali existentes. Outros, no entanto, explicam a opção pelo modelo de feitorias por motivos diferentes. A prática de comércio pelos europeus – e não apenas de comércio de escravos – foi sempre dependente da aceitação e do controle das elites africanas. As tentativas de evangelização e penetração no continente, com a exceção relativa do estabelecimento de uma colônia portuguesa em Luanda a partir do final do século XVI, nunca conseguiram se afastar do modelo de feitorias fortificadas no litoral, tributárias de comerciantes e autoridades africanas.

As informações acima permitem rediscutir, em outras bases, a ideia de que o modelo de feitorias era fruto e exemplo máximo dos objetivos dos europeus, que buscariam apenas o lucro no continente africano. É possível explicar o mesmo fato supondo-se, enfim, que lideranças africanas quisessem se beneficiar ao máximo do comércio europeu, recusando, contudo, maiores interferências em suas organizações políticas e sociais.

O controle exercido pelas autoridades africanas sobre os comerciantes europeus é evidenciado na trajetória dos chamados lançados. Os lançados eram, geralmente, portugueses que se dirigiam aos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé fugindo de punições por crimes cometidos ou perseguições religiosas – particularmente em se tratando de cristãos-novos –, cumprindo penas de degredo ou, simplesmente, "tentando a sorte". Também não foram poucos os que passaram a viver nas ilhas, ou mesmo na costa africana, após sofrerem naufrágios.

Buscando favorecer o povoamento da ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde, o governo português publicou uma carta régia, em 12 de junho de 1466, autorizando os habitantes da ilha a realizarem comércio com a costa da Guiné, como era designada, nos séculos XV e XVI, toda a costa da África Ocidental. Desde então, os lançados passaram a importar escravos para o seu serviço, atividade que se desdobrou, posteriormente, na venda de

cativos para as Américas, fugindo ao controle da Coroa portuguesa que buscaria, sem grande sucesso, reverter essa situação.

Os lançados formavam a maior parte dos habitantes das ilhas de Cabo Verde e São Tomé no século XVI, estabelecendo fortes relações com as autoridades africanas e casando-se com suas filhas. Muitos desses portugueses deixaram as ilhas e passaram a viver na costa da Guiné, onde se dedicaram ao comércio, sobretudo de escravos, em estreita ligação com os chefes africanos. Na costa da Guiné, os lançados viviam em territórios controlados por autoridades africanas, e toda a atividade comercial que exerciam dependia da autorização destas. No entanto, dentro desses territórios, tendiam a formar comunidades mestiças dotadas de culturas próprias, resultantes da mistura de elementos europeus e africanos, num hibridismo que se tornaria característico de diversas áreas em que a presença europeia foi frágil e precoce.

Durante o século XVI, as plantações de cana-de-açúcar se deslocaram das ilhas atlânticas de Madeira e Açores para o arquipélago de São Tomé, de onde partiriam, no século seguinte, para a costa brasileira e as Antilhas. Já em São Tomé, o cultivo de cana-de-açúcar dependia da mão de obra escrava, proveniente, sobretudo, do "reino" do Congo, localizado, como vimos na Aula 5, na África Centro-Ocidental.

Atende ao Objetivo 1

1. Que relações podem ser estabelecidas entre as autoridades africanas e o comércio atlântico de escravos?

Resposta Comentada

Todo o comércio realizado por europeus dependeu da aceitação das autoridades africanas. O mesmo pode ser dito sobre o comércio de escravos, cuja montagem foi facilitada pela existência prévia do cativeiro e da venda de seres humanos no continente africano. Mais do que autorizarem o comércio de cativos para o atendimento da demanda atlântica, autoridades africanas buscaram controlá-lo, aumentando seu poder e riqueza.

Os "lançados", indivíduos europeus instalados nas ilhas atlânticas ou na costa ocidental do continente, atuavam no comércio atlântico de escravos com o aval de autoridades africanas, vivendo em seus territórios e sendo, muitas vezes, seus subordinados. Sua estreita ligação com essas autoridades e, sobretudo, sua forte inserção nas comunidades locais, são demonstradas pelo fato de se casarem, frequentemente, com mulheres africanas, formando famílias mestiças dotadas de forte hibridismo cultural.

O período mais significativo da exportação de escravos africanos pelo Atlântico foi de meados do século XVII a meados do século XIX. Entre 1650 e 1870, esse comércio retirou do continente quase 11 milhões de cativos. A grande maioria dos africanos que atravessaram o Atlântico como escravos eram provenientes da costa oeste, englobando a África Ocidental e Centro-Ocidental.

Apenas com o auge da demanda, em finais do século XVIII, e com a concentração inicial da repressão ao tráfico ao norte do Equador, no século XIX, passaram a ser exportados números significativos de escravos da costa oriental. Esses números, no entanto, parecem não ter excedido 500 mil. Nesses 200 anos de maior dinamismo do tráfico atlântico, a África Ocidental exportou cerca de 5,7 milhões de escravos, enquanto a África Centro-Ocidental foi responsável pela transferência de cerca de 4,55 milhões de cativos.

Embora a Senegâmbia (região que engloba os atuais Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné) e a Alta Guiné (zona oeste da África Ocidental, entre a atual cidade de Dacar, no Senegal, e o Cabo das Palmas, na fronteira da Libéria e da Costa do Marfim) tenham sido as primeiras áreas que participaram do comércio atlântico de escravos, a África Centro-Ocidental, especialmente o "reino" do Congo, foi a maior fornecedora de escravos exportados para as Américas até o final do século XVII.

Apesar da preponderância da África Centro-Ocidental até o século XVII, a Senegâmbia e a Alta Guiné mantiveram-se como importantes fornecedoras para o mercado atlântico, com portugueses, franceses e ingleses disputando posições e estabelecendo feitorias fortificadas. Entretanto, a região declinou em importância para o comércio atlântico de escravos ao longo do século XVIII.

A partir da segunda metade do século XVII, inúmeras guerras entre estados centralizados propiciaram a intensificação da escravização na costa da Mina, na África Ocidental. Tal processo levaria o golfo do Benin a ser conhecido como "costa dos escravos".

Considerando todo o período de vigência do tráfico, pode-se afirmar que a África Centro-Ocidental foi a região que forneceu cativos com mais regularidade para o mercado atlântico.

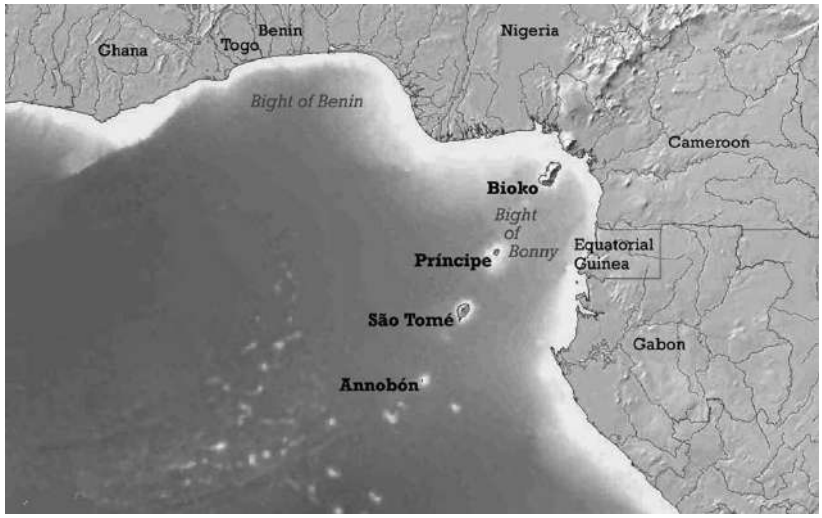


Figura 7.1: Golfo da Guiné.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/Gulf_of_Guinea_%28English%29.jpg

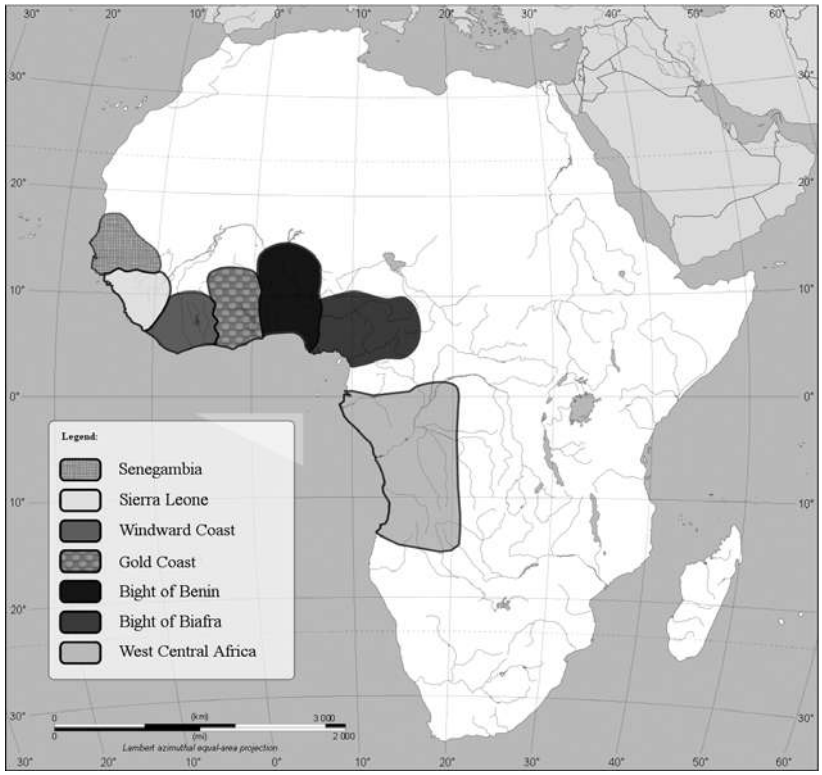


Figura 7.2: Regiões fornecedoras de escravos para as Américas.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Africa_slave_Regions.svg

Atende ao Objetivo 2

2. Apresente, em linhas gerais, o volume global do comércio atlântico de escravos, bem como as principais regiões fornecedoras de cativos no continente africano.

Resposta Comentada

Entre 1650 e 1870, quase 11 milhões de cativos saíram do continente africano em direção ao Atlântico. A maioria deles era proveniente da África Ocidental e Centro-Ocidental. Apenas uma parcela dos cativos vendidos para as Américas, que não excedeu 500 mil almas, era proveniente da costa oriental. A inserção da costa oriental nas rotas do tráfico foi decorrente, sobretudo, dos sucessivos acordos que proibiram, ao longo da primeira metade do século XIX, o comércio de escravos ao norte da linha do equador.

A Senegâmbia e a Alta Guiné foram as primeiras áreas que participaram do tráfico atlântico de escravos, perdendo importância nesse comércio apenas ao longo do século XVIII. Entretanto, a maior fornecedora de escravos exportados para as Américas até o final do século XVII foi a África Centro-Ocidental, especialmente o "reino" do Congo.

A partir da segunda metade do século XVII, a costa da Mina tornou-se grande fornecedora de cativos para as Américas. Entretanto, considerando todo o período de vigência do tráfico, pode-se afirmar que a África Centro-Ocidental foi a região que forneceu cativos com mais regularidade para o mercado atlântico.

Na costa da Mina, ainda nos séculos XVIII e XIX, o comércio atlântico de escravos também seria, em grande medida, subordinado ao controle de autoridades africanas. Tal fato é demonstrado, exemplarmente, pela trajetória do traficante Francisco Félix de Souza, nascido em Salvador, Bahia, na segunda metade do século XVIII. Filho de uma escrava com um traficante português, Félix de Souza foi alforriado aos 17 anos. No final do século XVIII ou no início do XIX, estabeleceu-se no atual Benin, na "costa dos escravos", onde existia o "reino" do Daomé. Naquela época, o "rei" do Daomé dominava a baía do Benin, embora a região já contasse com feitorias fortificadas europeias, entre as quais a já antiga fortaleza portuguesa de São João Batista de Ajudá, localizada na atual cidade de Uidá.

O soberano de Daomé detinha o monopólio do comércio da região, com a prerrogativa de conceder autorizações especiais para as atividades realizadas pelos europeus. Em 1821, Félix de Souza tornou-se o primeiro conselheiro do "rei" de Daomé. Como a fortaleza de São João Batista de Ajudá tinha sido abandonada pelos portugueses, o baiano passou a comandá-la, controlando, por extensão, a cidade de Uidá, que se desenvolveu nos seus arredores. Segundo alguns autores, Félix de Souza teria se tornado, assim, vice-rei de Ajudá, sob o título de chachá. Por essa época, a fortaleza de Ajudá transformou-se num dos mais ativos entrepostos de embarque de escravos para as Américas.

O "rei" também concedeu a Félix de Souza o controle sobre o comércio exterior. Assim, o mercador atuava como seu agente, detendo o privilégio da "primeira opção" no comércio de escravos em Uidá: os demais comerciantes só podiam fazer suas transações depois que ele tivesse vendido todos os cativos do "rei" e os dele próprio. Além disso, Souza exportava azeite de dendê, noz de cola e outros produtos do Daomé, enquanto importava tecidos, tabaco, aguardente, armas de fogo, pólvora e utensílios de metal, que eram trocados por escravos.

Figura 7.3: Félix de Souza.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Francisco_F%C3%A9lix_de_Souza.jpg

A história de Félix de Souza evidencia vários aspectos interessantes da dinâmica de funcionamento do comércio atlântico de escravos. Em primeiro lugar, que muitos mercadores, oriundos do Brasil, atuaram no referido comércio e tiveram de negociar, respeitar e estabelecer relações familiares com autoridades africanas, desposando suas filhas (como fez o próprio Félix de Souza) e tornando-se, por vezes, seus funcionários. Vale lembrar que alguns

desses traficantes eram africanos libertos no Brasil que haviam regressado à África e permanecido no litoral, em vez de seguirem para as suas terras de origem. Outros eram antigos tripulantes de navios negreiros e ainda outros se instalaram na África como agentes dos grandes importadores ou como sócios de empresas familiares brasileiras. Uns poucos, fossem ***africanos*** ou ***crioulos***, tinham feito viagens, ainda escravos ou já libertos, para adquirir cativos para os senhores ou ex-senhores na costa da África, onde depois se fixaram como agentes daqueles ou como comerciantes independentes.

Africanos e crioulos
Os descendentes de africanos, nascidos no Brasil, eram chamados de crioulos. Embora essas designações tenham variado consideravelmente ao longo do período escravista, a expressão crioulo era geralmente associada aos escravos.

Em segundo lugar, a trajetória de Félix de Souza demonstra que o tráfico de escravos envolvia a produção e o comércio de vários artigos intermediários. Como muitos comerciantes eram oriundos do Brasil, produtos brasileiros eram trocados na costa africana, servindo, inclusive, para o pagamento pela aquisição dos cativos.

Além disso, a história do traficante baiano deixa claro que a atividade negreira envolvia um organizado sistema de crédito. Os comerciantes pagavam adiantado, com os produtos acima mencionados, aos "reis", chefes e comerciantes da terra, e aos negociantes muçulmanos que a frequentavam (no caso da África Ocidental), a fim de que eles adquirissem cativos no interior.

Chachá
Título honorífico oferecido pelo "rei" de Daomé ao traficante baiano Francisco Félix de Souza. Significava primeiro conselheiro, "vice-rei" da fortaleza de São João Batista de Ajudá e da cidade de Uidá, agente "real" no comércio exterior. Após a morte de Francisco Félix de Sousa, o título de chachá assumiu caráter hereditário, transferindo-se para seus descendentes.

Por último, acompanhando os passos do ***chachá***, historiadores demonstraram que uma ampla rede de serviços foi formada em função do comércio atlântico de escravos. Um agenciava a compra de cativos; outro cuidava da segurança dos depósitos de mercadoria humana; outro adquiria para ela alimento e água. Havia, ainda, quem mantivesse roçados, capoeiras e currais para gado miúdo, para abastecimento dos barracões e dos navios negreiros, bem como quem fornecesse ou contratasse canoas e remadores para transportar os escravos da praia às grandes embarcações.

Se na costa da Mina nem todos os elementos "estrangeiros", envolvidos na organização do tráfico, eram europeus, o mesmo pode ser dito da África Centro-Ocidental, especialmente dos portos de Luanda e Benguela, nos séculos XVIII e XIX. Como na costa da Mina, o tráfico angolano tinha poucos vínculos com Portugal, sendo

quase inteiramente controlado por negociantes "brasileiros", ou mesmo euro-africanos – negros e mestiços que, embora nascidos na África, dominavam códigos culturais europeus como o catolicismo, a língua portuguesa e o hábito de vestir-se à europeia. A importância dos "brasileiros" no comércio atlântico de escravos, bem como a formação e a consolidação de uma elite euro-africana, resultavam, evidentemente, da fragilidade da presença portuguesa em Angola.

Embora a fundação da cidade de Luanda, em 1576, possa ser explicada pelo desejo de reforçar os interesses estatais portugueses no tráfico da África Centro-Ocidental, a minguada presença administrativa e militar portuguesa tendeu a se tornar cada vez mais rarefeita, sobretudo no século XVIII. Desta forma, a influência que o governo de Luanda conseguia exercer resultava em muito de alianças com autoridades africanas. Já no século XVII, a integridade militar e institucional dos poucos territórios sob influência portuguesa passou a depender do apoio de "reinos" e potentados africanos. Além disso, até mesmo cargos administrativos – como nos ***presídios*** – eram ocupados frequentemente por africanos, ligados às autoridades "tradicionais" locais. Por conta disso, mesmo instituições ditas europeias – incluindo instâncias do aparelho jurídico local – tinham uma forte presença de características africanas.

Presídios
Estrategicamente localizados no caminho entre os portos e as áreas fornecedoras de escravos no interior, os presídios funcionavam como cárceres e, sobretudo, como marcos simbólicos da presença portuguesa em Angola.

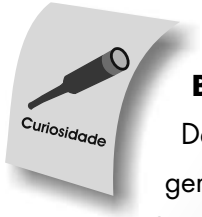
Os comerciantes sediados em Luanda e Benguela – fossem eles "brasileiros" ou euro-africanos – possuíam estreitos laços com o Brasil. Alguns voltavam para o Brasil após muitos anos dedicados ao tráfico. Outros faziam viagens periódicas a negócio. Os negociantes de grosso trato tinham conexões com comerciantes "brasileiros" que vendiam, do outro lado do Atlântico, seus escravos. Outros, no entanto, iam pessoalmente para o Brasil para vendê-los.

Muitos traficantes viviam em Angola, mas possuíam mulher e filhos no Rio de Janeiro. Inúmeros eram, também, os que mandavam seus filhos, de uniões com mulheres africanas, para lá estudarem.

Comerciantes de escravos de Luanda e Benguela também eram filiados a irmandades religiosas católicas no Rio de Janeiro. Nos

testamentos, muitos deles deixavam instruções para que fossem rezadas missas por sua alma – e pela alma de parentes – naquela cidade.

Vários negociantes chegavam a Benguela como representantes de casas comerciais do Rio de Janeiro, ascendendo por meio do tráfico e ocupando cargos na administração local. Alguns não se restringiram ao comércio costeiro, indo buscar escravos no interior. O atrelamento do comércio atlântico de Benguela em relação ao Brasil era patente, estendendo-se não só aos capitais do tráfico, como também aos suprimentos usados nos navios negreiros. No final do século XVIII, os negociantes dependiam dos navios vindos do Brasil para a importação de fazendas e outros produtos que eram trocados por escravos. Cerca de 80% dos navios que saíam de Benguela iam para o Rio de Janeiro, entre 1796 e1828. Além disso, comerciantes daquela cidade tinham grande importância no financiamento do tráfico.



Bebidas alcoólicas e tráfico

Desde o início da década de 1480, o vinho e a gerebita – aguardente de cana brasileira, conhecida também como cachaça – foram produtos essenciais, trocados por escravos na costa angolana e no interior próximo. Muitas das transações que exportaram legalmente mais de 3 milhões de africanos até 1830 envolveram essas bebidas alcoólicas estrangeiras. Dos 1.181.500 cativos exportados legalmente pelo porto de Luanda entre 1710 e 1830, cerca de 25% foram trocados por gerebita. Estima-se, ainda, que outros 8% tenham sido adquiridos em troca de vinho, outros tipos de aguardente e bebidas adicionais.

Embora tenham sido usadas, acima de tudo, na troca por escravos, as bebidas alcoólicas luso-brasileiras assumiram outras funções na África Centro-Ocidental.

Missionários europeus ofereciam essas bebidas aos dirigentes africanos para acelerar a conversão, pois esses últimos aceitavam mais facilmente a presença dos primeiros quando eram presenteados com vinho, gerebita e outras aguardentes. A gerebita, em particular, era usada pela administração colonial portuguesa para obter trabalhadores forçados e para reduzir as deserções. Por fim, as bebidas alcoólicas importadas foram fontes de receitas, através do pagamento de impostos, para as câmaras municipais de Luanda e Benguela e para o governo colonial de Angola.

O impacto do comércio atlântico de escravos sobre a demografia e a economia africana: debate historiográfico

Na virada do século XIX para o século XX, o sociólogo americano e líder pan-africanista William Du Bois, bem como o militante negro Carter Woodson, buscaram dimensionar o volume e o impacto do comércio atlântico de escravos sobre as sociedades africanas. Marcadas pela perspectiva de denúncia, inseridas num contexto de luta política, tais análises foram, no entanto, imprecisas, tanto no que diz respeito aos cálculos sobre o número de africanos transferidos para as Américas, quanto no que concerne aos efeitos econômicos e demográficos desse comércio nas sociedades africanas.

Pan-africanismo

O pan-africanismo é uma ideologia supranacional que propõe a união dos povos africanos e afrodescendentes em defesa do continente africano e de suas populações. As ideias pan-africanistas surgiram entre intelectuais negros nascidos, sobretudo, nos Estados Unidos e no Caribe, em meio a lutas que envolviam a reivindicação de melhores condições de vida para os afrodescendentes dessas regiões.

Sua gênese, na segunda metade do século XIX, foi devida a pensadores como o padre episcopal Alexander Crummell (1819-1898), que nasceu nos Estados Unidos e adotou a identidade liberiana, e o padre antilhano Edward Wilmot Blyden (1832-1912). Outros grandes expoentes do movimento foram o sociólogo e escritor norte-americano William Edward Du Bois (1868-1963) e o jamaicano Marcus Garvey (1887-1940), que vivia nos Estados Unidos. Em 1914, Garvey criou, na Jamaica, a Associação Universal para o Aprimoramento do Negro (Unia), cujo principal objetivo era promover a emigração dos negros para a Libéria, que deveria ser a nação central para a "raça" negra. (Localizada na África Ocidental, a Libéria foi criada, no início da década de 1820, para abrigar negros livres ou libertos oriundos dos Estados Unidos. Tornou-se independente em 1847). Partindo, sobretudo, das Antilhas e dos Estados Unidos, as ideias pan-africanas chegaram à África. Os primeiros africanos a terem contato com essas ideias foram intelectuais de domínios britânicos na África Ocidental, como Costa do Ouro, Nigéria e Serra Leoa, que estudavam em universidades nos Estados Unidos, na Europa e mesmo na África.

Missionários negros, sobretudo norte-americanos, também foram fundamentais para a divulgação das ideias pan-africanistas no continente africano, sobretudo na África Ocidental. Nas regiões de dominação francesa, entretanto, a difusão do pan-africanismo foi tardia, ocorrendo entre as duas guerras mundiais.
O pan-africanismo buscou apontar características positivas do "povo negro", entendido como uma unidade, contradizendo, dessa forma, argumentos que justificavam a escravização dos africanos e, a partir de finais do século XIX, a expansão europeia na África. A triste situação dos africanos submetidos ao colonialismo foi uma de suas bandeiras, mas a solução para tal problema não era pensada, inicialmente, em termos de movimentos nacionalistas de libertação nacional. Contudo, em meados do século XX, os debates sobre a África e, sobretudo, a crítica à dominação europeia, tenderam a se afastar da perspectiva supranacional que caracterizava o pan-africanismo, assumindo, cada vez mais, feições nacionalistas e independentistas.

Figura 7.4: William Du Bois.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/WEB_DuBois_1918.jpg

Figura 7.5: Marcus Garvey.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/Marcus_Garvey_1924-08-05.jpg

Tal imprecisão manteve-se, por muito tempo, como uma das principais características do debate sobre o assunto. Apenas no final da década de 1960 o historiador norte-americano Philip Curtin faria uma estimativa do comércio atlântico de escravos fortemente assentada em fontes primárias. Não sendo um militante, Curtin não pretendia denunciar as consequências do tráfico para o continente africano, mas tão somente estabelecer números mais confiáveis para o volume desse comércio.

Nos anos 1960, o historiador e militante guianense Walter Rodney, importante expoente do movimento Black Power na Jamaica, passou a defender a ideia de que a Europa, através do tráfico atlântico, subdesenvolveu a África por retirar do continente uma grande parcela dos homens em idade produtiva. Tal tese, publicada em livro no início dos anos 1970, culpabilizava os europeus pela montagem do comércio atlântico de escravos, ignorando o papel dos africanos nesse processo.

Movimento Black Power

O movimento Black Power surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1960, estimulando a criação de instituições culturais e educacionais para as comunidades negras que duraram até os anos 1970. Após a sua criação, o movimento espalhou-se em vários países. Estreitamente relacionado à defesa dos direitos civis dos negros, defendia a formação de grupos organizados para a reivindicação política, tendo contribuído para a eleição dos primeiros deputados negros do Congresso americano. Tendo como mote a expressão "*black is beautiful*", o movimento enfatizou o orgulho racial como forma de elevar a autoestima dos afrodescendentes.

Em resposta a Rodney, o historiador britânico John Fage afirmou, nos anos 1970, a inexistência de dados estatísticos que permitissem afirmar que as perdas demográficas, decorrentes do comércio atlântico de escravos, causaram o subdesenvolvimento do continente africano. Suas objeções e argumentos foram pautados em sua própria pesquisa sobre a África Ocidental. De acordo com Fage, um percentual elevado de homens adultos era permanentemente ceifado pela malária e pelas guerras, tornando problemático atribuir a escassez de mão de obra masculina e produtiva ao comércio atlântico de escravos. Além disso, como apenas 1/3 dos traficados para as Américas eram mulheres, e era frequente a prática da poligamia, o número de nascimentos não teria se reduzido tanto quanto ocorreria se as sociedades americanas absorvessem homens e mulheres em igual número.

O mais importante, contudo, é que Fage ressaltou que muitas autoridades africanas estavam conscientes do perigo do impacto

demográfico do comércio atlântico de escravos, tomando medidas para controlar a situação. Para o autor, os relatos de europeus estão cheios de advertências contra a compra de escravos que tivessem sido tratados e preparados a fim de dissimular evidências de doenças ou de idade avançada. Desse modo, seria possível inferir que as sociedades da África Ocidental vendiam escravos para exportação adotando as medidas necessárias para evitar prejuízos mais sérios às suas economias e às suas perspectivas de crescimento. De acordo com Fage, à medida que se desenvolveu o comércio atlântico de escravos em cada parte da costa ocidental africana, se atingiu geralmente um nível de exportações que depois disso raramente foi ultrapassado.

O debate sobre as consequências do comércio atlântico de escravos teria continuidade, nos anos 1980 e 1990, nos trabalhos de Paul Lovejoy, discípulo de Rodney, e David Eltis, discípulo de Fage. Eltis concentrou suas atenções na perspectiva apontada por Fage, aprofundando a ideia de que não se pode relacionar o tráfico atlântico de escravos ao subdesenvolvimento do continente. O desdobramento de sua pesquisa caminhou na direção de um levantamento exaustivo dos registros existentes sobre o comércio de escravos na África e nas Américas. Num primeiro momento, foi elaborada uma revisão dos números apresentados por Curtin, através do acréscimo de novas fontes. Em seguida, foi lançada a ambiciosa ideia da criação de um site com todo o material coletado e trabalhado estatisticamente. O projeto ganhou forma em 2006 com a apresentação do "Voyages. The Trans-Atlantic Slave Trade Database" (http://www.slavevoyages.org/tast/about/history.faces). Mais uma vez, seria realçada a participação africana na montagem do tráfico atlântico de escravos.

Embora seja menos radical que Rodney na culpabilização dos europeus pelo subdesenvolvimento africano, sobretudo por enfatizar a existência de escravidão na África e o papel assumido pelos africanos no comércio atlântico de escravos, Lovejoy afirma que o impacto do tráfico no continente foi muito grande, por várias razões. Em função da preferência por adultos do sexo masculino,

teria provocado uma enorme escassez de mão de obra, gerando um atraso no desenvolvimento econômico que seria visível até os dias de hoje. Além disso, a montagem do comércio atlântico, que gerou a organização de mecanismos voltados para o fornecimento constante e quase sempre crescente de cativos, teria intensificado e modificado as características da escravidão no próprio continente africano, provocando também o despovoamento de certas regiões pela migração de populações que temiam a escravização.

Lovejoy aponta, ainda, relações entre o comércio atlântico de escravos e as alterações políticas na costa africana. Para ele, o aumento da capacidade de produção de cativos dependeu basicamente da guerra. Cada vez mais, o poderio dos estados africanos da costa baseava-se em sua capacidade de controlar as rotas do tráfico em seu território e de proteger seus habitantes das expedições de apresamento de comerciantes e "reinos" vizinhos, fazendo recuar para o interior a fronteira da escravização. A disputa pelo controle de portos e feiras de venda de escravos criava rivalidades crescentes e levava os estados à guerra. Caminhando na mesma direção, Lovejoy afirma que, desde o final do século XVII, uma série de guerras na África Central deu origem à consolidação de novos estados cujo poder era baseado, sobretudo, na escravização e na venda de cativos.

Concordando com Fage e David Eltis e discordando de Lovejoy no que diz respeito ao impacto do tráfico atlântico de escravos, John Thornton acrescentou novos elementos ao debate ao afirmar o papel central dos africanos, e até mesmo o controle por estes, do referido comércio. Citando a correspondência trocada, na primeira metade do século XVI, entre o "rei" do Congo Afonso Nzinga e o rei de Portugal D. João III, Thornton demonstra que o Manicongo não apenas se beneficiava do comércio atlântico de escravos, como também tomava providências para controlá-lo. As cartas trocadas entre os dois soberanos também seria analisada, no final dos anos 1990, pelo historiador britânico Robin Blackburn.

Para Thornton, o comércio atlântico de escravos e o protagonismo dos africanos no mesmo tinham sólidas origens nas sociedades

e sistemas legais africanos. Quando chegaram à África atlântica, os europeus encontraram africanos que eram senhores de escravos, que desempenhavam todo tipo de atividades. Se os europeus interessaram-se rapidamente pelo comércio de escravos foi porque estes últimos já eram, antes da sua chegada, a principal forma de riqueza privada. Por outro lado, como vimos em outras aulas, já existia o comércio transaariano, envolvendo a exportação de escravos para o norte da África e para o Oriente Médio. Das rotas transaarianas, o comércio de escravos teria se deslocado para o Atlântico. Desse modo, a organização social preexistente à chegada dos europeus teria sido muito mais responsável do que qualquer força externa para o desenvolvimento do comércio atlântico de escravos. Por fim, e nesse ponto discordando de Lovejoy, Thornton afirma que não é possível comprovar que as transformações na escravidão no continente e o atraso do desenvolvimento econômico africano tenham sido motivados pela exportação de cativos através do Atlântico.

O debate sobre o impacto do tráfico atlântico no continente africano, que opunha fundamentalmente, nos anos 1980 e 1990, Paul Lovejoy e David Eltis, acabou sendo entendido, no Brasil, como uma polêmica entre Lovejoy e Thornton, em função da edição brasileira de seus livros em 2002 e 2004, respectivamente. Entretanto, cabe ressaltar que a principal preocupação de Thornton não era discutir o impacto do comércio atlântico de escravos, e sim demonstrar o controle deste pelos africanos, na esteira do que havia sido sugerido por Fage.

O debate contaria, ainda, com a participação de outros historiadores e outros elementos. Referindo-se a uma região da África Ocidental, no Gana atual, que comprava escravos e vendia ouro e noz de cola antes da chegada dos europeus, o historiador nigeriano Joseph Inikory demonstra, a partir de pesquisas realizadas desde o final dos anos 1970, como ela acabou se transformando em exportadora de escravos para o mercado atlântico. A região seria marcada pela atomização em várias unidades até o século XVII, quando o "reino" de Ashanti surgiu como unidade política

forte. No século XVIII, o "reino" já seria poderoso o suficiente para impedir a escravização de seus súditos, passando a empreender guerras para a obtenção de escravos para o mercado atlântico. Para Inikori, as principais consequências do tráfico atlântico na região seriam o declínio da atividade agrícola e um considerável impacto demográfico. Inikori aproxima-se, assim, da ideia de Lovejoy a respeito das profundas transformações derivadas do comércio atlântico de escravos no continente africano.

Também Patrick Manning entrou no debate, afirmando que o comércio atlântico de escravos teve um impacto demográfico catastrófico no continente. Nesse aspecto, é vigorosamente contrariado por Joseph Miller, que afirma que, num cálculo grosseiro, entre o início do século XVII e o início do século XIX, apenas 0,01% da população africana teria se evadido do continente por meio do tráfico, sendo que o crescimento demográfico atingia a cifra de 0,5% por ano. Para Miller, até meados do século XVIII o impacto demográfico existiu mas estava longe de ser catastrófico, já que a maior parte das mulheres permaneceu na África e o índice de natalidade se manteve.

Embora afirme que o impacto demográfico do comércio atlântico de escravos não tenha sido sempre catastrófico, Miller abre caminho para a consideração de outras consequências, talvez mais sutis, entre os povos africanos. Referindo-se ao tráfico na África Centro-Ocidental, Miller demonstra que o raio atingido pela captura de escravos e pela violência dela decorrente foi penetrando cada vez mais o continente, sugerindo que a fuga para o interior tenha sido uma estratégia importante para grupos étnicos africanos, temerosos da escravização. No decorrer da fuga, entretanto, novos grupos surgiriam entre os séculos XVI e XIX. Por outro lado, muitos escravos teriam sido aprisionados por pessoas próximas, inclusive parentes, fazendo com que, na memória dos africanos, a escravização ficasse associada à ideia de traição. O tempo da escravização seria, para os africanos, um tempo de violência extrema, em que não se podia confiar em ninguém e, para preservar o grupo, tudo era permitido. Inclusive escravizar outros grupos.

CONCLUSÃO

Embora não haja consenso entre os historiadores sobre os efeitos demográficos e econômicos do comércio atlântico de escravos sobre as sociedades africanas, todos concordam que ele foi o principal elo de ligação entre a África subsaariana e as Américas nos séculos XVII, XVIII e XIX. Os estudos mais recentes tendem a ressaltar a participação das lideranças africanas na montagem do tráfico, abandonando a perspectiva de culpabilização dos europeus e posicionando os africanos como protagonistas da história do continente.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Segundo o historiador e militante guianense Walter Rodney, a Europa subdesenvolveu a África por meio do comércio atlântico de escravos. John Thornton, por sua vez, critica a culpabilização exclusiva dos europeus pela transferência de mão de obra africana para as Américas. Explique.

Resposta Comentada

Ao afirmar que a Europa subdesenvolveu a África por meio do comércio atlântico de escravos, Walter Rodney parte de dois pressupostos. Primeiro, que os europeus foram os únicos agentes desse comércio, sem qualquer participação das autoridades africanas. Segundo, que o tráfico atlântico retirou do continente grande parte dos homens em idade produtiva, comprometendo irremediavelmente o seu desenvolvimento futuro.

Esses dois pressupostos são vigorosamente contrariados por John Thornton. Sobre a dinâmica do comércio atlântico de escravos, Thornton afirma que contou com a participação decisiva de autoridades e de agentes intermediários africanos. Afirma, ainda, que se os europeus se interessaram pelo comércio de escravos, foi porque encontraram africanos que tinham, compravam e vendiam cativos. Desse modo, a organização social preexistente à chegada dos europeus teria sido muito mais responsável do que qualquer força externa para o desenvolvimento do tráfico atlântico. Por fim, Thornton defende que não há dados que permitam comprovar que o atraso do desenvolvimento econômico africano tenha sido motivado pela exportação de cativos.

RESUMO

Entre meados do século XVII e meados do século XIX, cerca de 11 milhões de africanos atravessaram o Atlântico na condição de escravos. Embora esses escravos fossem procedentes da África Ocidental, Centro-Ocidental e, em menor escala, da costa oriental, pode-se dizer que, em termos globais, considerando todo o período de vigência do comércio atlântico de escravos, a África Centro-Ocidental foi a maior fornecedora de cativos para as Américas.

Não há unanimidade entre os historiadores sobre as consequências do comércio atlântico de escravos para as sociedades africanas. Se alguns afirmam que o tráfico foi responsável, inclusive após o seu encerramento, pelo subdesenvolvimento africano, outros alegam que não há evidências confiáveis a esse respeito.

Apesar da existência de discordâncias e enfoques diferenciados, os estudos mais recentes reconhecem a participação de africanos na montagem e na manutenção do comércio atlântico de escravos, tendendo a abandonar a perspectiva militante de culpabilização exclusiva dos traficantes oriundos da Europa e das Américas.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos o fim do comércio atlântico de escravos e a transformação das sociedades africanas no século XIX.

Aula 8

O fim do comércio atlântico de escravos e as transformações das sociedades africanas no século XIX

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar o processo que pôs fim ao comércio atlântico de escravos, bem como as transformações ocorridas nas sociedades africanas no século XIX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o processo que pôs fim ao comércio atlântico de escravos;
2. avaliar as transformações ocorridas nas sociedades africanas no século XIX.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você deverá lembrar como se organizava o comércio atlântico de escravos, dimensionando seu volume, reconhecendo as principais áreas fornecedoras de cativos e acompanhando as principais linhas do debate sobre seus efeitos nas sociedades africanas. Esses conteúdos foram trabalhados na Aula 7.

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XIX, autoridades britânicas buscaram, de diferentes maneiras, impor a proibição do comércio de escravos africanos para as Américas e o Caribe. Dessa forma, foram realizados acordos bilaterais – envolvendo a Grã-Bretanha e outros países – que estabeleceram restrições progressivas ao tráfico negreiro, primeiro ao norte e depois ao sul da linha do equador. Ao mesmo tempo, sob forte pressão britânica, países que praticavam a escravidão e importavam africanos – muitas vezes para as suas colônias – aprovaram leis que restringiram o tráfico intercontinental, num processo que alimentou os debates sobre o fim do cativeiro.

Entretanto, é sabido que, mesmo após a proibição formal da importação de escravos em diversos países europeus e suas colônias, várias regiões africanas continuaram exportando cativos ilegalmente, enquanto se esforçavam para iniciar ou aumentar a produção de gêneros agrícolas e extrativistas para exportação.

A Marinha britânica libertou mais de 160.000 africanos em navios interceptados pela prática ilegal de comércio de escravos na África Ocidental, mandando muitos deles para a colônia de Freetown, na Serra Leoa, criada em 1787. Apesar disso, cerca de 3.330.000 africanos atravessaram o Atlântico no século XIX, mais da metade dos que fizeram a mesma travessia no século anterior.

A maioria desses africanos ia para o Brasil ou para Cuba, de onde provinha a maior parte dos traficantes da África Ocidental. Foram criadas feitorias permanentes, no litoral africano, para carregar os navios negreiros assim que eles chegavam, fugindo às patrulhas britânicas.

Em meados do século XIX, o tráfico transferiu-se para o sul, para evitar a fiscalização inglesa, concentrando-se em Angola, na África Centro-Ocidental, e em Moçambique, na costa oriental. Juntas, as duas regiões forneceram mais de 80% dos escravos embarcados após 1855.

Os lucros com o tráfico aumentaram muito, chegando os dos navios espanhóis a uma média de 90% entre 1856 e 1865, contra 10% no século XVIII. Entre 1780 e 1860, os preços dos escravos na costa africana baixaram 60%, enquanto subiram na América. Além disso, tornou-se mais rentável exportar crianças, que correspondiam à metade das exportações de Angola.

Esta aula traçará um panorama das leis e acordos bilaterais que restringiram progressivamente o tráfico de africanos escravizados para as Américas e o Caribe. Além disso, buscará mostrar algumas das transformações sofridas pelas sociedades africanas no século XIX, após o fim de sua participação no comércio atlântico de escravos. No que diz respeito a este último objetivo, esta aula abordará, especificamente, a África Central e Ocidental, que foram as regiões que mais forneceram cativos para as Américas e o Caribe. A análise sobre a África Ocidental será mais breve, o que se justifica, em parte, pelo fato de a transição para o comércio lícito ter sido mais rápida na região, tanto em função dos acordos bilaterais que determinaram, primeiro, o fim do tráfico ao norte da linha do equador, quanto devido à fiscalização britânica que se seguiu.

Ao final desta introdução, convém lembrar que o encerramento do comércio atlântico de escravos, entre as décadas de 1850 e 1860, foi seguido pelo incremento da presença europeia no continente africano, sobretudo durante e após os três últimos decênios do século XIX. A expansão europeia na África, ocorrida a partir do final dos Oitocentos, aprofundaria as transformações das sociedades africanas. Entretanto, por motivos didáticos, tal processo será abordado apenas na próxima aula.

Leis e acordos bilaterais: o processo de proibição do comércio atlântico de escravos

Já em 1807, o parlamento inglês tornou ilegal a participação de súditos britânicos no comércio atlântico de escravos. No ano seguinte, o apoio britânico à transferência da família real portuguesa para o Brasil, decorrente da invasão napoleônica em Portugal, foi responsável pela preparação do Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e a Grã-Bretanha. Pelo referido acordo, assinado em 1810, os portugueses, que se destacavam no comércio atlântico de escravos, comprometeram-se a mantê-lo apenas em seus próprios domínios no continente africano.

Figura 8.1: Uma réplica do navio negreiro *Zong*, ancorado próximo à Tower Bridge, em Londres, em abril de 2007, nas comemorações dos 200 anos do Ato contra o Comércio de Escravos de 1807.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d8/Slave_ship_tower_bridge_2007.jpg

Ainda em 1808, os Estados Unidos proibiram a importação de escravos africanos. Já em 1810 e 1811, a Espanha aboliu a escravatura na metrópole e em várias de suas colônias, à exceção de Cuba, Porto Rico e Santo Domingo.

Três anos depois, os holandeses declararam ilegal o comércio de escravos. Em 1815, no Congresso de Viena, autoridades britânicas buscaram convencer as potências europeias a porem fim ao tráfico atlântico, oferecendo indenizações. Naquela ocasião, Portugal propôs proibir o tráfico em seus domínios em 1823, mas acabou aceitando aboli-lo imediatamente, ao norte da linha do equador, em troca de indenização. Tal acordo gerou a assinatura, em 1817, de uma convenção entre a Grã-Bretanha e Portugal que determinava a busca e a detenção de navios que traficassem escravos ao norte do equador.

Naquele mesmo ano de 1817, também em consequência das negociações do Congresso de Viena, a Espanha recebeu £400,000 para pôr fim à importação de escravos africanos em Cuba, Porto Rico e Santo Domingo. No entanto, mesmo na ilegalidade, africanos continuaram desembarcando regularmente naquelas regiões.

Entre 1822 e 1823, quando a França e os Estados Unidos já haviam abolido a importação de escravos, os britânicos assinaram acordos com Portugal, Espanha e Holanda incluindo a chamada cláusula de equipamentos. Pela referida cláusula, navios que possuíssem equipamentos condizentes com o comércio de escravos, ou que apresentassem indícios de tê-los conduzido, estavam sujeitos à apreensão pelas autoridades britânicas, mesmo que não estivessem, no momento, transportando cativos.

Em 1825, a Inglaterra reconheceu a independência do Brasil, proclamada três anos antes. Já no ano seguinte, um tratado entre a Grã-Bretanha e o Brasil determinou que o fim do tráfico para o império ocorreria em 1829. Na esteira do acordo, foram criadas

duas comissões mistas, no Rio de Janeiro e na Serra Leoa, na África Ocidental, onde funcionários britânicos e brasileiros resolveriam questões referentes ao apresamento de navios envolvidos no comércio negreiro.

Em 1827, autoridades britânicas e brasileiras estabeleceram o ano de 1830 como nova data-limite para o fim da transferência de escravos africanos para o Brasil. Finalmente, em 1831, uma lei brasileira decretou o fim da importação de escravos africanos, que, no entanto, foi sistematicamente descumprida.

Já em 1835, artigos adicionais à convenção de 1817 – assinada, à época, por Portugal e pela Inglaterra, envolvendo indiretamente o Brasil – permitiram que navios mercantes brasileiros fossem apreendidos e encaminhados a comissões mistas, mesmo sem terem escravos a bordo.

Em 1845, foi aprovado o Bill Aberdeen, destinado ao combate ao tráfico de escravos no Atlântico Sul, autorizando a Marinha britânica a apreender todos os navios negreiros que se dirigissem para o Brasil. O tráfico de escravos era considerado pirataria, estando sujeito à repressão sem qualquer contato prévio entre o Império Britânico e o país responsável pela carga.

Em 1850, foi aprovada no Brasil a Lei Eusébio de Queirós, reiterando a proibição da importação de escravos. Embora tenham ocorrido, até a década de 1860, desembarques ilegais de cativos africanos em praias brasileiras, a Lei Eusébio de Queirós foi muito mais efetiva que a sua antecessora, acabando por impor, de fato, o fim do tráfico negreiro para o Brasil.

Figura 8.2: Eusébio de Queirós.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d8/Slave_ship_tower_bridge_2007.jpg

Doze anos depois, a proibição da importação de escravos em Cuba seria uma espécie de golpe final no tráfico negreiro, provocando transformações nas regiões africanas que eram, até então, grandes fornecedoras de cativos para o mercado atlântico.

Atende ao Objetivo 1

1. Apresente, em linhas gerais, o papel da Grã-Bretanha no processo que pôs fim ao comércio atlântico de escravos.

Resposta Comentada

Através da realização de acordos bilaterais com países que possuíam colônias escravistas nas Américas e no Caribe e/ou atuavam no comércio atlântico de escravos, as autoridades britânicas procuraram impor, desde o início dos Oitocentos, o fim do tráfico negreiro intercontinental. Tais acordos restringiram progressivamente o comércio atlântico de escravos, atingindo primeiro o norte e depois o sul da linha do equador.

Além de realizarem tais acordos, autoridades britânicas pressionaram países que importavam africanos a aprovarem leis restringindo o tráfico intercontinental. A Marinha britânica foi encarregada da fiscalização da costa africana, buscando impedir ou diminuir o comércio ilegal de escravos para as Américas e o Caribe. Essa fiscalização gerou, com relativa frequência, a apreensão de navios e cargas, a libertação de africanos escravizados ilegalmente e, em alguns casos, o envio destes para a colônia de Freetown, na Serra Leoa.

O impacto do fim do tráfico: desestruturação das sociedades africanas?

Se não há unanimidade a respeito do impacto do comércio atlântico de escravos sobre as sociedades africanas, também é possível discutir o grau de reestruturação que se fez necessário após a sua cessação. Estudos demonstram que, durante a vigência do tráfico, existiu uma ampla rede de produção e troca de mercadorias no continente africano, do litoral às zonas fornecedoras de cativos no interior. Esse comércio passava por uma série de intermediários africanos e envolvia vários outros produtos, que iam sendo trocados ao longo do trajeto das caravanas: armas de fogo, tecidos, produtos agrícolas e extrativistas etc. A economia do continente africano não se baseava unicamente no apresamento e venda de escravos para o mundo atlântico.

Após o fim do comércio atlântico de escravos, outros artigos continuaram sendo produzidos e vendidos, inclusive para exportação, mantendo o dinamismo das trocas comerciais na África. Assim, não houve uma reestruturação absoluta das economias africanas, embora, evidentemente, em função da importância do tráfico, seu encerramento tenha provocado mudanças significativas nas áreas que tinham sido, até então, as maiores fornecedoras de cativos para o mercado atlântico.

Atende ao Objetivo 2

2. A afirmação de que o encerramento do comércio atlântico de escravos gerou a necessidade de reestruturação das sociedades africanas pode ser problematizada. Explique.

Resposta Comentada

Mesmo durante a vigência do comércio atlântico de escravos, a exportação de cativos não foi a única atividade econômica das sociedades africanas. Mercadorias eram produzidas e trocadas, em uma ampla rede que ligava o litoral às zonas interioranas de onde provinham os cativos. Vários intermediários africanos participavam da engrenagem do tráfico, produzindo, comprando e vendendo mercadorias que eram trocadas por cativos ou usadas durante o seu transporte para o litoral: armas de fogo, tecidos, produtos agrícolas e extrativistas etc.

As atividades econômicas paralelas ao tráfico atlântico de escravos mantiveram-se ou intensificaram-se após sua cessação. Nesse sentido, podemos afirmar que não foi necessária uma reestruturação absoluta das sociedades africanas após o encerramento da exportação de africanos para as Américas e o Caribe.

O fim do comércio atlântico de escravos e seus efeitos na África Central

Como vimos na última aula, os principais portos de embarque de escravos da África Central, remontando ao século XVII, eram Luanda e Benguela. No entanto, desde o século XVIII, europeus tentaram diversificar a economia de Angola, investindo na indústria de sal e couros e introduzindo tecnologia ibérica na fundição de ferro. Muitos desses esforços foram em vão e, no início do século XIX, a colônia portuguesa, limitada a uma reduzida parte do litoral, estava tão dependente do comércio atlântico de escravos quanto sempre tinha estado. Até mesmo as madeiras para construção eram importadas do Brasil.

Muitos dos dois mil habitantes brancos da cidade de Luanda eram criminosos deportados, e a maior parte da guarnição militar era constituída por condenados africanos locais. O restante da população era composto por algumas centenas de mestiços e africanos livres e cerca de três mil escravos, muitos deles mulheres que exerciam as funções de criada e lavadeira. A colônia estava dividida em aproximadamente 12 distritos, chefiados por agentes governamentais mal treinados e mal pagos. A sua principal finalidade e, consequentemente, a sua mais importante fonte de rendimentos, era o recrutamento forçado de carregadores para serem alugados a comerciantes em trânsito, que levavam produtos para o interior, onde eram trocados por escravos. À medida que o tráfico de escravos declinou, foram buscados novos artigos para comercialização.

Entre 1836 e 1860, os portugueses buscaram intensificar sua presença em Angola. A partir de 1836, fizeram várias investidas militares para submeter as regiões a leste do rio Kwango. Em 1848, como veremos adiante, fundaram a colônia de Moçâmedes. Em 1855, por sua vez, ocuparam a região do Ambriz. Segundo alguns autores, a imposição do fim do tráfico ilegal fazia parte deste esforço, já que tal atividade punha em risco a soberania portuguesa na região.

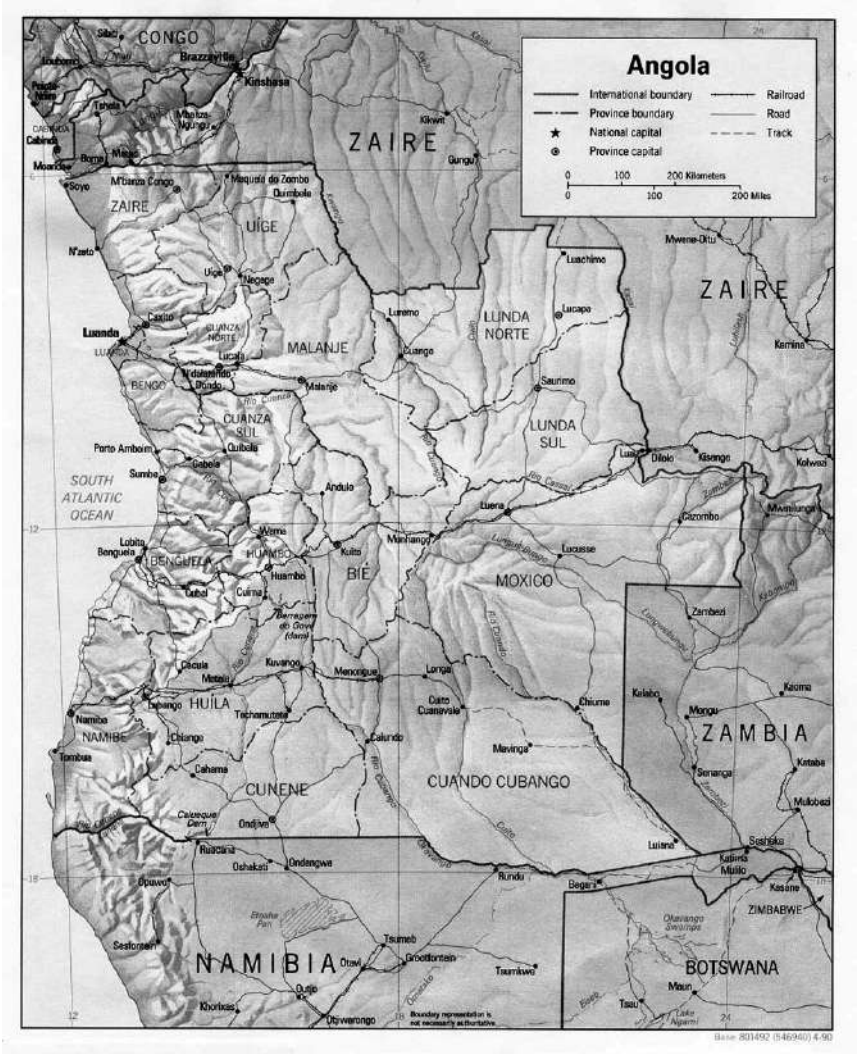
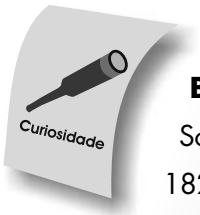


Figura 8.3: Mapa de Angola: veja a localização do rio Kwango, da colônia de Moçâmedes (ao sul, com a designação atual de Namibe) e da região de Ambriz (ao norte de Luanda).
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Angola_Map.jpg

O perfil demográfico da cidade de Luanda sofreu modificações significativas após o fim do tráfico ilegal. Entre 1845 e 1850, sua população total aumentou de cerca de 5.605 para 12.656 habitantes. Dois grupos, especialmente, tiveram sua população aumentada: os escravos, por um lado, e os negros/mestiços livres, por outro. Só os escravos aumentaram de 2.749 para 5.900. Por esse motivo, em 1850, quase metade da população total de Luanda era composta por escravos.

Até a década de 1840, era comum que fossem mantidos, nos quintais dos casarões dos traficantes, até 300 ou 400 cativos, dali encaminhados para os embarques ilegais em regiões como Ambriz e Ambrizete. A Luanda chegavam anualmente, em caravanas provenientes dos sertões, milhares de cativos, posteriormente transportados para os portos de embarque ilegal. Por várias outras rotas circulavam escravos, que eram levados diretamente para os portos no norte e no sul de Angola.

Com as dificuldades impostas ao transporte de escravos através do Atlântico, o número de cativos mantidos em Luanda aumentou muito entre 1845 e 1850. A intensificação da repressão ao tráfico ilegal esteve relacionada ao interesse português em criar novas alternativas econômicas para Angola. Para as autoridades coloniais, através da abolição do tráfico ilegal, e da manutenção da escravidão, seria possível aproveitar localmente a mão de obra africana, viabilizando as atividades lícitas.



Brasil e Angola

Sobretudo após a independência do Brasil, em 1822, autoridades portuguesas buscaram refrear as ligações diretas, favorecidas pelo comércio atlântico de escravos, entre Angola e a antiga colônia lusa na América. Para eles, os brasileiros estavam tomando para si o potencial econômico de Angola, ao absorverem uma considerável parcela de sua mão de obra.

Após a adoção, pelos portugueses, de medidas mais efetivas contra o tráfico ilegal, os chefes africanos tenderam a se dedicar, eles próprios, ao comércio de longa distância através das caravanas. Com isso, passaram a resistir cada vez mais ao recrutamento forçado de carregadores africanos – essenciais para todo o comércio entre Luanda e os sertões de Angola – pelos portugueses. Como o recrutamento desses trabalhadores era feito através das chefias africanas "avassaladas", a resistência destas últimas acabou favorecendo a decretação pelas autoridades portuguesas, em 1839, de uma portaria que impediu o trabalho forçado. Tal proibição colaborou para que os trabalhadores até então contratados como carregadores pelos negociantes luandenses se tornassem integrantes das caravanas organizadas pelos próprios chefes africanos. Vale lembrar, no entanto, que o serviço gratuito dos carregadores só foi abolido em 1856.

Por outro lado, uma primeira legislação contrária à escravidão, datada de 1854, criou a categoria de liberto, intermediária entre o homem livre e o escravo. Os libertos deviam trabalhar para os antigos senhores por dez anos, a título de ressarcimento. Contudo, os libertos eram, na prática, escravos, e o cativeiro só seria abolido, em Portugal e seus domínios, em 1878.

Com a drástica redução dos embarques ilegais, após 1850, os preços dos escravos caíram, contribuindo para a intensificação do cativeiro em Angola. Pesquisas indicam que tal situação gerou um volume crescente de fugas e revoltas de escravos, muitas delas claramente influenciadas por valores próprios da escravidão praticada no interior. Costumes e práticas "tradicionais" das sociedades interioranas teriam incentivado, assim, fugas e rebeliões de cativos nas áreas controladas pelos portugueses, limitadas a uma pequena faixa litorânea cercada de povos independentes.

Como vimos na Aula 6, em muitas sociedades africanas a escravidão era consideravelmente diferente da praticada nas áreas sob domínio português. Entre os povos ambundo, predominantes na região de Luanda e arredores, existiam duas classes diferentes de escravos: os fuká e os dongo. Os primeiros eram penhorados como garantia do pagamento de dívidas, podendo ser resgatados pelos antigos senhores, mediante pagamento. Os segundos, capturados em guerras ou comprados, eram propriedade absoluta dos seus donos.

Os costumes ambundo facultavam aos escravos o direito de fugir e procurar outros donos. Existiam dois tipos de fugas. Na modalidade conhecida como *vátira*, o cativo simplesmente se evadia. Na *tombika* ou *chimbika*, o fugido procurava outro chefe, a quem se oferecia como escravo. Bastava cometer um delito, como matar um boi do senhor pretendido, e se oferecer como ressarcimento do prejuízo causado. Teoricamente, o antigo dono podia evitar a perda do escravo, oferecendo, ele próprio, o referido ressarcimento. Entretanto, como o dano ao patrimônio do senhor escolhido costumava ser alto, tal alternativa quase nunca era interessante.

A *chimbika* ou *tombika* também era praticada por criminosos, já que, sob a autoridade do novo senhor, o escravo tinha apagadas as dívidas e delitos passados. Famílias inteiras praticavam a *chimbika* ou *tombika*, e todos os seus membros tornavam-se escravos do novo senhor. Também pessoas livres que passavam por dificuldades, geralmente decorrentes da fome, de dívidas ou de guerras, podiam recorrer à *tombika* em busca de proteção.

Estudos indicam que os africanos que viviam sob um tipo de escravidão de base mercantil, nos territórios controlados pelos portugueses, guiavam-se pelo conceito de fuga *chimbika* ou *tombika*. Além de fugirem, escravos associavam-se aos nativos que viviam fora da jurisdição portuguesa, em uma situação que ameaçava a segurança, sobretudo, dos presídios localizados no interior.

Em função das revoltas e fugas, alguns produtores, voltados para o comércio lícito de Angola, adquiriram cativos em Moçambique, menos influenciados pelos costumes locais e, ao mesmo tempo, sem grandes chances de acolhimento junto aos nativos insubordinados. Isso começou a acontecer antes mesmo do fim dos grandes embarques ilegais de escravos para as Américas.

Luanda conviveu com inúmeras fugas e revoltas de escravos. Ao seu redor, multiplicaram-se os motolos ou quilombos, como eram chamados, em meados do século XIX, acampamentos de escravos fugidos. Muitos desses motolos ficavam a um dia de jornada de Luanda e eram habitados por milhares de fugitivos armados, que ameaçavam diretamente a segurança da cidade. Além disso, os escravos fugitivos atacavam as caravanas que saíam rumo aos sertões, causando sérios prejuízos aos comerciantes luandenses.

Por trás das fugas de escravos estava o grande aumento da população cativa, provocado, em Luanda, pelo fim do tráfico ilegal. A enorme concentração de escravos alimentava a preocupação com a segurança pública, fazendo com que as autoridades aumentassem várias vezes a tropa de empacasseiros (soldados nativos responsáveis pelo policiamento da cidade). Entre 1848 e 1851, o número de empacasseiros de Luanda aumentou de 45 para 80. Por outro lado, em 24 de janeiro de 1854, o governador-geral visconde do Pinheiro divulgou o projeto de construção, no entorno da cidade, de casas fiscais capazes de impedir a fuga de escravos e a prática de contrabando. O projeto foi aprovado pela Junta de Fazenda e o governador-geral determinou sua aplicação a partir de janeiro de 1855.

A facilidade das fugas e revoltas de escravos obrigava os senhores a fazerem acordos com os cativos. Ao invés de serem pautadas apenas pela violência, as relações escravistas eram reguladas por compromissos que permitiam aos cativos a conquista de certos espaços. Caso fossem rompidos, esses compromissos podiam gerar fugas, revoltas e assassinatos.

Tais acordos eram baseados, em parte, em referências culturais das sociedades de origem dos cativos, localizadas no interior da África Central. Como cerca de 75% da população escrava de Luanda era originária de 10 macrorregiões no centro e no norte de Angola, em meados do século XIX, esses cativos mantiveram valores próprios de suas sociedades de origem. Assim, elementos definidores da escravidão praticada no interior podem ter alimentado expectativas de "direitos" e limites do cativeiro nas regiões dominadas pelos portugueses.

Na década de 1860, começou a chegar a Luanda alguma produção agrícola e extrativista. Algodão, café, cera e óleo de palma eram produzidos por pequenos agricultores e coletores africanos, nos vales dos rios Cuanza, Bengo e Dande. Mais para o interior, a criação de gado retomou a sua antiga importância, e quando foi introduzida a navegação a vapor no baixo Cuanza, portugueses tentaram estabelecer, ali, plantações de açúcar. No Cazengo e no Golungo Alto – atuais municípios da província de Cuanza Norte – alguns comerciantes portugueses passaram a se dedicar à plantação de café, mas a economia colonial permaneceu fraca, mesmo no último quartel do século XIX. No início dos anos 1860, o eixo econômico de Angola deslocou-se para o norte, de Benguela-Luanda para Ambriz-Luanda. Como vimos, a região de Ambriz foi ocupada pelos portugueses em 1855.

No sul de Angola, foi criada, em 1848, já no contexto que levaria ao fim do comércio atlântico de escravos, a colônia de Moçâmedes. Diferente de Luanda e Benguela, Moçâmedes surgiu como uma experiência de colonização branca, e não como rota de saída de escravos para as Américas. Em meados do século XIX, a colônia foi reforçada pela chegada de portugueses que, fugindo do

antilusitanismo decorrente da Revolução Praieira, saíram do Brasil e introduziram plantações de cana-de-açúcar e algodão nas áreas irrigadas do deserto do Namibe. A cana era usada para produzir rum, que incrementava o comércio interno, e o algodão tornou-se razoavelmente lucrativo durante a guerra civil americana.

Figura 8.4: Localização de Moçâmedes, hoje Namibe.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/de/AO-Namibe.png

Nos anos 1860, chegaram a Moçâmedes pescadores portugueses. O desenvolvimento da pesca também promoveu o surgimento de hortas, cujos produtos eram fornecidos a barcos baleeiros estrangeiros. Todas essas novas atividades eram, em parte, baseadas na absorção local da força de trabalho escrava, que já não podia

ser legalmente exportada. Desse modo, a colônia de Moçâmedes representou a transição de uma economia quase exclusivamente mercantil para uma economia que incluía colonos agricultores. Naquela mesma década, desenvolveu-se em Moçâmedes a colheita de urzela – musgo com aplicação tintorial muito procurado pela indústria têxtil europeia – com base na mão de obra escrava. Existiam, então, feitorias dedicadas exclusivamente à extração de urzela.

Figura 8.5: Pedra de triturar urzela.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedra_de_triturar_Urzela,_Villa_Maria,_Angra_do_Hero%C3%ADsmo,_ilha_Terceira,_A%C3%A7ores.JPG

Outro exemplo de dinamismo comercial, após o fim do comércio atlântico de escravos, é o dos povos Chokwe da África Central. No apogeu do tráfico, os Chokwe haviam se tornado grandes fornecedores de cativos para o mercado atlântico. Já na década de 1840, a participação dos Chokwe no comércio de cera aumentou muito. Contando com os fornecedores Chokwe, o comércio de cera de Luanda e Benguela cresceu 30 vezes, e as casas comerciais buscaram manter os lucros apesar da redução crescente do tráfico de escravos. Além disso, um rápido crescimento do comércio de marfim veio se sobrepor ao comércio de cera entre os Chokwe.

Após a exploração da cera e do marfim, até a exaustão de ambos, os Chokwe dedicaram-se à produção de borracha, recolhida de trepadeiras na floresta, em finais da década de 1860. A busca de novas áreas de extração expandiu a migração Chokwe para o norte, disseminando o comércio da borracha.

O "império" Lunda, também na África Central – onde são hoje a República Democrática do Congo, o nordeste de Angola e o noroeste da Zâmbia – foi muito afetado pelo fim do comércio atlântico de escravos. Seus dirigentes procuraram itens alternativos de comércio estatal, como cera, marfim e borracha, mas todos foram soluções temporárias, incapazes de impedir o declínio efetivo dos rendimentos de exportação. O resultado do processo foi a desagregação do "império" Lunda e a tomada da sua capital pelos Chokwe.

Durante o comércio atlântico de escravos, a floresta centro-ocidental teve uma história muito peculiar. Na área de floresta a sul dos Camarões, nos séculos XVII e XVIII, embarcações holandesas, francesas e inglesas visitavam ocasionalmente a costa, sem estabelecer portos ou entrepostos comerciais. Por isso, a região possuía amplas provisões de marfim no início do século XIX, atraindo comerciantes, inclusive em busca de escravos. Assim, a região tornou-se uma importante fornecedora de cativos na última fase do tráfico atlântico, exportando, ao mesmo tempo, óleo de palma, cera de abelhas e ébano.

A sobrevivência e o crescimento do comércio atlântico de escravos nos Camarões atraíram as autoridades britânicas para o golfo do Biafra a partir de 1820, quando se pretendia suprimi-lo. Em 1827, foi instalada uma base naval britânica na ilha de Fernando Pó, atualmente denominada Bioko, na Guiné Equatorial. Em Port Clarence, também na atual Guiné Equatorial, formou-se uma colônia de escravos libertos, similar a Freetown, na Serra Leoa. Em 1843, a Sociedade Missionária Batista chegou à região, formando povoações na parte continental dos Camarões. Além disso, as autoridades britânicas enviaram cônsules ao golfo do Biafra,

buscando encorajar os chefes africanos a encerrarem o tráfico atlântico de escravos e dedicarem-se ao comércio lícito.

Os esforços de supressão do tráfico tiveram resultados lentos. Em 1861, uma embarcação, proveniente de Montevidéu, foi flagrada adquirindo 400 escravos em troca de rum. Gradualmente, contudo, a exportação de óleo de palma aumentou até se tornar o produto mais importante do comércio dos Camarões.

Figura 8.6: Óleo de palma do Gana, produzido nos dias atuais.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ce/Palm_oil_Ghana.jpg

A costa do Gabão também foi pouco frequentada por comerciantes europeus nos primeiros séculos do comércio atlântico,

geralmente em busca de marfim, madeira ou escravos. No interior da floresta, entretanto, a crescente procura por marfim incrementou o comércio. Ali, o tráfico de escravos aumentou no início do século XIX, com o crescimento da atividade mercantil em geral. Mais tarde, os franceses, com mais ênfase que os ingleses, buscaram suprimir o tráfico e dinamizar o comércio de mercadorias lícitas. Em 1848, os franceses criaram Libreville, uma colônia de escravos libertos.

O crescimento do comércio de marfim e madeira só muito lentamente causou o declínio do tráfico de escravos. A partir da década de 1840, o comércio de escravos foi desviado do estuário relativamente bem patrulhado do Gabão para as muitas enseadas mais ao sul, onde os navios negreiros podiam se esconder e ser abastecidos por pequenas canoas que transportavam escravos através de numerosos cursos de água. Só depois da década de 1860 o tráfico realmente findou. Entre os anos 1860 e 1870, após o esgotamento do marfim, a borracha tornou-se o principal produto de exportação da região. Os cativos, já pouco procurados para exportação, eram usados na coleta de borracha, que atingia a costa através dos rios, em canoas, junto com madeiras para exportação.

As firmas europeias criaram postos comerciais ao longo dos rios, utilizando os africanos como agentes contratados. Posteriormente, o negócio foi alargado com experiências no comércio de amendoim e óleo de palma. Os franceses participaram pouco desse processo, embora, na década de 1880, o Gabão tenha se tornado uma preciosa colônia do império francês na África Equatorial.

Na segunda metade do século XIX, o atual Congo Kinshasa, centro do antigo "reino" do Congo, estava dividido em três "reinos" menores. Até os anos 1870, a exportação de escravos foi possível, ali, em função da existência de enseadas e ilhas que dificultavam as patrulhas. A longevidade do tráfico de escravos ligou-se ao fato de o preço da mão de obra permanecer mais alto do que o de qualquer produto da região. Na década de 1870, no entanto, o preço dos escravos baixou e os comerciantes africanos e europeus buscaram novos produtos.

Naquela década, holandeses e britânicos enviavam artigos europeus para a região em troca de produtos lícitos. Nos anos 1880, os principais eram óleo de palma, coconote – semente de uma espécie de palmeira, da qual se extrai um óleo comercial – e amendoim. O café, produzido a nordeste de Luanda, era exportado pela costa do atual Congo Kinshasa, para evitar os impostos cobrados pelos portugueses. Além disso, marfim, borracha de trepadeira e ***goma arábica*** eram exportadas na região. Uma companhia brasileira e uma britânica tentaram explorar cobre nas minas do Bembe, no norte de Angola, mas não conseguiram vencer a concorrência da produção baseada em métodos "tradicionais". As caravanas que chegavam à costa eram pagas com produtos locais, sobretudo sal e peixe seco, bem como tecidos importados, manilhas e outras manufaturas. Mosquetes de pederneira eram importados, tornando-se populares na região.

Goma arábica
É uma resina natural, extraída de duas espécies de acácia da região subsaariana: *Acacia senegal* e *Acacia seyal*. É frequentemente usada como espessante e estabilizante para vários alimentos, na manufatura de colas e como espessante de tintas de escrever.

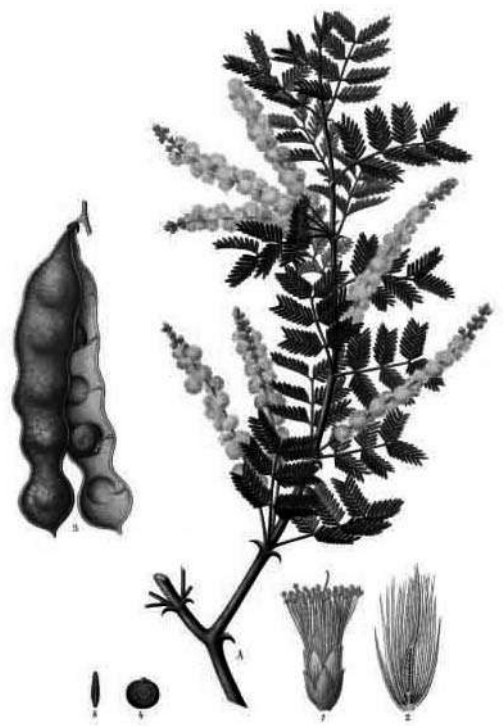


Figura 8.7: A planta que dá origem à goma arábica.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6a/Koeh-004.jpg

No Kasai, na fronteira norte de Angola com o Congo Kinshasa, os povos lulua viveram, até os anos 1870, sem produzir para exportação. Desde então, passaram a exportar marfim. Quando as fontes de marfim cessaram, passaram a vender escravos, sobretudo mulheres, para comunidades africanas que podiam comprá-los porque os preços tinham baixado após o fim do tráfico intercontinental. Isso alimentou a procura por pólvora, que se tornou uma unidade monetária. A terceira exportação do Kasai foi a borracha. O Congo Kinshasa transformar-se-ia, por acordos entre as potências europeias, no Estado Livre do Congo, comandado pelo rei Leopoldo II da Bélgica, que rapidamente imporia aos novos súditos a coleta compulsória da borracha.

O comércio de pólvora

A procura dos africanos por pólvora explica-se, em parte, pelo fato de os europeus terem trocado, durante todo o período de vigência do tráfico atlântico, armas de fogo por escravos. Segundo alguns autores, as áreas fornecedoras de cativos para o mercado atlântico possuíam consideráveis quantidades de armas de fogo, fazendo com que muitos africanos não estivessem em desvantagem, por muito tempo, em relação aos europeus. A expansão europeia na África só teria se tornado possível, em fins do século XIX, porque pela primeira vez os soldados europeus possuíam superioridade bélica em relação aos africanos, por terem inventado as espingardas de carregar pela culatra, na década de 1860, e as metralhadoras de repetição, na década de 1880. Até então, os europeus, com seus mosquetes, não gozavam de superioridade militar esmagadora diante dos africanos.

Para alguns autores, a maré de violência que se iniciou com o comércio atlântico de escravos aumentou, em vez de cessar, com o desenvolvimento do tráfico de marfim, envolvendo um número muito maior de povos, inclusive os que viviam no interior da floresta. A violência estava associada, evidentemente, ao comércio de armas de fogo. O advento do domínio colonial, por sua vez, não abrandou o sofrimento generalizado. Franceses, belgas e portugueses utilizaram amplamente o trabalho forçado, e todos entregaram parte da sua soberania colonial a companhias concessionárias, desenvolvendo métodos de recrutamento de mão de obra. A escassez de população levou à transferência de trabalhadores para regiões longínquas, por longos períodos de tempo.

O fim do comércio atlântico de escravos e seus efeitos na África Ocidental

Na primeira metade do século XIX, a participação da África Ocidental no mercado externo aumentou muito. O comércio com a Grã-Bretanha e a França cresceu 6 ou 7 vezes entre 1820 e 1850, sobretudo no que diz respeito à importação de tecidos. Esse aumento foi devido aos preços mais baixos dos produtos industriais europeus. O uso de navios a vapor, após 1850, confirmaria tal tendência. Apesar disso, o volume de participação da África Ocidental no comércio internacional correspondia a 1/8 do brasileiro, em 1860. A produção e o consumo internos continuaram a ser a base da economia.

Nas zonas dos iorubas e achantis, na Nigéria e no Gana, respectivamente, os tecidos britânicos mais baratos prejudicaram a produção têxtil local, embora os mais abastados continuassem preferindo os tecidos da região, de excelente qualidade. A fundição de ferro pelos ibo, no sudeste da Nigéria atual, também foi substancialmente afetada pelas importações.

Com o fim do comércio atlântico de escravos, a África Ocidental passou a exportar cada vez mais produtos agrícolas

e florestais. Apesar disso, muitos dirigentes africanos resistiram ao fim do tráfico, inclusive afirmando que, caso não fossem vendidos, os cativos e criminosos teriam de ser executados. Esse argumento explicava-se, em parte, pelo fato de muitas acusações por crimes comuns ou de feitiçaria terem como desfecho a pena de escravização. Tal prática teria se intensificado, em várias regiões, durante a vigência do tráfico intercontinental.

Em geral, as regiões que mais forneceram cativos para o mercado atlântico foram as primeiras a aderir ao comércio legítimo, muitas vezes recorrendo às estruturas comerciais já existentes. A África Ocidental exportava, no século XIX, óleo de palma, fornecido pelos ibo e pelos ioruba – na Nigéria atual – e pelo "reino" de Daomé – onde é hoje o Benin. Entre os ioruba e no "reino" do Benin – localizado no sudoeste da Nigéria atual –, mercadores e dirigentes criaram plantações de palmeiras, mantidas por escravos. A Senegâmbia, por sua vez, exportava amendoim, desde os anos 1830, para a fabricação de óleo vegetal, também recorrendo ao uso de mão de obra escrava.

Após a proibição formal do tráfico, o "império" Achanti, no Gana atual, continuou a vender escravos a povos do litoral no século XIX, recebendo em troca produtos europeus, comprados com óleo de palma. Ao mesmo tempo, o "império" aumentou as exportações de ouro para a costa e de nozes de cola para o norte islâmico.

Noz-de-cola

Para alguns povos da África Ocidental, a noz-de-cola era um grande símbolo de hospitalidade, sendo oferecida aos visitantes. Era também usada como adstringente e, nas sociedades islâmicas, como um poderoso afrodisíaco.

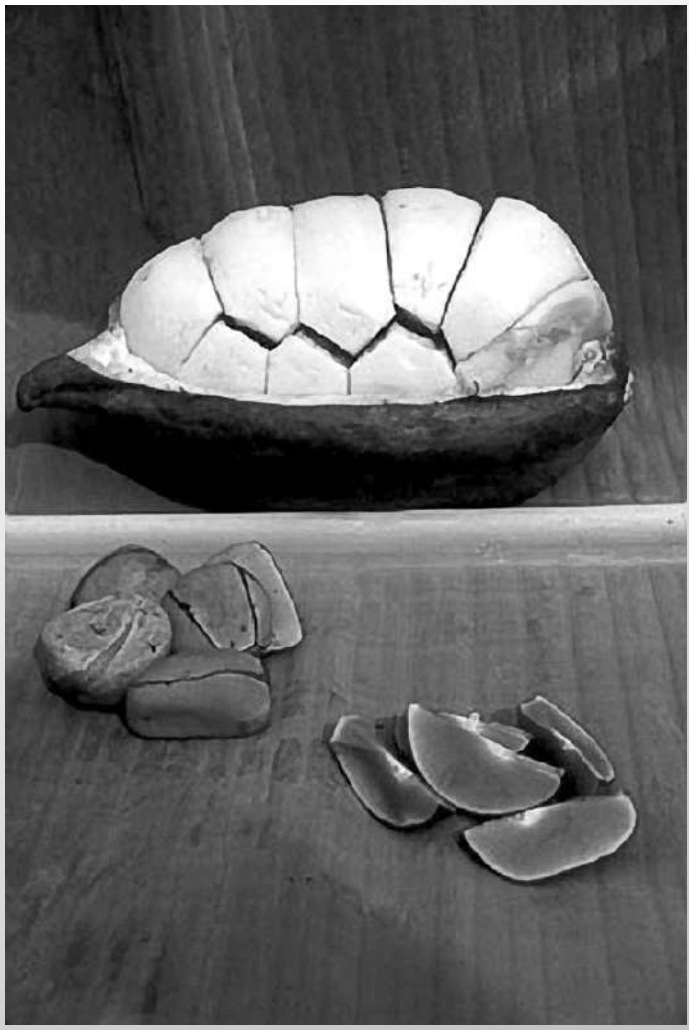


Figura 8.8: Semente e frutas de noz-de-cola.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/Kolanut.jpg

CONCLUSÃO

Para alguns autores, os séculos XVIII e XIX foram marcados, no continente africano, por uma relativa continuidade, apesar das restrições e do encerramento do comércio atlântico de escravos. Isso teria ocorrido, em parte, porque a proibição do tráfico atlântico contribuiu para expandir a escravidão na África, onde os escravos tornaram-se mais numerosos do que em qualquer outro continente. Nesse sentido, a produção voltada para o comércio legítimo era baseada na mão de obra escrava, sobretudo na África Ocidental.

Com a intensificação da escravidão, os senhores, que sempre tiveram medo de se tornar alvo da feitiçaria dos escravos, passaram a temer também as rebeliões. Tal temor foi justificado, inclusive, pelo aumento da proporção de homens na população cativa. Houve vários casos de rebeliões escravas ao longo do século XIX. Por outro lado, os sacrifícios humanos tornaram-se mais comuns, o que significava, para alguns autores, uma forma de aterrorizar os escravos e, com isso, evitar revoltas.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Apresente, de forma resumida, as transformações ocorridas nas sociedades africanas após o encerramento do comércio atlântico de escravos.

Resposta Comentada

As várias regiões que haviam se dedicado ao tráfico atlântico de escravos buscaram dinamizar, sobretudo através do uso local de mão de obra cativa, a produção e a comercialização de gêneros agrícolas e extrativistas. Esse processo foi capitaneado por dirigentes e produtores africanos, firmas europeias e colonos europeus, que intensificaram sua presença no continente a partir da segunda metade do século XIX.

Em Angola, na África Central, pequenos agricultores e coletores africanos dedicaram-se, a partir da década de 1860, à produção de algodão, café, cera e óleo de palma. Mais para o interior, dinamizou-se a criação de gado.

Também em Angola, portugueses tentaram produzir açúcar e café, mas a economia colonial permaneceu fraca até o final do século XIX. Na colônia de Moçâmedes, portugueses introduziram plantações de cana-de-açúcar – usada para produzir rum para o mercado interno – e algodão. Nos anos 1860, promoveram o desenvolvimento da pesca, da produção de hortaliças e da colheita de urzela. Todas essas atividades foram baseadas, em parte ou no todo, na exploração do trabalho escravo.

Os povos Chokwe da África Central aumentaram muito a sua participação no comércio de cera, além de se dedicarem à venda de marfim e, em finais da década de 1860, à produção de borracha.

Os dirigentes do "império" Lunda, também na África Central, buscaram itens alternativos de comércio estatal, como cera, marfim e borracha.

A região dos Camarões aumentou lentamente a exportação de óleo de palma, que acabaria se tornando o seu produto mais importante.

Na costa do Gabão, franceses e ingleses buscaram incrementar o comércio de marfim e madeira. Entre os anos 1860 e 1870, após o esgotamento do marfim, a borracha coletada por cativos tornou-se o principal produto de exportação da região. Firmas europeias criaram postos comerciais ao longo dos rios, utilizando os africanos como agentes contratados. Posteriormente, tais firmas dedicaram-se, também, ao comércio de amendoim e óleo de palma.

Na década de 1870, três pequenos "reinos" na região do atual Congo Kinshasa trocavam óleo de palma, coconote, amendoim, marfim, borracha, goma arábica e café, este último produzido a nordeste de Luanda, por produtos europeus – como mosquetes de pederneira e tecidos – oferecidos por comerciantes holandeses e britânicos.

No Kasai, os povos lulua passaram, na década de 1870, a exportar marfim. Depois disso, passaram a vender escravos para comunidades africanas e a exportar borracha.

A África Ocidental, como um todo, passou a exportar cada vez mais produtos agrícolas e florestais, como óleo de palma e amendoim, muitas vezes produzidos por escravos. A produção e a comercialização de tecidos foram prejudicadas pela concorrência dos tecidos ingleses. O "império" Achanti, no Gana atual, continuou a vender escravos a povos do litoral no século XIX, recebendo em troca produtos europeus, comprados com óleo de palma. Ao mesmo tempo, o "império" aumentou as exportações de ouro para a costa e de nozes de cola para o norte islâmico.

RESUMO

Desde o início do século XIX, autoridades britânicas buscaram, de diferentes maneiras, impor a proibição do comércio de escravos africanos para as Américas e o Caribe. Dessa forma,

foram realizados acordos bilaterais – envolvendo a Grã-Bretanha e outros países – que estabeleceram restrições progressivas ao tráfico negreiro, primeiro ao norte e depois ao sul da linha do equador. Ao mesmo tempo, sob forte pressão britânica, países que praticavam a escravidão e importavam africanos – muitas vezes para as suas colônias – aprovaram leis que restringiram o tráfico intercontinental, num processo que alimentou os debates sobre o fim do cativeiro.

Entretanto, é sabido que, mesmo após a proibição formal da importação de escravos em diversos países europeus e suas colônias, várias regiões africanas continuaram exportando cativos ilegalmente, enquanto se esforçavam para iniciar ou aumentar a produção de gêneros agrícolas e extrativistas para exportação.

O término do comércio atlântico de escravos não representou o fim do cativeiro no continente africano. O barateamento do preço dos escravos, resultante da manutenção da oferta e da dificuldade ou impossibilidade de exportação destes, gerou a intensificação do recurso à mão de obra cativa, que foi a base a partir da qual se desenvolveu a produção de gêneros agrícolas e extrativistas, sob controle de europeus ou de africanos.

Vale lembrar, ainda, que as transformações vivenciadas pelas sociedades africanas após o fim do comércio atlântico de escravos não devem ser entendidas como uma completa reestruturação. Estudos demonstram que, durante a vigência do tráfico, existiu uma ampla rede de produção e troca de mercadorias no continente africano, do litoral às zonas fornecedoras de cativos no interior. Esse comércio passava por uma série de intermediários africanos e envolvia vários outros produtos, que iam sendo trocados ao longo do trajeto das caravanas: armas de fogo, tecidos, produtos agrícolas e extrativistas etc. A economia do continente africano não se baseava unicamente no apresamento e venda de escravos para o mundo atlântico.

Após o fim do comércio atlântico de escravos, outros artigos continuaram sendo produzidos e vendidos, inclusive para exportação, mantendo o dinamismo das trocas comerciais na África. Assim, não houve uma reestruturação absoluta das economias africanas, embora, evidentemente, em função da importância do tráfico, seu encerramento tenha provocado mudanças significativas nas áreas que tinham sido, até então, as maiores fornecedoras de cativos para o mercado atlântico.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos a expansão europeia na África, ocorrida a partir do final do século XIX.

Aula 9

A expansão europeia na África

Andrea Marzano
Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Apresentar o processo de expansão europeia na África, tendo em conta as ações dos africanos e a diversidade de relacionamentos que se estabeleceram.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. estabelecer a diversidade do processo de expansão europeia na África;
2. avaliar as transformações ocorridas na historiografia que se dedica ao tema.

INTRODUÇÃO

A utilização da expressão "expansão", no lugar da forma ainda recorrentemente empregada por muitos autores de "partilha europeia da África", para dar conta do processo de avanço colonial europeu sobre o continente africano, indica, à partida, um outro olhar sobre esse fenômeno. "Partilha" sugere que os europeus decidiram tudo sozinhos e num determinado momento. Num sentido bem diferente, o termo "expansão" objetiva enfatizar a ideia de um processo que não teve apenas os europeus como protagonistas, mas contou também com a participação decisiva, de diversas formas, dos africanos. Procura reforçar ainda que o referido processo não aconteceu num ato, mas sim que se estendeu das últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século seguinte, com muitas idas e vindas.

É indiscutível que, desde o século XV, houve uma lenta penetração de europeus na África, pautada, sobretudo, no comércio, em particular o de escravos, o que seria decisivo para a configuração das relações entre africanos e europeus. Essa penetração, no entanto, foi muito limitada pelo controle exercido pelas chefias africanas, ficando restrita, quase sempre, às áreas costeiras do continente.

Após o fim do tráfico atlântico de escravos, a África passou a exportar cada vez mais produtos agrícolas e florestais. Em geral, as regiões onde o tráfico de escravos era importante foram as primeiras a aderir ao comércio legítimo, muitas vezes recorrendo às estruturas comerciais existentes. Essas regiões funcionariam como pontas de lança para a expansão colonial europeia do século XIX.

Como vimos na Aula 1, em algumas áreas em que o comércio e o tráfico de escravos propiciaram a presença de europeus desde pelo menos o século XVII, ganhou forma uma elite de africanos de formação ocidental. Pode-se dizer que essa elite foi fruto da precoce presença europeia. Todavia e de forma aparentemente contraditória era resultante também da fragilidade dessa presença, o que abriu espaço para que, através da instrução e da relativa

europeização, ela pudesse se dedicar, não só ao comércio, mas também à administração de tipo colonial que se estabeleceu nesses pequenos territórios sob o controle europeu. Tal processo ocorreu em regiões das atuais Angola, Gâmbia, Gana, Moçambique e Nigéria.

No final do século XIX, em pleno contexto da expansão colonial europeia sobre o continente, esses grupos passaram a ter grande dificuldade para a manutenção de sua condição de elite. Os europeus, que passaram a chegar ao continente em maior número a partir de fins daquele século, tendiam a ocupar os postos mais altos da administração colonial, enquanto o comércio mais lucrativo, de exportação, passou a atrair empresas europeias.

No entanto, esses segmentos eram exíguos, tendo em conta a dimensão territorial e populacional da África. Para além desses pequenos enclaves costeiros, que vivenciaram uma maior interação entre africanos e europeus, tanto a costa quanto o vasto interior do continente eram ocupados por reinos e impérios, bem como inúmeros povos que viviam em pequenas aldeias chefiadas por conselhos de anciãos. O embate europeu seria quase sempre com esses dois tipos de organização política.

No caso das sociedades com poder político mais centralizado, caso dos chamados reinos e impérios, alguns deles dedicavam-se, de longa data, ao comércio com os europeus, ou conheciam elementos das culturas europeias através da atividade missionária. Estes, por diversas vezes, tenderam a estabelecer alianças, que lhes pareciam favoráveis, com os agentes da expansão colonial. Em certos casos, lideranças africanas acreditavam que os europeus seriam bons aliados nos seus embates com rivais também nativos. Contudo, também foram capazes de defrontar as forças militares europeias quando seu poderio político foi questionado e sua posição de comando foi posta em discussão.

Grande parte dos povos africanos, entretanto, vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governavam-se pelos costumes e solucionavam seus conflitos através

dos conselhos de anciãos. Eram as chamadas "sociedades sem estado", que apresentavam uma menor centralização do poder político. Essas, sobretudo quando não conheciam a dominação externa, tenderam a ser mais resistentes à presença e ao controle territorial europeu.

Por tudo isso, é imprescindível salientar a extrema diversidade de situações existentes na África no momento da expansão colonial. É preciso enfatizar ainda que os africanos encontravam-se tão ou mais divididos que os europeus. Assim sendo, as reações dos africanos aos objetivos e ações europeias também foram muito diferentes.

O povoamento do extremo sul da África

Ainda no que diz respeito à presença de europeus na África, em períodos anteriores à expansão do século XIX, vale mencionar a chegada de calvinistas dos Países Baixos, huguenotes da França e protestantes da Alemanha, em fuga das perseguições religiosas ocorridas na Europa, na região do cabo da Boa Esperança (atual África do Sul), em 1652. Esses grupos passaram a ser chamados de bôeres e desenvolveram uma língua própria, o africâner, muito próxima do holandês. Na primeira metade do século XIX, deram força ao movimento de migração (The Great Trek) para o norte e nordeste do território do que viria a ser a África do Sul. Escapavam ao domínio britânico da colônia do cabo, que se estabelecera em 1806. Criariam naquelas regiões o Estado Livre de Orange e a República do Transvaal. No entanto, com a descoberta de ouro e diamantes nessas áreas, na segunda metade do século XIX, os interesses ingleses

também se fizeram presentes. O conflito entre bôeres e ingleses levaria às chamadas guerras anglo-bôer que marcariam a virada do século, tendo ocorrido entre os anos de 1880 e 1881 e depois entre 1899 e 1902.

Figura 9.1: Grupo de guerrilha bôer.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Afrikaner_Commandos2.JPG.

A segunda metade do século XIX e a mudança de orientação europeia

Se na primeira metade do século XIX houve uma lenta intensificação da penetração europeia, pautada no comércio e na atividade missionária, a partir da segunda metade, em especial do final da década de 1870, houve uma escalada na luta pela posse dos

territórios africanos. Verificou-se um efeito dominó, com as ações de uma potência europeia ameaçando os interesses das demais e obrigando-as a agir. França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Bélgica e Portugal buscaram dinamizar suas economias através da riqueza colonial e, ao mesmo tempo, fortalecer sua própria imagem diante das outras nações.

As potências europeias, em sua estratégia de expansão colonial, combinaram avanço militar e negociações com autoridades africanas, buscando a assinatura de tratados em que chefes nativos cediam terras e homens. Em muitos casos, sem dominarem a escrita e as línguas europeias, lideranças africanas não sabiam o que estavam aceitando ao marcarem com cruzes folhas de papel. Além disso, é possível supor que os africanos não atribuíssem a esses documentos, alheios à sua cultura, a força de um compromisso. Muitos tratados seriam apresentados por meia dúzia de militares, exploradores, missionários ou comerciantes europeus que ofereciam em troca desse risco no papel tecidos, armas de fogo e bebidas. Como imaginar as consequências desse ato, quando os embaixadores daquela ação eram tão poucos e frágeis, diante do poderio dos chefes africanos? No entanto, do ponto de vista europeu, os tratados eram instrumentos, acima de tudo, para serem usados pelas nações que concorriam entre si na conquista de espaços coloniais. Embasavam pretensões territoriais e eram acionados em caso de litígio entre as nações europeias.

Quando os europeus buscaram transformar a divisão que tinham desenhado "no papel" em poder efetivo no terreno africano, foram obrigados a enfrentar a resistência e as tentativas de negociação por parte das lideranças africanas. Resistindo ou negociando, os africanos tinham um mesmo objetivo: manter o máximo de autonomia diante da realidade da expansão europeia.

Os povos que tinham mais contato e conheciam o poder bélico dos europeus sabiam que não tinham chances de resistir. Cada povo avaliava as circunstâncias e decidia a melhor atitude a ser tomada. Alguns povos eram vistos, imediatamente, como inimigos pelos europeus, como os muçulmanos pelos franceses, treinados na tradição argelina, já

que a França inicia a colonização do que hoje é a Argélia, ainda na década de 1830. Nesses casos, não havia alternativa de negociação para os africanos, restando-lhes apenas a resistência aberta.

Assim ocorreu com Samory Touré, que através do islã buscou unificar os mandingas, alicerçando um império que se apoiaria na extensão territorial desse povo e nos seus contatos entre a costa ocidental e o sahel, alcançando as atuais Guiné Conakri, Libéria, Mali e Serra Leoa. A oposição aos franceses foi longa. Os primeiros embates entre esses dois beligerantes ocorreram em 1882, em função da disputa por controle de praças comerciais. Em paralelo aos acordos de paz e às batalhas com os franceses, Samory Touré negociou a compra de armas de fogo com os ingleses. Sua aquisição de material bélico na costa ocidental e de cavalos no sahel permitiu manter a luta contra os franceses até 1898, quando foi derrotado e preso, sendo em seguida exilado para o Gabão, onde faleceu dois anos mais tarde.

Figura 9.2: Samory Touré.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/Almamy_Samory_Tour%C3%A9.jpg.

Em um mesmo estado ou região, como no caso de Samory Touré, líderes defendiam ora a negociação, ora a resistência. Um mesmo povo podia alternar resistência e negociação diante dos diferentes poderes europeus, em diferentes momentos. Entretanto, segundo alguns autores, havia algumas sociedades particularmente propensas à resistência: comunidades sem grande centralização do poder político, onde a honra militar era vital, vivendo em permanente embate com aldeias vizinhas e que não conheciam domínio externo. Este seria o caso dos baulê, na atual Costa do Marfim, em face dos franceses, e dos dinka, no sul do Sudão, em face dos ingleses.

Atende ao Objetivo 1

1. É possível afirmar que os africanos resistiram, mas, ao mesmo tempo, negociaram com os europeus, durante o processo de expansão colonial?

Resposta Comentada

As próprias potências europeias, em sua estratégia de expansão colonial, combinaram avanço militar e negociações com as autoridades africanas. O objetivo europeu era dominar com baixo custo envolvido. Resistindo ou negociando, os africanos tinham um mesmo objetivo: manter o máximo de autonomia diante da realidade da expansão europeia. Os povos que tinham mais contato e conheciam o poder bélico dos europeus sabiam que não tinham chances de resistir. Cada povo avaliava as circunstâncias e decidia a melhor atitude a ser tomada.

Desenhando o mapa colonial

No que diz respeito às nações europeias, a França tendeu a concentrar seus interesses na África Setentrional, embora tenha garantido alguns territórios na África Ocidental e Equatorial. A Inglaterra, por sua vez, concentrou-se na África Meridional, embora também tenha adquirido territórios coloniais na África Ocidental e Oriental. A Bélgica obteve o Congo Léopoldville, que inicialmente foi um "Estado Livre", porém controlado individualmente pelo monarca belga, rei Leopoldo II. Portugal conseguiu expandir seus antigos domínios litorâneos, nas atuais Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e confirmar sua presença em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A Alemanha manteve até a Primeira Guerra Mundial territórios na África Ocidental e na costa oriental. Os italianos, por fim, ocuparam por um período a Eritreia e buscaram avançar para o sul da Etiópia, sendo repelidos pelo imperador cristão Menelik em 1896, na maior vitória alcançada por africanos contra europeus.

Os Congos

O continente africano possui hoje dois países com o nome Congo. A República Democrática do Congo, aqui chamada Congo Léopoldville (para o período colonial) ou Congo Kinshasa (para o período pós-independência até os dias de hoje, com a exceção entre os anos de 1971 e 1997, quando o país foi chamado de Zaire) e a República do Congo, aqui chamada Congo Brazzaville. As denominações aqui adotadas incluem o nome da capital do país ou da colônia a seguir ao nome e têm sido utilizadas por autores do mundo todo e por diferentes organismos internacionais. O mesmo é válido para o caso da República da Guiné ou Guiné-Conakri, a fim de diferenciá-la da Guiné-Bissau, ainda que nesse último caso o nome oficial do país seja República da Guiné-Bissau.

O Congo do rei Leopoldo II

Em finais da década de 1870, têm início as explorações do rio Congo, financiadas a título pessoal pelo rei Leopoldo II, da Bélgica. Tais investidas ficariam a cargo do famoso jornalista e explorador Henry Stanley. Rapidamente, foi iniciada a comercialização do marfim e da borracha, para suprir os custos com a empreitada. Os lucros não chegaram a chamar a atenção das demais nações europeias e o monarca belga conseguiria criar, em 1885, o Estado Livre do Congo, apelando para a possibilidade de

livre comercialização ao longo do principal rio da região. Ele assumiria o controle total desse "novo estado", sendo reconhecido como seu soberano pelas demais nações europeias. Durante seu governo no Congo Léopoldville (o nome da capital durante todo o período colonial seria em homenagem ao próprio rei Leopoldo II), ocorreram as maiores atrocidades que se tem conhecimento sobre a expansão colonial na África. A coleta de borracha levaria a práticas nefastas, como os sequestros de mulheres e crianças, a fim de que seus maridos e pais trouxessem determinadas quantidades do produto, ou ainda às mutilações como forma de punição aos que se revoltaram e demonstração de terror aos demais. Essas e outras violências seriam registradas por missionários ingleses e seriam denunciadas internacionalmente, a partir de 1905, criando uma campanha internacional de questionamento das ações do rei Leopoldo II. A pressão exercida e a circulação dessas fotos levariam ao fim do Estado Livre do Congo e a anexação da colônia ao Estado belga e não mais à Coroa, em 1908.

Figura 9.3: Leopoldo II. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/39/Leopold_ii_garter_knight.jpg?uselang=pt

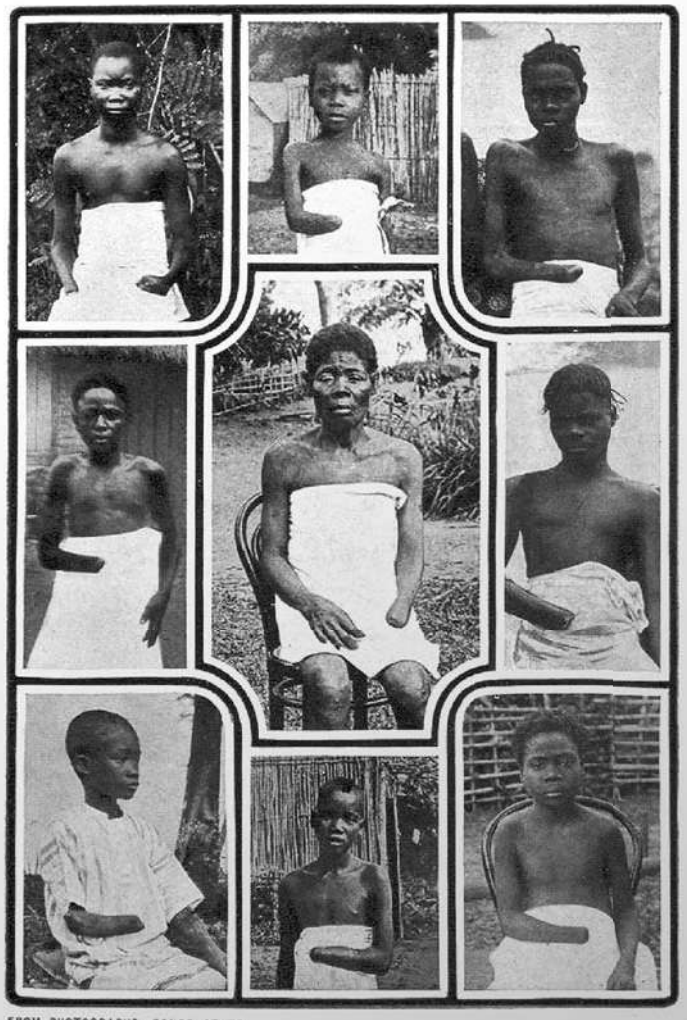


Figura 9.4: Crianças mutiladas no Congo.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/MutilatedChildrenFromCongo.jpg

A Etiópia de Menelik e a derrota italiana

Após ocuparem a Eritreia, transformando-a oficialmente em uma colônia em 1890, os italianos buscaram avançar para a Etiópia. A guerra começa em 1896, mas as tropas do imperador cristão Menelik II conseguiriam deter a ofensiva italiana. Menelik iniciara seu reinado, buscando alargar os contatos internacionais do reino, modernizar sua administração e expandir seu exército. Cristão ortodoxo, pertencente à Igreja Copta, construiu com habilidade boas relações com uma parcela significativa da população islâmica. Suas tropas contavam com cerca de 70 mil homens. A guerra custou a vida de 8 mil italianos e 4 mil auxiliares. A Itália seria forçada a recuar e assinar um acordo desfavorável e de reconhecimento da soberania da Etiópia, naquela que foi a grande vitória africana, nas guerras contra a ocupação europeia. Em 1906, Menelik fica parcialmente paralítico e morre em 1913. A Etiópia sofreria uma curta ocupação italiana entre 1936 e 1941, durante a regência do imperador Haile Selassie.

Figura 9.5: Menelik II. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/Menelik_II.gif

As colônias alemãs

A efetiva ofensiva colonial alemã no continente africano teve início na década de 1880. Esse "atraso" em relação às demais potências europeias deve ser creditado ao lento processo de unificação alemão. Ainda assim, a Alemanha conseguiu o controle sobre 4 colônias: Camarões, Tanganica (que após a sua independência em 1961 se juntaria à ilha de Zanzibar, formando um novo país, a Tanzânia, em 1964), sudoeste africano (atual Namíbia) e Togo. Sua derrota na primeira guerra mundial levaria ao fim do seu império colonial na África, em 1919. O Togo e o Camarões seriam divididos entre a França e a Inglaterra, o sudoeste africano passaria ao protetorado da África do Sul (independente desde 1910) e Tanganica passaria a ser uma colônia inglesa.

É preciso salientar que o mapa colonial da África, como estamos vendo ao longo desta aula, foi desenhado por europeus e africanos, através de resistências e negociações. Seu traçado final não se configurou completamente durante a Conferência de Berlim, a mais famosa das conferências entre os grandes impérios europeus, reunida para dar conta do formato de aproximação e controle do continente africano, ocorrida entre fins de 1884 e início de 1885, como ainda podemos ver apresentado em algumas publicações. Suas fronteiras foram precedidas por séculos de contatos comerciais e religiosos, e por algumas décadas de acordos entre autoridades africanas e europeias.

No início da Primeira Guerra Mundial, todo o continente africano tinha sido dividido pelas potências europeias, exceto a Libéria e a Etiópia. Na prática, entretanto, vastas regiões tinham

ficado fora do domínio europeu efetivo. Houve regiões em que o poder europeu não chegava, ou onde havia resistências, sobretudo, de pequenos povos, até a década de 1930. O que nos permite afirmar que na África a experiência do domínio colonial foi por vezes muito breve, no tocante ao tempo, mas certamente profunda nas consequências para a história de seus povos.

Entre as várias implicações que o mapa colonial teve para a vida dos africanos, é fundamental destacar o traçado artificial das suas fronteiras. Isso porque, com raras exceções, as fronteiras políticas da África hoje mantêm as divisões estabelecidas no mapa colonial de 1914. Povos foram divididos em duas ou três colônias diferentes, passaram a falar línguas também diferentes e a estarem sujeitos a ordenamentos legais e costumes diferenciados. Por outro lado, povos que até a efetiva colonização viviam distantes uns dos outros e com pouca ou nenhuma interação passaram a ser explorados conjuntamente. Essas novas realidades seriam transpostas para o período pós-independente e, em grande medida, ajudam a entender muitos dos problemas enfrentados pelos africanos ainda hoje.

Ex-escravos formando um país

A Libéria foi o destino de escravos norte-americanos libertos que para lá se dirigiram com a ajuda de uma organização privada de colonização durante as primeiras décadas do século XIX. A região também receberia escravos libertados de navios negreiros apreendidos pela marinha inglesa na costa africana. Em 1847, seria fundada a República da Libéria, inspirada no governo dos Estados Unidos, o que fica evidenciado pelo nome dado a sua capital, Monróvia, em homenagem a James Monroe, o quinto presidente dos Estados Unidos e um defensor da colonização do território (ver também Aula 7).

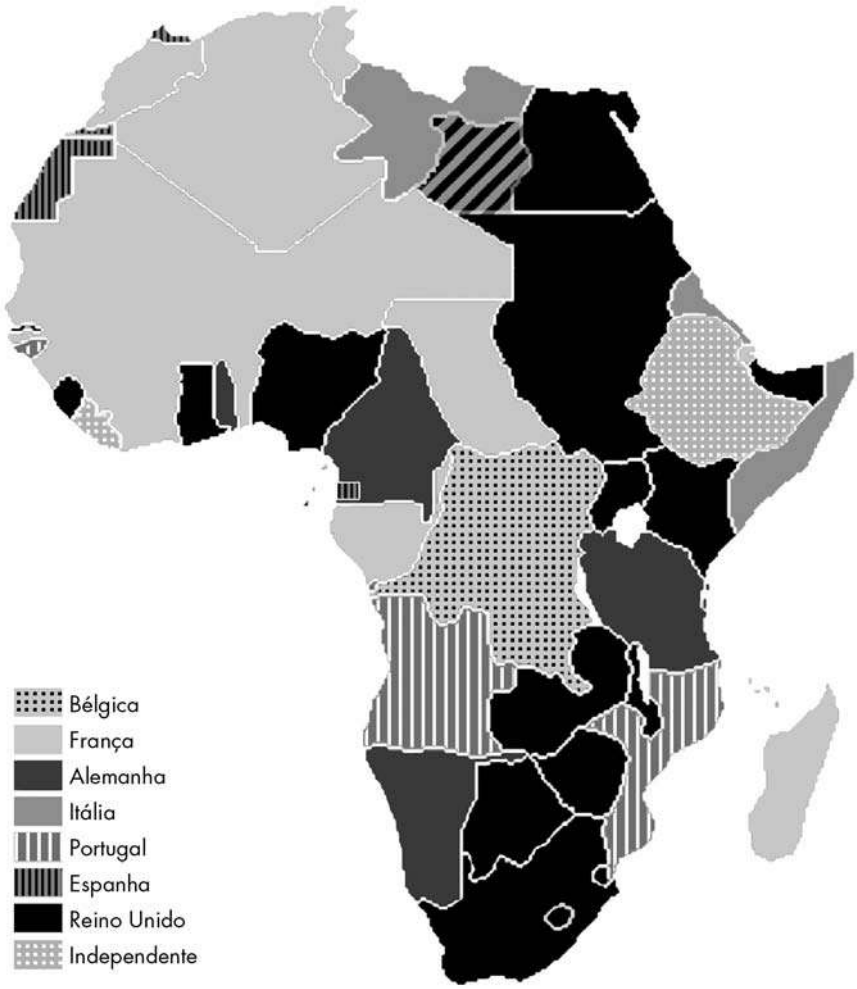


Figura 9.6: Mapa da divisão colonial africana.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colonial_Africa_1914_map.png

Apesar da expansão colonial, o continente africano não dava sinais de ser fundamental para as economias europeias. O comércio britânico tinha interesse no Egito e na África do Sul, mas tratava com desdém as demais regiões sob seu controle. A chamada "corrida para a África" devia-se em grande parte à expectativa gerada na Europa de que o controle territorial de extensas zonas do globo era fundamental para a afirmação do poderio dos respectivos impérios e, sobretudo, à ideia de que o Estado europeu que ficasse de fora dessa estratégia perderia espaço para seus concorrentes.

Isso ajuda a entender o fato de que, apesar das experiências comerciais prévias terem sido fundamentais para as anexações, os comerciantes europeus tenham se posicionado contrariamente a uma conquista colonial efetiva, à presença administrativa, temendo que ela destruísse o comércio existente com taxas e monopólios, a fim de que se criassem mecanismos para o financiamento dessa exploração/colonização. Grandes bancos e empresas europeias recusaram participar do momento pioneiro da expansão colonial, nessa etapa das incertezas, decidindo investir nas colônias apenas posteriormente e com garantias asseguradas pelos seus respectivos estados. As exceções ficaram por conta das áreas produtoras de ouro, diamante e cobre, que cedo receberam a atenção dos interesses econômicos europeus.

É preciso ter em conta ainda, que a África foi colonizada porque, pela primeira vez, no final do século XIX, os europeus tinham condições tecnológicas de fazê-lo. Haviam introduzido a profilaxia do quinino na década de 1850, reduzindo a mortalidade por malária, e inventado as espingardas de carregar pela culatra, na década de 1860, e as metralhadoras de repetição, na década de 1880. Dinamizaram recursos surpreendentemente eficazes para a época, capazes de acelerar as comunicações, o comércio e o deslocamento de tropas, como o barco a vapor, as ferrovias e o telégrafo. Até então, os europeus, com seus mosquetes e cavalos, não gozavam de uma superioridade tecnológica esmagadora diante dos africanos. Basta lembrar que as armas de fogo eram importantes itens importados dos europeus pelos grandes reinos africanos no século XIX.

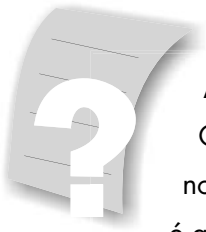
Por fim, é preciso enfatizar que os estadistas europeus nem sempre controlaram a expansão colonial, guardando certa dependência das ações de representantes locais, das demandas missionárias e, sobretudo, dos africanos. Frequentemente, potências coloniais foram obrigadas a empreender mudanças em sua política colonial em função da pressão dos colonizados, como ocorreu nos

casos de revoltas ao recrutamento de mão de obra ou ao plantio obrigatório de determinados produtos. A grande demanda europeia estava concentrada na exploração do trabalho dos africanos e este seria o principal terreno de luta do período colonial.

O racismo

Alguns temas e conceitos devem ser necessariamente considerados na abordagem da expansão colonial no continente africano. Esse é o caso do racismo. O racismo está estreitamente relacionado à necessidade de uma justificativa ideológica para legitimar a dominação colonial. Isso porque, como afirmam alguns autores, não há colonialismo sem racismo, embora a recíproca não seja verdadeira.

O surgimento do racismo estaria vinculado ao estreitamento das relações entre a Europa e o continente africano, após as grandes navegações. O tráfico atlântico de escravos seria sua primeira engrenagem. Até então, a escravidão baseava-se em outras justificativas, como a religião (fiéis x pagãos), a pertença (estrangeiros) e a guerra. A segunda grande engrenagem do racismo seria a situação colonial, na qual diferenças reais ou imaginárias entre colonizados e colonizadores seriam postas em evidência, colocadas a serviço dos colonizadores e, finalmente, naturalizadas. A presença do racismo seria uma constante na situação colonial, manifestada até mesmo nos mais simples gestos e palavras do colonizador.



A antropologia colonial

Outro item a ser levado em consideração no estudo da expansão colonial europeia é a sua estreita relação com o avanço da Antropologia. O colonialismo teria contribuído para a delimitação do seu objeto, até então indefinido entre os terrenos da História e da Filosofia. A escola evolucionista teria determinado os diferentes estágios de evolução social, posicionando os africanos na parte mais inferior desse pensamento hierarquizante, o que proporcionou argumentos para o avanço da expansão colonial na África. A partir de 1930, a escola funcionalista buscaria compreender a dinâmica das sociedades e culturas africanas, contribuindo assim para sua dominação. Entretanto, no pós-Segunda Guerra, iniciou-se, entre os antropólogos, o debate e a crítica ao papel da Antropologia como fornecedora de um "plano de intervenção" para os militares e administradores europeus na África. Tal consciência contribuiria, decisivamente, para a superação de uma prática antropológica que fornecia argumentos e informações para o colonialismo.

Debates historiográficos: o sentido da expansão e a polarização entre resistência e negociação

O sentido da expansão europeia

A história do final do século XIX e do início do século XX, produzida por administradores coloniais e outros exploradores, confundia-se com a justificativa europeia para a expansão, difundindo a ideia de que o empreendimento colonial na África era benéfico para os africanos, por levar a pacificação, a civilização, a catequese e a possibilidade de ingresso do continente no mercado internacional. Tal perspectiva implicava a ausência de interesse dos seus formuladores pelo período anterior à expansão europeia do século XIX e, sobretudo, em relação ao contato com árabes e, evidentemente, europeus. Vale lembrar que, na base desses trabalhos, encontrava-se uma ideia de história ligada aos grandes acontecimentos políticos, militares e diplomáticos, levados adiante apenas por grandes personagens. Dentre os autores importantes desta produção, podem ser mencionados Norton de Matos e Antônio Enes para colônias portuguesas e Frederick Luggard para colônias britânicas.

Posteriormente, no entre guerras e no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, marcado pela eclosão dos nacionalismos africanos, surgiu uma análise do colonialismo na África, muito influenciada por uma leitura marxista da história, criticando as justificativas metropolitanas e denunciando os interesses econômicos das metrópoles europeias. A expansão colonial na África era apresentada, nesta perspectiva, como consequência da expansão do capitalismo europeu, fruto da revolução industrial, e portanto da busca por novos mercados produtores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. São os casos de Arghiri Emmanuel, Tom Kemp e Pierre Villar, historiadores da Europa que se

referem à África para confirmar suas teses sobre o imperialismo. Tal postulado também tinha como característica o esquecimento da ação dos africanos, expresso exemplarmente na ideia de uma imediata partilha da África pelos europeus na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885.

A partir dos anos 1970, a crítica à vertente marxista encontrou expressão em estudos que buscavam rediscutir as causas da partilha. Brunschwig, por exemplo, destacaria que a aceleração da disputa europeia por territórios africanos teria diferentes motivações, desde a busca de recuperação de autoimagem perante a opinião pública, marcante entre os militares franceses, após a derrota na guerra franco-prussiana, até o efeito dominó dos interesses de uma potência, ameaçando o poderio da outra e gerando reações em cadeia. Ainda para Brunschwig, a Conferência de Berlim não pretendia uma divisão imediata do território africano, tendo sido convocada para discutir a livre navegação no rio Congo e o livre comércio no continente. Chama atenção para o fato de que os negociadores foram os próprios embaixadores na Alemanha, o que demonstra que a reunião não teve, na época, a importância que lhe foi atribuída posteriormente.

Mackenzie, por sua vez, intensificou a busca por novas fontes para o estudo da "partilha da África". Para ele, o combate ao tráfico de escravos no início do século XIX, anunciando o fim da exportação de mão de obra e o desenvolvimento do comércio lícito, era um sinal de que a relação entre os dois continentes iria mudar. Seu estudo realça o mapeamento do continente, realizado por exploradores, missionários, geógrafos, naturalistas, jornalistas e propagandistas, transformados em homens de sucesso enquanto exaltavam, em livros, as riquezas africanas. Com isso, Mackenzie pretende demonstrar o clima de euforia, surgido na Europa, em fins do século XIX, espalhando a ideia de que a nação que não entrasse na corrida para a África perderia os rumos da história. Para ele, a partilha da África foi, acima de tudo, uma combinação de esperanças exageradas com preocupações excessivas. Esperanças

de obtenção de grandes riquezas, que em geral não se concretizaram no imediato, e preocupações excessivas com a concorrência e as possibilidades de expansão das demais nações européias.

Apesar de críticos à leitura economicista dos marxistas, Brunschwig e Mackenzie mantiveram a perspectiva de uma história dos europeus na África. A expansão colonial na África era secundária e subordinada às rivalidades europeias. A mudança de perspectiva teria lugar com os trabalhos que buscaram responder à seguinte questão: por que motivo, após séculos de contatos comerciais, as potências europeias teriam optado, em fins do século XIX, pela dominação colonial formal? Os trabalhos de Basil Davidson, John Iliffe e Terence Ranger tentaram dar conta da resposta e conseguiram trazer novas leituras para o fenômeno em discussão.

Geralmente se respondia a essas questões, apelando para o período anterior, entre os séculos XV e XVIII, e ressaltando o clima, as doenças e o fato de os rios não serem navegáveis, como responsáveis pela aventura apenas costeira dos europeus. Mas problemas logísticos também foram encontrados em outros continentes. O que essa reviravolta historiográfica pretendeu demonstrar é que a expansão europeia na África ocorreu em fins do século XIX porque, pela primeira vez, os estadistas e soldados europeus tinham condições tecnológicas de fazê-lo. Haviam inventado, como vimos, a profilaxia do quinino, reduzindo a mortalidade por malária, criado armamentos cada vez mais sofisticados, culminando com a metralhadora, e dinamizado recursos capazes de acelerar as comunicações, o comércio e o deslocamento de tropas, como o barco a vapor, as ferrovias e o telégrafo. Tais recursos deveriam ser analisados, tendo em consideração ainda os embates entre os africanos e as potencialidades de alguns produtos que poderiam ser produzidos no continente.

Atende ao Objetivo 2

2. Você concorda com a afirmação abaixo? Justifique sua resposta.

> A utilização da expressão "expansão", no lugar de "partilha europeia da África", para dar conta do processo de avanço colonial europeu sobre o continente africano, pretende incorporar novos atores e dinâmicas a esse processo.

Resposta Comentada

A utilização da expressão "expansão", no lugar da forma ainda recorrentemente empregada por muitos autores de "partilha europeia da África", para dar conta do processo de avanço colonial europeu sobre o continente africano, indica, à partida, um outro olhar sobre esse fenômeno. "Partilha" sugere que os europeus decidiram tudo sozinhos e num determinado momento. Num sentido bem diferente, o termo "expansão" objetiva enfatizar a ideia de um processo que não teve apenas os europeus como protagonistas, mas contou também com a participação decisiva, de diversas formas, dos africanos. Procura reforçar ainda que o referido processo não aconteceu num ato, mas sim que se estendeu das últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século seguinte, com muitas idas e vindas.

No caso das sociedades com poder político mais centralizado, caso dos chamados reinos e impérios, alguns deles dedicavam-se, de longa data, ao comércio com os europeus, ou conheciam elementos das culturas europeias através da atividade missionária. Estes, por diversas vezes, tenderam a estabelecer alianças, que lhes pareciam favoráveis, com os agentes da expansão colonial. Em certos casos, lideranças africanas acreditavam que os europeus seriam bons aliados nos seus embates com rivais também nativos. Contudo, também foram capazes de defrontar as forças militares europeias, quando seu poderio político foi questionado e sua posição de comando foi posta em discussão.

Grande parte dos povos africanos, entretanto, vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governavam-se pelos costumes e solucionavam seus conflitos, através dos conselhos de anciãos. Eram as chamadas "sociedades sem estado", que apresentavam uma menor centralização do poder político. Essas, sobretudo quando não conheciam a dominação externa, tenderam a ser mais resistentes à presença e ao controle territorial europeu.

Por tudo isso, é imprescindível salientar a extrema diversidade de situações existentes na África, no momento da expansão colonial. É preciso enfatizar ainda que os africanos encontravam-se tão ou mais divididos que os europeus. Assim sendo, as reações dos africanos aos objetivos e ações europeias também foram muito diferentes.

Os africanos diante da expansão: resistência x negociação

Outra discussão que mobilizou os estudiosos da história da África, no tocante ao momento de intensificação da exploração colonial, diz respeito ao papel desempenhado pelos próprios africanos nesse processo. Nas décadas de 1950 e 1960, sob inegável influência das lutas pela independência, muitos historiadores buscaram dividir os africanos, de acordo com suas estratégias diante da expansão europeia, entre heróis e traidores. Dentre os heróis, contavam todos aqueles líderes que enfrentaram frontalmente os europeus com armas em punho. Dentre os traidores, estavam todos aqueles que negociaram com os recém-chegados, tentando conquistar os benefícios possíveis nos limites da presença colonial. Tratava-se, além disso, de uma história pautada nas ações dos grandes líderes, que ignorava os homens comuns.

É importante salientar que a ideia da existência de "povos traidores", cooptados pelo colonialismo, acabou tendo reflexos políticos no pós-independência. Um contundente exemplo é a caracterização negativa dos tutsis pelos hutus em Ruanda, que acabou contribuindo para o genocídio de 1994.

Esta geração de historiadores, da qual fazem parte Terence Ranger, George Shepperson e Basil Davidson, afirmava, frequentemente, que era mais fácil encontrar heróis nas sociedades com Estado. Para eles, haveria menos possibilidade de resistência nas sociedades sem estado centralizado.

Naquele mesmo contexto, fortemente marcado pelas lutas de libertação, ganhou corpo uma historiografia que tendia a desvalorizar as resistências pulverizadas de maior ou menor envergadura, empreendidas pelos africanos em seu contato direto com os colonos, mas que não assumia o caráter nacionalista e independentista presente, a partir de finais dos anos 1950. Construiu-se, assim, uma caracterização negativa dos enfrentamentos locais e muitas

vezes marcados pela etnicidade e pela religiosidade, apresentados como conservadores, tribais e obscurantistas, em contraposição à modernidade dos partidos políticos e dos movimentos de libertação. Como ocorre algumas vezes, historiadores assumiram perspectivas ideológicas, confundindo-as com inquestionáveis verdades históricas.

A partir da segunda metade dos anos 1970, uma nova geração de historiadores ampliou consideravelmente a ideia de resistência, antes limitada à reação armada, passando a incorporar a ideia de negociação. Esta nova perspectiva inclui o questionamento, oriundo dos antropólogos, da ideia de que os povos sem Estado teriam resistido menos. O historiador John Iliffe, por exemplo, afirma que as sociedades sem estado, fortemente militarizadas e mais propensas à rejeição de um governo central, foram as que mais resistiram à presença colonial europeia.

Nesse grupo, incluem-se os historiadores que participaram da elaboração da História Geral da África da Unesco, como é o caso de Henry Mwanzi e Allen Isaacman, bem como o próprio Terence Ranger, que faz um *mea culpa* em seu texto, revendo sua posição anterior, ainda marcada pela diferença de atitudes entre sociedades sem Estado e sociedades com centralização do poder. Ainda assim, a coleção também abre espaço para autores como o nigeriano Godfrey Uzoigwe, que mantém uma leitura esquemática sobre esses temas.

Ainda mais recentemente, nos anos 1980 e 1990, a ampliação da ideia de resistência foi acrescida da defesa da história do homem comum africano. Um exemplo desta perspectiva é o historiador sul-africano Leroy Vail, que pesquisou as canções dos trabalhadores do Vale do Zambeze do início do século XX, descobrindo que as letras indicavam graus de negociação e resistência, que configuravam o cotidiano do colonialismo. Vail critica a releitura da resistência, ocorrida nos anos 1970, afirmando que ela contribuiu para acabar com a oposição entre heróis e traidores, mas permaneceu concentrada na história dos grandes líderes africanos.

A partir desses dois grandes temas de debate, é possível perceber o amplo leque de possibilidades de pesquisa que o continente africano guarda. Podemos verificar também a componente ideológica em muitas dessas disputas historiográficas, o que se por um lado complexifica a análise, por outro sugere a importância que a história desses povos tem para suas respectivas sociedades.

CONCLUSÃO

Os temas trabalhados no decorrer da aula indicam-nos as inúmeras transformações por que tem passado o estudo da expansão colonial na África. Os africanos resistiram, mas também negociaram, assim como os impérios europeus na tentativa de ampliar e consolidar os seus domínios. O que mais se destaca é sem dúvida a inserção arrebatadora dos africanos na sua própria história, afastando uma leitura que privilegiava tão somente a história dos europeus na África.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Apresente em linhas gerais as transformações ocorridas na historiografia, no tocante à forma de analisar a participação dos africanos no processo de expansão colonial.

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Uma discussão que mobilizou os estudiosos da História da África, no tocante ao momento de intensificação da exploração colonial, diz respeito ao papel desempenhado pelos próprios africanos nesse processo. Nas décadas de 1950 e 1960, sob inegável influência das lutas pela independência, muitos historiadores buscaram dividir os africanos, de acordo com suas estratégias diante da expansão europeia, entre heróis e traidores. Dentre os heróis, contavam todos aqueles líderes que enfrentaram frontalmente os europeus com armas em punho. Dentre os traidores, estavam todos aqueles que negociaram com os recém-chegados, tentando conquistar os benefícios possíveis, nos limites da presença colonial. Tratava-se, além disso, de uma história pautada nas ações dos grandes líderes, que ignorava os homens comuns.

Esta geração de historiadores, da qual fazem parte Terence Ranger, George Shepperson e Basil Davidson, afirmava, frequentemente, que era mais fácil encontrar heróis nas sociedades com Estado. Para eles, haveria menos possibilidade de resistência nas sociedades linhageiras.

A partir da segunda metade dos anos 1970, uma nova geração de historiadores ampliou consideravelmente a ideia de resistência, antes limitada à reação armada, passando a incorporar a ideia de negociação. Esta nova perspectiva inclui o questionamento, oriundo dos antropólogos, da ideia de que os povos sem Estado teriam resistido menos. O historiador John Iliffe, por exemplo, afirma que as sociedades sem Estado, fortemente militarizadas e mais propensas à rejeição de um governo central, foram as que mais resistiram à presença colonial europeia.

Ainda mais recentemente, nos anos 1980 e 1990, a ampliação da ideia de resistência foi acrescida da defesa da história do homem comum africano. Um exemplo desta perspectiva é o historiador sul-africano Leroy Vail, que pesquisou as canções dos trabalhadores do Vale do Zambeze do início do século XX, descobrindo que as letras indicavam graus de

negociação e resistência, que configuravam o cotidiano do colonialismo. Vail critica a releitura da resistência, ocorrida nos anos 1970, afirmando que ela contribuiu para acabar com a oposição entre heróis e traidores, mas permaneceu concentrada na história dos grandes líderes africanos.

RESUMO

A expansão colonial europeia foi um processo que se estendeu das últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século seguinte e que não teve apenas os europeus como protagonistas, mas contou também com a participação decisiva, de diversas formas, dos africanos. Resistindo ou negociando, os africanos tinham um mesmo objetivo: manter o máximo de autonomia diante da realidade da expansão europeia. Dessa forma, os estadistas europeus nem sempre controlaram a expansão colonial, guardando certa dependência das ações de representantes locais, das demandas missionárias e, sobretudo, dos africanos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos os diferentes colonialismos que tiveram lugar na África e as estratégias de convívio e superação, adotadas pelos africanos.

Aula 10

O colonialismo e a exploração do trabalho africano

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Discutir as diferentes experiências coloniais que tiveram lugar no continente africano, no século XX, focalizando especialmente a exploração do trabalho dos africanos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a diversidade do processo colonial na África;
2. identificar as diferentes formas de exploração do trabalho africano.

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que o colonialismo resulta da proposta de exploração pensada pelas potências, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, além do grau de desenvolvimento do país colonizador. É preciso ter em consideração, no entanto, que todos esses diferentes fatores foram temperados pelo tempo, já que eles sofreram inúmeras alterações no decorrer do século XX.

Ao entendermos dessa forma o colonialismo, reforçamos a ideia da especificidade das relações coloniais e enfatizamos a necessidade de termos em consideração o tempo e o espaço, dois parâmetros muito caros aos historiadores. Assim, a referência ao processo de colonização de qualquer metrópole, sem se mencionar o momento e o local em questão, pode limitar a análise.

Poderíamos mesmo falar em colonialismos para não deixar dúvidas quanto à variedade de situações encontradas. Afinal, de ambos os lados dessa vivência colonial, existem forças, desejos e projetos diferentes, quase sempre em disputa entre eles. Tanto do colonizador que congrega os interesses de funcionários, comerciantes, aventureiros, missionários e militares, como do colonizado que abarca populações urbanas, rurais, mestiças, cristianizadas, islamizadas, isoladas, todas elas mais ou menos influenciadas por sentimentos de pertença étnica. Por tudo isso, como montar de forma tão esquemática uma oposição genérica entre colonizados e colonizadores que dê conta da diversidade de experiências que o continente conheceu? E se essa oposição binária – colonizador x colonizado – apresenta inúmeras limitações, o que dizer do seu desdobramento que coloca em oposição dominadores e resistentes?

A resposta a essas indagações, obviamente, caminha no sentido de defender o estudo aprofundado das diferentes vivências coloniais que tiveram lugar no continente africano, em especial na

primeira metade do século XX. No entanto, a necessidade desse aprofundamento da análise sobre determinada experiência colonial, que permita uma avaliação mais precisa das complexidades das relações que o colonialismo comportou, não deve impedir a formulação de linhas gerais de interpretação da situação colonial, que tenderão, inclusive, a servir como uma espécie de roteiro de investigação.

Metrópoles em questão

A crítica a um "colonialismo genérico" para toda a África, que tente dar conta da diversidade de relações estabelecidas no continente, tornou possível ainda uma outra mudança de perspectiva. Na esteira desse novo enfoque, o estudo do colonialismo, a partir da metrópole, foi direcionado para a análise da legislação e da ideologia coloniais, afastando-se de uma história do cotidiano, necessariamente dependente das ações de colonos e africanos, em cada momento e lugar.

É interessante salientar que o estudo das independências nacionais africanas auxiliou na percepção quanto à impossibilidade de se estudar o colonialismo apenas a partir da metrópole, já que cada processo de descolonização foi completamente diferente, mesmo quando se tratava de uma mesma potência europeia dominante. A Argélia e a Guiné Conacri, por exemplo, foram colonizadas pela mesma França, mas de maneira muito distinta, e tiveram processos de descolonização em tudo contrastantes. No caso argelino, uma longa guerra de libertação (1954-1962) seria trilhada até que a França reconhecesse a independência de seu antigo território, enquanto no caso da Guiné Conacri, seu destino seria decidido por um plebiscito, ocorrido em 1957, no qual a maioria da população votante recusou pertencer à comunidade francesa, levando à proclamação de sua independência, no ano seguinte. Exemplos como esses também tiveram lugar nas colônias inglesas, como seria o caso do Quênia e da Costa do Ouro (atual Gana), ou nas colônias portuguesas, com Cabo Verde e Moçambique.

Para além dessa atenção em relação às vivências diferenciadas existentes nas variadas colônias de uma mesma metrópole, é preciso considerar que, em uma mesma colônia, o impacto colonial variou muito de uma região para outra. Em Angola, por exemplo, Portugal fez as últimas incursões militares para consolidar a sua presença no centro-sul da colônia, nos anos 1940; no entanto, já em 1961, passou a enfrentar a luta anticolonial imposta pelos movimentos de libertação, sobretudo no norte.

Por último, devemos destacar que, mesmo o discurso e a ideologia coloniais variaram muito no tempo, manifestando-se, no caso português, na própria designação das suas possessões em África. Entre finais do século XIX e meados do XX, Portugal teve "territórios ultramarinos", "colônias" e por fim "províncias ultramarinas". As mudanças de designação foram em resposta às pressões internacionais a favor de uma postura que contemplasse a possibilidade futura de descolonização, resultado das disputas internas existentes no regime português e também fruto da luta dos colonizados. Mas o que importa é que essas alterações implicaram em pouca ou nenhuma alteração significativa no cotidiano dos africanos, sob controle colonial português, o que reforça a tese da distância entre a ideologia colonial e a prática colonial.

Nas áreas sob controle inglês, também podemos identificar essa mutação discursiva e ideológica no que diz respeito à forma de exploração dos africanos. Os britânicos, já no final do século XIX, defendiam que sua presença colonial visava, entre outras ações benéficas aos africanos, à imposição do trabalho assalariado. No entanto, como afirma o historiador estadunidense Frederick Cooper, o que se percebe é que esse regime de mão de obra encontrou muitos obstáculos à sua execução, levando a uma significativa alteração no discurso inglês. De fato, o próprio controle efetivo das suas colônias dependia do respeito às diversas práticas laborais dos africanos. E estas contemplavam diferentes formas de dependência e exploração, incluindo a escravidão. Com o passar dos anos, os ingleses, dependentes do recrutamento de mão de obra por parte

dos chefes africanos e do acordo dos trabalhadores africanos, alteraram seu discurso de implementação da mão de obra livre e assalariada. Passaram a aceitar regimes de trabalho para os africanos em "condições análogas à escravidão", com o argumento de que tal decisão se dava em respeito às tradições africanas. Mais uma vez a distância entre o discurso e a prática colonial fez-se presente, resultando numa alteração do próprio discurso e numa "flexibilização" ideológica.

Projetos e práticas colonizadoras

Cientes dos limites que uma análise menos circunscrita territorial e temporalmente do colonialismo na África comporta, passemos aos temas recorrentemente encontrados nas explorações coloniais e que nos permitem elaborar uma espécie de roteiro das questões enfrentadas.

É possível afirmar, por exemplo, que os primeiros governos coloniais, das diferentes metrópoles, buscaram expandir seus espaços de controle, empenhando um mínimo de recursos financeiros.

Tal estratégia deu lugar ao arrendamento de vastas regiões pelos governos coloniais francês, belga e português, este último especialmente no caso de Moçambique. Nessas áreas, empresas privadas, que em Moçambique eram chamadas de companhias majestáticas, adquiriram o controle do território, dispondo do uso de suas terras e de seus povos, gerenciando a seu critério as formas de recrutamento de mão de obra e de aplicação da justiça.

Essa opção pelo baixo investimento, que encontraria exceção nas áreas coloniais mineradoras, onde para se ter maior rentabilidade era exigido um maior investimento, far-se-ia presente também nas administrações coloniais.

Funcionários com pequena ou nenhuma qualificação, salários pouco atraentes e dificuldades com alojamento e saúde faziam parte desse cenário inicial dos governos coloniais. Mais do que isso, a

fragilidade da presença colonial levava ao uso frequente e amplo dos próprios africanos nas diferentes funções que a gestão de um território exige.

Os africanos atuaram como mensageiros, escriturários, intérpretes, soldados, policiais, cobradores de impostos, além das atividades já desempenhadas anteriormente, voltadas para o comércio e a produção de bens agrícolas. Mesmo a justiça, que em várias colônias conheceu o paralelismo de dois sistemas, um para julgar os africanos, outro para tratar dos crimes e práticas que envolvessem os europeus e seus descendentes, contou com a participação dos africanos, conhecedores das práticas e das leis locais.

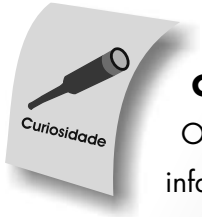
A participação africana, todavia, não alteraria um outro fenômeno também de grande incidência nas diferentes experiências coloniais: a violência. Os funcionários coloniais europeus recebiam armas, munição e algumas orientações sobre como "lidar" com os africanos. Informações quase sempre repletas de generalizações eurocêntricas, que destacavam supostos aspectos negativos dos africanos, como sua alegada indisposição para o trabalho, apesar da intensa exploração a que estavam sujeitos. Formados por essa mentalidade colonialista, racista, hierarquizadora e soltos na imensidão africana, distantes de qualquer controle mais estreito que pudesse ser exercido pelas instâncias superiores dessa rarefeita colonização, ainda que tais instâncias dificilmente encarassem como razoável levar em consideração a voz dos africanos, esses funcionários tornavam-se, facilmente, senhores de suas áreas de administração. Exerciam o poder de polícia, de justiça e de governo. Seus desejos eram lei, ainda que em muitos casos contassem com os próprios africanos para a execução de suas decisões.

Essa participação dos africanos na engrenagem colonial deve ser entendida tendo em conta a própria experiência colonial a que eles estavam sujeitos. O colonialismo para os africanos era, acima de tudo, a instalação no seu território de um novo poder. Um poder extremamente forte, militarizado, com grande capacidade tecnológica, capaz de mobilizar rapidamente, através do telégrafo,

dos barcos a vapor e das ferrovias, tropas fortemente armadas, sem vínculos com a região e disposta a impor a vontade e o controle do governo colonial. Exércitos que já tinham demonstrado sua crueldade e sua força anos antes, no período de expansão do poder colonial.

Por outro lado, o colonialismo também era sedutor aos olhos dos africanos. Ele era sinônimo de riqueza, de tecnologia, de melhores condições de vida. Assim como ele era a arma moderna, também era a máquina de escrever, a ferrovia, a máquina de costurar e a máquina fotográfica.

Para além desses dois fatores, os africanos possuíam inserções diferenciadas em suas sociedades de origem e continuaram a buscar tal diversidade. A vivência colonial fazia-os perceber que os mais próximos ao governo e aos colonizadores estavam sujeitos quase sempre a tarefas menos árduas, resguardavam-se de serem enviados para áreas distantes de suas famílias e poderiam mesmo comandar os demais africanos. Nesse início de século XX, era muito cedo para pensarmos numa ideia de nação ou numa solidariedade de tipo racial. E os europeus sabiam disso e souberam explorar muito bem tais possibilidades.



O caso dos *Tirailleurs Sénégalais*

Os *Tirailleurs Sénégalais* faziam parte da infantaria colonial francesa e foram recrutados majoritariamente no Senegal, a partir de 1857, ainda que outras colônias francesas também tenham sido alvo desse recrutamento, inclusive na Ásia. Em seu início, a tropa incorporou ex-escravos, comprados na costa africana ou libertados do tráfico ilegal, bem como prisioneiros de guerra. O recrutamento voluntário caminhou em paralelo a essas formas de recrutamento forçado até a segunda década do século XX. Essa famosa tropa africana atuou em defesa não

só da França colonial, estando presente ainda na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, no norte da África, mas sobretudo na Europa.

CAFÉ de L'ABATTO
BIJOUX
Campagne de 1914.
74 — Les troupes sénégalaises à Reims défilant sous la Porte de Paris.
ND.
Cliché Jules MATOT, éditeur, Reims.

Figura 10.1: *Tirailleurs Sénégalais* na Primeira Guerra Mundial, em Paris.
Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Tirailleurs_s%C3%A9n%C3%A9galais.

Atende ao Objetivo 1

1. Aponte as principais críticas ao estudo do colonialismo na África, a partir de uma perspectiva que valorize a metrópole.

Resposta Comentada

Se o colonialismo resulta da proposta de exploração pensada por cada potência, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, é preciso ter em consideração tanto a região colonizada quanto as populações lá existentes e suas organizações políticas e sociais. Tanto colonizadores quanto colonizados não formavam blocos homogêneos. Eles tinham interesses e atitudes muito diferentes que fazem com que seja importante a definição de que colônia estamos falando e em que momento para se ter maior precisão na análise.

Sendo assim, o estudo do colonialismo, a partir da metrópole, foi direcionado para a análise da legislação e da ideologia coloniais, afastando-se de uma história do cotidiano, necessariamente dependente das ações de colonos e africanos, em cada momento e lugar. Para além dessa atenção em relação às vivências diferenciadas existentes nas variadas colônias de uma mesma metrópole, é preciso considerar que, em uma mesma colônia, o impacto colonial variou muito de uma região para outra. Em Angola, por exemplo, Portugal fez as últimas incursões militares para consolidar a sua presença no centro-sul da colônia nos anos 1940; no entanto, já em 1961, passou a enfrentar a luta anticolonial imposta pelos movimentos de libertação, sobretudo no norte.

A exploração do trabalho africano

Evidentemente, os governos coloniais tiveram graus diferenciados de dependência dos africanos, mas a relação entre europeus e africanos foi incontornável. Por isso, as formas de

organização locais e o tipo de produção existente, bem como aquele que se pretendia estabelecer foram importantes elementos definidores dos parâmetros dessa relação. Por exemplo, em muitas colônias da África Ocidental, independente do colonizador, a produção, sobretudo de cacau e amendoim, estava nas mãos dos africanos e o comércio com os europeus funcionava bem. Nessas áreas, a administração colonial tinha recursos oriundos dos direitos alfandegários, fazendo com que a cobrança de impostos diretos aos africanos não fosse fundamental.

No entanto, estando a produção na mão dos africanos, eles também controlavam o formato dessa produção, ou seja, as formas de exploração do trabalhador africano. É assim que podemos entender ainda melhor o recuo nas tentativas de imposição do trabalho assalariado, sobretudo em grandes plantações de gêneros para exportação. Chefes africanos, transformados em donos de empreendimentos agrícolas para exportação, mantinham sob seu controle uma população de dependentes, pouco ou nada diferentes da condição de escravos. Os trabalhadores africanos, por sua vez, em diferentes regiões preferiam a proteção dos chefes, que lhes garantiam o acesso à terra e ao controle do próprio tempo, evitando assim o emprego nas fazendas de colonos brancos, onde o pagamento de salários significaria o fim dessas possibilidades.

Por outro lado, como podemos imaginar, em regiões onde a produção africana não atendia aos interesses coloniais europeus e, portanto, não estava voltada para a exportação de produtos agrícolas, essa relação colonial conheceu uma outra dinâmica. Nesses casos, os governos coloniais instituíram políticas que buscavam colocar o africano para trabalhar na produção de gêneros que interessavam às respectivas metrópoles. Afinal, as economias coloniais tenderam a ter uma ação complementar e especializada, focada na produção de matérias-primas agrícolas e minerais para a metrópole, com preços fixados pelos europeus.

Mas como colocar o africano para trabalhar na produção do que interessava à metrópole? Com inúmeras variações, dependentes

de cada região e momento, podemos apontar dois mecanismos com tal objetivo: a força e o imposto, ainda que quase sempre os dois andassem juntos.

O uso da força, no recrutamento de trabalhadores, esteve presente nos diferentes governos coloniais, independentemente da metrópole colonizadora. Ela poderia ser exercida diretamente, como vimos no caso do Congo Léopoldville na aula anterior, ou através das chefias africanas que se responsabilizavam pelo envio de trabalhadores para o cumprimento do trabalho forçado nas fazendas e plantações coloniais em troca do respaldo do governo colonial à manutenção do seu poder local, ou ainda do exercício da cobrança de impostos. É possível afirmar que o trabalho forçado foi o abuso mais frequente do início do período colonial. Os franceses, por exemplo, exigiam que todos os homens trabalhassem gratuitamente doze dias por ano, além de recrutarem africanos para períodos mais longos de trabalho, pago parcialmente, e para o serviço militar.

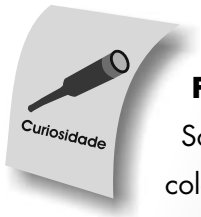
Quanto ao imposto, que conheceu também uma grande diversidade de formatos de execução, podemos afirmar que em linhas gerais ele era uma fonte de rendimento e um símbolo de submissão, que obrigava os africanos a oferecer produtos ou mão de obra à economia colonial. Seu propósito era inserir o africano na economia colonial. O argumento metropolitano era de que sua cobrança, em benefício do governo colonial, era feita em troca de sua atuação no processo de "pacificação" e "civilização" dos africanos. Sua existência também era defendida como forma de "educar" o africano para o trabalho remunerado.

O imposto poderia ser cobrado em produtos ou em espécie. Sua recolha podia ser feita pelas chefias africanas ou pelos agentes coloniais. O montante estipulado poderia atender ao número de pessoas residentes numa casa, ser contabilizado por unidade de moradia ou ainda ser individualmente pago por cada homem adulto. No caso do pagamento em moeda, o trabalhador africano tinha de vender os seus serviços na economia colonial para obter o recurso

monetário e assim pagar o imposto. O não pagamento do imposto, fosse em produto ou espécie, sujeitava o indivíduo às leis coloniais e às arbitrariedades dos administradores. As penas atingiam um amplo leque de possibilidades com grande incidência para os castigos corporais, o trabalho forçado e o envio para regiões distantes de sua família, a fim de atender a interesses coloniais com dificuldade em recrutar mão de obra.

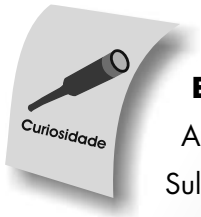
Uma outra importante forma de recrutamento do trabalhador africano foi o trabalho migratório, que beneficiou imensamente tanto os colonos brancos, proprietários de grandes fazendas produtoras de bens agrícolas, como as grandes empresas mineradoras. Os jovens africanos optavam por esse tipo de trabalho nas minas, por exemplo, pelo fato de ele se limitar a períodos mais curtos. O mesmo pode ser dito das plantações, quando eles se limitavam à colheita de determinado produto. Esse trabalho sazonal permitia a manutenção dos laços com as aldeias de origem e, ao mesmo tempo, era de interesse dos empregadores que podiam pagar salários mais baixos, já que o sustento familiar era garantido no nível da aldeia, além de recrutar mão de obra, apenas nos momentos de necessidade.

A manutenção dos trabalhadores e a sua reprodução eram garantidas pela família no âmbito da aldeia. Tal situação caracterizava o que o antropólogo francês Claude Meillassoux definiu como articulação dos modos de produção linhageiro e capitalista, já que a permanência das famílias nas aldeias e o acesso à terra reduzia os custos de reprodução da mão de obra do ponto de vista dos empregadores, porque os filhos e dependentes dos trabalhadores migrantes continuavam produzindo, tornando desnecessário que os salários fossem altos o suficiente para manter toda a família. Além disso, em casos de doença e invalidez, e mesmo nos períodos de não contratação, o trabalhador era acolhido no âmbito da família e da aldeia, isentando os empregadores e as autoridades coloniais de qualquer assistência.



Filme *Jaguar*, de Jean Rouch

Sobre o tema do trabalho na sociedade colonial, em especial o trabalho migratório, vale mencionar o filme *Jaguar*, do etnólogo e cineasta francês Jean Rouch, de 1957. Nesse documentário ficcional, também chamado de etnoficção, Jean Rouch apresenta a trajetória de quatro rapazes do Níger que se aventuram numa viagem para trabalhar e angariar recursos na Costa do Ouro (atual Gana).



Exploração de diamante na África do Sul

A extração de diamantes começou na África do Sul, na década de 1860. Os diamantes surgiram na cidade de Kimberley e atraíram imediatamente aventureiros, candidatos a garimpeiros, das mais diferentes regiões do mundo. Com a sequência das descobertas e a criação de um mercado local de compra dos diamantes, as limitações de ordem racial foram sendo levantadas e os negros acabariam relegados à condição de trabalhadores assalariados. Em fins da década de 1880, a empresa De Beers, criada por Cecil Rhodes, com apoio financeiro dos Rotschilds praticamente controlava toda a comercialização desse produto na África do Sul.

Curiosidade

Cecil Rhodes

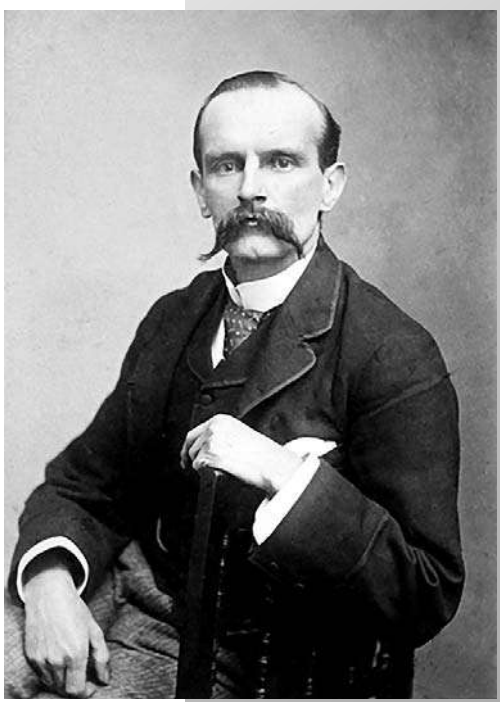
Cecil John Rhodes nasceu na Inglaterra, em 1853, e faleceu na África do Sul, em 1902. Foi o mais famoso colonizador britânico ao lado de Frederick Lugard. Foi também um ousado e bem-sucedido homem de negócios do império colonial inglês. Migrou para a África do Sul aos 17 anos, com o objetivo de cuidar da saúde. Iniciou no ramo da exploração de diamantes aos 19 anos com recursos da família. Em 1885, sua empresa controlava 50% da economia da cidade de Kimberley. É através da exploração de ouro e diamante que Rhodes consegue sucessivas autorizações por parte da coroa britânica, para exploração e controle do interior do continente africano. Na avaliação inglesa, além de lucrativa, tal iniciativa evitava a possível expansão de alemães e portugueses por essas regiões. O alcance territorial de sua empreitada pode ser dimensionado pelo nome dado às duas colônias inglesas do interior da parte sul do continente: Rodésia do Norte e Rodésia do Sul.

Figura 10.2: Caricatura de Cecil Rhodes.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Punch_Rhodes_Colossus.png

Curiosidade

Frederick Lugard

Frederick John Dealtry Lugard, nasceu em 1858, na Índia, mas foi criado na Inglaterra. Faleceu em 1945, na própria Inglaterra. Lugard foi um militar e explorador britânico que teve grande reconhecimento por sua ação e também por suas ideias a respeito da colonização europeia na África. Entre 1888 e 1892, teve intensa atuação na parte oriental do continente africano, defendendo interesses privados de colonos e empresas inglesas. Em fins da década de 1890, passa a defender os interesses da coroa britânica na Nigéria, primeiro contra a ofensiva francesa na região e depois na arregimentação de trabalhadores e na regulação do comércio. A atuação na Nigéria levou a sua nomeação ao cargo de governador de Hong Kong, entre 1907 e 1912. Em 1912, retornou à Nigéria com a função de juntar a colônia já existente ao sul com o protetorado do norte. Foi governador-geral da colônia, entre 1914 e 1919. Entre 1922 e 1935, foi o representante britânico em diferentes comissões, na Liga das Nações. Em 1928, ele recebeu o título de barão.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ca/LordLugard.jpg

De fato, as economias de exportação na África basearam-se e mantiveram-se em função do uso de diferentes formas de trabalho compulsório. Mas não foi apenas o setor voltado para a exportação que contou com esse tipo de trabalho. Agentes coloniais europeus ou africanos, a serviço das autoridades coloniais britânicas, francesas, belgas, portuguesas e alemãs, recrutaram trabalhadores forçados também para serviços em obras públicas, como a construção de estradas e ferrovias. Todas as metrópoles experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo que no caso das colônias portuguesas esse tipo de recrutamento permaneceu até 1961, disfarçado na ideia do trabalho contratado.

O trabalho contratado para São Tomé

Nas colônias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, os africanos estiveram sujeitos a uma dura regulamentação trabalhista, diretamente ligada à cobrança do chamado "imposto indígena". O imposto, como vimos, pretendia forçar o africano a vender sua força de trabalho na economia colonial. Tal processo ocorria por intermédio de um contrato, estabelecido com um colono ou com uma empresa e era acompanhado pela administração colonial. A demanda colonial por trabalhadores era intensa, ao passo que os africanos buscavam escapar dos castigos corporais, ainda presentes, e à baixa remuneração oferecida. No entanto, os africanos que não apresentassem a comprovação do exercício laboral ficavam sujeitos ao trabalho correcional e à ação dos funcionários coloniais que de forma corrupta enviavam tais indivíduos para atender aos interesses privados dos colonos e das empresas. Esse envio

ocorria a título de trabalho contratado, já que o trabalho correcional vinculava-se prioritariamente a atender aos interesses do estado colonial. Foi assim que muitos trabalhadores de Angola e Moçambique foram atender à crescente demanda por trabalhadores das roças de cacau e café, em São Tomé. Foram forçados a isso, já que o baixo índice de retorno, a violência cotidiana, o baixo salário e o árduo trabalho, rapidamente se tornaram conhecidos, inclusive dos africanos.

Ao lado do uso de diferentes mecanismos de recrutamento compulsório dos trabalhadores africanos, os governos coloniais e as empresas envolvidas no sistema de exportação de produtos agrícolas e minerais investiram, entre finais do século XIX e início do XX, na construção de ferrovias. As atuais África do Sul, Angola, Congo Kinshasa, Egito, Gana, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia, Tunísia e Zimbábue, entre outras ex-colônias, passaram a ter sistemas de transporte que interligavam as áreas produtoras de maior rentabilidade aos portos marítimos para o escoamento mais rápido, em maiores quantidades e com menor índice de perdas dos produtos em questão. No tocante à mineração, setor de maior investimento e rentabilidade do período colonial, as ferrovias dinamizaram, por exemplo, as explorações de ouro na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), na Costa do Ouro (atual Gana) e na África do Sul; de diamante em Angola; de fosfato na Tunísia; de estanho na Nigéria; e de cobre no Congo Léopoldville (atual Congo Kinshasa).

O impacto desse sistema teria grandes consequências para os africanos. Em primeiro lugar, liberou mão de obra africana até então usada como carregadores. E em segundo lugar, as ferrovias transformaram-se em ágeis canais de comunicação dos próprios africanos, levando produtos e informação a regiões distantes dos principais centros coloniais.

Depois das ferrovias, foi a vez das rodovias, que já nos anos 1920 cresciam com extrema rapidez e versatilidade, alcançando regiões que a ferrovia não conseguia. Os caminhões ampliaram e muito o raio de alcance da economia colonial, permitindo a inserção de um maior número de africanos numa nova forma de circulação das mercadorias.

Os transportes potencializaram o avanço da agricultura comercial em moldes capitalistas, entre os africanos. No entanto, essa participação africana seria muitas vezes limitada ou impedida pelos governos coloniais. Isso ocorria por pressão dos colonos, das empresas exportadoras ou mesmo por temor dos próprios governantes quanto aos possíveis desdobramentos políticos que o fortalecimento de uma classe de empresários africanos poderia gerar. A principal demanda desses africanos era o reconhecimento da propriedade privada da terra, mas os interesses coloniais preferiam negociar com camponeses, baseados na propriedade comunitária da terra.

Evidentemente, as ferrovias e as rodovias ao potencializarem a agricultura e a exploração em regiões mais longínquas também propiciaram uma maior expropriação de terras dos africanos por parte dos colonos, o que de certo modo era facilitado pela manutenção do sistema de terras comunitárias para os africanos.

A presença dos colonos

O potencial econômico de cada região teria influência direta na capacidade de atração da colônia sobre os europeus metropolitanos ou futuros colonos. Argélia, Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e Quênia receberam números expressivos de colonos quando comparados às demais colônias da França, de Portugal e da Inglaterra, respectivamente. Certamente, essa presença colonial mais intensa ocorreu porque tais colônias apresentaram sinais concretos de sucesso para aqueles que optassem pela vida de colono.

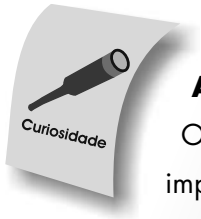
A migração colonial, portanto, estava intimamente ligada à existência de explorações agrícolas e minerais de maior remuneração, ainda que no caso português, a rentabilidade talvez tenha pesado menos do que a falta de opção de trabalho na própria metrópole. Angola e Moçambique foram colônias que registraram inúmeros casos de colonos com graves limitações financeiras, chegando a disputar postos de trabalho e moradia com os africanos.

Essa maior presença colonial fez com que a administração de tais colônias, em variados níveis, tenha ficado nas mãos dos próprios colonos, já que a tendência destes foi a de recusa ao exercício de determinadas funções por africanos. Essa constatação é importante por abalar as convicções existentes acerca de uma possível uniformidade no tocante à gestão dos espaços coloniais em função da metrópole. Durante muito tempo, os historiadores repetiram que as colônias inglesas foram administradas de forma indireta, enquanto as colônias francesas, portuguesas e belgas foram administradas diretamente.

O que podemos perceber por tudo que foi exposto anteriormente é que, em diferentes níveis, houve uma relação colonial e que os africanos sempre estiveram presentes na gestão desse espaço colonial. Além disso, não foram todas as colônias britânicas que adotaram uma administração indireta, em que o poder de legislação, de execução das leis coloniais e de tributação esteve nas mãos dos africanos.

Isso foi feito nas colônias em que as estruturas políticas e econômicas africanas pré-existentes ao colonialismo comportavam ou conheciam tais tarefas ou algo semelhante que atendesse aos interesses coloniais. Nas regiões em que esse tipo de organização do poder era desconhecido pelos africanos ou que a presença colonial era muito intensa, a administração colonial foi exercida por colonos. Da mesma forma, quando foi possível e interessante política e economicamente para a França, no caso do Marrocos e da Tunísia, ou para a Bélgica, no caso do Ruanda e do Burundi

(ex-colônias da Alemanha), estas metrópoles adotaram sistemas de administração indireta, repassando inúmeras responsabilidades de gestão do espaço colonial e de atendimento aos interesses comerciais aos africanos.



Administração indireta

O sistema de administração indireta foi implementado e como tal defendido pela primeira vez no califado de Sokoto, no norte da Nigéria, ainda antes da Primeira Guerra Mundial, por Frederick Lugard. Sua estratégia após derrotar militarmente os emires da região foi a de substituí-los, extinguindo o califado, mas não o tipo de administração local existente. Os novos emires passaram a obedecer às leis do governador britânico.

Por sua vez, o número mais expressivo de colonos acabaria tendo repercussão no grau de autonomia que as colônias buscaram construir em relação às metrópoles. Isso porque as riquezas construídas na exploração colonial buscaram fugir às taxações e aos limites comerciais metropolitanos.

Mais do que isso, o número de colonos teria uma relação direta com a ocorrência de lutas anticoloniais prolongadas, quando do processo de conquista das independências na África. Afinal, nessas áreas, os interesses coloniais eram mais substanciais e o controle da produção também estava nas mãos dos colonos. Eles também teriam maior poder de pressão sobre seus respectivos governos para fazer frente ao desejo de independência. Mas isso é tema para a nossa Aula 13.

CONCLUSÃO

A presença colonial traduziu-se na exploração dos recursos naturais africanos, por mão de obra africana, no próprio continente africano, ao contrário do ocorrido quando da escravidão atlântica. As formas de recrutamento dessa mão de obra foram muito diversificadas de acordo com o tempo e o local. Por fim, tanto quanto os interesses metropolitanos, tiveram peso os interesses e as ações das populações africanas no estabelecimento das relações coloniais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Apresente as principais formas de recrutamento de mão de obra no período colonial.

Resposta Comentada

É possível afirmar que até mesmo a escravidão esteve a serviço dos interesses europeus na colonização da África, porque ainda que os poderes metropolitanos enfatizassem a crítica e mesmo o combate à escravidão existente na África, em várias regiões, eles negociavam com chefias africanas produtos que foram obtidos através dessa forma de exploração. Para além disso, incapazes de combater as diversas formas de dependência existentes nas relações de trabalho entre os africanos, os europeus acabariam por aceitar "condições análogas à escravidão" como mecanismos próprios dos africanos que deveriam ser respeitados em nome da tradição e do lucro, evidentemente.

Nas regiões onde a produção africana não atendia aos interesses coloniais europeus e, portanto, não estava voltada para a exportação de produtos agrícolas, a relação colonial conheceu outra dinâmica. Nesses casos, os governos coloniais instituíram políticas que buscavam colocar o africano para trabalhar na produção de gêneros que interessavam às respectivas metrópoles. Com inúmeras variações, dependentes de cada região e momento, podemos apontar dois mecanismos com tal objetivo: a força e o imposto, ainda que quase sempre os dois andassem juntos.

O uso da força no recrutamento de trabalhadores esteve presente nos diferentes governos coloniais, independentemente da metrópole colonizadora. Ela poderia ser exercida diretamente ou através das chefias africanas que se responsabilizavam pelo envio de trabalhadores para o cumprimento do trabalho forçado nas fazendas e plantações coloniais em troca do respaldo do governo colonial à manutenção do seu poder local, ou ainda do exercício da cobrança de impostos. O trabalho forçado foi o abuso mais frequente do início do período colonial.

Quanto ao imposto, que conheceu também uma grande diversidade de formatos de execução, podemos afirmar que, em linhas gerais, ele era uma fonte de rendimento e um símbolo de submissão, que obrigava os africanos a oferecer produtos ou mão de obra à economia colonial. Seu propósito era inserir o africano na economia colonial. O argumento metropolitano era de que sua cobrança, em benefício do governo colonial, era feita em troca de sua atuação no processo de "pacificação" e "civilização" dos africanos. Sua existência também era defendida como forma de "educar" o africano para o trabalho remunerado.

O imposto poderia ser cobrado em produtos ou em espécie. Sua recolha podia ser feita pelas chefias africanas ou pelos agentes coloniais. O montante estipulado poderia atender ao número de pessoas residentes numa casa, ser contabilizado por unidade de moradia ou ainda ser individualmente pago para cada homem adulto. No caso do pagamento em moeda, o trabalhador africano tinha de vender os seus serviços na economia colonial para obter o recurso monetário e assim pagar o imposto. O não pagamento do imposto, fosse em produto ou espécie, sujeitava o indivíduo às leis coloniais e às arbitrariedades dos administradores. As penas atingiam um amplo leque de possibilidades com grande incidência para os castigos corporais, o trabalho forçado e o envio para regiões distantes de sua família a fim de atender a interesses coloniais com dificuldade em recrutar mão de obra.

Uma outra importante forma de recrutamento do trabalhador africano foi o trabalho migratório, que beneficiou imensamente tanto os colonos brancos, proprietários de grandes fazendas produtoras de bens agrícolas, como as grandes empresas mineradoras. Os jovens africanos optavam por esse tipo de trabalho nas minas, por exemplo, pelo fato de ele se limitar a períodos mais curtos. O mesmo pode ser dito das plantações, quando ele se limitava à colheita de determinado produto. Esse trabalho sazonal permitia a manutenção dos laços com as aldeias de origem e, ao mesmo tempo, era de interesse dos empregadores que podiam pagar salários mais baixos, já que o sustento familiar era garantido no nível da aldeia, além de recrutar mão de obra, apenas nos momentos de necessidade.

Mas não foi apenas o setor voltado para a exportação que contou com esse tipo de trabalho. Agentes coloniais europeus ou africanos a serviço das autoridades coloniais britânicas, francesas, belgas, portuguesas e alemãs recrutaram trabalhadores forçados também para serviços em obras públicas, como a construção de estradas e ferrovias. Todas as metrópoles experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo que no caso das colônias portuguesas esse tipo de recrutamento permaneceu até 1961, disfarçado na ideia do trabalho contratado.

RESUMO

O colonialismo resulta da proposta de exploração, pensada pelas potências, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, além do grau de desenvolvimento do país colonizador. Ao entendermos dessa forma o colonialismo, reforçamos a ideia da especificidade das relações coloniais e enfatizamos a necessidade de termos em consideração o tempo e o espaço.

A grande preocupação dos impérios coloniais era colocar o africano para trabalhar na produção do que interessava à metrópole. E para isso foram usados a força e o imposto. O uso da força no recrutamento de trabalhadores esteve presente nos diferentes governos coloniais, independentemente da metrópole colonizadora. Todas experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, avançando sobre o tema do colonialismo na África, iremos estudar os seus impactos culturais e sociais na vida dos africanos.

Aula 11

Os impactos culturais e sociais do colonialismo

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Discutir as diferentes experiências coloniais que tiveram lugar no continente africano, no século XX, com especial atenção aos seus impactos culturais e sociais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a diversidade do processo colonial na África;
2. reconhecer as diferentes mudanças ocorridas na vida dos africanos.

Pré-requisito

Esta será nossa segunda aula para discutirmos a presença colonial na África. Para acompanhá-la, é fundamental que você tenha passado pela Aula 10, que abordou os diferentes colonialismos existentes na África, com especial atenção à questão da exploração da mão de obra.

INTRODUÇÃO

Segundo o historiador John Iliffe, encarar o colonialismo como o agente destruidor de toda a tradição africana é subestimar a resistência dos próprios africanos. Por outro lado, vê-lo como um simples episódio da longa história do continente é subestimar todas as mudanças que ele provocou na vida desses mesmos africanos.

Tendo em conta essa ressalva sobre as perspectivas exclusivistas, nossa proposta será a de ter atenção ao que foi extinto e ao que chegou de novo, mas não esquecer também as interações, as mudanças provocadas na vida dos africanos, a partir das interpretações e sínteses realizadas pelos próprios africanos nesse novo contexto. Afinal, as mudanças coloniais foram por vezes contraditórias, lentas, em outras ocasiões rápidas. Nem sempre a tradição foi ultrapassada pelo que veio de fora, muitas vezes eles se misturaram, resultando em algo novo, mas ainda assim africano.

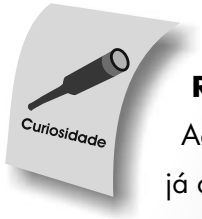
O que se pretende é perceber essas outras incursões e consequências do colonialismo, ou seja, a vivência dos africanos, além do mundo do trabalho. Como se estabeleceu a relação colonial no que respeita à religiosidade, à educação, à política, ao papel da mulher e dos jovens?

Lembrando que as respostas a essas questões funcionarão como uma espécie de roteiro dos temas que quase sempre estiveram presentes nos diferentes colonialismos existentes na África, mantemos aqui a perspectiva da defesa de um estudo aprofundado das diversas vivências coloniais que tiveram lugar no continente, sem que essa impeça, muito pelo contrário, a validade de reflexões mais amplas, que discutam um elenco das tensões existentes nas inúmeras experiências coloniais.

Cristianização dos africanos e africanização do cristianismo

As diferentes religiosidades locais foram profundamente afetadas pela penetração colonial. Taxadas como obscuras, selvagens, demoníacas, em suma "incivilizadas", as práticas religiosas africanas sofreriam o menosprezo e a perseguição nas suas próprias regiões de origem, afinal, o novo poder que se instalava trazia também sua matriz religiosa, o Cristianismo.

Além das diferentes proibições criadas e acusações realizadas às religiões africanas, as expropriações de terras, os deslocamentos forçados e as migrações obrigariam os africanos a abandonarem seus locais de culto e os territórios em que seus antepassados foram sepultados. Afastavam-se efetivamente e afetivamente de suas práticas, o que teria implicações na sua visão de mundo, pois a religião, nos mais variados casos africanos, não pode ser descolada dos demais aspectos da vida dos indivíduos. A situação foi agravada pelas ambições do Cristianismo que se instalou nos finais do século XIX, com pretensões de controle sobre diversas esferas da vida dos africanos.



Religiões africanas

Admitindo o sério risco da generalização, já que as religiões africanas conheceram e continuam a ter uma vastíssima diversidade local, podemos pensar que grande parte dessas religiões busca estabelecer o contato entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, o visível e o invisível, ou seja, a morte não "cala" os indivíduos, que continuam a interagir e a influenciar a vida dos vivos, passando a fazer isso na condição de antepassados. No entanto,

essa comunicação só pode ser estabelecida por alguns indivíduos, os sacerdotes. Eles possuem a capacidade de se comunicar com os antepassados, interpretando seus desejos e suas orientações.

Para muitas das religiões africanas, associado a esse princípio da ancestralidade existe um outro, o da "força vital", que determina que todas as coisas, inclusive as pessoas e os animais, existentes no mundo, possuem uma dose desse elemento, pois foram concebidas pelo criador e por isso trazem nelas essa "força vital". Sendo assim, seria possível estabelecer-se desequilíbrios e equilíbrios de força vital em tudo que existe, através da ação de um sacerdote. Portanto, se alguém está doente, com sua força vital em desequilíbrio, o sacerdote pode reverter o quadro, reequilibrando a saúde da pessoa, usando a força vital existente num animal, num objeto.

Essa arquitetura religiosa acaba tendo consequências nos mais diferentes aspectos da vida de muitos africanos, porque se o equilíbrio de força vital pode ser recomposto, ele também pode ter sido desestabilizado, gerando a constante dúvida sobre como o infortúnio se processou. Essa forma de encarar a vida e a morte diminui, quando não extingue, o espaço para o imponderável, o acaso. Todos os acontecimentos passam a ser fruto de uma ação. Se o desequilíbrio ocorre, é porque alguém o desejou e atuou para isso. No exemplo da pessoa doente, segundo essa interpretação, alguém lhe desejou mal e realizou alguma ação para que o mal acontecesse.

Figura 11.1: Um praticante da medicina popular africana muito ligada à religião.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/72/Igbo_medicine_man.jpg

O Cristianismo, como vimos nas Aulas 3 e 5, chegou à parte norte do continente africano, no século IV, e na região centro-ocidental, nos finais do século XV, mas manteve a partir dessas áreas uma limitada, quando não inexistente, capacidade de ampliação do seu raio de ação. A nova incursão, iniciada com a expansão colonial de finais do século XIX, teria um alcance territorial e uma força de implementação muito maior. O novo ímpeto cristão integrava o conjunto de práticas que o colonialismo levou para o continente, sob a alegação de "civilizar" os africanos. Sua expansão e suas consequências tiveram dessa vez um impacto muito maior que nas duas primeiras investidas, até porque o alargamento da presença colonial forneceu ao Cristianismo uma área de atuação, tanto em termos geográficos, como sociais, muito maior, com consequências muito mais amplas. O combate à poligamia, por exemplo, exercido sobretudo pelos católicos, levaria a alterações não só na estrutura familiar dos africanos, mas também nos sistemas de herança e na

própria noção de propriedade. A família no formato cristão seria uma grande novidade para africanos de várias regiões do continente e consistiu num ponto importante da catequese colonial.

Evidentemente, o impacto e o resultado dessas orientações e normas de conduta cristã foram irregulares, mas ainda que não fossem aplicadas na sua totalidade, acabaram por apresentar e até mesmo forçar novas formas de convívio e relacionamento social. Suas consequências também se fizeram presentes nas práticas diárias de alimentação, no vestuário e na educação das crianças, todos os aspectos que induziam o ingresso dos africanos no mercado colonial, já que se tratava de produtos e serviços que eram ofertados pela economia e pela administração colonial.

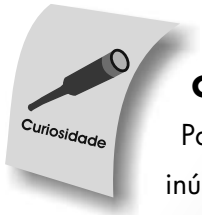
No entanto, essa presença colonial cristã apresentou muitas diferenças. A começar pelas suas duas grandes correntes de transmissão: a católica e a protestante. Sobre isso é importante destacar que em função de acordos internacionais, estabelecidos entre as metrópoles coloniais, essas duas principais correntes cristãs tinham garantido seu espaço de atuação independente do estado colonizador.

Assim, mesmo no caso português, em que se estabeleceu uma estreita relação entre o Estado e a igreja católica, cristalizada pelo Estatuto Missionário, de 1941, que determinou que o ensino dos africanos passasse a ser responsabilidade da igreja católica, as igrejas protestantes puderam atuar nas áreas coloniais sobre controle lusitano.

Para os africanos das diversas colônias, a diferença de atuação entre protestantes e católicos prendia-se, acima de tudo, ao fato da Igreja Católica manter uma maior rigidez no tocante à disciplina e à forma de atuação de seus padres, dada uma maior padronização existente, enquanto do lado protestante a maior flexibilidade no contato e na explanação doutrinária eram resultantes de uma maior descentralização das igrejas.

Pelo lado protestante, atuaram no continente e continuam a atuar, entre outras igrejas, a Batista, a Presbiteriana, a Metodista, a Congregacional e a Luterana. Suas presenças contaram em

muitos casos com estruturas hierárquicas bem menos centralizadas, dispersas por diversas colônias e controladas localmente por um limitado número de pastores, o que resultaria numa maior proximidade às culturas e às línguas locais, dada a participação dos africanos em todas as atividades das missões.



Os protestantes e as línguas africanas

Pastores e missões protestantes adotaram inúmeras vezes línguas locais africanas como línguas do cotidiano da missão e também da doutrinação religiosa. Este fenômeno foi importante na preservação das línguas africanas e algumas vezes na sua dicionarização e fixação gráfica. No entanto, alguns autores advertem que esse processo foi construído a partir da valorização de algumas línguas em detrimento de outras, ou seja, a escolha de uma língua, que passaria a ser valorizada e ao mesmo tempo partilhada por africanos falantes de outras línguas, quase sempre próximas, acabaria levando a extinção destas. A mesma crítica pode ser estendida a alguns governos coloniais que atuaram administrativamente em determinadas regiões, preservando línguas locais.

A maior presença do Cristianismo iria gerar algo novo no cenário religioso colonial que seriam as igrejas africanas, hoje mais conhecidas como igrejas independentes. Criadas em diferentes colônias, algumas já em finais do século XIX e sujeitas a diferentes estruturas e confissões, essas igrejas tinham em comum o fato de apresentarem-se como cristãs, porém sem vinculação à ordem católica ou protestante. Outra característica presente em muitas

dessas igrejas foi a existência de um profeta, alguém que afirmava ter recebido orientações do Espírito Santo, da Virgem Maria ou mesmo de Deus, para criar uma nova igreja, a fim de defender os interesses dos africanos daquela região e ultrapassar os comportamentos equivocados que ali se apresentavam. Entre as mais conhecidas e com maior número de adeptos, destacam-se as Igrejas Batistas Nativas, da Nigéria e do Camarões; a Igreja Tocoísta, de Angola, e a Igreja do Senhor, na Costa do Ouro (atual Gana).

Atende ao Objetivo 1

1. Que possibilidades o imperialismo europeu abriu ao Cristianismo com sua expansão pelo continente africano?

Resposta Comentada

A expansão colonial de finais do século XIX permitiu a católicos e protestantes um alcance territorial e uma força de implementação surpreendentes. O ímpeto cristão passou a integrar o conjunto de práticas que o colonialismo levou para o continente sob a alegação de "civilizar"

os africanos. As igrejas cristãs passaram a intervir diretamente na vida de diferentes populações africanas. O combate à poligamia, por exemplo, exercido, sobretudo, pelos católicos, levaria a alterações não só na estrutura familiar dos africanos, mas também nos sistemas de herança e na própria noção de propriedade. Da mesma forma, tais consequências também se fizeram presentes nas práticas diárias de alimentação, no vestuário e na educação das crianças. Todos eles, aspectos que induziam o ingresso dos africanos no mercado colonial, já que se tratava de produtos e serviços que eram ofertados pela economia e pela administração colonial.

A educação colonial

A igreja católica e as igrejas protestantes também tiveram uma destacada atuação nos campos da assistência médica e da educação básica e profissionalizante, o que nos permite afirmar que o cristianismo colonial foi ao mesmo tempo um elemento importante no processo de desestruturação da ordem existente nas sociedades africanas e um agente gerador de mobilidade social, levada adiante pelos próprios africanos. De fato, religião e ensino andaram muito próximos em várias das experiências coloniais ocorridas na África. Foram fundamentais até mesmo para a formação das elites africanas nacionais que seriam as condutoras de muitos dos processos de independência dos anos 1960 e 1970.

As colônias francesas sofreriam o impacto do anticlericalismo do seu governo metropolitano e por isso vetariam a participação mais ativa das missões religiosas, fossem estas católicas ou protestantes, na educação dos africanos. Belgas, ingleses e portugueses, pelo contrário, valeram-se e muito desse auxilio religioso, ainda que tenham executado planos diferentes de atuação e com impactos diversos nas suas respectivas colônias, o que reforça a ideia apresentada na aula anterior (Aula 10), quanto ao risco de um estudo do colonialismo, a partir das metrópoles europeias.

Quanto ao colonialismo inglês, é possível afirmar que, comparativamente aos demais impérios coloniais, começou cedo a investir no ensino profissionalizante, secundário e mesmo universitário, ainda que nesses casos o número de escolas e vagas existentes fosse muito limitado e também não se possa fazer uma generalização dessa ação para todas as colônias inglesas. Em 1908, foi criada no Egito, mais precisamente no Cairo, a primeira universidade de estilo ocidental do norte da África, já que a região conhecia algumas universidades de matriz religiosa, muçulmana, fundadas ainda no século IX. Ainda nas três primeiras décadas do século XX, surgiriam cursos superiores (*colleges*) na Nigéria, na Costa do Ouro (atual Gana) e em Uganda, que já no final dos anos 1940 se transformariam em universidades na Nigéria e na Costa do Ouro, ambas em 1948, e no Uganda, em 1949.

Os belgas, por sua vez, atuaram com maior ênfase na alfabetização, mas apenas já muito próximo do fim de sua presença colonial é que passaram a dar conta do ensino secundário. No tocante ao ensino universitário, a primeira universidade, a Universidade de Lovanium, surgiria no Congo Leopoldville, em 1954, criada por católicos jesuítas. As demais colônias, Ruanda e Burundi, administradas em conjunto pela Bélgica, por um mandato das Nações Unidas, após a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, sofreriam uma ação na área educacional bem mais tímida e só conheceriam o ensino universitário, após suas independências em 1962.

O governo colonial português atuou com as limitações de sua economia e com a participação das missões religiosas, tanto católicas quanto protestantes. O ensino das missões protestantes, por exemplo, angariou muitos estudantes para o ensino técnico e foi importante na formação de enfermeiros, professores primários, motoristas, datilógrafos e costureiras. O Estado investiu no ensino técnico, sobretudo, para a formação de técnicos agrícolas e o ensino universitário só teria início em 1963 e apenas em Angola e Moçambique, em mais uma demonstração da diversidade de estratégias dos colonizadores com as suas colônias.

A expansão do ensino formal nas mais diversas colônias atendia às demandas internacionais por melhorias na condição de vida dos africanos e às cobranças dos próprios africanos, que acenando com o discurso colonial de que os europeus levavam a civilização ao continente, conseguiam pressionar pela criação de mais escolas. Essa atuação africana é fundamental para entendermos as diferentes estratégias e ações locais das metrópoles, nas suas respectivas áreas coloniais. Por outro lado, os governos coloniais também necessitavam de um número crescente de africanos com algum grau de instrução formal, para viabilizar a gestão do espaço colonial e dinamizar minimamente a sua economia.

Esse cenário favorecia a implementação do ensino primário e, em menor escala, do ensino técnico. Isso explica o pequeno número de africanos com passagem por cursos universitários até o fim da II Guerra Mundial. A criação de cursos universitários, a partir dos anos 1940, em algumas colônias inglesas altera minimamente esse quadro, mas ainda assim os poucos africanos com título universitário em 1950, conquistariam seus diplomas, quase sempre, em universidades europeias ou estadunidenses.

O ensino colonial também introduzia novas contradições nas sociedades africanas. Ao mesmo tempo em que fomentava a mobilidade social, por criar a oportunidade dos africanos alcançarem empregos com melhor remuneração, apertava os laços com a metrópole ao reforçar a ideia de pertencimento aos respectivos impérios coloniais. Tal reforço fazia-se presente, entre outros, nos estudos de História, Geografia e Literatura que realçavam as glórias, as datas comemorativas, os textos e até os fatores climáticos e topográficos das metrópoles.

A escola seria mais um terreno das tensões coloniais entre o local e o imperial, o africano e o europeu, a tradição e a modernidade. O importante é perceber que quase sempre os resultados dessas oposições foram respostas múltiplas. Tanto surgiram grupos africanos refratários à experiência escolar de tipo ocidental quanto indivíduos que a partir da experiência escolar construíram a ideia de nacionalidade, que antes

não tinham. Afinal, era mais fácil um jovem nascido na Nigéria se entender e pensar-se como nigeriano, que era uma identidade nova, resultante do colonialismo, tendo frequentado uma escola inglesa com aulas sobre a história da Inglaterra, suas conquistas e sua geografia, do que se ele tivesse permanecido no seio da sua comunidade de origem, sem maiores contatos com a experiência colonial. Nesse último caso, o mais provável é que falassem mais forte suas identidades locais, regionais, religiosas, linguísticas etc.

Atende ao Objetivo 2

2. Identifique as possibilidades de desdobramento que o ensino colonial abriu para os africanos.

Resposta Comentada

A igreja católica e as igrejas protestantes tiveram uma destacada atuação na educação básica e profissionalizante. O que nos permite afirmar que o Cristianismo colonial foi ao mesmo tempo um elemento importante no processo de desestruturação da ordem existente nas sociedades africanas e um agente gerador de mobilidade social, levada adiante pelos próprios africanos. De fato, religião e ensino andaram muito próximos em várias das experiências coloniais, ocorridas na África. Foram fundamentais até mesmo para a formação das elites africanas nacionais que seriam as condutoras de muitos dos processos de independência dos anos 1960 e 1970.
O ensino colonial introduziu novas contradições nas sociedades africanas. Ao mesmo tempo em que fomentava a mobilidade social, por criar a oportunidade dos africanos alcançarem empregos com melhor remuneração, apertava os laços com a metrópole ao reforçar a ideia de pertencimento aos respectivos impérios coloniais. A escola seria mais um terreno das tensões coloniais entre o local e o imperial, o africano e o europeu, a tradição e a modernidade. O importante é perceber que quase sempre os resultados dessas oposições foram respostas múltiplas. Tanto surgiram grupos africanos refratários à experiência escolar de tipo ocidental, quanto indivíduos que a partir da experiência escolar construíram a ideia de nacionalidade, que antes não tinham.

A cultura urbana

As cidades africanas coloniais conheceram quase sempre um crescimento desordenado, resguardando espaços delimitados e melhor atendidos, quanto aos serviços públicos, para a população branca, os colonos, muitas vezes nos subúrbios e para os serviços administrativos, nas áreas centrais. Sua expansão conheceu um maior incremento, a partir da década de 1930, com a chegada de africanos do interior, mas os investimentos coloniais não acompanharam essa nova demanda. Os dados existentes assinalam que, em 1950, cerca de 30 milhões de pessoas já viviam em áreas urbanas, algo em torno de 20% da população total do continente.

No pós II Guerra Mundial, esses bairros africanos continuaram crescendo e *favelizando-se*, processo que seria mantido no período pós-independência.

Apesar dos problemas gerados por esse crescimento populacional, é indiscutível que uma vida urbana e, consequentemente, uma cultura urbana foram sendo construídas com a participação dos africanos. Espaços de lazer, como: os cinemas, as lanchonetes, os bailes e as praças foram ocupados por rapazes e moças africanas ou criados por estes, quando as barreiras raciais forçavam a isso.

Profissões do ambiente urbano também passaram a ser ocupadas pelos africanos, o que possibilitou o seu acesso a recursos financeiros e, consequentemente, produtos de difícil ou impossível acesso até então. A associação entre vida urbana e escolarização iria mudar e muito a relação dos jovens, principalmente os homens, com as suas áreas de origem, ainda controladas pelos homens "mais velhos" do grupo. De posse de recursos financeiros, esses jovens não se encaixavam mais perfeitamente na posição de dependentes dos "mais velhos" para galgar as diferentes etapas da vida comunitária.

Ainda que enfrentando maiores barreiras, que começavam no ambiente familiar e prosseguiam nas menores oportunidades de estudo, algumas jovens mulheres africanas conseguiram mudar suas vidas. Quase sempre seria o ensino a porta de entrada para esse novo mundo. Fugindo ao destino do casamento, imposto pela família, ao conquistarem profissões através da instrução formal colonial, essas mulheres seriam um espelho de grande importância para as demais.

A etapa seguinte desses africanos seria a criação, quando permitido pelo governo colonial, de associações de ajuda mútua, sindicatos, clubes e até mesmo partidos políticos. A vida urbana potencializava essas iniciativas, ainda que em muitos casos, tais grupos partilhassem também identidades étnicas, em mais uma demonstração de como o novo, a vida urbana e as organizações de classe, misturaram-se com o velho, as identidades etnolinguísticas.

O ambiente urbano, em muitos casos, reproduzia as alianças étnicas, em função do número de africanos do mesmo grupo, residentes nas mesmas regiões ou bairros da cidade e executando um leque delimitado de atividades laborais. O convívio com outros grupos étnicos reforçava suas identidades étnicas, dado o exercício do contraste próximo. As autoridades coloniais também pareciam fomentar essas rivalidades, o que lhes facilitava a função de controle e a arregimentação de apoios.

A vida política

A vivência urbana favorecia ainda uma vida política. O que até certo ponto era uma novidade para os jovens, porque a política vivida nas aldeias, nas sociedades de origem, em muitos casos, era algo para poucos, para as lideranças "mais velhas", para aqueles que controlavam mais pessoas. A migração para as cidades de crescentes segmentos de jovens abriu novas possibilidades também nessa esfera de atuação.

Todavia, não foram apenas as cidades que introduziram tal possibilidade: as grandes construções coloniais, com especial destaque para as ferrovias, as estradas e os portos, que reuniam africanos de diferentes origens e com demandas diversas, o que permitia quer o afloramento de tensões étnicas quer o surgimento de sentimentos nacionalistas entre esses africanos, também contribuíram para esse efeito. O mesmo pode ser dito para os mercados que cresceram ou surgiram com o avanço da economia colonial. Produtos, ideias, informações e aproximações eram trocados e negociados, dando fôlego à criação de uma nova identidade, a nacional.

Do ponto de vista econômico, os colonizadores defendiam para as colônias africanas uma perspectiva de progresso de teor liberal, com a ressalva paternalista de que tal percurso deveria ser seguido dentro dos estreitos limites coloniais, em virtude do que alardeavam como atrasos estruturais. Falta de recursos humanos,

experiência administrativa, tradição democrática, infraestrutura básica, vários seriam os argumentos levantados para demonstrar a inviabilidade das alternativas ao modelo proposto pelas metrópoles, sem que fosse questionado quem era o responsável por esse cenário.

Quanto à política, o interregno das experiências totalitárias na Europa, nos anos 1920 e 1930, não trouxe grandes desdobramentos para a África. Afinal, a experiência colonial assumiu, desde o seu início, um caráter unilateral e violento, antes mesmo da ascensão de regimes com esse perfil na Europa. Inglaterra e França, baluartes da luta contra as ditaduras na Europa, contradiziam, no continente africano, a postura que iriam assumir diante de seus pares europeus. Não por acaso, quando a Alemanha perde suas colônias africanas, após o fim da primeira guerra mundial, estas são apropriadas para as órbitas de Londres e Paris.

Ultrapassada a segunda guerra mundial, tomam corpo lentamente as orientações que conduziriam ao triunfante discurso da democracia, enquanto para a África, apesar das mudanças que iriam ocorrer, mantém-se o *script* da manutenção dos vínculos por mais de uma década. A condição colonial parecia se sobrepor a todas essas mudanças vivenciadas na Europa, fazendo com que a situação política da África fosse marcada pelo simulacro da normalidade e a econômica pela violência da exploração cotidiana, a despeito das intensas mudanças, ocorridas nas metrópoles.

Os africanos, no entanto, passaram a lutar dentro das regras do jogo e em algumas colônias conseguiram antes mesmo do desfecho da II Guerra Mundial participar mais ativamente da política, ainda que essa fosse colonial. Africanos que viviam em cidades da costa do Senegal elegeram um representante africano para a Assembleia Francesa em Paris, em 1914. Nos anos 1920, os africanos da Gâmbia e da Costa do Ouro (atual Gana) passaram a eleger representantes locais para as assembleias regionais.

Após 1945, mudanças significativas iriam ocorrer nas colônias inglesas e francesas, no tocante a participação crescente dos africanos na vida política dos seus territórios. No entanto, mais uma

vez, a lente metropolitana induz a graves equívocos. Não foram todas as colônias francesas e inglesas que passaram a trilhar esse caminho. No caso inglês, era bem nítida a distinção de estratégias para as colônias da costa ocidental, baseadas na negociação e na atuação africana nas eleições, e para as colônias situadas na África Oriental e Austral. Nessas últimas, a existência de um número significativo de colonos ingleses levou a uma estratégia de afastamento dos africanos da política. A França, por sua vez, viveria problema semelhante em relação à Argélia.

Nas colônias belgas e portuguesas, a tentativa foi sempre a de tentar manter os africanos distantes da política colonial. Os mecanismos de participação criados foram no sentido de referendar os regimes e não de dar espaço às demandas locais. Ao contrário, sobretudo, das áreas colônias inglesas e francesas da parte ocidental do continente, as colônias portuguesas não conheceram liberdade partidária até o momento das independências e essas só ocorreriam em 1975, uma década e meia após a maioria das independências africanas. Nesse caso, a existência de um regime ditatorial, que também impedia a existência de partidos políticos na própria metrópole, é de fundamental importância para o entendimento da uniformidade dessa política.

Como afirmado inicialmente, as questões aqui levantadas tiveram o intuito de apresentar um roteiro dos temas que quase sempre estiveram presentes nas diferentes experiências coloniais, verificadas na África. Ainda que composta por pesos e combinações diversas, conforme o contexto colonial em discussão, a análise específica de cada caso, de cada vivência colonial pode e deve se valer desse elenco de questões, desse inventário de problemas que foi aqui apresentado.

CONCLUSÃO

Os africanos vivenciaram as diversas experiências coloniais que tiveram lugar na África, de formas também diversas. Fugiram ao contato, estudaram, formaram associações, migraram para as cidades, fortaleceram os laços étnicos, romperam com a tradição. O colonialismo foi sinônimo de violência, mas também de mudança para muitos africanos. E o estudo dessa diversidade precisa ser feito, observando a ação dos africanos e não a representação sobre eles, criada pelos impérios coloniais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Que relação podemos estabelecer entre as cidades e os africanos no período colonial?

Resposta Comentada

As cidades africanas coloniais conheceram quase sempre um crescimento desordenado. Apesar dos problemas gerados por esse crescimento populacional, é indiscutível que uma vida urbana e, consequentemente, uma cultura urbana foram sendo construídas com a participação dos africanos. Espaços de lazer foram ocupados por rapazes e moças africanas. Profissões do ambiente urbano também passaram a ser ocupadas pelos africanos, o que possibilitou o seu acesso a maiores recursos financeiros. A associação entre vida urbana e escolarização iria mudar e muito a relação dos jovens, principalmente os homens, com as suas áreas de origem, ainda controladas pelos homens "mais velhos" do grupo.

A etapa seguinte desses africanos seria a criação, quando permitido pelo governo colonial, de associações de ajuda mútua, sindicatos, clubes e até mesmo partidos políticos. A vida urbana potencializava essas iniciativas, ainda que em muitos casos, tais grupos partilhassem também de identidades étnicas, em mais uma demonstração de como o novo, a vida urbana e as organizações de classe, misturaram-se com o velho, as identidades etnolinguísticas.

RESUMO

A proposta desta aula é chamar a atenção para o que foi extinto com a presença colonial e as novidades introduzidas por essa mesma presença, mas não esquecer também as interações, as mudanças provocadas na vida dos africanos, a partir das interpretações e sínteses, realizadas pelos próprios africanos nesse

novo contexto. Nem sempre a tradição foi ultrapassada pelo que veio de fora, muitas vezes eles se misturaram, resultando em algo novo, mais ainda assim africano.

A escola, a religiosidade e as cidades foram terrenos propícios ao explodir de tensões coloniais entre o local e o imperial, o africano e o europeu, a tradição e a modernidade. O importante é perceber que quase sempre os resultados dessas oposições foram respostas múltiplas. Tanto surgiram grupos africanos refratários à experiência escolar e religiosa de tipo ocidental quanto indivíduos que a partir dessa experiência construíram a ideia de nacionalidade, que antes não tinham.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, visando reforçar algumas das discussões apresentadas sobre o colonialismo, abordaremos um estudo de caso. Iremos nos debruçar sobre as diferentes fases do colonialismo português, em Angola.

Aula 12

Estudo de caso: o colonialismo em Angola

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Discutir o caso específico da presença colonial portuguesa em Angola, tendo em conta os temas abordados nas duas aulas anteriores (10 e 11).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar algumas das especificidades angolanas que foram fundamentais na formatação da relação colonial, estabelecida com Portugal;
2. avaliar as variações de política colonial implementadas por Portugal em Angola;
3. reconhecer as diversas interações, estabelecidas entre africanos e europeus, no caso angolano.

Pré-requisito

Para acompanhar esta aula, você deverá ter em conta algumas das principais questões abordadas nas aulas anteriores (10 e 11) e que consistiram numa espécie de roteiro dos temas presentes nas diversas situações coloniais que tiveram lugar no continente africano, em especial as ideias relativas à diversidade do processo colonial na África e às diferentes mudanças, ocorridas na vida dos africanos.

INTRODUÇÃO

A história de Portugal na África e mais precisamente em Angola remonta aos tempos da expansão ultramarina, mas durante muitos anos sua presença esteve restrita a pequenos polos de comércio. Embora em alguns casos, protegidos militarmente, esses polos sempre sofreram inúmeras dificuldades para sua sobrevivência. As limitações da presença territorial de Portugal em Angola, no entanto, não impediriam que ele mantivesse e expandisse um lucrativo comércio de escravos, realizado com primazia entre Angola e Brasil, e mantido de forma ilegal, para além de meados do século XIX. Somente após a crise do tráfico, é que se inicia a exploração comercial, em maior escala, de produtos oriundos dos sertões angolanos. Breves ciclos extrativistas – da borracha, da cera e do marfim – pontuaram o fim do século XIX e o começo do XX, mas não por muito tempo, quer em volume de comercialização quer ao nível dos preços no mercado internacional.

Concomitantemente, ainda em fins do século XIX, intensifica-se a disputa entre as potências europeias pela conquista e pela delimitação de territórios na África. Com as novas regras, decorrentes dessa disputa, Portugal viu-se desprotegido: percebe que não bastava mais ter *descoberto* um território para legitimar um domínio, era preciso penetrá-lo e controlá-lo. A hábil diplomacia portuguesa já não estava sendo capaz de responder isoladamente ao novo desafio de resguardar o seu império africano, que tomaria forma com, além de Angola, as colônias de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

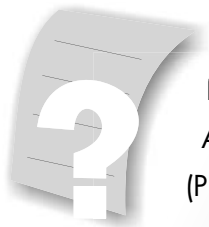
A expansão colonial

Angola não foge a esse cenário; pelo contrário, é parte principal dele. Partindo de pequenos pontos litorâneos, de longa data conquistados, as tropas coloniais portuguesas, os missionários e os comerciantes avançaram sobre o restante do vasto território, irradiando seu padrão de acumulação e as regras de dominação a se instalar.

No entanto, essa penetração colonial não se comportou de forma idêntica em todo o território angolano. O desenvolvimento histórico das relações entre a presença colonial e as diferentes populações ganhou colorações locais muito fortes. A compreensão desse processo é fundamental para se entender o surgimento de polos de reivindicação também diferenciados e mesmo inconciliáveis, como veremos em Cenários e atores da guerra anticolonial.

A expansão político-militar portuguesa em território angolano foi batizada pelos seus executores de "guerras de pacificação" e estender-se-ia até as duas primeiras décadas do século XX, mas, mesmo posteriormente, em 1940-1941, o exército colonial teria de defrontar, no sul da colônia, a resistência do grupo kuvale ao trabalho forçado e à expropriação de seu gado. Ainda assim, é possível admitir a ideia de que a vitória sobre a pulverizada resistência africana no início do século XX marca de forma nítida o início, de fato, do período relativamente curto em que as forças portuguesas exerceram o controle político e militar sem contestações de vulto.

Para termos uma ideia mais precisa do curto período de tempo em que o controle português foi exercido de forma realmente efetiva e extensa pelo território angolano, basta lembrar que, em 1957, a polícia política portuguesa, a Pide, instala-se em Luanda, a capital da colônia, para investigar as movimentações de jovens angolanos, acusados de serem anticolonialistas e que, em 1961, tem início a luta de libertação angolana.



Pide

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) foi criada em Portugal, em 1945, como resultado de uma reestruturação na antiga Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Ela sofreria uma nova mudança de nomenclatura em 1969, quando passaria a ser chamada de Direção

Geral de Segurança (DGS), nome que manteria até o fim do regime ditatorial português, em 1974. Apesar de ter ficado conhecida como uma polícia política, a Pide teve funções bem mais abrangentes, assumindo importância também no controle de estrangeiros e das fronteiras portuguesas, não só na Europa, mas também nas suas colônias na África e na Ásia. Sua atuação foi direcionada para a preservação do regime ditatorial português, conhecido como Estado Novo, controlado por Oliveira Salazar. Para executar tal tarefa, usou corriqueiramente a prática da tortura e os assassinatos.

O que por ora cabe ressaltar é que a intensificação da presença portuguesa em Angola, no século XX, não teve apenas um perfil militar. Foi, antes de tudo, física, principalmente quando comparada ao padrão anterior, e econômica. Tanto é verdade que a população branca de Angola salta de 9.198 indivíduos em 1900 (o equivalente a 0,2% da população total) para 20.700 em 1920 (0,48%), 44.083 em 1940 (1,2%) e 172.529 em 1960 (3,6%). Mesmo após o início do conflito armado com os movimentos de libertação, em 1961, esse número continua a crescer em proporção significativa, chegando a alcançar mais de 300 mil em 1974.

O impacto dessa crescente migração de portugueses para Angola se refletirá, entre outros aspectos, na regulamentação do trabalho e da propriedade. Após o término legal do trabalho escravo, a administração colonial passou a justificar a imposição do trabalho ao africano como uma condição prévia à escalada colonialista. Em finais do século XIX e ao longo do século XX, foram sendo editadas e emendadas normas com o fim de legislar sobre tal determinação e ao mesmo tempo alargar ao máximo o seu raio de ação.

Tais leis contrapunham-se ao direito à propriedade por parte dos africanos, esbarrando assim nos interesses de determinados grupos africanos, chamados pela historiografia de "filhos da terra", "crioulos" ou "euro-africanos". Esses indivíduos tinham consolidado uma delicada e específica posição de privilégio, situada entre os interesses dos portugueses metropolitanos e os dos povos do interior de Angola.

Os filhos da terra

A antiga infiltração portuguesa em território angolano se enraizou em áreas costeiras bem delimitadas, como são os casos de Luanda e Benguela, e em determinados eixos no sentido litoral-interior, como é o caso do corredor Luanda-Malange. Nessas áreas, ao longo dos séculos de negociação e imposição dos europeus sobre os africanos, fortaleceu-se uma interação que propiciou a formação de determinados grupos de indivíduos que muitos autores chamam de "filhos da terra", crioulos ou, ainda, "euro-africanos", como aparece na Aula 7. Casos semelhantes aconteceram em regiões do Senegal, Costa do Ouro (atual Gana), Benin, Nigéria e Moçambique.

Essa camada intermediária, com interesses próprios, era formada por pessoas próximas tanto da matriz cultural europeia – expressa pelas letras, pela maneira de se vestir e na forma de administrar o comércio e o espaço urbano – quanto da matriz cultural africana, muitas vezes chamada de tradicional, implicando diferenciadas estruturas de parentesco, aquisição de bens e delegação de poderes. O "filho da terra" diz respeito, portanto, a uma mestiçagem cultural, a um cruzamento de traços culturais diferenciados e com os quais ele adquire a capacidade de se relacionar, assumindo uma postura mediadora que lhe convém e

que o diferencia, mas não o impede de se aproximar dos extremos que lhe dão forma, de acordo com as necessidades que surgem.

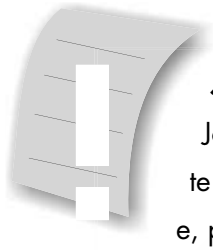
Os "filhos da terra" participaram da principal atividade econômica existente em Angola, até meados do século XIX: o tráfico de escravos. O comércio escravista implicava a renovação constante dos agentes envolvidos e, ao mesmo tempo, permitia o rápido enriquecimento destes, traduzindo-se, assim, em determinados casos, na acumulação de riqueza por parte de famílias negras e mestiças. Ao longo dos anos e empenhadas em consolidar sua posição intermediária, essas famílias passaram a integrar também os órgãos administrativos, o judiciário e as esferas militares na colônia, além da Igreja Católica e suas irmandades. Tal fato pode ser melhor entendido, levando-se em consideração a fragilidade portuguesa em manter as ligações com o território e, consequentemente, firmar sua ascendência sobre ele com base única e exclusivamente na escassa migração metropolitana.

Todavia, a manutenção dessa condição social e econômica diferenciada por parte dos "filhos da terra" era incompatível com as estratégias traçadas em Lisboa, principalmente depois da chegada de um número maior de colonos, oriundos da metrópole. Nem mesmo a participação dos "filhos da terra" ao lado dos portugueses na consolidação do território e no enfrentamento dos bolsões de resistência dos demais africanos no interior resultaria numa atitude governamental favorável a esse grupo.

A legislação trabalhista, imposta por Portugal, e a expropriação de terras, principalmente na região Centro-Norte, visando ao plantio do café, atingiram também parte desse grupo de "filhos da terra",

adubando o sentimento de defesa de uma maior autonomia, já de longa data pulsante, em alguns casos falando até mesmo em independência, afinal, o exemplo brasileiro não passara despercebido. Contra tais medidas, mas acima de tudo na busca pela manutenção, cada vez mais ameaçada, de sua condição social de certa excepcionalidade em relação aos demais africanos, lançaram-se à atividade jornalística e fundaram associações culturais que serviam como demonstração de "civilidade", além de permitir reuniões para se discutir os graves problemas que enfraqueciam e ameaçavam suas conquistas sociais.

Os resultados alcançados foram modestos e mesmo a proclamação da República Portuguesa, em 1910, aguardada por parte desse segmento como solução para tais problemas, mostrou-se, apesar de mais descentralizadora, insensível a seus anseios. Antes mesmo de as medidas de contenção dos anos de 1930 entrarem em vigor, os "filhos da terra" presenciaram o fechamento de seus principais canais reivindicativos: as associações culturais e os jornais sob sua tutela.



José de Fontes Pereira

Jornalista angolano, considerado o representante mais radical desse grupo de "filhos da terra" e, por muitos autores, apontado como o precursor do moderno nacionalismo angolano. Sua pena afiada pode ser vista com nitidez no trecho a seguir, publicado no periódico angolano *O futuro d'Angola*, em 26 de abril de 1889:

> Passando uma pequena revista sobre o muito que temos escrito, destaca-se a magna questão da independência desta nossa querida pátria, cuja ideia vem criando raízes no coração africano, afirmando-nos as adesões unânimes por esta nossa propaganda. (...) O sol que se descobre no horizonte aponta-nos um futuro igual ao que

> salvou Brasil e felicita a América. Trabalhador do futuro, dia e noite espargimos a semente fecunda da emancipação e cultivando sem cessar buscamos germinar o doce ideal da nossa independência, procurando quebrar o ovo fecundo nos rochedos da escravidão. Há de um dia chegar. Esperar e crer.

A intensificação do projeto colonial

Se os "filhos da terra" foram atingidos em seus cargos e em seus desejos, os demais angolanos sofreriam muito mais intensamente as consequências da decisão portuguesa de avançar de fato com o projeto colonial, em Angola. Esse processo de intensificação implicou a elaboração de um vasto quadro legislativo. O furor normativo não se conteve nas esferas comercial, alfandegária ou mesmo trabalhista, mas envolveu ainda a classificação e delimitação dos espaços mais amplos da sociedade colonial angolana. Surgem, assim, os "civilizados" e os "indígenas", duas categorias de indivíduos, juridicamente definidas e que dividiam e, ao mesmo tempo, compreendiam toda a população do território angolano, tal como aconteceria em outras colônias portuguesas.

A situação até certo ponto indefinida, do ponto de vista legal, em que viviam os "filhos da terra", negros e mestiços desapareceu. Com as leis implementadas na década de 1920 e reforçadas ao longo dos anos até 1961, os "filhos da terra" que pretendessem manter um estatuto diferenciado dos demais africanos precisariam alcançar a condição de assimilado, que era a designação dada ao africano que conseguia alcançar a categoria de "civilizado".

Essa condição era acessível por meio de um exame, realizado por funcionários coloniais, que analisavam o grau de "civilidade" dos candidatos mestiços e negros, já que os brancos não precisavam

passar por tal processo, sendo considerados, *a priori*, "civilizados", ainda que muitos em Angola fossem analfabetos, o que só reforçava e evidenciava o racismo dessa legislação colonial. Levavam-se em consideração, entre outras coisas, o seu domínio da língua portuguesa, sua condição econômica, sua moradia e seus hábitos cotidianos. Para termos uma ideia mais nítida desse sistema, vale destacar alguns dados referentes ao ano de 1950. Dos 4.036.689 negros, apenas 30.089, portanto, 0,7% desse total, são considerados "civilizados". Com relação aos mestiços, que totalizam 29.648, o número de "civilizados" alcança 26.335, enquanto os 78.826 brancos são identificados no seu todo como "civilizados".

Negros e mestiços que não fossem assimilados eram considerados "indígenas" e como tal sujeitos a uma dura e cada vez mais abrangente regulamentação trabalhista, ligada diretamente à cobrança do Imposto Indígena. Esse tributo, que ao longo do século XX, sofreu alterações na designação e mesmo na forma, tinha como principal objetivo obrigar o "indígena" a entrar no mercado colonial de trabalho e a abandonar, portanto, seu processo doméstico de produção e comercialização. O sistema ficaria conhecido como "trabalho contratado" ou simplesmente "contrato", pelo qual o "indígena" poderia adquirir moeda para arcar com o pagamento do imposto.

A fuga a esse trabalho facultava às forças da ordem colonial o direito de deter os indivíduos não vinculados a um posto de trabalho e consequentemente incapazes de pagar o imposto, enviando-os, de acordo com as prioridades das autoridades coloniais – o que abria um largo espaço à corrupção, dados os interesses privados –, para o serviço obrigatório. Assim, pagariam com trabalho o referido imposto. Como consequência, muitos foram os angolanos que migraram para países ou colônias vizinhas, a fim de fugir de tal sistema.

Da mesma forma, aumentou o rigor orçamentário nas colônias e desapareceram os sinais de autonomia que o período republicano ensaiara para Angola. A partir desses anos de 1930, todas as divisas circulantes em Angola, mesmo as que fossem obtidas isoladamente pela colônia, passaram a ser alvo de maior exigência

contábil, exceto as decorrentes do monopólio da Diamang, empresa empenhada na exploração de diamantes no Nordeste angolano, e da companhia detentora dos direitos de exploração do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), os dois maiores investimentos estrangeiros em Angola. A Diamang recrutava capitais belga, estadunidense, inglês e português. O CFB, o capital belga e o português.

Vale destacar que os principais produtos exportados para a metrópole, afora os diamantes, sujeitos a relações e controles especiais, eram o café, nos anos 1940, que levaria à melhoria das estradas e ao crescimento das cidades na colônia; o algodão, principal mercadoria a ser consumida por Portugal, tanto que seu cultivo entrou na categoria das culturas forçadas; o açúcar, principalmente, nos anos 1930; e os óleos vegetais.

Boa parte desses produtos era obtida dos camponeses africanos, o que reforça a importância do sistema de impostos e, consequentemente, a maior vinculação desses camponeses à economia colonial. Os preços eram fixados previamente e independentes de sua cotação no mercado internacional, ficando as previsíveis perdas resultantes da relação produção – comercialização por conta dos produtores locais. Para o governo, o importante era não gastar divisas, evitando, portanto, adquirir no exterior bens e produtos que pudessem ser encontrados na metrópole ou nas colônias.

Cultura forçada

Cultura forçada foi o nome como ficou popularmente conhecida a estratégia portuguesa de obrigar os camponeses africanos de suas colônias a produzirem determinados produtos. Nesse sistema de produção/circulação, o "indígena" era obrigado a produzir determinado produto e a vender sua produção integral para o estado colonial ou uma companhia privada, concessionária do estado, por um preço

tabelado, que não acompanhava as oscilações do mercado internacional, mas sim as orientações monetárias da metrópole.
Caso o camponês não obtivesse a cota mínima de produção ou tentasse escapar ao circuito comercial do estado e das companhias concessionárias, ficava sujeito aos ditames das normas coloniais, podendo até mesmo ser enviado para o trabalho forçado.

Durante a Segunda Guerra e como consequência dos entraves comerciais por ela gerados, ampliaram-se as relações econômicas entre a metrópole e as colônias, processo que acabaria sendo mantido em boa parte do período posterior. Angola, tendo toda a sua receita em escudo, consumia cada vez mais os produtos de origem portuguesa, principalmente têxteis de algodão e vinho, ou comercializados a partir da metrópole, devido às facilidades tarifárias.

O revigorado pacto colonial, que até então impedia a criação nas colônias de empresas concorrentes às metropolitanas, sofreria lenta alteração, a partir dos anos 1950, quando se inicia, dada a crescente pressão dos interesses instalados em Angola, a produção de alguns artigos destinados ao consumo interno da colônia, como os direcionados à construção civil e ao consumo das camadas mais pobres. Esse impulso contaria mesmo com o apoio do Estado, principalmente nas áreas de transporte e energia, mas era financiado em grande parte pelo próprio orçamento angolano. O avanço da economia de Angola foi acompanhado de muito perto pelo crescimento de oligopólios portugueses, como a Companhia União Fabril, o Grupo Champalimaud e os bancos Espírito Santo e Português do Atlântico, nas esferas do financiamento, da produção e da comercialização.

Atende ao Objetivo 1

1. Por que os chamados "filhos da terra" podem ser apresentados como estando em dois mundos?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Resposta Comentada

Eles são fruto da antiga infiltração portuguesa em território angolano, que se enraizou em áreas costeiras, como são os casos de Luanda e Benguela, e em determinados eixos no sentido litoral-interior, como é o caso do corredor Luanda-Malange. Nessas áreas, fortaleceu-se uma interação que propiciou a formação de determinados grupos de indivíduos que muitos autores chamam de "filhos da terra". Essa camada intermediária, com interesses próprios, era formada por indivíduos próximos tanto da matriz cultural europeia quanto da matriz cultural africana, muitas vezes chamada de tradicional.

Esses indivíduos passaram a integrar também os órgãos administrativos, o judiciário e as esferas militares na colônia, além da Igreja Católica e suas irmandades. Todavia, a manutenção dessa condição social e econômica, diferenciada por parte dos "filhos da terra", era incompatível com as estratégias traçadas em Lisboa, principalmente depois da chegada de um número maior de colonos, oriundos da metrópole. Contra tais projetos, mas acima de tudo na busca

pela manutenção de sua condição social de certa excepcionalidade em relação aos demais africanos, lançaram-se à atividade jornalística e fundaram associações culturais que serviam como demonstração de "civilidade".

O colonialismo durante a guerra de libertação

O início da guerra anticolonial em 1961 provocou apreensão no avanço da exploração colonial, mas não impediu a continuação dos investimentos, num segundo momento. Após o susto provocado pelo confronto, percebe-se mesmo uma rápida aceleração da economia angolana, impulsionada pelos chamados "planos de fomento", apesar dos gastos militares. De fato, os gastos militares também auxiliaram a economia, como no caso das estradas construídas para atender à necessidade de vigilância e deslocamento das forças militares portuguesas, que acabaram por dinamizar também as relações econômicas, ou ainda do novo fôlego dado ao comércio e à indústria, para atender às necessidades dessa mesma tropa.

Sobre esse ponto, alguns estudos sobre a economia angolana no período defendem que Portugal abriu o mercado das colônias para os capitais externos, tendo como objetivo expandir investimentos e fugir ao isolamento internacional, provocado por uma luta colonial que, politicamente, parecia ir contra o relógio, já que a descolonização ganhava cada vez mais espaço no continente.

Os investimentos estrangeiros diversificaram-se, mas é possível localizar alguns focos essenciais: o belga sobressaía na Diamang e na Cotonang (concessionária da exploração de algodão); os investimentos ingleses estavam concentrados nas estradas de ferro, no setor de seguros e na venda de mercadorias, como automóveis,

combustíveis e determinados tipos de maquinaria pesada, não produzida em Portugal; nesses segmentos também se concentrava o interesse norte-americano. Esse último, no entanto, teve ainda como papel-chave o investimento num setor de alta tecnologia, o petrolífero, que só muito próximo ao fim do período colonial alcançaria receita significativa. O interesse sul-africano em algumas obras de infraestrutura, como a barragem do Cunene, ao sul da colônia, e no setor comercial deve ser considerado, tendo em conta sua situação e sua ambição político-militar na região. A África do Sul vivia sob o regime do *apartheid* e era-lhe muito favorável que Portugal mantivesse como colônias Angola e Moçambique, pois desviava a atenção da comunidade internacional sobre sua política interna, além de dificultar os passos dos movimentos rebeldes sul-africanos.

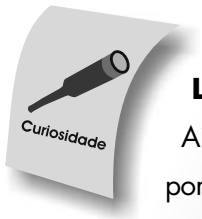
Os investimentos externos existiram e intensificaram-se no período pós-1961, mas se mantiveram prioritariamente em áreas que exigiam alta tecnologia e investimento. O papel mais diversificado no crescimento da economia angolana nessa época coube simultaneamente aos oligopólios e ao Estado português. O governo da metrópole alargou ao máximo a concessão de crédito para os empresários portugueses, interessados em investir na colônia. Por outro lado, no fim dos anos 1960, uma nova economia recém-industrializada e agressiva crescia na metrópole. Suas ligações eram com a Europa e sua aspiração a de aderir à Comunidade Econômica Europeia. Consequentemente, a partir de 1970, as relações comerciais da metrópole com as colônias enfraquecem-se e a economia portuguesa volta-se decisivamente para a Europa.

No entanto, o que mais importa é assinalar o crescimento econômico em Angola, no período pós-1961, alterando profundamente o cenário onde se instalaria a luta anticolonial. É verdade, porém, que tal situação não seria capaz de superar a desigual penetração do colonialismo no espaço angolano, muito pelo contrário.

Essas alterações na gerência colonial – ocorridas, é bom que frisemos, em função também ou sobretudo da pressão exercida pela ação dos movimentos guerrilheiros – foram além da esfera econômica.

Ainda em 1961, promulga-se o fim do indigenato. Os africanos poderiam então optar pelo direito civil, desvinculando-se do direito consuetudinário, o que abria a possibilidade para a posse legal das terras, para a transmissão destas aos seus descendentes, para o ingresso em empregos do Estado e para o direito a voto (nesse último caso teriam de comprovar habilitação escolar e determinada condição econômica). Evidentemente, tais medidas não foram capazes de ultrapassar o gigantesco fosso, construído ao longo dos anos. Seu alcance real ainda sofreria as limitações inerentes a uma situação de confronto entre colonizadores e colonizados, mas demonstram o esforço português em manter seu império colonial na África.

Maiores investimentos nas áreas de saúde e educação, nas quais antes pouco ou nada se realizava com o apoio do Estado, proporcionaram rápida melhoria das condições da mão de obra. Entretanto, é bom não esquecer que o patamar de comparação era quase nulo, de modo que qualquer sinal de avanço logo se fazia notar. A estratégia era simples: a intensificação da guerra foi deixando claro que qualquer solução, militar ou negociada, que comportasse a permanência dos interesses portugueses em Angola só poderia ser encontrada, se fosse conquistado um razoável apoio dos africanos.



Lusotropicalismo

Ainda no início dos anos 1950, o regime português, percebendo a onda descolonizadora que se apresentava nas colônias asiáticas dos diferentes impérios europeus e ciente de sua inevitável chegada ao continente africano, promove uma nova leitura da sua presença colonial. É assim que seria recuperada a obra de Gilberto Freyre, o sociólogo pernambucano, tão importante para uma nova abordagem da Sociologia e mesmo da história brasileira.

As ideias lusotropicalistas de Gilberto Freyre reivindicavam o caráter único da colonização portuguesa, fruto da própria história deste país ibérico. Segundo Freyre, o fato de Portugal ter sido um território ocupado diversas vezes por outros povos teria propiciado uma capacidade de se relacionar com o outro, com o diferente, de forma menos violenta e mesmo interagindo com esse outro. Isso favoreceria uma mestiçagem cultural, mas também biológica que seria a marca das colonizações portuguesas. Evidentemente, tais ideias eram mais do que propícias ao regime português. A excepcionalidade portuguesa, apontada por Freyre, permitia ao regime defender que seu colonialismo não passava pelas mesmas condições de violência que os demais. O ponto alto dessa postura foi a reforma constitucional de 1951 que alterou os nomes das suas possessões no continente africano, passando a chamá-las não mais de colônias, mas sim de províncias ultramarinas. É importante destacar que o novo discurso português de pregação da sua excepcionalidade surtiu algum efeito internacional, pelo menos até que tivessem início as lutas de libertação, nas suas colônias africanas.

A proposta era atrair os angolanos para o espaço social, econômico e político, sob controle português, dificultando a ação dos movimentos guerrilheiros, embora isso não impedisse que, ao mesmo tempo, mantivesse-se sobre os ombros angolanos a exploração colonial. É verdade que, em determinados segmentos, essa exploração ocorria num novo patamar de desenvolvimento econômico, mas sendo sempre eles a financiarem com seu trabalho boa parte de tais custos.

A nova iniciativa colonial comportava a chamada ação psicossocial. Entre os diversos itens, inseridos nesse programa, destacavam-se a ampliação do recrutamento e a promoção, na carreira administrativa estatal, de negros e mestiços, embora essa fosse uma tarefa executada com grandes limitações, em decorrência, principalmente, da recusa dos funcionários brancos em aceitar tal proposta, o que se agravaria com o arrastar da guerra e da confrontação racial. A estratégia geral de aproximação e conquista do apoio angolano no decorrer da luta iria evoluir para uma política de africanização da guerra, com o recrutamento crescente de angolanos para as fileiras do exército colonial.

Os primeiros anos após os levantes de 1961 presenciaram ainda a abolição das culturas forçadas, apesar de os preços dos produtos que estavam sendo alvo dessa política terem sido mantidos. O trabalho forçado, por sua vez, peça fundamental na exploração colonial portuguesa, também seria extinto, permanecendo o trabalho correcional para o Estado, nos casos de comprovado delito dos africanos.

A estratégia de aproximação aos angolanos contemplaria ainda a criação, em 1963, dos Estudos Gerais Universitários de Angola, cuja sigla – EGUA – seria encarada com grande ironia pelos angolanos. Os cursos de Medicina e Engenharia ficariam em Luanda; Agronomia, em Nova Lisboa (atual Huambo); e Letras, em Sá da Bandeira (atual Lubango). Cursos que, aparentemente, foram escolhidos por serem menos problemáticos do ponto de vista político e espalhados de forma a evitar a aglomeração de estudantes. Tais cuidados, somados ao proporcionalmente ínfimo número de negros matriculados e à vigilância da Pide, teriam impedido o surgimento de qualquer contestação do sistema colonial nesse meio. Em 1970, cria-se a Faculdade de Economia em Luanda.

Apesar de proporcionalmente ao número de angolanos as novas medidas coloniais terem um alcance limitado, não devemos simplesmente esquecê-las. De forma geral, a escolarização, principalmente de nível elementar, aumentou significativamente, na década de 1960, conjugando-se com a expansão econômica,

sentida nesses anos. Passa-se de 105.781 matrículas na primeira classe, em 1960-1961, para 521.920, em 1972-1973. Esse impacto educacional tirou do analfabetismo "populações anteriormente pertencentes à categoria dos 'indígenas'". Isso, no entanto, não esconde os baixos índices de escolaridade e, de forma paralela, também não faz desaparecerem as clivagens do mundo colonial.

Apesar de segmentado e também por conta disso, o ensino estaria em consonância com o novo cenário da economia angolana. É nesse quadro que se estabelece a expansão do ensino técnico no nível secundário. As matrículas nas escolas técnicas saltam de 2.164 alunos, em 1955, para 15.559, em 1966, atingindo 620% de índice de crescimento, enquanto no mesmo período, com referência ao ensino tradicional, as matrículas sobem de 3.729, em 1955, para 16.700, em 1966, correspondendo a uma taxa de crescimento de 351%.

Atende aos Objetivos 2 e 3

2. De que forma Portugal conseguiu conjugar a guerra colonial com a expansão da economia colonial em Angola?

Resposta Comentada

O início da guerra anticolonial em 1961 provocou apreensão no avanço da exploração colonial, mas não impediu a continuação dos investimentos, num segundo momento. Após o susto provocado pelo confronto, percebe-se mesmo uma rápida aceleração da economia angolana, impulsionada pelos chamados "planos de fomento", apesar dos gastos militares. Estes acabariam auxiliando a economia colonial, como no caso das estradas construídas para atender à necessidade de vigilância e deslocamento das forças militares portuguesas, que acabaram por dinamizar também as relações econômicas.

A estratégia portuguesa também se voltou para a abertura da economia colonial para os investidores externos, prioritariamente em áreas que exigiam alta tecnologia e investimento. O papel mais diversificado no crescimento da economia angolana nessa época coube simultaneamente aos oligopólios e ao Estado português. O governo da metrópole alargou ao máximo a concessão de crédito para os empresários portugueses interessados em investir na colônia.

A construção da luta anticolonial

Pelo lado da contestação anticolonial, a alteração na forma de reivindicação esteve intimamente ligada ao clima geral de descolonização, reinante na África e na Ásia. Agudizado após a Segunda Guerra Mundial, o processo de independência das colônias africanas e asiáticas teve, em alguns casos, que se confrontar com a política de "concessões" das metrópoles europeias, enquanto em outros, diferentes formas de luta moldariam a sua libertação.

Em 1960, conhecido pela literatura que trata do tema como o "ano da África", 18 ex-colônias proclamaram a independência no continente. Apesar da tentativa das forças repressoras do regime português em barrar a penetração dessa influência nas regiões africanas sob seu domínio, o clima de ebulição reinante era incontrolável.

O autoritarismo e o sistema de partido único, adotado por Portugal, agravaram a situação colonial, condicionando o tipo de luta que seria levado adiante pelas forças independentistas. A ditadura salazarista implicava a impossibilidade de se travar a disputa política na esfera da legalidade, tanto na metrópole quanto nas colônias, numa situação bem diferente da encontrada em outros territórios africanos sob controle francês ou inglês, onde os colonizados, apesar das inúmeras restrições, chegaram, em alguns casos, a constituir partidos políticos e a contar com relativa liberdade de imprensa. Contra esse tipo de colonialismo adotado por Portugal, as opções não eram muitas. A luta teria de ser necessariamente clandestina e, consequentemente, pela via armada.

O caso angolano guardaria a peculiaridade de não conhecer uma unificação das diferentes forças independentistas numa única organização política e militar. Até o final da luta anticolonial, três movimentos de libertação angolanos levariam adiante os combates contra o exército colonial português, mas também entre eles. Em linhas gerais, podemos descrever esses movimentos da seguinte forma:

a) Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Sua gênese está ligada à agitação anticolonial, iniciada em finais da década de 1940 e ampliada nos anos 1950. Formou-se a partir de duas correntes nacionalistas, constituídas pelos que estavam na colônia, principalmente em Luanda e Benguela e nas suas proximidades – que ficariam conhecidos como "os do interior" –, próximos, portanto, aos pontos mais antigos da colonização, e pelos que estavam na metrópole ou em outros países da Europa ou ainda, mais raramente, da África – "os do exterior".

Figura 12.1: Bandeira do MPLA.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/de/Bandeira_do_MPLA.svg

Os grupos que militavam no interior traduziam caminhos e vínculos sociais diferenciados, divididos pela classificação de cor da pele, pela ocupação profissional, pela localização no espaço urbano, pela religião, além de outros filtros menos explícitos. Limitavam-se quase sempre à publicação de panfletos, condenando o colonialismo português, à arregimentação de novos adeptos e a reuniões entre células para a discussão de informações, chegadas do exterior sobre a movimentação independentista na África.

Tais ações eram executadas por indivíduos, ligados a diferentes grupos, que se mantinham distantes de qualquer tipo de coordenação mais ampla. No entanto, a existência de estruturas de sociabilidade, como as associações culturais, os clubes desportivos e as igrejas, possibilitava a troca de impressões, gerando maior compreensão entre esses segmentos, o que, em início dos anos 1960, revelaria sua importância por facilitar a união de muitos desses indivíduos sob a bandeira do MPLA.

As detenções realizadas pela PIDE nos anos de 1959 e 1960 acabariam por identificar a composição dos grupos urbanos: eles atuavam basicamente em Luanda; do ponto de vista racial, contavam com a participação de negros, mestiços e brancos; quanto à filiação religiosa, destacavam-se católicos e protestantes; no que diz respeito à ocupação profissional, eram compostos principalmente

de funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes, monitores agrícolas e operários.

Esse traço urbano seria adensado pelos jovens estudantes no exterior e seus contatos com organizações internacionais, favorecendo a construção de uma imagem desse movimento como nacional, anticolonial, arracial e multiétnico, que, com o passar do tempo e a internacionalização da luta angolana, ganharia o contorno também de um movimento de esquerda e socialista.

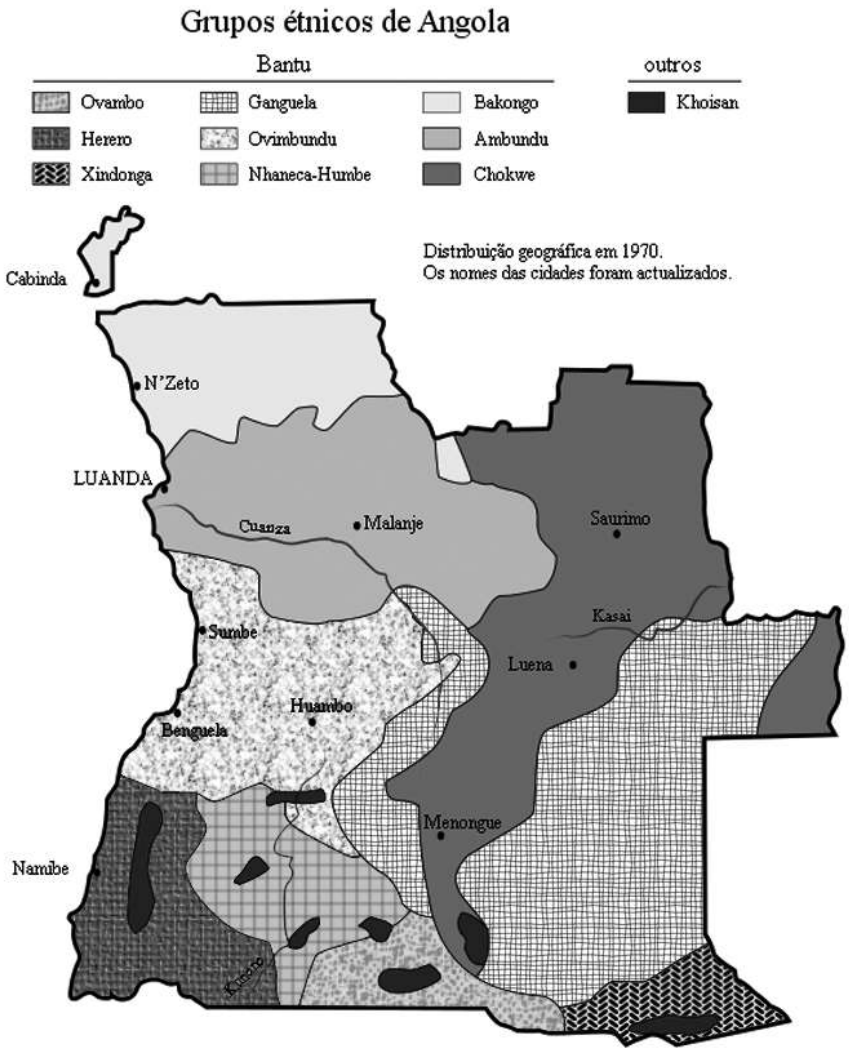


Figura 12.2: Mapa étnico de Angola.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/70/Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg

b) Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Os angolanos que iriam organizar a UPA (União das Populações de Angola), depois FNLA, muito vincados às alianças de caráter étnico, baseadas no grupo bakongo, tiveram uma trajetória de vida diferente da trilhada pelos demais angolanos. Sua presença no norte de Angola possibilitou fortes ligações com a capital do Congo Léopoldville, laços que as expropriações de terras impostas pelos colonos portugueses, na ânsia pela exploração do café, iriam intensificar nos anos 1940. Para termos uma ideia mais precisa desses laços, vale lembrar que os bakongos angolanos em Luanda, em 1960, seriam em torno de 8 mil pessoas, enquanto em Léopoldville esse número poderia chegar a 60 mil.

Figura 12.3: Bandeira da FNLA.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bandeira_da_FNLA.svg

A discrepância quanto à forma de exploração colonial sofrida, belga ou portuguesa, resultou em condições sociais diferenciadas, o que pode ser demonstrado, entre outros exemplos, através dos níveis de escolaridade. No Congo Léopoldville, onde a escolarização primária foi bem mais difundida (como vimos na aula anterior), raramente se conseguia ter acesso ao ensino secundário, enquanto em Luanda, apesar das inúmeras limitações, alguns poucos africanos conseguiram chegar à formação universitária. Contextos diferentes que

tiveram implicação direta na constituição dos movimentos em questão. Basta lembrar que no primeiro Comitê Diretor do MPLA (1960-1962) dos 7 nomes inscritos, 4 eram universitários e o presidente de honra era o médico Agostinho Neto, enquanto na FNLA, a cúpula dirigente do movimento não possuía nenhum quadro universitário.

Por outro lado, as elites angolanas bakongo sofreram um processo de urbanização mais tardio, o que lhes possibilitava maior ligação com o campo e com as tradições de suas famílias, quando comparadas, principalmente, às famílias luandenses, há bastante tempo urbanizadas, envolvidas em atividades comerciais diferenciadas e mais próximas ao aparelho colonial, montado por Portugal.

A FNLA, diferente do MPLA, iria exaltar essa marca rural e espontânea. Os primeiros levantes, em 1961, no norte, foram especialmente violentos e indiscriminados, assassinando muitos colonos, mas também angolanos mestiços e negros, pertencentes a grupos étnicos do centro-sul da colônia. Para os angolanos do norte, a migração dos angolanos do centro-sul da colônia para o trabalho nas fazendas de café, ainda que forçada, era vista como parte do processo de expropriação de suas terras. Por isso, os angolanos de outras regiões também acabariam sofrendo os golpes dos militantes da FNLA, quando do levante armado de março de 1961.

É preciso destacar, ainda, que o processo de independência do Congo Léopoldville influenciou muito a luta dos angolanos bakongo exilados. A confrontação no antigo Congo-belga desde logo tomou formas raciais muito agudas e isso fornecia argumentos importantes na luta entre a FNLA e o MPLA. O MPLA acusava a FNLA de ser um movimento tribalista, racista, agente de uma solução neocolonial, em face do apoio norte-americano. Para a direção da FNLA, o MPLA era apenas um pequeno grupo de esquerdistas universitários sem qualquer força militar, culturalmente mesclado e muito arrogante. Sua acusação mais feroz, no entanto, referia-se à composição racial do MPLA. O fato de possuir um número elevado de mestiços, que a FNLA identificava como "filhos de colonos", serviria de argumento para que se colocasse em dúvida a disposição do MPLA em alterar a situação vivida pelos negros em Angola.

Figura 12.4: Soldados portugueses em Angola.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/Sempreatentos...aoperigo%21.jpg

Figura 12.5: Soldados portugueses na região de Beira Baixa.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a1/23-1961-ReconquistaBeiraBaixa.jpg

c) União Nacional para a Independência Total de Angola

Nasce de uma dissidência da FNLA. Jonas Savimbi, seu futuro presidente, era um destacado dirigente da FNLA que entra em rota de colisão com essa organização, acusando-a de ser um movimento tribalista, pelo favorecimento existente em relação aos militantes do grupo bakongo. Savimbi ainda buscou uma negociação para o seu ingresso e daqueles que o acompanhavam no MPLA, mas as conversas não surtiram o efeito esperado.

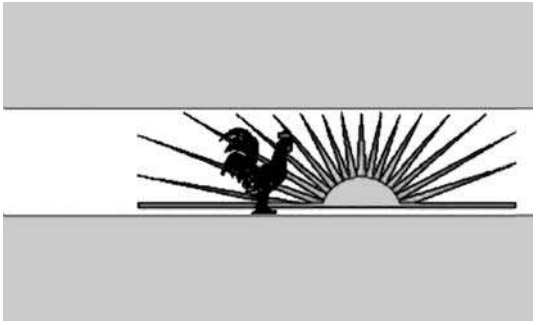


Figura 12.6: Bandeira da Unita.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Nacional_para_a_Independ%C3%AAncia_Total_de_Angola

O fato de ter sido o responsável por algumas das relações internacionais da FNLA rendeu-lhe experiência na vida diplomática e contatos políticos, possibilitando a criação de um novo movimento de libertação. A Unita seria oficializada em 1966, a partir do recrutamento de jovens angolanos próximos à fronteira leste. Seu principal apoio local seria a recém-independente Zâmbia, que lhe proporcionou a instalação de bases guerrilheiras, junto à fronteira com Angola.

Suas ações militares teriam alcance limitado, mas que seriam úteis ao movimento na sua propaganda como mais uma força de libertação angolana. O discurso da Unita procurava enfatizar o fato de que a sua direção, ao contrário da dos demais movimentos, estava lutando ao lado dos guerrilheiros no interior de Angola. Os primeiros confrontos ocorrem entre setembro e dezembro de 1966,

mas a ação mais conhecida seria o ataque à tropa portuguesa, na noite de natal de 1966, na localidade de Teixeira de Sousa (atual Luau), na fronteira com a Zâmbia.

A favor da Unita pesaria o fato de muitos de seus dirigentes, como por exemplo, seu presidente, Jonas Savimbi, serem originários do planalto central angolano. Savimbi nasceu entre os distritos do Bié e do Moxico, região bem próxima à área que futuramente seria alvo de atuação do movimento. Seu pai, funcionário dos Caminhos de Ferro de Benguela, era um homem muito conhecido na região e atuante nas missões protestantes existentes no planalto. Os vínculos eram fortes e a Unita, apesar das inúmeras dificuldades, conseguiu articular o apoio necessário à sua sobrevivência como mais um movimento na luta anticolonial.

As dificuldades logísticas da Unita levariam o movimento a realizar um dos passos mais controversos da sua história. Em 1971, o movimento e as autoridades militares portuguesas estabelecem um acordo de não agressão, que se desdobrava na tarefa do primeiro em atuar contra o MPLA. De fato, as alianças e os acordos da Unita na região não se resumiram às forças de repressão portuguesas. Também com a FNLA foi estabelecida, no final da década de 1960, uma estratégia de não agressão no distrito da Lunda.

Figura 12.7: Mapa de Angola.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Angola_map.png

Cenários e atores da guerra anticolonial

O fato que marca o início da luta de libertação angolana é o ataque às prisões de Luanda, ocorrido em 4 de fevereiro de 1961, e reivindicado pelo MPLA. Logo em seguida, em 15 de março, a UPA, no ano seguinte rebatizada de FNLA, promove um levante de grandes proporções no norte da colônia. As duas ações guerrilheiras assustam o governo colonial e informam ao mundo que o colonialismo português, apesar de se apresentar internacionalmente como diferente dos demais, era questionado internamente pelos angolanos.

A tropa portuguesa consegue retomar o norte da colônia ainda em finais de 1961, fazendo com que as ações militares dos dois movimentos de libertação, MPLA e FNLA, assumissem uma postura intermitente. Ainda assim, é possível afirmar que até 1964, a atuação da FNLA, nessa região norte de Angola, foi a mais ameaçadora, com capacidade de provocar mortes entre os colonos, paralisar a produção agrícola e mobilizar o maior número de militantes.

Nesse mesmo período, o MPLA possuía dois pequenos grupos de homens no interior de Angola: o primeiro, na floresta do Mayombe, no enclave de Cabinda, isolado, sem apoio da população; o segundo, na região dos Dembos, distante cerca de 350 quilômetros da capital, mas também isolado e sem capacidade militar.

Com a independência da Zâmbia, em 1964, e a posterior abertura de sua fronteira com o leste de Angola para a atuação dos movimentos de libertação angolanos, a guerra assumiria uma face mais ativa e violenta. Sobretudo o MPLA conquistaria território nessa parte leste da colônia e abriria inúmeras bases guerrilheiras.

Aos embates entre os próprios movimentos de libertação angolanos nessa fronteira leste, é preciso acrescentar a contra ofensiva portuguesa a partir de 1970 e que contaria com a participação da Rodésia, um país independente, mas controlado por uma minoria branca, e da África do Sul, em igual situação.

Dois vizinhos que valorizavam a presença colonial portuguesa na região como um aliado contra os movimentos políticos antirracistas existentes em seus países. O resultado seria o recuo dos movimentos de libertação angolanos, nesse mesmo ano de 1970.

A guerra anticolonial entra num impasse. Os movimentos de libertação angolanos travam batalhas entre eles, mas não possuem força militar para agredir de forma contundente o exército colonial português. Ao mesmo tempo, a situação colonial está por um fio nas demais colônias portuguesas na África que também enfrentam guerras anticoloniais: Guiné Bissau e Moçambique. E não é só isso: apesar de militarmente controlada, a situação em Angola dependia de um esforço de recrutamento e manutenção de militares que Portugal tinha cada vez mais dificuldade de manter. Por outro lado, as ações de distribuição de panfletos e organização de células clandestinas continuavam nas cidades angolanas.

O impasse seria dissolvido com a Revolução dos Cravos, ocorrida em abril de 1974, em Portugal, quando militares portugueses, muitos deles com passagem pelas guerras coloniais, em especial a angolana, promovem a queda do regime ditatorial português. Os capitães de abril, como ficariam conhecidos, por ser esse o segmento de oficias que controla as ações revolucionárias, logo em seguida abririam negociações com os movimentos de libertação angolanos.

Na noite do dia 10 de novembro de 1975, o Almirante Leonel Cardoso, em nome do presidente da República Portuguesa, anuncia a independência de Angola, transferindo a soberania para o povo angolano. À zero hora, do dia 11 de novembro, Agostinho Neto, presidente do MPLA e primeiro presidente de Angola, proclama "solenemente, perante a África e o mundo a independência de Angola". O MPLA vencera o conflito armado de cerca de 6 meses de duração com os demais movimentos de libertação, mas a guerra, que até então fora uma guerra de libertação, passaria a ser uma guerra civil, que com diferentes etapas só terminaria em 2002. Esse, no entanto, é um tema que será analisado com mais vagar na nossa Aula 15.

CONCLUSÃO

A mais prolongada guerra anticolonial que teve lugar no continente africano foi iniciada de forma surpreendente, com as ações guerrilheiras de 1961, mas foi em grande parte perdendo fôlego pelas divisões que se mantiveram no nacionalismo angolano. O mais fraco econômica e militarmente dos impérios coloniais conseguiria assim manter por longo tempo sua presença em Angola. O pior para o novo país é que as lutas internas não cessaram com a independência.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Que implicações a maior presença efetiva de colonos portugueses em Angola gerou para a luta anticolonial?

Resposta Comentada

A presença de um maior número de colonos, na comparação com os demais espaços coloniais portugueses na África, gerou relações coloniais entre africanos, europeus e seus descendentes muito diversificadas. Nas áreas urbanas, sobretudo na capital, Luanda, a experiência e a vivência próxima dos dois grupos populacionais foram responsáveis pela criação de novos segmentos, como os filhos da terra, e, posteriormente, de reivindicações mais marcadamente nacionais que iriam derivar no MPLA. A região norte, por sua vez, alvo da expropriação de terras e da fuga de angolanos para regiões vizinhas, acabaria dando lugar ao nascimento de um nacionalismo de tipo marcadamente étnico, como o da FNLA.

Por outro lado, essa presença de um grande número de colonos resultou num enraizamento dos interesses econômicos desse contingente populacional e consequentemente num maior poder de pressão junto às autoridades coloniais e metropolitanas pelo sufocamento dos focos de luta pela independência.

RESUMO

O colonialismo em Angola contou com a migração expressiva de portugueses para a colônia, o que gerou uma vivência de grande conflito nas práticas cotidianas. Essa presença e os interesses que ela consolidou ajudam a entender a prolongada guerra anticolonial que teve lugar em Angola (1961-1974). Pelo lado angolano, a peculiaridade reside na impossibilidade de unificação das diferentes forças independentistas numa única organização política e militar.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o processo de descolonização, ocorrido no continente africano, a partir de uma perspectiva panorâmica, quer do ponto de vista geográfico, quer das formas de luta empreendidas.

Aula 13

Descolonização, lutas de libertação nacional e independências

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Discutir as diferentes possibilidades de análise dos processos de descolonização, lutas de libertação nacional e independências, bem como a força das especificidades locais, regionais, nacionais e internacionais em tais processos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes formas de abordagem quanto aos temas em questão;
2. estabelecer a participação de diferentes atores nos processos de luta pela independência.

Pré-requisitos

Para um melhor acompanhamento desta aula, você deverá ter em conta as Aulas 10 e 11, com destaque para a ideia sobre a diversidade do processo colonial no continente, que irão auxiliar e muito na compreensão dos diferentes processos de emancipação ocorridos na África.

INTRODUÇÃO

Ao falarmos de descolonização, nem sempre nos damos conta de que estamos incluindo numa única palavra vários processos, que ocorreram em sociedades diversas e em momentos também diferentes. Mais do que isso, é comum vermos essa expressão englobando países ou regiões, tanto da Ásia quanto da África. Por que isso ocorre?

Porque Ásia e África eram os últimos continentes, no pós-Segunda Guerra Mundial, a vivenciarem as amarras do colonialismo europeu. E é exatamente nesse pós-guerra, na Ásia, com destaque para os casos da Índia, da Indonésia e da Indochina, que se iniciam novas lutas anticoloniais e conquistam-se novas independências. Processos que conheceram muitas reviravoltas, como no caso do Vietnam, mas que apresentaram ao mundo uma nova realidade geopolítica: o fim do colonialismo. Cerca de uma década depois, lutas anticoloniais e independências foram movimentos que alcançaram também o continente africano. É essa proximidade temporal dos processos e as influências das nações recém-independentes da Ásia no apoio às demandas pela libertação dos africanos que ajudam a entender a leitura conjunta desses temas para a Ásia e a África.

Nossa aula, no entanto, irá se concentrar, evidentemente, no caso africano. Mas para isso é preciso, em primeiro lugar, retomar a ideia inicialmente exposta e discutir o que o termo inclui. Descolonizar foi lutar para que os colonizadores deixassem um determinado território, mas isso aconteceu de diferentes formas; não houve um só modelo de atuação, quer da parte dos colonizadores quer da parte dos colonizados. Além disso, e tão importante quanto, descolonizar também foi conquistar e proclamar a independência, estabelecer novas leis em substituição às coloniais, definir quem podia ou não ser cidadão, em suma, dar os passos iniciais e, por isso mesmo, decisivos para a criação de um país.

É preciso ter em conta ainda uma outra discussão, travada pelos historiadores acerca do uso do termo descolonização. Para alguns autores, ao utilizarmos essa expressão, estaríamos tirando a ênfase da ação dos colonizados e concentrando as atenções nos colonizadores. Numa espécie de sequência lógica e linear dos fatos, os europeus primeiro teriam colonizado, quando tal iniciativa atendeu aos seus interesses econômicos, ainda que à revelia de africanos e asiáticos, e depois descolonizado, da mesma maneira, obedecendo a seus interesses econômicos, dado o custo financeiro elevado para a manutenção do vínculo colonial. Ou seja, o uso do termo descolonização induziria a uma leitura de que as independências foram concessões das potências coloniais europeias muito mais do que o resultado da luta de africanos e asiáticos. Tais autores tendem a sugerir o termo lutas de libertação nacional.

Essa análise afirma ainda que existem outras contraposições, para além da apontada entre descolonização *versus* luta de libertação nacional, tais como: luta colonial *versus* luta anticolonial; guerra colonial *versus* guerra de independência. Todas essas diferentes formas de nomear traduziriam formas diversas de olhar para o fenômeno maior do embate entre colonizadores e colonizados, a partir de uma determinada perspectiva.

Assim, a opção pela descolonização, pela luta colonial e pela guerra colonial demonstraria a escolha por entender e explicar os fatos, e os confrontos através da metrópole ou da ex-metrópole, dando a estas a primazia da ação e quando muito aos colonizados a opção da reação. No sentido inverso, a opção pelos termos luta de libertação nacional, luta anticolonial e guerra de independência seria adotada por aqueles que procuram ter em conta, à partida, os desejos e as ações dos colonizados.

A polêmica permanece e ainda seria preciso salientar que existem autores que defendem uma apropriação do termo descolonização por africanos e asiáticos. Nesse caso, a ideia é de que a descolonização seria um termo capaz de dar conta de diferentes ações, ocorridas em diversas regiões, mas que traduzem,

inquestionavelmente, o fim do colonialismo europeu. Além disso, sua apropriação informaria sobre a capacidade de africanos e asiáticos em descolonizar seus países não só politicamente, mas também econômica e culturalmente.

O mais importante para nossa aula, no entanto, é ter conhecimento dessas leituras e das disputas travadas no campo historiográfico. Nossa opção será a de buscar apresentar e discutir de uma forma panorâmica os principais fatores e atores nas lutas de libertação nacional, nas independências e nos desafios iniciais dessas novas nações, mas sem desconsiderar as contribuições que a leitura da descolonização pode fornecer, sobretudo, no que diz respeito a uma abordagem que considere as influências externas, as relações internacionais.

O contexto internacional e continental

O momento em que a maioria das independências africanas ocorre, entre finais dos anos 1950 e meados da década seguinte, foi marcado, no contexto internacional, pela radicalização da Guerra-Fria e pelas tentativas de criação de um caminho "neutro", ou pelo menos não diretamente vinculado a qualquer um dos lados em conflito, EUA e URSS. Os países que caminharam nessa direção formariam o bloco dos "Não Alinhados", posteriormente conhecidos como fazendo parte do "Terceiro Mundo", como referência aos outros dois mundos: o capitalista, capitaneado pelos EUA, e o socialista, pela URSS.

É preciso enfatizar que os principais personagens da Guerra Fria não atuaram de imediato no continente africano. Tanto os EUA quanto a URSS tiveram receio de uma vinculação prematura a movimentos políticos que pouco conheciam. Também haviam demonstrado o mesmo receio na descolonização, ocorrida na Ásia. É a partir dos dois últimos anos da década de 1950 que se iniciam as ações de apoio dos dois países a grupos, partidos e movimentos de libertação, em algumas colônias africanas. Até então, os EUA haviam priorizado suas alianças com as potências europeias, em especial Inglaterra e França, que por

sua vez eram potências coloniais também, enquanto a URSS evitava o apoio a movimentos políticos que não tivessem a liderança expressa de um partido comunista próximo às suas orientações.

Nesse sentido, é a própria mobilização dos africanos, emoldurada pelo exemplo asiático, o principal motor das lutas pelas independências. Os apoios internacionais surgiram *a posteriori*, na sequência das ações dos africanos e como resultado de um movimento de descolonização crescente e aparentemente incontornável no continente. Apoio que trazia, ao mesmo tempo, para dentro da África, as disputas da Guerra Fria, transformando-a em mais um terreno da bipolarização.

É evidente que margens de negociação existiam, no tocante às filiações internacionais, mas essas tenderam a se escassear com o avanço das lutas anticoloniais e dos apoios obtidos. A opção pelos EUA fechava as portas ao apoio da URSS e vice-versa. Essa bipolarização passou a comportar também subgrupos regionais, ainda durante o início do processo das independências na virada da década de 1950 para 1960. É assim que se consolidam no continente os grupos de Casablanca e Monróvia.

O grupo de Casablanca, em que se destacavam Gana, Mali, Guiné-Conakry, República Árabe Unida (Egito) e Marrocos, recebera esse nome por ter sido na cidade marroquina que decorrera, entre os dias 4 e 7 de janeiro de 1961, a conferência decisiva para a explicitação de seus objetivos, ainda que já atuassem nesse sentido previamente. O grupo defendia, acima de tudo, uma postura pan-africana (voltaremos a este tema mais adiante). A ideia de se avançar para uma unidade africana, política e econômica, o que era encarado pelos demais países africanos como, mais do que uma possibilidade de intervenção, uma estratégia de extinção dos estados. Outro ponto importante em suas declarações dizia respeito ao apoio explícito à luta de libertação que ainda era travada em diferentes colônias no continente. Tais posturas renderiam a eles a designação de radicais e sua opção ou simpatia pelo socialismo acabaria por reforçar essa imagem.

O outro grupo, denominado grupo de Monróvia, capitaneado por Senegal, Costa do Marfim e Libéria, recebera esse nome por ter sido na capital liberiana a reunião mais importante na definição de suas perspectivas, ocorrida entre os dias 8 e 10 de maio de 1961. Considerado por muitos autores como um bloco mais conservador, esse segundo grupo, também chamado de "moderado", agregava cerca de 20 países. Eram opostos a qualquer intervenção direta ou indireta nos assuntos internos dos estados africanos recém-independentes e, consequentemente, contrários à unificação continental. Defendiam a necessidade de uma solidariedade política entre os países africanos e não a integração de estados soberanos.

Ambos os blocos seriam suplantados, ainda que tão somente numa perspectiva formal, já que as divergências políticas permaneceriam por muito mais tempo, pelo nascimento da Organização da Unidade Africana (OUA), ocorrido na conferência de Adis-Abeba, entre os dias 22 e 26 de maio de 1963. A OUA se definiria nitidamente como uma organização de estados. Sua criação é, portanto, o princípio do fim da ideia de unificação total no continente. O que se traduz na aprovação de uma proposta de não ingerência nos assuntos internos dos estados-membros, muito próxima da defendida pelo grupo de Monróvia. Em contrapartida, adiciona-se aos propósitos da OUA a erradicação de todas as formas de colonialismo do continente, o que antes era uma das principais bandeiras do grupo de Casablanca. Seguindo tal objetivo, seria aprovada a criação de um fundo para auxiliar os movimentos de libertação africanos, ainda em luta pela independência de seus países.

Uma outra decisão fundamental dessa conferência de Adis-Abeba seria a de que os estados africanos deveriam respeitar as fronteiras territoriais legadas pela colonização. De acordo com a compreensão dos países participantes, mesmo sendo arbitrárias, elas já estavam estabelecidas e qualquer alteração possível ou desejável se transformaria num perigoso risco de conflito.

Guerra Fria

O nome Guerra Fria foi elaborado para dar conta de um conflito entre as duas superpotências saídas da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS, mas que nunca se transformou em confronto militar direto, de grandes proporções, entre ambos, ficando limitado ao terreno da política, da cultura e da economia. A disputa entre essas superpotências desdobrou-se no embate entre dois blocos de países: os capitalistas, comandados pelos EUA, que agitavam a bandeira das liberdades democráticas; e os socialistas, comandados pela URSS, que defendiam a construção de sociedades igualitárias.

Evidentemente, tais bandeiras ficavam no campo do discurso e das confrontações políticas entre os dois lados. Tanto os EUA apoiaram regimes ditatoriais em todos os continentes, como a URSS relacionava-se e bem com regimes pautados por expressivas desigualdades sociais e econômicas.

A corrida armamentista de ambos os lados, impulsionada pela criação de arsenais nucleares, gerou a militarização desses blocos de poder. Surgem assim, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, respectivamente apoiados por EUA e URSS.

Não Alinhados

A origem do Movimento dos Não Alinhados pode ser melhor entendida a partir da Conferência Afro-Asiática de Bandung (Indonésia), em 1955. Liderados por nomes, como: Nasser (Egito), Nehru (Índia), Sukarno (Indonésia) e Tito (Iugoslávia), os países do nascente Terceiro Mundo reafirmaram um espaço de atuação política no cenário internacional, defendendo sua independência face à pressão dos dois blocos mundiais de poder, condenando a manutenção de regimes coloniais e acusando as pretensões neocoloniais de algumas nações.
A oficialização do Movimento dos Países Não Alinhados teve lugar cinco anos depois, em nova conferência internacional, desta vez ocorrida em Belgrado (Iugoslávia), quando os temas principais passaram a ser a defesa do respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações, independente de seu tamanho, e o reconhecimento da igualdade de direitos a todos os povos. Outras 15 conferências tiveram lugar entre 1964 (Cairo) e 2006 (Havana), mas indiscutivelmente seu maior peso político esteve entre os anos de 1961 e 1973.

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Explique e desenvolva a seguinte afirmação:

> Além da contraposição entre descolonização *versus* luta de libertação nacional, outras, como: luta colonial *versus* luta anticolonial, guerra colonial *versus* guerra de independência traduziriam formas diversas de olhar para o fenômeno maior do embate entre colonizadores e colonizados, a partir de uma determinada perspectiva.

Resposta Comentada

Para alguns autores, ao utilizarmos a expressão descolonização estaríamos tirando a ênfase da ação dos colonizados e concentrando as atenções nos colonizadores. Nessa leitura, as independências foram concessões das potências coloniais europeias muito mais do que o resultado da luta de africanos e asiáticos. Tais autores tendem a sugerir o termo lutas de libertação nacional. Essa forma de encarar o embate entre colonizadores e colonizados repete-se em outras contraposições, tais como: luta colonial *versus* luta anticolonial, guerra colonial *versus* guerra de independência. Assim, a opção pela descolonização, pela luta colonial e pela guerra colonial demonstraria a escolha por entender e explicar os fatos e os confrontos através da metrópole

ou da ex-metrópole, dando a estas a primazia da ação e quando muito aos colonizados a opção da reação. No sentido inverso, a opção pelos termos luta de libertação nacional, luta anticolonial e guerra de independência seria adotada por aqueles que procuram ter em conta, à partida, os desejos e as ações dos colonizados.

As lutas e seus formatos

É preciso ter em conta que, antes das lutas de libertação nacional, o continente africano conheceu manifestações políticas e mesmo culturais, sobretudo no período entre as duas Guerras Mundiais, que pleiteavam mudanças e até mesmo o fim dos regimes coloniais. Estamos falando das chamadas ideologias supranacionais, como o pan-africanismo, a negritude e o pan-arabismo.

O pan-africanismo, termo cunhado por intelectuais negros das Américas e das Caraíbas que lutavam por direitos civis, na segunda metade do século XIX, chegaria à África através de estudantes africanos que na Europa tomaram contato com tal ideia. Logo, ganharia uma conotação política de melhoria das condições de vida dos africanos submetidos ao colonialismo e de igualdade de direitos. Acabaria tendo maior penetração nas colônias de língua inglesa e assumiria já nos anos 1940 a postura de que a libertação dos africanos deveria ser um fenômeno continental. Seu maior expoente, Kwame N´Krumah, primeiro ministro na independência do Gana (antiga Costa do Ouro), pregava a criação dos Estados Unidos da África.

Figura 13.1: Kwame N'Krumah.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dc/Kwame_Nkrumah_%28JFKWHP-AR6409-A%29.jpg

A negritude, por sua vez, teve maior impacto nas colônias francesas, estando relacionada, de início, à atividade literária. Seu desdobramento foi no sentido de construir uma identidade comum para os africanos e afro-descendentes, capaz de alimentar uma coesão cultural necessária à luta política. Sua politização, no entanto, ficaria nesse terreno da valorização do negro, não chegando a propor projetos de independência, como o pan-africanismo. Entre suas lideranças, o destaque ficaria para Léopold Sédar Senghor, primeiro presidente do Senegal, cargo que ocupou entre 1960 e 1981.

Figura 13.2: Léopold Sédar Senghor.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a8/L%C3%A9opold_S%C3%A9dar_Senghor.jpg

O pan-arabismo, por sua vez, envolveu regiões do Oriente Médio e do norte da África em torno da identidade árabe e da defesa do Islã contra os inimigos ocidentais. Seu auge ocorreu um pouco depois das duas anteriores, já de forma paralela à ascensão dos

nacionalismos, sobretudo durante a permanência de Gamal Abdel Nasser na presidência do Egito, nas décadas de 1950 e 1960.

Fortalecidas pela ideia de união dos africanos independentemente das fronteiras coloniais traçadas pelo colonizador, as ideologias supranacionais foram uma base importante de reivindicação política, contribuindo para a eclosão de projetos nacionalistas independentes, ainda que acabassem suplantadas por tais projetos. Os movimentos de libertação, os partidos políticos e as guerrilhas vitoriosas assumiriam faces nacionais e a luta pela independência teria um formato limitado às fronteiras coloniais.

Outras organizações políticas, sindicais e estudantis de amplitude regional também seriam suplantadas pelas lutas de caráter nacional, como foram os casos do National Congress of British West Africa, das elites comerciais e profissionais da Costa do Ouro, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia, e do Rassemblement Démocratique Africain, um grande partido que reunia jovens universitários e comerciantes das colônias francesas na África Ocidental, além de Camarões, Congo Brazzaville e Gabão. Ou ainda a West African Students Union, que representava muitos jovens africanos de diferentes colônias inglesas.

Passada a fase regional, quando esta existiu, pois não foram todas as colônias que conheceram a liberdade de criar organizações políticas, a reivindicação assumiu um formato nacionalista, encampado em grande parte dos casos africanos por lideranças que tinham maior proximidade ao colonialismo, viviam nas cidades e possuíam algum grau de instrução formal. Também as regiões mineiras do interior, que tinham sindicatos, foram fundamentais para o avanço dos movimentos de independência. O curioso é que muitos partidos nacionalistas obtiveram apoio de um número relativamente pequeno de africanos, já que sua capacidade de mobilização era limitada às questões locais, além de defrontarem obstáculos quanto às filiações étnicas.

Os primeiros partidos apareceram em função da abertura para a participação de deputados africanos nas Assembleias metropolitanas da França e da Inglaterra, nos anos 1950. Em seguida, eles começaram a ter uma atuação legislativa no nível das

colônias, o que reforçaria as reivindicações de cunho nacional. O nacionalismo urbano chegaria também ao campo, essencialmente através do comércio. Muitos fazendeiros africanos tinham contatos nas cidades e preocupavam-se com as políticas comerciais traçadas pelos governos. Acabariam sendo vitais para o avanço do nacionalismo nas zonas rurais.

A alteração na forma de reivindicação por parte dos africanos, assumindo cores nacionais, implicou que os africanos construíssem previamente uma ideia de nação, para na sequência lutar pela sua independência. Esse processo foi desenvolvido a partir da noção de território, construída ou moldada pelo colonialismo. Os angolanos, os quenianos e os senegaleses passam a se pensar como tais e a reivindicar essas nacionalidades, e identidades, num certo desdobramento do processo colonial. Evidentemente, os mais próximos ao colonialismo ou às instâncias coloniais foram os mais suscetíveis a apostar nesse novo ideal.

Fortalecido o desejo de independência, a postura anticolonial tenderia a se concentrar em dois cenários: luta política e luta militar. No primeiro caso, as possibilidades de negociação com a metrópole, ciente de seu poderio e das relações econômicas e comerciais, existentes com as colônias sob seu controle, foram levadas adiante. Desenvolve-se um crescente embate no campo da reivindicação política, resultando, sem prejuízo de momentos de tensão e violência, incluindo prisões e assassinatos, na discussão e na obtenção das independências.

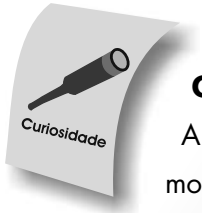
O cenário alternativo seria o da inexistência de uma margem mínima de negociação, em que a metrópole fazia crer ser impossível qualquer pretensão à independência. Fechadas as portas da política, não restaria outro caminho além do conflito armado.

Evidentemente, ao reagirem aos desafios lançados pelos nacionalistas africanos, todas as metrópoles estavam atentas aos cálculos dos custos de reprimir os nacionalismos ou modernizar o colonialismo. A segunda alternativa não foi levada a sério e a opção pelo embate ou não dependeu das condições de cada colônia e de cada governo metropolitano.

A análise mais acurada do fenômeno da descolonização no continente africano pode impedir uma perspectiva superficial que tenda a associar formas de governo existentes na Europa com os desfechos das disputas políticas ocorridas na África. Mais uma vez, é preciso ter atenção ao tempo e ao espaço. A mesma França que negociou com suas colônias da África Ocidental e Equatorial, em 1958, um plebiscito a respeito da manutenção destas nos quadros da União Francesa levou adiante, na Argélia, oito longos anos de guerra (1954-1962) contra a independência, capitaneada pela FLN (Front de Libération Nationale). Para entender o porquê desse comportamento divergente, é fundamental recordar que mais de 1 milhão de europeus residiam na Argélia, sendo esse montante composto por mais de 700 mil franceses.

Figura 13.3: Sekou Touré foi o primeiro presidente da Guiné Conacry que conquistara a independência da França por meio de um plebiscito, ocorrido em 1958. Naquela ocasião, a população votou contra a manutenção de seu vínculo à União Francesa.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fc/Sekou_Toure_usgov-83-08641.jpg

Com a Inglaterra não seria diferente. No ano de 1951, enquanto negociava com Kwame N'krumah sua libertação e passagem a primeiro-ministro na Costa do Ouro, futuro Gana, num sistema de semiautonomia, o governo inglês nomeava um missionário britânico como representante dos quenianos e prendia Jomo Kenyatta. A mesma Inglaterra que, em 1956, combatia a guerra dos Mau Mau (1952-1956), no Quênia, gerando um número de mortos superior a 10 mil entre os africanos, sendo o número de detidos em campos de reeducação superior a 50 mil, cedia ao desejo de independência do Gana, proclamada no ano seguinte. É o caso de lembrar que, na antiga Costa do Ouro, a economia agroexportadora, baseada no cacau, além de perder valor no mercado internacional, sempre teve a sua produção na mão dos africanos, enquanto as nobres culturas do café, chá e tabaco, existentes no Quênia, eram um monopólio dos aproximadamente 30 mil colonos brancos.



Guerra dos Mau Mau

A guerra dos Mau Mau ou revolta dos Mau Mau mobilizou parte significativa do povo kikuyu que havia sido expropriado de suas terras pelos colonos ingleses. Os impostos, cobrados pela administração colonial e a exploração da mão de obra local, completavam o quadro de violência contra as populações das terras altas do Quênia. A tentativa de reivindicação por melhorais da condição de vida dos africanos e a revisão das expropriações conheceu uma fase legal, iniciada com a criação de partidos políticos e associações africanas, como a Associação Central dos Kikuyus (KCA) e a União Africana do Quênia (KAU), mas tal iniciativa não obteve qualquer avanço na conquista de melhorias para os africanos. Surge então um conjunto de ações diretas, com ataques às

propriedades dos ingleses, reivindicando a expulsão destes. A organização desse grupo, em grande parte tendo por base a aliança étnica e os vínculos religiosos, foi marcada pela montagem de células clandestinas, que seriam apresentadas pelos colonos ingleses como sendo fruto de sociedades secretas, organizadas por meio de cerimônias e rituais de iniciação demoníacos. A revolta conseguiu algum fôlego, mas a chegada do reforço de tropas britânicas em apoio ao governo colonial foi decisiva para o seu fim em 1956. Apesar da derrota dos Mau Mau, mas também por sua sinalização quanto ao desejo de independência, em 1960, foram realizadas eleições legislativas no Quênia, dando o controle parlamentar aos africanos. Em 1963, o país conquista a independência, sob a liderança de Jomo Kenyatta, que havia sido preso em 1952, sob a falsa acusação de participar da guerra dos Mau Mau.

O número de conflitos anticoloniais prolongados na África foi pequeno. Para além do drama argelino e da guerra seguida de negociação do Quênia, os casos mais conhecidos seriam os das colônias portuguesas, à exceção do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe. Angola (como vimos em nossa aula anterior), Guiné-Bissau e Moçambique enfrentariam longas guerras de libertação, iniciadas respectivamente em 1961, 1963 e 1964, e só extintas após o esgotamento da tropa portuguesa nas três frentes de batalha, fundamental para a insurgência da Revolução dos Cravos. Portugal, o mais frágil economicamente dos impérios europeus – e certamente tal condição contribuíra para isso – foi o último a abandonar o continente.

África do Sul e Zimbábue

Ao contrário da maioria dos países africanos, a África do Sul conquistou sua independência da Inglaterra muito cedo, em 1910, ainda que tivesse mantido algumas limitações constitucionais até 1961, quando então abandona a Commonwealth, organização intergovernamental que reúne muitos dos países que faziam parte do império britânico. Portanto, é preciso lembrar que a luta do ANC e das demais organizações políticas dos sul-africanos negros não era propriamente pela independência do seu país, mas sim pelo fim da segregação racial, pelo fim do apartheid.

Algo parecido aconteceu com o Zimbábue, que até 1965 era uma colônia inglesa chamada de Rodésia do Sul. Naquele ano, seria proclamada sua independência, controlada pela minoria branca da colônia, assumindo o nome de República da Rodésia. O reconhecimento internacional, no entanto, não se efetivou, em função da severa segregação racial contra os negros, nos moldes do que ocorria na África do Sul. Somente em 1980, após a atuação da guerrilha comanda pela União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), é que o país realizaria eleições livres, com a votação de todos os seus habitantes. A maioria negra elegeria a ZANU e proclamaria a República do Zimbábue.

Ao finalizarmos esse ponto, caberia retomar uma parte da discussão presente na nossa introdução, no tocante ao fato de a memória e de a História das independências africanas ainda estarem

marcadas por um grande debate a respeito dos seus responsáveis ou protagonistas. Afinal, a independência é uma conquista dos africanos ou uma concessão dos europeus?

Os que defendem o caráter supostamente benevolente do colonialismo europeu ressaltam que as independências, na sua grande maioria, tiveram lugar sem a necessidade de guerras prolongadas, dado o entendimento da inevitabilidade do processo por parte das autoridades metropolitanas. Tal perspectiva estabelece a ideia de concessão, minimizando a força da organização e da luta, política ou militar, por parte dos africanos.

Em contraponto a essa perspectiva, levanta-se o fato de que todos os impérios coloniais mantiveram embates violentos em uma ou mais de suas colônias com o objetivo de impedir a conquista da independência por parte dos africanos. Por outro lado, a não existência, em algumas colônias, de guerras de libertação, não se traduz numa automática liberdade de ação por parte dos africanos. Mesmo nesses casos, as prisões e os assassinatos comprovam o empenho dos africanos em alcançarem a independência, e dos europeus em frearem esse ímpeto.

As independências

Curiosamente, é possível pensar um sentido geográfico da onda das independências no continente africano. Este seria do norte para o sul. A movimentação no norte e as conquistas começam já no início dos anos 1950, com a Líbia em 1951, que conquista sua independência da combalida Itália, após sua derrota na Segunda Guerra Mundial, mas que seria seguida por Marrocos e Tunísia em 1956, estes até então sob o controle francês. A derrota dos franceses, na Indochina, em 1954, foi fundamental para que os africanos ganhassem força em suas demandas e para que, ao mesmo tempo, no próprio governo francês surgissem dúvidas quanto ao investimento na manutenção colonial nesses dois casos. Percepção e interesses muito diferentes seriam ativados em relação à Argélia,

que como vimos passaria por uma sangrenta guerra anticolonial até a conquista da sua independência, em 1962.

Na África Ocidental, tanto as colônias britânicas da Costa do Ouro, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia, como as colônias francesas do Senegal, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Benin conheciam o sistema de eleição de representantes para os governos coloniais e mesmo para as assembleias nacionais, na Inglaterra e na França. Esse embrião de vida eleitoral, ainda que não democrática, foi responsável pelo surgimento de organizações políticas, sobretudo partidos políticos que acabariam funcionando como canais de comunicação com a metrópole. Entre 1957 e 1960, todas essas colônias alcançariam suas independências.

No Congo Léopoldville, a pressão exercida pelos trabalhadores africanos por melhores salários e condições de vida, ao longo dos anos 1950, acabou sendo canalizada por sindicatos e movimentos políticos para o desejo de independência. Após a prisão, em 1957, de Patrice Lumumba, que atuava no meio sindical e no jornalismo, defendendo o fim do colonialismo belga, a radicalização aumentou. A ausência de um sistema representativo nos moldes existentes nas colônias francesas e inglesas da África Ocidental dificultou o aparecimento de lideranças africanas nacionais. Em 1959, os boicotes dos africanos avançam para as greves e em sequência para alguns levantes localizados. O governo belga acelera a retirada e convoca eleições para o ano seguinte, tentando, no entanto, manter o controle administrativo e militar, abrindo mão apenas do político. O partido de Lumumba sai vencedor e a independência é proclamada em 30 de junho de 1960, atrapalhando os planos do governo belga e das empresas mineradoras que atuavam na região mais ao sul do país. Lumumba seria derrubado em dezembro desse mesmo ano por um golpe militar, patrocinado por Joseph Mobutu e assassinado no mês seguinte por uma coligação política que envolvia os interesses dessas empresas, do governo belga, dos EUA e de lideranças congolesas regionais.

Na África Oriental, as independências, à exceção do caso moçambicano, ocorreriam entre 1960 e 1965. A região possuía a

peculiaridade de reunir muitas colônias britânicas, o que certamente influenciou para um efeito em série. No entanto, como vimos anteriormente, essa presença britânica não assegurou uma via pela negociação em todos os casos. A violência perpetrada pelos ingleses na guerra dos Mau Mau, no Quênia, que, como vimos, envolveria um número significativo de mortes do lado africano e o uso de campos de prisioneiros que seriam responsáveis por outras milhares de mortes, é uma demonstração explícita de que os interesses em jogo não eram os mesmo em todas as colônias.

Na parte central do lado oriental do continente, as colônias inglesas que formavam a Central African Federation conheceram também a violência dos protestos dos africanos e da repressão das forças policiais inglesas sob a pressão dos colonos, envolvidos na exploração mineira e agrícola no Malauí e nas Rodésias do Norte e do Sul. A desobediência civil, encampada por partidos políticos com grande penetração popular, levou às independências do Malauí e da Zâmbia, antiga Rodésia do Norte. A Rodésia do Sul, atual Zimbábue, como vimos anteriormente, declarou sua independência em 1965, ainda que controlada pelos colonos brancos. Enfrentaria uma longa guerrilha que forçaria a negociação com o governo racista em 1979, abrindo espaço para as eleições que promoveram a vitória da ZANU, de Robert Mugabe.

Nas colônias portuguesas, onde não se reconhecia direitos políticos aos africanos, os movimentos de libertação iniciaram combates em Angola, em 1961, na Guiné Bissau, em 1963, e em Moçambique, em 1964. Angola, como vimos na aula anterior, teve a presença de três movimentos de libertação: Frente Nacional pela Libertação de Angola, Movimento Popular de Libertação de Angola e União Nacional para a Libertação Total de Angola. A independência, em 1975, conduziu ao poder o MPLA, apoiado pela União Soviética e por Cuba, dando origem a uma longa guerra civil com a Unita, que naquele contexto de guerra fria era apoiada pela África do Sul, representando as forças capitalistas.

Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique, formada em 1962, a partir de três movimentos de libertação já

existentes, libertou grande parte do norte e estava prestes a libertar o centro quando ocorreu, em 1974, a Revolução dos Cravos em Portugal, que derrubou o regime salazarista, motivada em grande parte pelo cansaço do exército com as guerras coloniais. A Frelimo assumiu o poder em Moçambique, em 1975, e em 1978 decidiu se transformar em partido marxista-leninista. Seguiu-se longa guerra civil, opondo a Frelimo à Resistência Nacional Moçambicana, um movimento criado pelo governo da Rodésia e posteriormente apoiada pela África do Sul.

As negociações para a paz na África Austral, em especial os conflitos envolvendo Angola e Moçambique por um lado e de outro a África do Sul, que suportava as guerrilhas que atuavam nesses países, respectivamente Unita e Renamo, abriram espaço para a última independência ocorrida na região, a do sudoeste africano, atual Namíbia, em 1990.

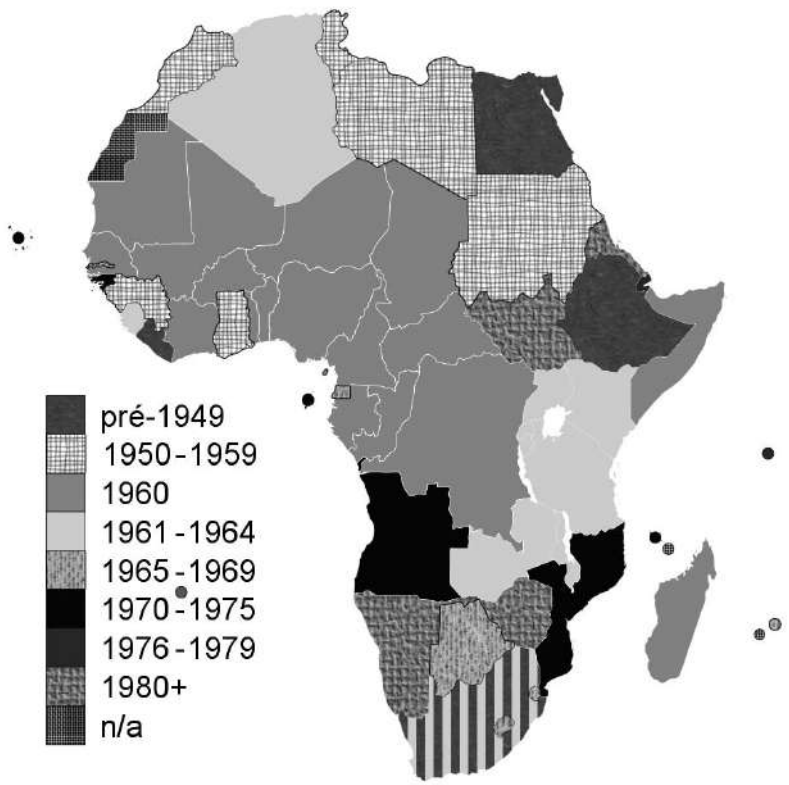


Figura 13.4: Mapa das independências africanas (informações mais detalhadas por colônia, ano da independência e ex-metrópole podem ser acessadas em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_da_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_de_%C3%81frica).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_de_%C3%81frica

Os primeiros anos e os primeiros governos

Obtida a libertação, as novas nações africanas teriam de defrontar um cenário internacional pouco amistoso. No tocante às relações internacionais, a bipolarização do mundo nos anos 1960 ditava as regras. No interior dos países africanos, faltava crédito de curto, médio e longo prazo, capacidade de endividamento, recursos humanos, medicamentos, alimentos e tudo o mais que se possa imaginar para a operacionalidade dos novos Estados. Na ausência de ajudas caridosas e desinteressadas, iria prevalecer o jogo duro das alianças político-econômicas, sempre pautadas pelo desejo da exclusividade.

Esse contexto internacional de disputas e de apoios ajudou a impulsionar as novas elites políticas africanas a buscarem projetos de desenvolvimento para seus países recém-independentes, fossem de orientação capitalista, fossem socialistas. O fundamental é que tais projetos permitissem aos novos países saltarem etapas, avançarem no tempo, potencializarem suas economias e com isso melhorarem as condições de vida de suas populações. Não se questionava as ideias de progresso e desenvolvimento, qual o custo social e político para implementá-las. Muito pelo contrário. O futuro estava à porta e seria alcançado pelas mãos dos líderes africanos.

A urgência desses líderes em promover mudanças nos seus respectivos países estava muito relacionada às alterações impostas pelo colonialismo ao continente. A África passara por uma experiência colonial relativamente curta no tempo decorrido, mas muito intensa no sentido das mudanças econômicas, sociais e culturais. É preciso considerar que, em alguns casos, a dominação colonial deu-se no percurso de uma vida.

Vale lembrar o caso de Mandande Moisés Machel, pai do primeiro presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel. Nascido em finais da década de 1880, o velho Machel viveu seus primeiros anos sob a liderança do soberano

Ngungunhana, até que em 1895 as tropas coloniais portuguesas derrotaram as forças militares de Gaza. Machel passaria então por longos 80 anos de jugo colonial, até que seu filho declarasse a independência de Moçambique, em 1975. Sua longevidade, rara num continente de baixa expectativa de vida, permitir-lhe-ia ainda saborear os primeiros anos da independência de Moçambique. Em sua longa trajetória, experimentou a última grande força político-militar africana ao sul de Moçambique a defrontar os colonizadores, a monarquia e a república expansionista portuguesa, o trabalho nas minas da África do Sul, a sequiosa exploração da mão de obra moçambicana, a ditadura salazarista, a longa guerra de libertação e o socialismo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Mandande morreu, em 1984.

Este é um belo exemplo para se demonstrar que a expansão colonial europeia sobre o continente africano adquiriu maior vigor na virada do século XIX para o XX, tendo de defrontar diversas resistências pulverizadas de maior ou menor envergadura, embora ainda sem os desenhos das lutas políticas nacionais que se delineariam a partir dos anos 1950. Indica, ainda, que a dominação colonial europeia enfrentaria, no pós-Segunda Guerra, o crescente desejo de independência, transformado numa inadiável realidade já em finais dos anos 1950, ainda que o caso moçambicano faça parte da segunda leva de independências que tiveram lugar, nos anos 1970.

O reconhecimento da curta duração da dominação colonial na África deve ressaltar a já citada velocidade da transformação econômica, social e cultural. Passo importante para entender que as elites políticas das novas nações africanas fossem quase inevitavelmente oriundas das áreas de maior contato com a exploração colonial, em grande parte urbanizadas e capazes de implementar uma perspectiva nacional.

Exercício ainda difícil de ser feito nos anos 1950 e 1960 pelos africanos ligados ao campo, mais próximos aos laços familiares, étnicos e de solidariedade, vínculos fundamentais e quase únicos

na sua estratégia de vida e forma de encarar o mundo à sua volta. O descompasso entre uma visão desenvolvimentista redentora e acelerada e as experiências marcadas pelas práticas locais, quando muito regionais, guiaria as opções dessas lideranças políticas africanas no pós-Segunda Guerra.

Facilmente, o resultado desse embate resvalou para uma leitura que tendeu a desvalorizar as lideranças e poderes locais, e muitas vezes étnicos, caracterizando-os como conservadores, tribais, em contraposição à modernidade dos partidos políticos e movimentos de libertação, que ao menos no campo do discurso e em muitos casos só mesmo nesse terreno, explicitavam sua perspectiva nacional.

Não obstante os centralismos que iriam marcar os regimes africanos, será exatamente no terreno da política que irá residir um dos principais desafios para os novos poderes africanos: a construção do Estado-Nação. Na verdade, a criação de um Estado que irá preceder a nação e agregar nações. O receio confirmar-se-ia na sequência de conflitos internos e golpes de Estado que grassaram no continente, nos anos 1960 e 1970. Mas estes serão temas e discussões para a nossa próxima aula.

CONCLUSÃO

O colonialismo criou cicatrizes profundas nos países africanos. Longe de ser um episódio de menor importância na longa história dessas regiões e populações, sua brevidade no tempo histórico nem sempre explicita a profundidade dos abalos provocados. As próprias lutas anticoloniais refletiriam tais mudanças. Novos segmentos populacionais e núcleos de poder formaram-se e em muitos casos conduziriam o processo de independência e o sonhado futuro da nova nação. A lição que fica é a importância quanto à necessidade de relacionarmos a luta anticolonial ao colonialismo vivido pelos africanos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

O que marca a diferença entre os dois tipos de embate colonial apresentados na aula?

Resposta Comentada

A postura anticolonial concentrou-se em dois tipos de embate: luta política e luta militar. No primeiro caso, as possibilidades de negociação com a metrópole, ciente de seu poderio e das relações econômicas e comerciais existentes com as colônias sob seu controle, foram levadas adiante. Desenvolve-se um crescente embate no campo da reivindicação política, resultando, sem prejuízo de momentos de tensão e violência, incluindo prisões e assassinatos, na discussão e na obtenção das independências.

O cenário alternativo seria o da inexistência de uma margem mínima de negociação, em que a metrópole fazia crer ser impossível qualquer pretensão à independência. Fechadas as portas da política, não restaria outro caminho, além do conflito armado. Evidentemente, ao reagirem aos desafios lançados pelos nacionalistas africanos, todas as metrópoles estavam atentas aos cálculos dos custos de reprimir os nacionalismos ou modernizar o colonialismo. A segunda alternativa não foi levada a sério e a opção pelo embate ou não dependeu das condições de cada colônia e de cada governo metropolitano.

RESUMO

Antes das lutas de libertação nacional, o continente africano conheceu manifestações políticas e mesmo culturais, sobretudo no período entre as duas guerras mundiais, que pleiteavam mudanças e até mesmo o fim dos regimes coloniais, como o pan-africanismo, a negritude e o pan-arabismo. Fortalecidas pela ideia de união dos africanos, independente das fronteiras coloniais traçadas pelo colonizador, as ideologias supranacionais foram uma base importante de reivindicação política, contribuindo para a eclosão de projetos nacionalistas independentes, ainda que acabassem suplantadas por tais projetos. Passada a fase regional, a reivindicação assumiu um formato nacionalista, encampado em grande parte dos casos africanos por lideranças que tinham maior proximidade ao colonialismo, viviam nas cidades e possuíam algum grau de instrução formal. Fortalecido o desejo de independência, a postura anticolonial tenderia a se concentrar em dois cenários: luta política e luta militar. Em ambos os tipos de embate, as independências africanas acabaram sendo conquistadas.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos as diferentes crises que tiveram lugar nos diversos países africanos, ao longo das suas primeiras décadas de independência.

Aula 14

Crises na África independente

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Apresentar os principais problemas de ordem econômica e política que estiveram presentes no pós-independência de grande parte dos países africanos e discutir alguns casos nacionais de maior repercussão internacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir os principais problemas de ordem econômica e política que fomentaram as crises ocorridas no continente africano, a partir dos anos 1970;
2. avaliar as causas e implicações de três importantes episódios da história da África: a Guerra do Biafra, o fim do *apartheid* e o genocídio do Ruanda.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior (Aula 13), as propostas de independência de caráter nacional acabariam suplantando as ideologias supranacionais, em especial o pan-africanismo, na formatação das lutas anticoloniais. Essa perspectiva seria mantida no pós-independência de grande parte dos países africanos. As elites políticas nacionais voltar-se-iam para os graves problemas internos e para as diferentes disputas pelo poder. O discurso de um horizonte de maior união e integração africana iria desaparecer sem ser notado. Ganharia força a postura, em nível nacional, de mudança, de construção de um projeto que levasse essas sociedades ao desenvolvimento.

Esse seria o cenário do imediato pós-independência de grande parte dos países africanos. Acreditava-se que com o fim do colonialismo e da sangria econômica provocada por ele, as novas nações iriam crescer economicamente e dar conta das demandas pleiteadas pelas populações africanas nas mais diversas áreas. Os primeiros anos dos governos independentes não negariam tal possibilidade de imediato, mas a segunda metade dos anos 1970 e, definitivamente, os anos 1980, marcariam, indiscutivelmente, o fim da expectativa das realizações econômicas. As desilusões políticas seriam ainda mais prematuras em virtude dos sucessivos e inúmeros golpes de estado e conflitos civis. Os sonhos de uma vida melhor foram breves.

Para tentar dar conta desses temas, optamos nesta aula pela apresentação, num primeiro momento, de alguns problemas comuns, sobretudo na área econômica, para em seguida apresentar alguns breves estudos de caso que por sua violência, impacto no continente e repercussão internacional merecem uma atenção especial da nossa parte.

Os projetos desenvolvimentistas

Capitalistas e socialistas, conservadores e modernizadores, direita e esquerda compartilharam o mesmo sonho desenvolvimentista no continente africano. A opção mais comum para pavimentar

esse caminho seria a do partido único, sem alternância prevista ou partilha do poder, assegurando-lhes um eficaz mecanismo de preservação dos seus respectivos regimes.

Entretanto, os diferentes países recém-independentes não se mostraram próximos apenas na busca do desenvolvimento. O passado colonial deixara marcas profundas na sua estrutura de produção. Suas economias, construídas para a exportação de matérias-primas, agrícolas e minerais, tinham grande dificuldade, mesmo quando estimuladas pelos novos projetos, em escapar a tal armadilha. A diretriz básica continuaria sendo a expansão da agricultura para exportação, num formato muito parecido com a da proposta colonial. A agricultura familiar, com raras exceções, não teria maiores apoios por parte dos governos africanos.

As estratégias, sem dúvida, não seriam as mesmas. Afinal, ainda que visassem ao ideal de desenvolvimento, as perspectivas quanto a que sociedades deveriam ser construídas eram bem diferentes. As elites dirigentes dos vários países africanos pensavam poder muito, já que controlavam os governos, promulgavam leis, estabeleciam metas e raramente escutavam opiniões discordantes, mas sonhavam resultados díspares.

As opções socialistas seriam marcadas pelas intervenções na produção, tanto na agricultura quanto na indústria. Em alguns países africanos, foram criadas aldeias comunais compulsoriamente. A lógica era evidente. Com a concentração das populações, seria mais fácil para o Estado providenciar escolas, postos de saúde, fornecimento de sementes e outros auxílios agrícolas, além de facilitar o escoamento da produção que iria reforçar o processo de industrialização, esse sim considerado o investimento capaz de superar o atraso.

Faltou combinar com a população. Desestimulada a semear em terras que não eram suas, sujeita a preços controlados pelo Estado e exposta tanto aos desmandos dos novos poderes locais quanto à sua incapacidade para gerenciar estruturas tão grandes, abandonou tal opção.

Ainda no campo, seria tentado o experimento em grandes empresas agrícolas, baseadas no maior uso da tecnologia, que permitiria alcançar grandes níveis de produtividade. O gigantismo dos projetos, os equívocos de planejamento, os altos investimentos exigidos e as fragilidades dos recursos humanos estariam entre os principais fatores explicativos para o fracasso dessas intervenções.

No setor industrial, não seria muito diferente. Falhas no dimensionamento das fábricas, quase sempre demasiadamente grandes, gerando enormes dificuldades de gestão, e incapacidade de absorção do custo desses investimentos, seriam fatais.

As tentativas enquadradas como capitalistas não tiveram desempenho melhor. Preocupados inicialmente em atrair capitais externos que pudessem alavancar a produção, principalmente agrícola, mas também mineira, os estados africanos que fizeram tal opção não desconsideraram as ofertas feitas pelas antigas metrópoles. Muito pelo contrário, estes seriam os vínculos privilegiados.

O obstáculo era a necessidade de fornecer garantias de que o investimento teria retorno e seria respeitado para além das intempéries políticas ocorridas no imediato pós-independência de muitos desses países, o que, evidentemente, tornava esse capital muito mais caro. A inversão dos rendimentos na construção de um parque industrial que potencializasse o crescimento também seria feita e as consequências, como nos casos socialistas, também seriam desastrosas.

Problemas internos

Os diferentes governos enfrentariam, por outro lado, poderes locais consistentes e dispostos a lucrar com a capacidade infinita de produzir recursos demonstrada pelo Estado. A derrocada final, retardada por algum tempo em função da baixa remuneração dos trabalhadores, mas inevitável, viria com o barateamento dos preços dos produtos africanos no mercado internacional, logo provocando a carência de produtos industrializados e o crescimento, mais uma vez, do endividamento externo.

Ao mesmo tempo, os Estados Nacionais tinham de enfrentar novos e graves problemas sociais. O crescimento populacional, que se iniciara na última fase do percurso colonial – anos de 1940 e 1950 –, fruto de um maior investimento nas áreas da saúde e da educação, que resultou numa diminuição da taxa de mortalidade, foi responsável, em alguns casos, pela injeção de ânimo e quadros na luta de perfil urbano e até mesmo sindical, que assumiu, inicialmente, um tom independentista, mas posteriormente passaria a questionar as novas autoridades nacionais.

Novos e melhores índices seriam obtidos com a ampliação dos investimentos na área da saúde e da educação por parte dos primeiros governos do pós-independência. A boa notícia, no entanto, traria outras consequências bem menos auspiciosas, como a urbanização acelerada, resultando numa crescente favelização, e o surgimento de largos segmentos da população sem ocupação definida, aglomerados nas zonas urbanas e suburbanas, ávidos por oportunidades e, ao mesmo tempo, mais suscetíveis às manipulações políticas.

Por outro lado, a crise generalizada dos anos 1980 no continente, resultado dos mais assustadores, que demonstra o poder de destruição dos famosos planos de reajustamento estrutural, promovidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, não deve esconder as conquistas do pós-independência. Para além da liberdade do jugo colonial, indissociável das lutas antirracistas e difícil de calcular para quem não viveu tal realidade, muitos foram os progressos na área da saúde e da educação.

Evidentemente, como o patamar de partida era sempre muito baixo, quando minimamente existente, os números alcançados podem parecer frágeis, mas é indiscutível que passaram a incorporar um montante cada vez maior de africanos. Nos anos 1960 e 1970, o PIB da África continuou subindo ano após ano. Os produtos agrícolas ainda mantinham alguma força no mercado internacional e, sobretudo, a mineração demonstrava grande fôlego na tarefa de superar as dificuldades financeiras dos estados.

O colapso econômico da maioria dos países africanos manifestar-se-ia nos anos 1980. O esforço para atender a uma população incorporada às áreas de atuação dos serviços públicos, exigência muitas vezes inexistente no período colonial; o crescimento numérico dessa mesma população, fruto das melhorias conquistadas e suas consequências imediatas: alimentação, moradia, ensino e assistência médica; a desproporção avassaladora no mercado internacional entre os preços obtidos pelas matérias-primas africanas e os produtos industrializados, importados por esses países; o inchaço das máquinas administrativas desses estados, quer para atender às novas demandas da população, quer como resultado dos inúmeros apadrinhamentos políticos; os inúmeros casos de corrupção; o endividamento galopante para tentar dar conta num primeiro momento dos projetos de desenvolvimento e, posteriormente, das necessidades do cotidiano dessas populações. Todos esses fatores e certamente mais alguns que escapam a esse tipo de abordagem menos focada contribuíram decisivamente para mergulhar o continente no caos que se instalou na região, nos anos 1980.

As crises políticas resultavam ainda do fato de que os resultados econômicos nem sempre alcançavam as populações da mesma forma e na intensidade despertada e desejada pelo sonho da independência. As demandas eram muito grandes e as capacidades de realização limitadas, ainda que existentes.

Num quadro como esse, em que o Estado precisa atender a diferentes aspirações, a ausência de um espaço para o questionamento e a discussão das políticas econômicas e sociais transformou-se num escoadouro para as ações violentas. A lógica do partido único instalou-se no continente e com ela as tentativas de golpe de Estado.

Auxilia nesse entendimento o contexto internacional da bipolarização, entre EUA e URSS. Armamentos, recursos financeiros e justificativas eram obtidas internacionalmente, hipotecando as presumíveis vitórias e, consequentemente, o futuro. Entre 1963 e 1969, o continente terá uma média de três golpes de estado por ano,

sendo que em 1966 foram seis golpes que inverteram o comando no Alto Volta (atual Burkina Faso) Burundi, Gana, Nigéria, República Centro-Africana e Uganda.

Em alguns países africanos, a conjugação entre fechamento das alternativas políticas internas e apoios externos foi responsável pela eclosão de violentas guerras civis. A roupagem desses conflitos combinava muitas vezes embates ideológicos, étnicos, regionais e religiosos. Os dois primeiros fenômenos tenderam a ser mais comumente acionados como fatores explicativos dos conflitos. Afinal, sua leitura imediatista e quase autoexplicativa encaixava-se com perfeição à ideia generalizada de que os africanos, divididos numa enorme profusão de grupos étnicos e alinhados com forças ocidentais ou do leste não conseguiam resolver seus problemas de forma pacífica.

Essa avaliação não considera o curto espaço de tempo que os novos países africanos tiveram para imaginar suas respectivas nações e desenhar seus projetos de desenvolvimento, nem tampouco a intervenção de forças externas ao continente, em luta pela conquista ou manutenção de um espaço privilegiado, nesses novos estados. Mas, acima de tudo, desconsidera os conflitos ocorridos em outras partes do mundo e em outros períodos da história, com o mesmo fim: a construção de Estados-nações.

Cientes do risco da generalização que um sobrevoo como o realizado produz, incapaz de atentar para nuances regionais e principalmente nacionais, e tendo esse vasto e controverso cenário como pano de fundo para a seleção de alguns temas, optamos por destacar os casos que se apresentam como os exemplos mais inquietantes de determinadas questões.

Atende ao Objetivo 1

1. Você concorda com a afirmação abaixo em relação aos países africanos? Justifique sua resposta.

> A segunda metade dos anos 1970 e, definitivamente, os anos 1980, marcariam, indiscutivelmente, o fim da expectativa das realizações econômicas.

Resposta Comentada

Acreditava-se que com o fim do colonialismo e da sangria econômica provocada por ele, as novas nações iriam crescer economicamente e dar conta das demandas pleiteadas pelas populações africanas, nas mais diversas áreas. Os primeiros anos dos governos independentes não negariam tal possibilidade de imediato, mas a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980 seriam decisivos para o insucesso desses países. As desilusões políticas seriam ainda mais prematuras em virtude dos sucessivos e inúmeros golpes de estado e conflitos civis. Os sonhos de uma vida melhor foram breves.

Capitalistas e socialistas, conservadores e modernizadores, direita e esquerda compartilharam o mesmo sonho desenvolvimentista no continente africano. A opção mais comum para

pavimentar esse caminho seria a do partido único, sem alternância prevista ou partilha do poder, assegurando-lhes um eficaz mecanismo de preservação dos seus respectivos regimes. Entretanto, os diferentes países recém-independentes não se mostraram próximos apenas na busca do desenvolvimento. O passado colonial deixara marcas profundas na sua estrutura de produção. Suas economias, construídas para a exportação de matérias-primas, agrícolas e minerais, tinham grande dificuldade, mesmo quando estimuladas pelos novos projetos, em escapar a tal armadilha. A diretriz básica continuaria sendo a expansão da agricultura para exportação, num formato muito parecido com a da proposta colonial. A agricultura familiar, com raras exceções, não teria maiores apoios por parte dos governos africanos.

A derrocada final, retardada por algum tempo em função da baixa remuneração dos trabalhadores, mas inevitável, viria com o barateamento dos preços dos produtos africanos no mercado internacional; logo, provocando a carência de produtos industrializados e o crescimento, mais uma vez, do endividamento externo.

Um caso de tentativa de divisão: a Guerra do Biafra

A Guerra do Biafra, também conhecida como Guerra Civil Nigeriana, foi certamente um dos conflitos mais marcantes na história do continente. Sua repercussão internacional de certa forma inaugura a ideia do descalabro dos estados africanos no pós-independência e dá início também a uma sequência de episódios que consolidariam a relação entre os africanos e as imagens de fome, destruição e morte, que seria o tom das notícias sobre a África, entre os anos de 1970 e 1990, e que ainda hoje possuem forte presença na mídia internacional. Pesou decisivamente para isso o assustador número de 1 milhão de mortos e as inúmeras fotos de crianças esquálidas e nuas, deformadas pela fome.

O embate teve início em julho de 1967, sendo formalmente extinto em janeiro de 1970, mas seus antecedentes remetem a fatores

bem mais antigos, assim como suas consequências marcaram de forma profunda o novo país muito além do fim das hostilidades militares.

O conflito explicita-se pela tentativa de separação das províncias do sudeste da Nigéria, que proclamam a República do Biafra. De fato, este foi o resultado final de tensões de diversas ordens. Confrontações religiosas, étnicas e culturais encontraram no petróleo e nos interesses internacionais os elementos que faltavam para a explosão da guerra.

Aproximadamente seis anos após a independência do país, o governo nigeriano enfrentava inúmeras dificuldades para fazer valer a ideia de nação diante da diversidade política, religiosa e étnica existente. Eram mais de 250 grupos étnicos e três grandes correntes religiosas cortando o país: islâmicos, cristãos e adeptos de religiões locais, com diferentes variações. Essa miríade de grupos era até certo ponto ofuscada pela presença dos três grupos étnicos majoritários, haussás, iorubás e ibos, que juntos somavam cerca de 70% da população total do país, que em 1967 era de aproximadamente 60 milhões de habitantes. Estes, por sua vez, também conheciam uma grande sobreposição entre os fatores regional, étnico e religioso.

De certa forma, essa junção do tripé etnia, religião e região acabaria sendo a maneira mais corriqueira e fácil de explicar a guerra: os ibos, cristãos do sudeste do país, entraram em luta pela sua independência dos haussás, islâmicos do norte, e dos iorubás, das religiões locais do sudoeste.

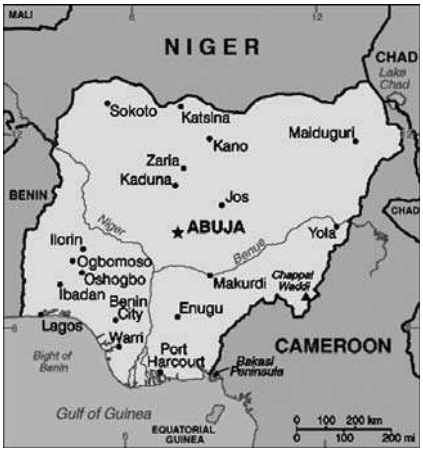


Figura 14.1: Mapa da Nigéria.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ni-map.png

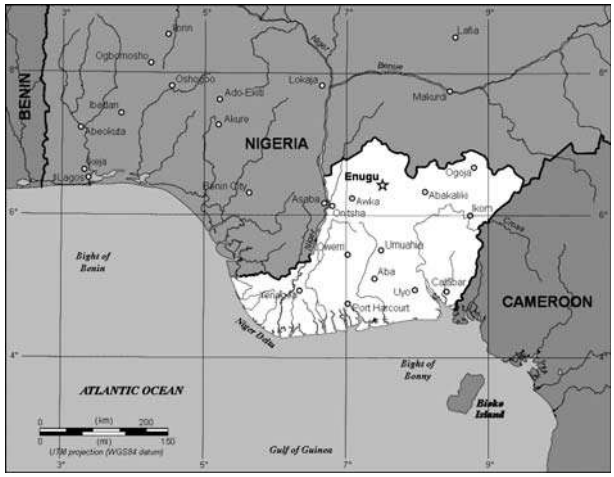


Figura 14.2: Mapa da República do Biafra.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Biafra_independent_state_map-en.svg

Essa leitura do conflito não está equivocada no seu princípio fundamental, até porque os próprios nigerianos encararam e continuam a perceber a guerra dessa forma. No entanto, ela deixa em segundo plano não só a trama que vai dar sustentação à guerra, mas sobretudo a importância dos fatores econômicos e internacionais, sendo que esses não podem ser entendidos de forma desvinculada.

É importante frisar que os componentes de ordem regional, religiosa e étnica já estavam presentes durante a construção da colônia pelos ingleses, assim como também tiveram impacto em outros países africanos recém-independentes. Não podemos esquecer ainda que foi dessa forma, costurando interesses diversos, que se conseguiu chegar à independência. Evidentemente, o potencial explosivo desses fatores não se esgotou com a proclamação da nova República, ainda que tenham conhecido certa acomodação.

Numa perspectiva mais atenta aos aspectos históricos, devemos ter em conta que o islamismo e as religiões locais de haussás e iorubás adensaram, respectivamente, os poderes políticos e religiosos dos emires e dos obás. De forma bem diferente, podemos destacar a estrutura mais descentralizada existente entre os ibos. Esses cenários divergentes permitem entender o fato dos ingleses, no

período colonial, terem implementado no norte da Nigéria, na região haussá, a ideia de administração indireta, dada a força e o comando dos emires (ver Aula 10). O contraponto seria a maior proximidade dos ibos à vida colonial, o que renderia a essa região e seu grupo majoritário índices muito mais elevados de frequência escolar, incluindo a formação de alguns quadros técnicos e universitários, o que ajuda na compreensão quanto a maior dispersão de pessoas desse grupo por toda a colônia e depois pelo país, dada a sua atuação nas funções administrativas e técnicas.

Inegavelmente, o colonialismo que criara a Nigéria também reforçara as diferenças entre suas regiões. Essa marca ainda estaria presente na luta anticolonial com a criação de partidos de base étnica e regional. O acordo para a independência manteve essa divisão do país em três regiões, dado o receio de cada uma delas em perder espaço numa república de fato nacional.

Ainda assim, cabe perguntar nesse momento que novos elementos alimentaram as tensões e promoveram a ruptura. Um desses elementos foi o exército. A existência de tropas e armas que podiam ser manobradas em favor de um ou outro campo político. Outro fator não menos importante foi a exploração de petróleo e sua concentração na região sudeste do país. E por último, os interesses internacionais nessa exploração petrolífera e seus vínculos internos.

Os embates têm início em janeiro de 1966 com um golpe de estado, promovido por majores e capitães do exército. Os postos militares pareciam informar mais sobre o golpe do que a leitura étnica, mas o assassinato de lideranças políticas do norte acabariam consolidando a ideia de um golpe ibo. Seis meses depois, em julho de 1966, seria a vez de um contragolpe, levado adiante por oficiais militares do norte. Indiscutivelmente, o componente étnico passava a ditar os passos do conflito.

Assume como chefe de Estado o tenente-coronel Yakubu Gowon, oriundo do Norte, de um grupo minoritário, os angas, e cristão. No entanto, a supremacia haussá era inegável. Surgem então

as primeiras perseguições e assassinatos à população ibo residente no norte do país, em função da antiga rivalidade étnica e religiosa, mas também fruto de certa desigualdade econômica em favor dos ibos, pelos postos de trabalho que ocupavam. A saída para os ibos foi a fuga para sua região de origem.

As disputas políticas ocorrem em paralelo à consolidação da região sudeste como uma área de grande produção petrolífera, o que ajuda a entender a aliança operada entre lideranças políticas e militares do sudeste e governos e empresas petrolíferas do exterior. É assim que em maio de 1967, o coronel Odumegwu Ojukwu, que morreu recentemente, em novembro de 2011, na Inglaterra, proclama a secessão do Sudeste da Nigéria e institui a República do Biafra.

Os massacres ocorridos no norte, a fragilidade militar da nova República e uma campanha internacional de defesa dos ibos conseguiram conquistar apoios externos para além do envolvimento financeiro de algumas petrolíferas, com especial destaque para a francesa Elf. Com o avançar do conflito, os apoios também se alargaram. Pelo lado biafrense, surge primeiro o apoio da França, depois Canadá, Vaticano, Tanzânia, Costa do Marfim, Portugal, Rodésia e África do Sul. Os três últimos pesariam desfavoravelmente aos insurretos, afinal tratava-se de uma metrópole colonial, que levava adiante guerras contrárias à independência em três de suas colônias, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e duas repúblicas africanas, baseadas em regimes racistas. Do lado do governo nigeriano, alinharam vários países, com destaque para a Inglaterra e a União Soviética, num primeiro momento, e posteriormente os EUA.

Os conflitos armados foram desde o início muito sangrentos e alcançaram também a população civil ou porque estes tentavam defender suas casas ou porque foram muitas vezes feitos de escudos humanos. Em fevereiro de 1968, estabelece-se um equilíbrio no terreno e o governo decide pela construção de um bloqueio total às províncias do Sudeste. Surge assim o desastre humanitário

que resultou nas fotos e filmes televisivos que rodaram o mundo, apresentando verdadeiros cadáveres humanos ainda com vida.

O bloqueio foi de tal intensidade que mesmo a Cruz Vermelha foi forçada a negociar com o governo nigeriano o acesso às zonas de guerra. O acesso seria permitido em troca do silêncio e de certo controle governamental sobre as ações da instituição. Revoltados com a situação, jovens médicos franceses ao regressarem à França denunciam a cumplicidade da Cruz Vermelha ao não noticiar ao mundo o que ocorrera no Biafra e criam a organização Médicos Sem Fronteiras.

Apesar da resistência biafrense até fins de 1969, as tropas governamentais passam naquele final de ano a adotar uma ação de maior envergadura, associando infantaria e aviação, num maior nível de mobilização. Em 13 de janeiro de 1970, os militares biafrenses assinam a rendição.

Evidentemente, o acordo de paz não foi capaz de resolver as tensões de ordem econômica, política, religiosa e étnica existentes e importantes no entendimento do conflito nigeriano. No imediato pós-guerra, foram recorrentes as acusações dos ibos quanto à incapacidade do governo nigeriano em reformar as áreas que foram destruídas durante o combate e que estavam na região Sudeste. Mais importante ainda é o sentimento dos povos do Sudeste de que a riqueza do petróleo extraído da sua região, tanto aduba as contas bancárias das diversas autoridades quanto é escoada para outras regiões do país de forma desproporcional.

Para os demais países e políticos africanos, restaria a convicção de que uma nova guerra de tipo separatista dificilmente alcançaria sucesso no continente. A regra da OUA de manter as fronteiras coloniais, ainda que estas representassem a violência e a arbitrariedade das metrópoles, prevaleceu. Estava demonstrado que a alternativa a esse procedimento implicava novo rearranjo de poder e que isso não ocorreria de forma pacífica.

Um caso de luta antirracista: a África do Sul

A luta contra o *apartheid* marcou a história da África do Sul e de certa forma monopolizou grande parte do olhar internacional sobre o continente africano, especialmente a partir dos anos 1960. Pesou decisivamente para essa maior atenção por parte de pessoas e governos espalhados pelo mundo, a violência do regime explicitada no massacre de Sharpeville. Naquele dia 21 de março de 1960, um protesto contra as leis do passe, que obrigava os negros a portarem autorizações para seu deslocamento, foi reprimido de forma bárbara pelas forças de segurança do país, na cidade próxima a Johannesburg. Foram assassinadas 69 pessoas e feridas mais de 200, com tiros pelas costas, numa demonstração evidente de que os militares pretendiam perpetrar execuções e não dispersar a multidão.

Figura 14.3: Massacre de Sharpeville.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sharpville-massacre.jpg

Diante de tal violência, como não se sensibilizar com a luta dos sul-africanos negros, a esmagadora maioria da população do país, pelo fim do regime de segregação racial, pelo fim dos assassinatos dos militantes da causa e pelo fim das detenções ilimitadas? O

massacre de Sharpeville radicalizou o posicionamento de ambos os lados e o ANC (Congresso Nacional Africano), principal liderança política na luta contra o *apartheid*, passou a defender ações de sabotagem e a planejar ações de guerrilha.

Pouco mais de dois anos após o massacre, ocorreu a prisão de Nelson Mandela, em agosto de 1962, sob as acusações de viajar ilegalmente ao exterior e fomentar greves. Nos anos seguintes, ainda preso, novas acusações surgiram contra o homem que se tornou o símbolo daquela luta. O regime segregacionista pretendia a pena de morte por enforcamento, mas os julgamentos acabaram determinando a prisão perpétua. O caso de Mandela passou a ser um problema político, o que explica o fato de sua libertação ter ocorrido mais de 27 anos depois de sua prisão, em fevereiro de 1990, quando o regime do *apartheid* estava a caminho do fim.

Como foi possível se estabelecer tal regime? Mais ainda, como foi possível tal regime manter-se por tanto tempo no continente africano? A história do povoamento da África do Sul, como vimos na Aula 9, é fundamental para entender a montagem dessa engrenagem racial, mas não é suficiente. Além da chegada dos calvinistas dos Países Baixos, huguenotes da França, protestantes da Alemanha, no século XVII, e dos ingleses, ao longo do XIX, devemos acrescentar os conflitos e as alianças que foram tecidas entre os diversos grupos populacionais do território da África do Sul, bem como as relações econômicas e políticas com as potências ocidentais e suas empresas.

Apesar da guerra entre ingleses e bôeres, na virada do século XIX para o XX, uma aliança de base racial estabeleceu-se entre os dois grupos e foi importante para a consolidação da exclusão de negros e mestiços da participação política e das riquezas geradas no país. Como foi visto na Aula 10, ao contrário da maioria dos países africanos, a África do Sul conquistou sua independência da Inglaterra muito cedo, em 1910, ainda que tivesse mantido algumas limitações constitucionais até 1961, quando então abandona a Commonwealth.

Entretanto, sua independência nasce com a marca da segregação nos postos de trabalho, nos salários e em outras questões fundamentais na definição dos direitos e deveres da população negra do país. Três delas evidenciam de forma inquestionável como o regime foi construindo o sistema de segregação em prejuízo da população negra: em 1911, é instituída a regulamentação do trabalhador nativo, que considerava crime qualquer quebra de contrato por trabalhadores não brancos; em 1913, será a vez de regulamentar a lei de terras, que criava reservas para os negros, impedindo-os de adquirir propriedades fora daquelas regiões determinadas; e por último, em 1923, a lei do passe, que controlava e impedia o deslocamento da população negra pelo país. Por isso, é preciso lembrar que a luta do ANC e das demais organizações políticas dos sul-africanos negros não era propriamente pela independência do seu país, mas sim pelo fim da segregação racial.

Para combater tal situação, a população, cerceada em seus direitos, cria organizações políticas na tentativa de conquistar uma maior participação na elaboração das leis que moldavam o novo país. Em 1912, será criado o Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos (SANNC), que se transformaria no já mencionado ANC, em 1923. Em 1921, seria a vez do Partido Comunista da África do Sul (CPSA). Ambos seriam tachados como ilegais nos anos 1950, após a instituição formal do regime do *apartheid*, em 1948.

Essa institucionalização provocou de fato uma intensificação da política de segregação racial. A vitória do Partido Nacional, na primeira eleição do pós-Segunda Guerra, alçou aos principais cargos políticos do país, homens simpatizantes da ideologia nazista de valorização de uma imaginada supremacia racial branca. Pesara a favor dessas ideias o receio que tomou conta da população branca, não por acaso a única eleitora, quanto ao fortalecimento de um discurso democrático e até certo ponto antirracista na Europa pós conflito.

A ideia de separação foi levada ao extremo, com o estado passando a regular as relações sociais públicas e privadas. A ideia de raça, já em discussão e criticada em muitas partes do mundo,

passou a ser a forma de distinção da população sul-africana e, consequentemente, de enquadramento dos seus direitos e deveres. As relações sexuais e os casamentos, por exemplo, passaram a ter de respeitar as barreiras raciais. Surgem espaços públicos e privados diferentes para negros e brancos. E as infrações a essa política de separação passam a ser punidas com a prisão.

FOR USE BY WHITE PERSONS
THESE PUBLIC PREMISES AND THE AMENITIES THEREOF HAVE BEEN RESERVED FOR THE EXCLUSIVE USE OF WHITE PERSONS.
By Order Provincial Secretary
VIR GEBRUIK DEUR BLANKES
HIERDIE OPENBARE PERSEEL EN DIE GERIEWE DAARVAN IS VIR DIE UITSLUITLIKE GEBRUIK VAN BLANKES AANGEWYS.
Op Las Provinsiale Sekretaris

Figura 14.4: A formalização do *apartheid*. Os espaços públicos também eram segregados. (Tradução: para uso por pessoas brancas. Esta área pública e seus espaços de lazer são reservados para uso exclusivo de pessoas brancas por ordem do secretário provincial). Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:ApartheidSignEnglishAfrikaans.jpg

A busca pela separação chegou ao ponto de se reservar áreas para a moradia dos negros, os chamados bantustões. Neles os sul-africanos negros, separados por grupos étnicos e linguísticos, formariam governos autônomos e poderiam conseguir até mesmo a independência. Tratava-se de uma explícita iniciativa de tentar dividir a população negra, fortalecendo o sentimento étnico e dando em troca áreas de pouco valor agregado e isoladas das redes de comércio e produção existentes no país.

Como afirmado anteriormente, o massacre de Sharpeville radicalizou a luta. Diferentes organizações políticas e sociais passaram a apoiar a palavra de ordem do ANC de impor perdas econômicas ao regime e manter a repercussão internacional da luta antirracista, alcançada com a divulgação do massacre. A repressão, no entanto, mostrou-se feroz e intransigente. Não foram abertas portas de negociação pelo regime. Pelo contrário, milhares de prisões foram perpetradas com o objetivo de anular a rede popular de apoio às organizações de luta dos negros. O exílio foi a saída para grande parte dos dirigentes negros sul-africanos que conseguiram escapar à repressão.

Os anos 1970 seriam marcados por três episódios que mantiveram o clima de enfrentamento. O primeiro deles seria o fim do colonialismo português na região austral do continente e, consequentemente, as independências de Angola e Moçambique, em 1975, transformando-se em países de orientação socialista, firmes defensores da luta contra o *apartheid* e gestores de apoios regionais importantes ao ANC. O segundo seria o também famoso massacre de Soweto, mais uma das atrocidades cometidas pelo regime sul-africano, ocorrido em 1976, quando policiais assassinaram quatro estudantes numa manifestação de alunos negros contra a imposição do *afrikaans*, a língua dos bôeres, como idioma oficial nas escolas. Na sequência, durante as manifestações contra tais mortes, mais de 600 pessoas seriam também assassinadas. Por último, a execução de Steve Biko, também um militante da causa estudantil, que ajudou na criação da Organização dos Estudantes Sul-Africanos (Saso), e que depois de ser proibido de discursar seria detido em 1977 e assassinado pelos policiais, durante uma transferência de prisão.

O governo da África do Sul continuava a não dar sinais de que estaria disposto a negociar uma alternativa política. O clima da guerra fria, por sua vez, favorecia essa estratégia, afinal, apesar de racista, o regime era contrário aos novos governos independentes da África que assumiram uma orientação socialista. A bipolarização

ajuda, portanto, a entender as alianças nem sempre explícitas com as potências e governos ocidentais, temerosos da expansão comunista pelo mundo. O próprio Brasil, à época, governado pelos militares, manteve uma política de parceria e controle do Atlântico Sul, com o regime sul-africano. Nesse cenário, o ANC e outras organizações de luta dos negros sul-africanos eram identificados como terroristas e por isso banidos de eventuais conversas com as potências ocidentais.

Devemos acrescentar ainda que os países do bloco capitalista mantinham estreitas relações comerciais e econômicas com a África do Sul, a maior economia do continente africano. Não se discutia, evidentemente, o quanto a pujança dessa economia fez-se a partir da exploração do trabalho dos sul-africanos negros, sempre submetidos a um regime desigual.

Na contramão desse cenário de apoios governamentais ao regime segregacionista sul-africano, o que, acima de tudo, impedia a concretização de medidas punitivas ao governo da África do Sul, surgem diversas manifestações culturais e políticas em socorro à causa dos negros sul-africanos. Podemos lembrar, por exemplo, dos boicotes esportivos, das canções e dos festivais de música, dos filmes sobre Steve Biko, das intervenções dos governos do campo socialista nos diferentes fóruns internacionais, de organizações internacionais de estudantes e dos posicionamentos individuais e coletivos de intelectuais e artistas de repercussão internacional.

A discussão do regime sul-africano e a luta contra o *apartheid* entram definitivamente na pauta internacional e passam a afetar o comportamento político interno de alguns países, especialmente os EUA. As organizações afro-americanas estadunidenses começam a pressionar o seu governo por uma atuação mais consistente junto ao governo sul-africano, a fim de que este avançasse com negociações visando o fim do regime segregacionista. Ao mesmo tempo, após uma série de filmes e músicas que rodaram o mundo falando sobre o assassinato de Steve Biko, as atenções internacionais passam a se concentrar na libertação de Nelson Mandela.

As sanções internacionais que começaram no esporte passam a alcançar outras áreas. Primeiro seria a negação de participação sul-africana em reuniões internacionais nas áreas da educação, da cultura e da regulamentação de leis trabalhistas, para finalmente, em meados dos anos 1980, chegarem à área econômica. O regime sente o golpe e passa a adotar medidas contraditórias. Primeiro permite uma ampliação de direitos para a população de origem asiática, mas em seguida proclama uma lei marcial, tentando num último suspiro conter as manifestações internas.

O fim do regime teria de aguardar a eleição de Frederik de Klerk, em 1989, ano da derrubada do muro de Berlim. O fim da Guerra Fria abriria uma porta definitiva para a solução da crise sul-africana. O regime segregacionista perdera uma de suas principais funções para as potências ocidentais: ser um braço de ferro contra a possibilidade de avanço do comunismo na África.

Ainda em 1989, a África do Sul participaria das negociações junto com os governos de Angola, Moçambique, EUA, Rússia, Cuba e Portugal, pelo fim das guerras civis nos dois primeiros, retirando seu apoio militar às guerrilhas que mantinham tais conflitos. Na sequência, viria a negociação para a independência da Namíbia e, finalmente, a libertação de Nelson Mandela. O governo de De Klerk ainda passaria por uma eleição, com voto exclusivamente da população branca, em 1992, para que sua estratégia de desmoronamento do *apartheid* fosse referendada.

Mil novecentos e noventa e quatro seria o ano das primeiras eleições livres da África do Sul. Nelson Mandela foi eleito e de imediato institui um governo de unidade nacional, com a participação do próprio De Klerk. Mandela passa a ser a garantia de que não ocorreria uma guerra de cunho racial. As tensões foram contidas pela imagem calma e quase indiscutível do homem que esteve preso mais de 27 anos e que saiu da cadeia para ser presidente do país, com um discurso conciliador, falando para todos os sul-africanos. A Comissão de Verdade e Reconciliação também contribuiu de forma decisiva para serenar os ânimos. Criada para investigar os crimes cometidos durante o *apartheid*, a comissão responsabilizou instituições e indivíduos, ajudando a reescrever a história do país.

Tabela 14.1: Mapa populacional da África do Sul (50 milhões de habitantes)

Negros	79,4%
Brancos	9,2%
Coloured	8,8%
Indianos ou asiáticos	2,6%

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica_do_Sul

Atende ao Objetivo 2

2. Em que medida a Guerra Fria servia aos interesses do regime do *apartheid* na África do Sul?

Resposta Comentada

O clima de tensão e disputa internacional, gerado pela Guerra Fria, favorecia a estratégia do governo racista sul-africano, permitindo seu posicionamento ao lado do bloco capitaneado pelos EUA. Afinal, o regime sul-africano era contrário aos novos governos independentes da África que assumiram uma orientação socialista. O próprio Brasil, à época, governado pelos militares, manteve uma política de parceria e controle do Atlântico Sul, com o regime sul-africano. Nesse

cenário, o ANC e outras organizações de luta dos negros sul-africanos eram identificados como terroristas e por isso banidos de eventuais conversas com as potências ocidentais. Além disso, os países do bloco capitalista mantinham estreitas relações comerciais e econômicas com a África do Sul, a maior economia do continente africano. Não se discutia, evidentemente, o quanto a pujança dessa economia fez-se a partir da exploração do trabalho dos sul-africanos negros, sempre submetidos a um regime desigual.

O caso extremo: o genocídio do Ruanda

O genocídio ocorrido no Ruanda entre abril e julho de 1994, vitimou mais de 800 mil pessoas, número superior a 10% da população total do país à época dos acontecimentos. O dantesco episódio fechou o século e o milênio, aumentando a incompreensão do mundo acerca do que se passava no continente, afinal as atrocidades no Ruanda somavam-se às ocorridas na Serra Leoa, em Angola, na Libéria e na República Democrática do Congo. No entanto, havia uma diferença fundamental. Apesar de em todos esses conflitos terem ocorrido assassinatos de civis, recrutamento forçado de crianças para as forças armadas e grupos guerrilheiros, e até mesmo séries de mutilações, como na Serra Leoa, no Ruanda os limites da guerra pareciam ter sido ultrapassados. Vizinhos mataram vizinhos, colegas de trabalho viraram executores, parentes cometeram assassinatos uns contra os outros.

É que não era mais uma guerra. O objetivo não era derrotar militarmente o seu oponente ou até mesmo expulsá-lo de determinada região. O objetivo era exterminá-lo. Acabar com os indivíduos que fossem identificados como pertencendo a um determinado grupo étnico.

Como explicar tal situação depois de quase 30 anos da independência do país? Talvez a resposta deva começar bem longe do continente africano, na velha Europa, recuperando o que já

sabemos sobre o extermínio de judeus, comunistas, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais, intelectuais poloneses e russos, soldados soviéticos, Testemunhas de Jeová e outras minorias pelas tropas nazistas na Segunda Guerra Mundial.

O Holocausto, para além de ter sido o início do "sistema de matança industrial do mundo moderno", como afirma o historiador Francisco Carlos Teixeira, foi também resultado de uma gigantesca operação de mobilização identitária, definindo os indivíduos escolhidos para levarem adiante a construção de uma nova sociedade, os indivíduos toleráveis e os nocivos, aqueles que deveriam ser exterminados.

Permanecendo na mesma Europa, encontraremos uma outra guerra, desta vez mais localizada, porém muito mais longa e bem mais recente. A guerra na antiga Iugoslávia, que durou de 1991 até 2001 e envolveu aspectos étnicos, religiosos e culturais que mais uma vez empurram nossa análise para o campo das identidades e sugerem uma maior proximidade ao que aconteceu no Ruanda.

O destaque aos dois casos europeus é importante por nos lembrar que os africanos não são os únicos capazes de perpetrar atrocidades e genocídios. Nem tampouco os europeus têm tal exclusividade. Poderíamos somar à nossa terrível lista os genocídios de curdos, timorenses e cambojanos, demonstrando a diversidade territorial que os assassinatos em massa compreendem. Os exemplos citados também permitem alertar para o fato de que o mundo não está livre de um novo genocídio. Por último, eles nos aproximam da ideia de participação total das sociedades envolvidas, ou seja, a intensidade dos conflitos e sua pretensão ao extermínio de um ou outro grupo inevitavelmente leva à participação de todos por um ou outro lado. Não é possível ausentar-se desse tipo de embate, afinal a não interferência é um apoio ao lado mais forte, aos assassinos.

E como foi possível essa participação popular num genocídio? Os trabalhos de historiadores e cientistas sociais sobre os massacres no Ruanda continuam a vir a público e a levantar novas questões

que auxiliam no entendimento dessa catástrofe, mas desde já podemos apresentar dois temas que permitem avançar na discussão: identidade e poder. Evidentemente, a existência desses dois fatores não constitui uma especificidade ruandense, tampouco a imbricação entre ambos é algo exclusivo daquele país. O que surpreende nesse caso é a capacidade que eles em conjunto tiveram de mobilizar parte significativa da população para praticar assassinatos.

A análise do genocídio fornecida pela imprensa internacional, ainda durante a realização das atrocidades, era de que se tratava de um caso exemplar de conflito étnico. Essa forma de abordagem tinha a peculiaridade de ao mencionar a expressão etnia transformar-se, quase que de forma automática, em algo definitivo e aparentemente inquestionável para explicar tudo o que aconteceu entre 6 de abril e 4 de julho de 1994, no Ruanda. O que faltou ser lembrado à época é que etnias existem em diferentes países e continentes, mas elas não são sinônimos de guerra e muito menos de extermínio, ou seja, falar em conflito étnico, por si só, não permite entender todo o problema, acima de tudo não explica como as pessoas mobilizaram-se para cometer assassinatos. É claro que o fator étnico foi fundamental para que muitos se posicionassem e pensassem como "nós" e "eles", mas o que levou milhares de pessoas a assassinarem pessoas próximas, pertencentes ao seu cotidiano?

A história pode nos auxiliar a entender esse processo. Antes da colonização alemã de finais do século XIX, o Ruanda era habitado por três grupos étnicos de origens distintas. Os hutus teriam chegado à região no final do primeiro milênio, numa das muitas levas da migração bantu da África ocidental em direção à oriental. Sua atividade agrícola iria expulsar em direção às áreas de floresta mais densa os mais antigos habitantes da região, os twa, também conhecidos de forma pejorativa como pigmeus e que eram coletores e caçadores. O último grupo africano a se estabelecer na região foram os tutsis, por volta do século XIV, oriundos de áreas mais ao norte do continente.

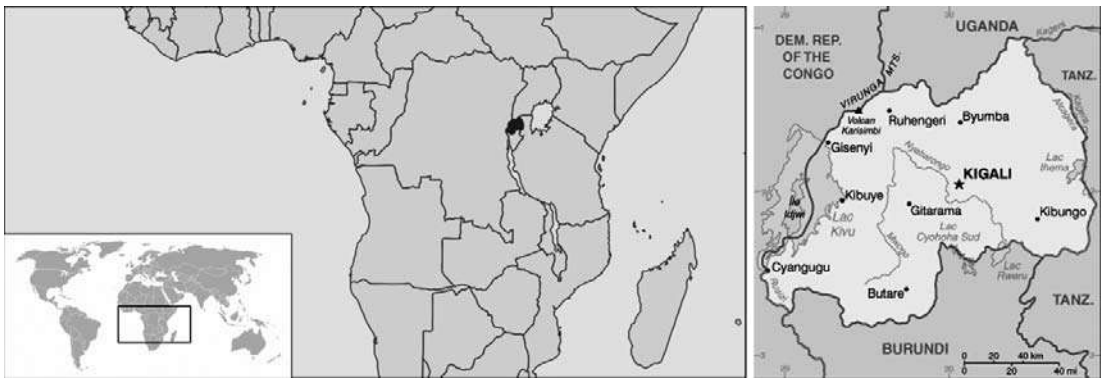


Figura 14.5: Mapas de Ruanda.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruanda

Mas por que esse nosso recuo até o tema do povoamento do território? Porque uma determinada versão dessa história da migração seria elaborada por lideranças hutus para compor a ideia de uma oposição étnica inconciliável em relação aos tutsis. Essa percepção de que estamos diante de um processo de construção de incompatibilidades é fundamental para o entendimento de como as manipulações identitárias foram acionadas por disputas pelo poder político e econômico. O que não quer dizer que não houvessem tensões no convívio entre hutus, tutsis e twa durante esses mais de cinco séculos de convivência no Ruanda. Todavia, apesar da hierarquização estabelecida entre os tutsis pastores e o hutus agricultores na construção do reino Banyarwanda, a interação, a troca e a vivência em comum também foram marcantes. Como não considerar que a língua bantu dos hutus tivesse sido adotada por tutsis e twa? Que aspectos da organização política tutsi espraiassem-se para os hutus? Ou ainda que ambos acabassem sentando lado a lado nos bancos das igrejas cristãs, em especial a católica? Em algumas regiões, a distinção entre hutus e tutsis acabaria ficando turva. Os excluídos em tempo integral acabariam sendo os componentes da minoria das minorias, os twa.

Ainda que seja impossível afirmar que o horizonte fosse de uma crescente harmonia entre hutus e tutsis, é importante reconhecer que a colonização alemã, de finais do século XIX até a Primeira

Guerra Mundial, e depois belga, a partir de fins da primeira grande guerra, contribuíram para o acirramento dos ânimos e o revigorar das rivalidades étnicas. Os colonizadores realizaram uma leitura da sociedade ruandesa no melhor estilo, "dividir para reinar", consolidando a posição dos tutsis como uma elite mais desenvolvida, capaz de exercer as funções administrativas, exigidas pela arquitetura colonial, e os hutus como trabalhadores da terra.

As interseções foram desvalorizadas e apostou-se na ideia de povos com origens e destinos diferentes, em favorecimento de parte da minoria tutsi, cerca de 20% da população, e em detrimento da maioria hutu, aproximadamente 78%. Mantinha-se o isolamento twa com os seus 2% de habitantes. Todos colonizados, mas curiosamente com expectativas diversas. Os tutsis, no exercício da vida colonial cotidiana, valorizaram essa ideia de povo nobre e enfatizaram as supostas diferenças físicas tão aos moldes europeus da época. Os tutsis passaram a ser os mais altos, com feições mais finas, mais magros e os mais inteligentes. A objetividade de uma vida menos miserável durante o colonialismo, que atingia uma parte dos tutsis, dava lugar a um essencialismo étnico, muito impulsionado por uma leitura bíblica, endossada pelos padres católicos, quanto à especificidade tutsi.

O próprio processo de independência nacional não colocaria um fim nas disputas entre lideranças políticas hutus e tutsis. Pelo contrário, a leitura étnica da sociedade ruandesa interessava a ambos os lados. Aos líderes tutsis, que pela familiaridade com o poder colonial esperavam ocupar os principais espaços do futuro país, confirmando a ideia mítica de povo mais desenvolvido. Aos líderes hutus, que ao se apresentarem como os defensores da maioria da população, acusavam o menosprezo tutsi e pleiteavam melhorias para o povo hutu explorado. Os partidos políticos espelhavam essa fissura e o primeiro embate de grandes proporções ocorre ainda antes da independência entre 1959 e 1961, quando 100 mil tutsis são massacrados e o antigo monarca tutsi é obrigado a fugir para o vizinho Burundi, também de maioria hutu, mas onde os tutsi não sofriam tal perseguição.

As eleições de setembro de 1961 dão a vitória ao Movimento Democrático Republicano (MDR), grupamento político que se apresentava acima de tudo como hutu e em julho de 1962 proclama a independência, sob a liderança de Grégoire Kayibanda. A lógica étnica manteria sua força no pós-independência. A parcela dos tutsis que tinham melhores empregos e salários em virtude da maior proximidade ao estado, às escolas, ao comércio e ao exército não era vista dessa forma, mas por um olhar étnico. Assim, para as lideranças políticas hutus ficou mais fácil afirmar que todo tutsi tivera vantagem na vida colonial e mantinha essas vantagens no pós-independência por que era tutsi.

O retorno, iniciado em 1963, dos tutsis que haviam fugido para os países vizinhos em 1961 foi visto como uma oportunidade pelas autoridades políticas para investirem na leitura étnica. Nessa lógica essencialista, os tutsis voltaram porque no Ruanda eram ricos, ao contrário do que ocorria em outras regiões. Como podemos ver, o lento fogo da explosão genocida de 1994 estava sendo alimentado conscientemente pelas lideranças hutus.

No entanto, o ofuscamento das lideranças tutsis e o controle do poder político pelos grupos hutus abriram caminho para uma dissidência no poder hutu, demonstrando de forma inequívoca, que a leitura exclusivamente étnica do Ruanda não dá conta de todas as disputas existentes. É assim que o general Juvenal Habyarimana, um hutu do norte, promove o golpe de 1973, acusando o presidente Kayibanda, um hutu do sul, de ter privilegiado os hutus da sua região. O general Habyarimana funda então o Movimento Nacional pela República Democrática (MNRD) e realiza eleições como candidato único até 1990, quando então acena com a possibilidade de um sistema multipartidário de fato.

A tensão entre hutus e tutsis não arrefeceu nesse período, mas o isolamento político interno da minoria e a existência de grandes comunidades de tutsis ruandenses nos países fronteiriços tendeu a regionalizar o conflito. Após novos adiamentos do presidente em efetivar as promessas de campanha, grupos tutsis, refugiados

no Uganda, enquadrados na Frente Patriótica Ruandense (FPR), promovem ações militares contra o exército do Ruanda. Tropas belgas são acionadas em apoio às forças governamentais e antes que um cessar-fogo fosse assinado em 1991, cerca de 2 mil civis tutsis foram assassinados no Ruanda. O acordo de paz com a FPR, incluindo a previsão da realização de eleições em 1995, seria assinado apenas em 1993.

Ainda que rarefeito, o sonho da paz desmorona-se em 6 de abril de 1994, quando o avião que transportava o presidente Habyarimana e seu homólogo do Burundi, Cyprien Ntaryamira, é abatido pouco antes de aterrar na capital ruandesa, Kigali. Imediatamente se estabelece a ideia de que o ataque fora perpetrado por tutsis e tem início uma caça aos indivíduos dessa etnia. A velocidade das ações foi a mais forte evidência de que havia um planejamento prévio. Entre 6 de abril e 4 de julho, foram executadas mais de 800 mil pessoas, muitas delas a golpes de facão e machadinhas por pessoas que aderiram a milícias paramilitares ou simplesmente temiam serem questionadas sobre seu comportamento reticente por estas. Curiosamente, parecia que ninguém havia reparado na compra de mais de 500 mil dessas machadinhas à China, no início do ano de 1994. Mais do que isso, o Ruanda havia se tornado o terceiro maior importador de armas na África, usando para isso recursos desviados dos programas de financiamento e ajuda internacional, implementados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. De fato, havia sinais mais do que evidentes que um plano estava em execução.

O incitamento à violência e o clima de tensão crescente eram mantidos pelas Rádio Mil Colinas e Rádio Ruanda, desde a assinatura do acordo de paz em 1993. As ofensas ao tutsis, chamados de baratas, eram recheadas de acusações aparentemente desconexas a respeito de sua origem hamítica, minimizando sua africanidade e, consequentemente, seu direito de viver no Ruanda. A ideia de extermínio estava ganhando seu formato final.

Os capacetes azuis da ONU chegam ao Ruanda ainda

em outubro de 1993, com o objetivo de resguardar o acordo de paz e imediatamente percebem a dificuldade da missão e a tensão existente. Mais do que isso, militares tutsis no vizinho Burundi promovem o assassinato do primeiro presidente eleito democraticamente, o hutu Melchior Ndadaye. Na sequência, mais de 50 mil pessoas são assassinadas, a maioria hutus, nos confrontos entre hutus e tutsis. A ação militar dos tutsis no Burundi seria utilizada no Ruanda pelos militares e políticos hutus como prova de que não se podia confiar nos tutsis e que eles pretendiam controlar toda a região e "escravizar" os hutus.

Os sinais do plano de extermínio sucedem-se. Chegam armas da França, Israel, Bélgica, Inglaterra e Egito, e passam às mãos dos militares hutus, com a desculpa que haviam sido compradas antes da assinatura do acordo de paz. Patrulhas militares, policiais e paramilitares fazem operações nas ruas e carimbam os bilhetes de identidade, diferenciando quem era hutu e quem era tutsi. Tais episódios seriam relatados pelo major-general Roméo Dallaire, comandante da força de paz da ONU, aos seus superiores em Nova Iorque. Seu pedido era pelo aumento do efetivo de capacetes azuis e por uma maior intervenção político-diplomática das grandes potências, a fim de parar a tensão crescente.

O assassinato do presidente colocou em marcha a última fase do plano. Intoxicados com a campanha antitutsi, temerosos da retaliação das forças militares e paramilitares, em especial a milícia Interahamwe, no caso de demonstrarem qualquer hesitação, milhares de hutus apresentam-se para a "função" cotidiana de executar tutsis e hutus reticentes ou oposicionistas ao genocídio. Mesmo religiosos participaram das ações ou atuaram como cúmplices dos assassinos, indicando lugares de refúgio. Também estariam entre as vítimas. Mais de 300 clérigos e freiras tutsis foram assassinados.

Evidentemente, não devemos cair na armadilha de pensar única e exclusivamente na manipulação dos políticos e militares hutus sobre as populações hutus indefesas e ingênuas que, sem alternativas, cederam ao apelo dos políticos e militares, e a essa

manipulação, assassinando parentes, amigos, vizinhos e desafetos. Toda a análise aqui apresentada foi no sentido de tentar demonstrar a construção do cenário de confronto, mas também a participação da população nesse processo e, sobretudo, no seu ato final, ou seja, devemos imputar a responsabilidade do ocorrido também ao executor e não apenas às lideranças. Como dito por um desses assassinos cotidianos, em depoimento ao jornalista francês Jean Hatzfeld, ele estava acostumado ao trabalho nos bananais e essa nova "função" era mais lucrativa. Matar tutsis e ficar com a pilhagem de suas coisas era mais certo do que depender da colheita. É preciso, portanto, unir a construção desse clima de confronto, a sua derivação para o extermínio, o temor da retaliação dada à não participação e o apoio popular para começarmos a entender o que se passou.

A comunidade internacional também precisa ser responsabilizada, em especial os governos belga e francês, pelas relações privilegiadas que mantiveram com o governo e os extremistas hutus do Ruanda nas décadas de 1980 e 1990. Os EUA pelo seu peso político e receio em agir de forma eficaz, barrando decisões importantes, dado o seu poder de veto, também precisa ser responsabilizado. E por último a própria ONU, que embaraçada pelas inúmeras autorizações necessárias, pela falta de recursos próprios e pela dificuldade operacional foi incapaz de fazer o mínimo possível para salvar o máximo de vidas.

Para piorar esse quadro, após o assassinato de 10 homens da força de paz, no dia seguinte ao início do massacre, as autoridades da ONU ordenam a saída do seu efetivo. O general Dallaire manteve cerca de 400 homens, sobretudo da Tunísia e do Gana, que ainda conseguiram salvar aproximadamente 25 mil pessoas. A retirada dos capacetes azuis, tão bem retratada em filmes como Hotel Ruanda, teve um efeito imediato de incentivo sobre as forças hutus. Era a evidência de que o mundo fechava os olhos ao genocídio.

Figura 14.6: A memória do genocídio.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_em_Ruanda

Os massacres empurram a FPR para o território ruandense. Sob a direção de Paul Kagame, os refugiados tutsis, que tinham iniciado uma primeira ofensiva em 1990, voltam ao ataque, desta vez melhor treinados, melhor equipados militarmente e contando com o apoio de tropas do Uganda. Avançam sobre o exército e as milícias do Ruanda. No caminho, barbaridades também foram cometidas contra a população hutu, ainda que numericamente não houvesse termo de comparação com as ações dos hutus, patrocinadas pelo estado. As forças da FPR conseguem alcançar a capital, Kigali, em 4 de julho de 1994, pondo fim ao genocídio, iniciado três meses antes. Temendo represálias, 2 milhões de hutus refugiam-se na vizinha República Democrática do Congo. Grande parte deles ainda permanece em campos de refugiados, mantendo uma espécie de bomba-relógio, sempre prestes a explodir na fronteira oeste do Ruanda.

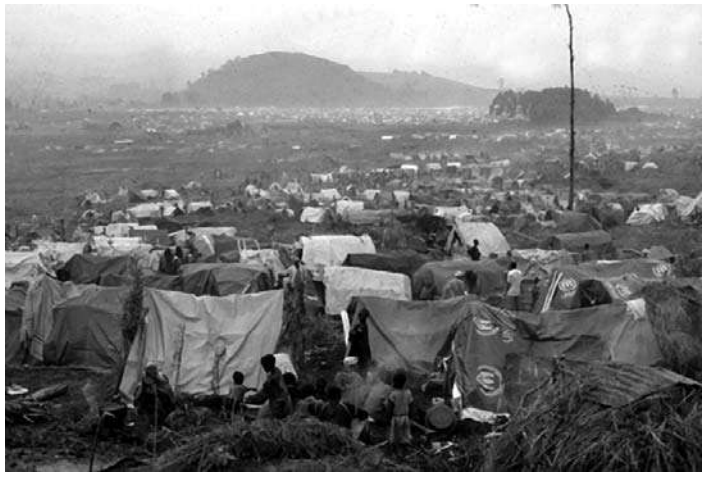


Figura 14.7: Campo de refugiados hutus (do Ruanda) no leste da República Democrática do Congo.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Rwandan_Genocide

A FPR, após a vitória militar, assume o controle do país. As eleições, ocorridas só em 2003, seriam vencidas por Kagame. Desde então, medidas de austeridade econômica e um apoio internacional mais intenso tem produzido sinais de melhora para a economia do país. Mas, evidentemente, as sequelas e as memórias do acontecido permanecem. O governo investiu em campanhas de conscientização, tentando evitar as vinganças pessoais e buscou dar garantias mínimas de segurança para os hutus que reconhecessem sua participação no genocídio. Os objetivos não foram totalmente alcançados, mas também não se desenhou um cenário de caça às bruxas.

Passado o pior, a comunidade internacional passou a agir mais rapidamente e, em novembro do mesmo ano de 1994, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, para julgar os responsáveis pelo genocídio. Até o ano de 2011, já foram julgados e condenados a penas de detenção, entre oito anos até a prisão perpétua, 32 dirigentes políticos, militares, clérigos, músicos e homens de negócio de destacada projeção na organização e execução do plano de morte.

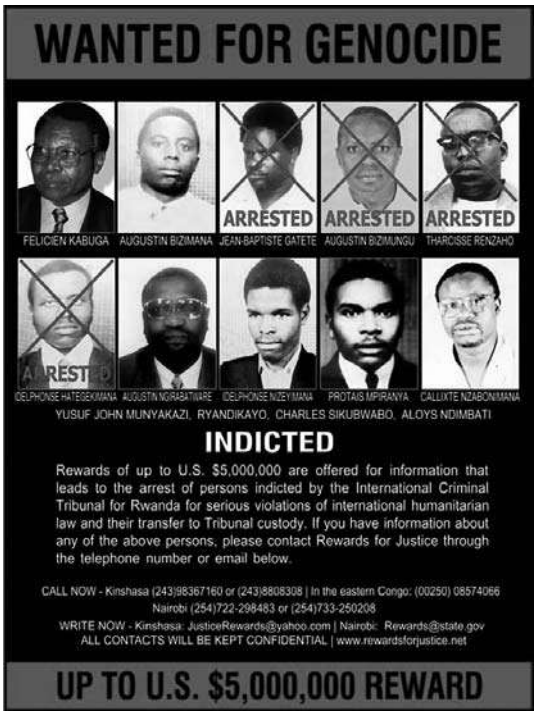

WANTED FOR GENOCIDE
ARRESTED
ARRESTED
ARRESTED
FELICIEN KABUGA
AUGUSTIN BIZIMANA
JEAN-BAPTISTE GATETE
AUGUSTIN BIZIMUNGU
THARCISSE RENZAHO
ARRESTED
IDELPHONSE HATEGEKIMANA
AUGUSTIN NGIRABATWARE
IDELPHONSE NIZEYIMANA
PROTAIS MPIRANYA
CALLIXTE NZABONIMANA
YUSUF JOHN MUNYAKAZI, RYANDIKAYO, CHARLES SIKUBWABO, ALOYS NDIMBATI
INDICTED
Rewards of up to U.S. $5,000,000 are offered for information that leads to the arrest of persons indicted by the International Criminal Tribunal for Rwanda for serious violations of international humanitarian law and their transfer to Tribunal custody. If you have information about any of the above persons, please contact Rewards for Justice through the telephone number or email below.
CALL NOW - Kinshasa (243)98367160 or (243)8808308 | In the eastern Congo: (00250) 08574066
Nairobi (254)722-298483 or (254)733-250208
WRITE NOW - Kinshasa: JusticeRewards@yahoo.com | Nairobi: Rewards@state.gov
ALL CONTACTS WILL BE KEPT CONFIDENTIAL | www.rewardsforjustice.net
UP TO U.S. $5,000,000 REWARD

Figura 14.8: Cartaz com fotos de indivíduos procurados pelo Tribunal Penal Internacional para o Ruanda.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_em_Ruanda

CONCLUSÃO

Os exemplos do genocídio do Ruanda e da Guerra do Biafra, na Nigéria, trabalhados ao longo da aula, alertam-nos em relação às explicações de caráter exclusivo e de certa forma imediatas, divulgadas pela imprensa internacional, que tendem a destacar tais embates como sendo de tipo étnico. Como os casos citados indicam, os diferentes processos de colonização, enfrentados por estes países, os insucessos dos projetos de desenvolvimento, as fissuras de caráter regional e religioso, as intervenções e os interesses internacionais, além das disputas pelo poder político, quase sempre precisam ser considerados como fatores intervenientes nas crises africanas do período pós-independência.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Tendo em consideração os casos da Guerra do Biafra e do genocídio do Ruanda, comente o questionamento realizado ao longo da aula acerca de uma explicação exclusivamente étnica para esses episódios.

Resposta Comentada

Nos dois casos, o fator explicativo mais recorrentemente destacado tem sido o da confrontação étnica. No entanto, como a aula tentou demonstrar, apesar da importância fundamental desse fator no entendimento, tanto da Guerra do Biafra quanto do genocídio do Ruanda, a existência por si só de etnias e do confronto entre elas não permite uma resposta quase automática de como a violência começou e prolongou-se. Os aspectos históricos, em especial as diferentes vivências coloniais que os diversos grupos africanos tiveram; a importância dos fatores econômicos, delimitando e direcionando as riquezas do pós-independência; os interesses internacionais, expressos tanto por estados como por empresas; as composições regionais e religiosas que por vezes as identidades étnicas encobrem. Todos esses elementos influenciam na composição de um quadro identitário de oposição entre "nós" e "eles", em linha de oposição a qualquer sentimento nacional.

Etnias existem em diferentes países e continentes, mas elas não são sinônimos de guerra e muito menos de extermínio, ou seja, falar em conflito étnico, por si só, não permite entender todo o problema, acima de tudo não explica como as pessoas mobilizaram-se para cometer assassinatos ou partirem para uma guerra. É claro que o fator étnico foi fundamental para que muitos nigerianos e ruandenses se posicionassem e se pensassem como"nós" e "eles", mas o que levou milhares de pessoas a assassinarem e outras milhares a serem assassinadas só poderemos entender se olharmos para a história dessas regiões, para a construção das identidades étnicas ao longo do tempo e para as disputas políticas travadas.

RESUMO

No pós-independência de grande parte dos países africanos, as elites políticas nacionais voltar-se-iam para os graves problemas internos e para as diferentes disputas pelo poder. Acreditava-se que, com o fim do colonialismo e da sangria econômica provocada por ele, as novas nações iriam crescer economicamente e dar conta das demandas pleiteadas pelas populações africanas nas mais diversas áreas. Todavia, os anos 1980 marcariam o fim dessas expectativas. As desilusões políticas seriam ainda mais prematuras em virtude dos sucessivos e inúmeros golpes de estado, e conflitos civis como foi o caso da Guerra do Biafra.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a guerra civil em Angola e a atual fase pós-conflito. O fenômeno da guerra esteve presente em diferentes países africanos, mas nessa ex-colônia portuguesa da África centro-ocidental assumiu uma maior duração, atravessando fases muito diferentes.

Aula 15

Estudo de caso: guerra civil e paz em Angola

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Apresentar os principais temas de ordem política e econômica na curta trajetória angolana, desde sua independência.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as diferentes fases do conflito angolano no período pós-independência;
2. avaliar as interações entre os fatores internos e externos no prolongamento da guerra e na sua extinção.

INTRODUÇÃO

A opção pelo estudo de Angola para encerrar o nosso curso de História da África e as aulas de temas contemporâneos no continente foi realizada em função de quatro fatores:

a) Dos conflitos ocorridos na África é sobre ele que certamente recebemos mais informações. É bem verdade que estas chegaram-nos de forma fragmentada, indireta (através das agências internacionais), tendenciosa e inconstante, mas na comparação com os demais conflitos ocorridos no continente foi o que mais atenção recebeu, quer do governo brasileiro, quer da sociedade brasileira.

b) É também um conflito que em diferentes momentos manteve contatos com o Brasil. Vale lembrar que no período da luta anticolonial (1961-1974), angolanos foram presos no Brasil, após o golpe de 1964, por pertencerem a organizações de perfil socialista que ambicionavam uma participação brasileira efetiva, na guerra pela independência angolana, tendo para isso compartilhado desejos e planos com organizações da esquerda brasileira. Outro momento de aproximação iria se dar nas décadas de 1980 e 1990, com a chegada de um número significativo de angolanos, refugiados da prolongada guerra civil, aos estados brasileiros, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo.

c) Trata-se da região, depois colônia e por fim país independente que conheceu muito mais o estado de guerra do que o de paz. Se não vejamos: a região de Congo Angola foi a principal fornecedora de escravos para o mundo atlântico, especialmente o Brasil, em função da regularidade e longevidade desse tráfico, e a maior parte desse processo de escravização era consequência de enfrentamentos entre africanos; as chamadas "guerras de pacificação", como foi visto na nossa Aula 12, estenderam-se do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, com algumas regiões alcançando os anos de 1940 e 1941; a guerra anticolonial iniciou-se em 1961 e só terminaria em 1974,

configurando-se como a mais longa guerra de independência do continente; e, por último, a guerra civil começou no seu imediato pós-independência, em 1975, e só terminou em 2002.

d) É um dos casos mais complexos da história recente da África. Sua luta de libertação envolveu diferentes conflitos: a oposição mais evidente de angolanos *versus* portugueses na luta pela independência ou por sua negação; angolanos *versus* angolanos, afinal, como vimos também na Aula 12, os três movimentos de libertação mais importantes lutavam contra o colonialismo português, mas também entre eles; angolanos que lutavam nos movimentos de libertação *versus* os que lutavam no exército colonial português, já que na fase final da luta pela independência mais de 50% das forças militares e paramilitares coloniais eram compostas por angolanos; envolveu também um conflito regional posicionando de um lado as forças portuguesas e os governos racistas da África do Sul e da Rodésia *versus* os países africanos já independentes da região austral do continente que apoiavam as diferentes forças guerrilheiras angolanas; e, por último, os reflexos do conflito global da Guerra Fria, polarizando em campos opostos os apoios de EUA e URSS. E muitos desses embates permaneceriam no pós-independência.

A independência e a permanência do estado de guerra

A independência de Angola, proclamada por seu primeiro presidente, Agostinho Neto, também presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no dia 11 de novembro de 1975, não terminou com as disputas militares. O novo país nasce com uma guerra já em andamento entre os três movimentos de libertação. O que mudou foi o nome do conflito. Deixou de ser uma guerra de libertação e passou a ser uma guerra civil.

Terminaram alguns dos conflitos mencionados. Este foi o caso da oposição entre angolanos e portugueses, bem como a existente

entre angolanos que lutavam pelos movimentos de libertação e os que lutavam pelo exército colonial. Sendo que os que lutavam pelo exército colonial foram em boa parte encampados pelos movimentos de libertação. Mas permaneceram outros, tais como, evidentemente, o que envolvia os próprios movimentos de libertação, ou ainda o de caráter regional com a África do Sul e a Rodésia, que passariam a apoiar, no caso do primeiro país, de forma decisiva para a manutenção da guerra civil a guerrilha da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e, como seria de imaginar, restou também a bipolarização entre EUA e URSS e os seus reflexos na nova guerra angolana.

No imediato pós-independência, tropas sul-africanas continuaram a ocupar o território sul de Angola em apoio à Unita, em uma curiosa aliança entre o governo do *apartheid* e um movimento que defendera, em seu início, ideias maoístas. Essa invasão militar sul-africana teve início meses antes da proclamação da independência de Angola, durante os embates entre os movimentos de libertação pelo controle da capital, Luanda. Ao norte, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) alinhou em sua tropa soldados do Zaire, com apoio financeiro estadunidense, armas chinesas e alguns mercenários, incluindo brasileiros, mas não conseguiu manter tal fôlego por muito tempo. Com o passar dos meses, o movimento de Holden Roberto foi perdendo capacidade de mobilização e deixou de ser um problema militar para o governo do MPLA.

O MPLA, por sua vez, recebeu o apoio de militares cubanos, que tiveram um papel fundamental nos confrontos iniciais que garantiram a proclamação da independência pelo movimento de Agostinho Neto. Essa cooperação cubana iria aumentar no terreno militar e expandir-se para outras áreas, como a saúde e a educação, em virtude da falta de quadros angolanos para darem conta do funcionamento do novo país e da sua pouca experiência para tal, mas também dada a crescente inserção de Angola no campo socialista. Técnicos do Leste Europeu também passaram a chegar ao país em grande número, com destaque, evidentemente, para os soviéticos.

As independências de Angola

No mesmo dia da proclamação da República Popular de Angola, pelo MPLA, em Luanda, a FNLA e a Unita proclamam a República Democrática de Angola, no Huambo (importante cidade do sul do país). Essa tentativa não surtiu o efeito desejado e o reconhecimento internacional foi dirigido para a independência capitaneada pelo MPLA.

A lógica da Guerra Fria continuou presente em Angola, incorporando atores regionais. É assim que o governo angolano, numa sobreposição quase total com o MPLA, contou com o apoio militar de Cuba e financeiro, político e logístico do bloco soviético, enquanto, do lado oposto, a guerrilha da Unita contou com o apoio no terreno das tropas sul-africanas e suporte financeiro, político e logístico dos EUA. Ou seja, apesar do enfraquecimento e subsequente desaparecimento da força militar da FNLA, o quadro da internacionalização da guerra, mais do que permanecer, intensificou-se.

A guerra ganhou contornos mais duros, nos anos 1980. A guerrilha da Unita avançou pelo interior do país, contando em certa medida com a crescente concentração do governo angolano nos espaços urbanos e a sua fragilidade para implementar políticas que dessem conta do meio rural. Isso franqueou também um espaço de recrutamento para a Unita, ainda que quase sempre forçado. O resultado é que parte significativa das populações rurais ficou à mercê dos embates entre os dois grupos militares.

A concentração das atenções do governo nas áreas urbanas dialogava com aspectos políticos, econômicos e sociais. Da mesma

forma que os demais Estados africanos, Angola tinha de enfrentar graves problemas nessas áreas. O caso angolano era ainda mais complexo, dada a existência da guerra. O conflito armado, travado no interior, levava ao deslocamento crescente de populações para as áreas urbanas, em especial à capital. O Estado, ao tentar atender às demandas que esse deslocamento gerava, buscava também enquadrar a população. Da mesma forma que os demais regimes africanos, a opção angolana foi a do partido único.

A tentativa de golpe de Estado, em 27 de maio de 1977, seria um alerta ao regime para a situação de descontentamento, associado a essa crescente urbanização. A reação da direção do Partido/Estado contaria com o apoio cubano, já que a dissidência partira das fileiras do próprio partido e seria marcada pela violência extrema, e, nos meses seguintes, pelo descontrole. Segmentos urbanos da juventude seriam fortemente atingidos, provocando ao mesmo tempo uma acomodação pela força e um crescente temor em relação às coisas do Estado e da política.

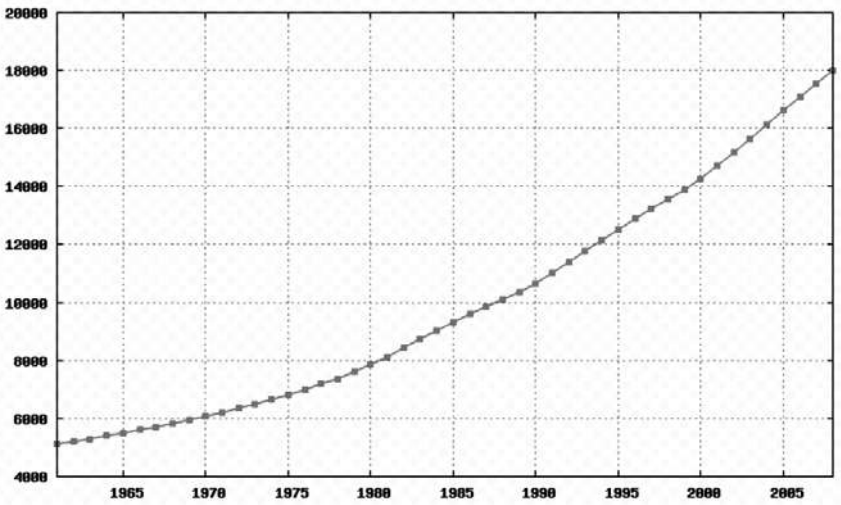


Figura 15.1: Gráfico com o crescimento populacional angolano.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angola_demography.png

O 27 de maio

A chamada tentativa de golpe de estado de 27 de maio tem sido alvo de uma nova produção de caráter testemunhal que tende a priorizar as críticas à atuação da cúpula do MPLA. Além dessa nova bibliografia, alguns antigos dirigentes confirmam em seus depoimentos a existência de terríveis excessos que acabariam resultando em verdadeiros massacres contra os dissidentes ou supostos dissidentes.

Na economia, o caminho socialista de Angola seria marcado pelas intervenções na produção e seus planos de metas, irrealistas, mas recorrentes. Passara a vigorar a economia planificada, seguindo o princípio de que a indústria transformadora levaria à "construção do socialismo". Na interação com a política, surgia o privilegiar do operariado e a crítica à pequena burguesia.

A estruturação do setor estatal da economia foi alicerçada por confiscos e nacionalizações, em muitos casos fruto tão somente do abandono das unidades pelos seus proprietários, tornados ex-colonos, temerosos com a independência, a guerra e o socialismo. Corrupção, falhas no dimensionamento das fábricas, gerando enormes dificuldades de gestão, incapacidade de absorção do custo desses investimentos, dificuldade de reparação e ampliação das infraestruturas, entre outros fatores, seriam fatais. Os resultados foram a escalada da corrupção, o surgimento do mercado paralelo, com fortes ligações com o comércio legal, ou seja, com o Estado, e a piora significativa das condições de vida da população, o que, por sua vez, iria demarcar um distanciamento crescente dessa população em relação à chamada nomenclatura do partido/Estado.

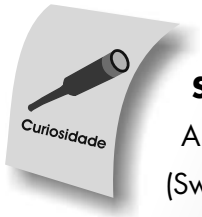
A especificidade da economia angolana, que ampliava sua produção de petróleo, não se faria sentir na intensidade desejada, nos anos 1980, pois no início e em meados dessa década ocorreriam significativas quedas no preço internacional do produto. Curiosamente, uma excêntrica lógica presidia a crescente participação da exploração do petróleo na economia angolana. A produção ficava ao encargo das petrolíferas estrangeiras, com destaque para as estadunidenses Chevron e Texaco, e a francesa Elf, proporcionando receitas crescentes ao Estado angolano, que, por sua vez, adotava uma economia planificada, de orientação socialista, enfrentando uma guerra civil, insuflada em grande parte pelos interesses ideológicos e políticos dos EUA. Em certa medida, o paradoxo dessa situação, mas também, indubitavelmente, a crescente crise econômica levaram a cúpula do Partido/Estado, do MPLA, a traçar novos rumos para o governo e, consequentemente, para o país.

A alteração na política econômica se inicia em meados dos anos 1980 com as primeiras reformas, tomando lugar em 1987, com o Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), quando se passa a discutir o tamanho e as intervenções do Estado e a buscar o investimento estrangeiro, abrindo espaço, em paralelo, à existência e à participação do empresariado nacional. Era o reconhecimento de que a estratégia adotada até então tinha resultado no oposto do pretendido, afinal as importações passaram a atender à demanda angolana, em especial no tocante à produção de alimentos. Esse, mais do que os outros setores da produção nacional, fora profundamente influenciado pela intensificação dos combates no interior do país.

Na perspectiva política e militar, também o final dos anos 1980 conheceria dois episódios que mudariam as estruturas do conflito. No plano interno, a batalha de Cuito Cuanavale, ocorrida entre fins de 1987 e início de 1988, no sul do país, demonstrou que as forças militares sul-africanas, que estiveram no terreno em apoio às tropas da Unita, não eram invencíveis. Para derrotá-las, o exército governamental de Angola, as Forças Armadas Populares

de Libertação de Angola (FAPLA), contou com o apoio decisivo da tropa cubana. No plano internacional, a ruptura do bloco soviético e, consequentemente, o derrubar da confrontação bipolar da Guerra Fria diminuíram a pressão externa sobre o contexto local.

A repercussão dos dois episódios para o palco de embates armados da África Austral seria imediata. No ano de 1988, intensificam-se os contatos para a articulação de uma solução pacífica, com a costura de um plano regional que buscaria dar conta do conflito angolano e dos demais casos que assolavam a região: Moçambique e Namíbia. Especificamente para o caso angolano, o plano de paz, que contaria com a participação inicial dos governos de Angola, Cuba, EUA e África do Sul, a pretensão era associar a retirada das tropas cubanas de Angola à retirada das tropas sul-africanas da Namíbia, antigo Sudoeste Africano.



Swapo

A South-West Africa People`s Organization (Swapo), criada em 1960 com o objetivo de conquistar a independência do então Sudoeste Africano, lançaria, em 1966, sua ofensiva guerrilheira contra as tropas sul-africanas que ocupavam o território desde a derrota da Alemanha, seu primeiro colonizador, na 1ª Guerra Mundial. A independência da Namíbia só seria conquistada em 1990, consagrando a vitória eleitoral da Swapo.

Um novo acordo, em maio de 1991, firmado na sequência do primeiro, estabeleceria um cessar-fogo entre o governo angolano e a Unita e a realização de eleições presidenciais e legislativas. Esse segundo acordo previa ainda uma série de etapas de desmilitarização e aproximação entre os dois lados que foram burladas de parte a

parte, com destaque para as diferentes artimanhas empregadas pela Unita, com o objetivo de manter o fundamental de suas tropas preparadas para um eventual ressurgimento do conflito. A estratégia do movimento de Jonas Savimbi em grande medida foi empreendida sob os olhos serenos da comunidade internacional, em especial das Nações Unidas, que, esgrimindo o argumento da falta de meios operacionais para tal acompanhamento, foi protelando a denúncia de forma categórica desse procedimento. Apesar de todas as falhas e desconfianças, o pleito ocorreu em 1992 e, ainda que tenham sido denunciadas fraudes pela Unita, a ONU reconheceu as eleições, como tendo sido livres e justas.

O sonho da paz em 1992

As previsões iniciais e a cobertura jornalística da imprensa internacional e angolana, ainda sob o efeito dos acordos de paz e do cessar-fogo, indicavam que a campanha seria marcada pela polarização entre o MPLA e a Unita. A expectativa do surgimento de uma terceira força, capaz de aglutinar os eleitores, cansados da guerra e também desconfiados da rápida transformação democrática por que passaram os dirigentes do MPLA e da Unita, não se confirmou. Vários foram os partidos criados nesse período de regularização da vida política, proporcionado pelos acordos de paz, no entanto, nenhum dos pequenos partidos conseguiu "decolar", o que se explicaria, entre outros motivos, pela falta de quadros e de recursos, quase todos concentrados nas duas grandes legendas.

Quanto às previsões propriamente eleitorais, elaboradas em fins de 1991, essas destacavam, invariavelmente, dois critérios de avaliação: o componente étnico e a ideia de desgaste do MPLA, em função dos muitos anos de governo. Ambos derivavam num grande favoritismo à Unita, o movimento de Jonas Savimbi. O critério étnico era favorável à Unita, pois segundo os frágeis dados estatísticos disponíveis sobre Angola, a população ovimbundo representava 35% do total, sendo a principal base de apoio ao movimento, enquanto os

mbundu compunham 25%, sendo o principal grupo de apoio ao MPLA. Portanto, o pressuposto dessa forma de encarar o país e as eleições era o da existência de um vínculo estreito, sem grande margem de erro, entre grupo étnico e partido político, entre identidade étnica e voto.

A outra variante constantemente destacada – a do desgaste do governo do MPLA – era reforçada pelo fracasso da administração, envolvida numa série de casos de corrupção e desmandos, e pelo resultado das eleições realizadas em outros países que recentemente tinham adotado o multipartidarismo. Este seria o caso da Zâmbia, em que a vitória do MMD (Movement for Multiparty Democracy) de Frederick Chiluba, ao derrotar a UNIP (United National Independence Party) de Kenneth Kaunda, em 1991, nas primeiras eleições multipartidárias do país, colocaria fim aos sucessivos mandatos que Kaunda exercera desde a independência, em 1964. Também a Argélia conheceria a derrota do partido no poder desde a independência, em 1962, a FLN (Front de Libération Nationale), que nas eleições legislativas de 1992 seria batida pela FIS (Front Islamique du Salut). Para o caso das ex-colônias portuguesas na África, surgem os exemplos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, que igualmente alimentariam o quadro geral de países em que os partidos de oposição saíram vencedores nas eleições de estreia do multipartidarismo.

Vale referir, também, que o reforço desses componentes de análise ocorrera em grande parte devido ao esvaziamento do debate ideológico, resultado da "guinada democrática" das lideranças dos dois principais partidos e, sobretudo, da aproximação entre suas propostas no terreno da economia. Os pronunciamentos oficiais por parte dos respectivos responsáveis com referência às questões econômicas e até mesmo sociais eram extremamente próximos. Ambos compartilhavam uma mesma visão, quanto ao caráter "milagroso" dos preceitos liberais, capazes de proporcionar uma "proliferação" dos recursos materiais para a população.

As campanhas daqueles que se posicionavam no campo da terceira via, ou seja, os partidos pequenos, desde o início demonstraram grande dificuldade em abrir espaço na mídia. Não

eram escutados nem se faziam escutar sobre aquela situação terrivelmente quente da política angolana. As acusações entre os dois principais rivais, MPLA e Unita, e a necessidade de pôr em pé e executar uma série de etapas que consolidassem a paz e assegurassem as eleições tomavam conta por completo do noticiário da TV (na época só havia a Televisão Popular de Angola), da Rádio Nacional, do Jornal de Angola e mesmo dos periódicos privados.

O MPLA profissionalizou sua campanha, escolhendo os serviços da empresa brasileira de assessoria de imprensa e propaganda Propeg e do Instituto de Pesquisas Sensus Mercado e Opinião. Ambos ajudaram no direcionamento da campanha para a ideia de que o partido e seu presidente seriam os melhores fiadores da manutenção da paz no momento pós-eleitoral, numa evidente demonstração de percepção quanto ao sentimento popular de saturação com a guerra. Acrescente-se a isso a estratégia de centralizar o marketing político na figura de José Eduardo dos Santos, o presidente da República e presidente do MPLA, capaz de demonstrar ponderação e simpatia, ainda mais quando comparado ao seu principal rival, Jonas Savimbi, presidente e candidato da Unita.

Outras importantes manobras de marketing do MPLA foram o aproveitamento da passagem do papa João Paulo II por Angola, quando se celebrou em simultâneo a transformação do antigo ateu José Eduardo dos Santos em homem de imagem cristã, impulsionador de uma aliança com a Igreja Católica; a ideia de que era preciso reunir a "grande família MPLA", abrindo as portas do partido a antigos dissidentes, alguns com peso local considerável, reforçando ao mesmo tempo o novo tom conciliador da legenda e de seu presidente; por último, a aproximação das chamadas chefias tradicionais, que deixaram de ser vistas como obstáculos às ações de Estado, passando a ser valorizadas como pontos de contato e mediação com as diferentes populações, ganhando em troca presentes, como rádios de pilha e bicicletas.

Esses fatos corroboram a ideia de uma maior diversificação de variáveis na campanha do MPLA, em contrapartida a um afunilamento da estratégia da Unita nos temas étnico, racial e militar.

A insistência de Jonas Savimbi, assessorado por uma empresa de marketing político estadunidense, que contava com técnicos sul-africanos, em jogar o jogo da etnicidade, ainda que com novas cores, seguia em sentido contrário à avaliação feita pelos que assessoravam o MPLA. O líder da Unita passaria também grande parte da campanha tocando na questão racial, ao enfatizar a defesa "em primeiro lugar dos angolanos", já que havia chegado a sua "hora" de fazer valer a luta pela "maioria negra do povo oprimido de Angola", numa crítica explícita ao fato de o MPLA contar com o apoio das minorias mestiça e branca.

A forma irônica das falas de Savimbi e sua capacidade de animar a plateia nos comícios com brincadeiras, em certa medida fascinavam os ouvintes e atraíam a atenção da população. O "bordão" de campanha da Unita mais repetido talvez tenha sido o famoso "calças novas em setembro", que aludia ao fato de que os eleitores que quisessem ter "calças novas" deveriam votar na Unita. Essas "brincadeiras" eram acompanhadas por severas críticas ao governo e cumpriam um papel importante na campanha de Savimbi, afinal os angolanos não estavam acostumados ao debate franco e à presença de tantas críticas ao governo. No entanto, em muitas ocasiões, o líder da Unita parecia exceder o tom, não conseguindo evitar o ar de desafio, de revanche, demonstrando o quanto, para ele, era inimaginável uma derrota, nas eleições de 29 e 30 de setembro.

O MPLA amplificaria as falas mais duras de Jonas Savimbi e traduziria tal agressividade em imagens que seriam usadas ao longo da campanha. Um bom exemplo desse uso pode ser visto no vídeo "Contradições de Jonas Savimbi – Angola, 1992", disponível no Youtube. Nesse vídeo, o MPLA apresenta oito contradições presentes nos discursos de Jonas Savimbi, com destaque para o quadro em que ele aparece afirmando que "a paz veio para ficar", para num segundo momento ser destacado o trecho de outro discurso em que ele ameaça: "Se me provocarem, isso vai ficar feio. Eu agora tenho um exército." A todo instante surge uma imagem fixa de Jonas Savimbi, fardado, com uma pistola à cintura, num movimento de

braço que fazia crer que ele iria pegar na arma. Essa imagem seria estampada em vários materiais de propaganda do MPLA, quase sempre acompanhada de uma outra em que aparecia José Eduardo dos Santos, trajando terno e gravata, com um olhar sereno, leve sorriso no rosto e algumas vezes acompanhado por uma pomba branca. A descrição pode parecer óbvia em demasia e muito mecânica, mas seu efeito em explicitar quem melhor poderia garantir a conquista da paz não deixa dúvida.

Os resultados finais das eleições presidenciais de 1992 consagrariam a José Eduardo dos Santos 49,57% dos votos, a Jonas Savimbi 40,07% e a Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano (PDA), o terceiro colocado, 2,16% dos votos nacionais. Quanto às eleições para o parlamento nacional, o MPLA faria 129 deputados, a Unita 70 e os demais partidos no máximo 3. Os números informavam também que o MPLA faria mais votos que o seu candidato a presidente. Os dados demonstravam ainda a distância entre os dois primeiros candidatos a presidente e o terceiro, reforçando a polarização observada na campanha eleitoral, mas indicavam também a necessidade de um 2° turno entre os dois principais candidatos. O que não iria acontecer, em função da contestação dos resultados pela Unita e o retorno à guerra.

Em função das votações obtidas, as análises dos resultados eleitorais de 1992 tendem a destacar, nem sempre de forma conjunta, três aspectos como os principais responsáveis pelas vitórias de José Eduardo dos Santos nas presidenciais e do MPLA nas legislativas: o fator étnico, o uso privilegiado da máquina administrativa e de propaganda do Estado por parte do MPLA e os inúmeros erros de Jonas Savimbi e seu partido, que teriam se transformado em "cabos eleitorais" do MPLA.

Os equívocos de Savimbi e seu partido já foram comentados ao longo da aula, o que de certa forma pode ser dito também em relação à utilização da máquina do Estado pelo MPLA. No entanto, sobre esse último item, valeria reforçar o bom proveito tirado pelo MPLA dessa sobreposição existente entre ele e o Estado angolano. Os recursos financeiros, ainda que escassos, acrescidos pela capacidade

de endividamento e os meios administrativos, mesmo que fragilizados pela longa guerra civil, seriam de extrema importância para fazer chegar a voz de José Eduardo dos Santos e do seu partido aos locais mais isolados do país. E chegariam chancelados pela marca do poder, ao mesmo tempo em que se apresentavam como os fiadores da paz.

Quanto ao resultado eleitoral e sua relação com o fator étnico, podemos observar o fenômeno por um ângulo que fortalece o vínculo entre partido político e grupo étnico, perceptível na votação expressiva da Unita nas províncias do centro-sul, região dos ovimbundos, como o Bié, onde o partido recebeu 76,9% dos votos válidos, enquanto Jonas Savimbi recebeu 83,9%. Por outro lado, também podemos analisar a relação entre voto e grupo étnico através de uma perspectiva diferente, pois quando olhamos para outra província da mesma região, Benguela, é possível verificar que Jonas Savimbi angariou 59,7% dos votos válidos, reduzindo bastante a casa dos 80%, enquanto seu partido alcançaria 53,5%. Esses números indicam que o voto étnico na Unita e no seu presidente perdeu fôlego numa área mais urbanizada, litorânea, com maior contato com a capital e com maior experiência de convívio entre diferentes grupos étnicos e também entre negros e não negros.

Ainda na discussão da eficácia da vinculação étnica para a análise do voto, um outro caso precisa ser lembrado. É o exemplo do Partido Renovador Social (PRS), que receberia um expressivo número de votos na região do grupo tchokwe, não por coincidência etnia dominante no partido. E aqui é preciso realçar também sua estratégia abertamente regional, já que não concorreu nas presidenciais.

O que nos interessa salientar é que, em diversos casos, como o dos tchokwe, como também nos números nacionais da Unita (40%), concentrados em grande parte nos ovimbundos, podemos observar o peso do voto étnico. Todavia, ao mesmo tempo, os números das localidades também informam os limites desse voto e até mesmo sua rejeição. É indiscutível que o voto no PRS foi surpreendente, mas ainda assim, na sua região, as Lundas, ele perderia para o MPLA. Na Lunda Norte, o MPLA ficaria com 65,5% dos votos válidos, o PRS com 15,7% e a Unita com 7,4%. Na Lunda Sul, esses dados

seriam de 53,8% para o MPLA, 32,8% para o PRS e apenas 3,8% dos votos válidos para a Unita.

Ou seja, o vínculo étnico parece ter um limite na sua transposição em voto. E isso foi fundamental para o MPLA, que recebeu um bom número de votos em todas as regiões. Afinal, tanto o partido quanto José Eduardo dos Santos, quando não foram os mais votados, foram os segundos, e essa segunda opção só ocorreu em 5 das 18 províncias no caso de José Eduardo dos Santos e em 4 para o MPLA. Essa votação, mais dispersa pelo território, pelas idades e pelas áreas urbanas, e rurais, em parte pode ser analisada como resultante da campanha, ao longo do ano de 1992. Votos que foram conquistados e que, no início da campanha, poderiam não ser calculados como possivelmente de apoio ao MPLA, nem de José Eduardo dos Santos.

No entanto, a referência aos limites do voto étnico não deve impedir a constatação de sua existência e força na eleição de 1992, em Angola. É indiscutível a supremacia dos votos da Unita no planalto central, leste e sudeste do país, confirmando a força do voto étnico. Lembremos, no entanto, que essa era também a principal área de atuação do partido de Jonas Savimbi no decorrer da campanha, até como resultado de sua leitura eleitoral, baseada no mapa étnico de Angola. Tal concentração de esforços sugere também uma outra variável mais difícil de ser entabulada e sobre a qual apenas podemos fazer menção. Esta diz respeito aos diferentes tipos de pressão exercida pelos militantes e militares sobre as populações para um direcionamento do voto.

Figura 15.2: Mapa político de Angola. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_map.png

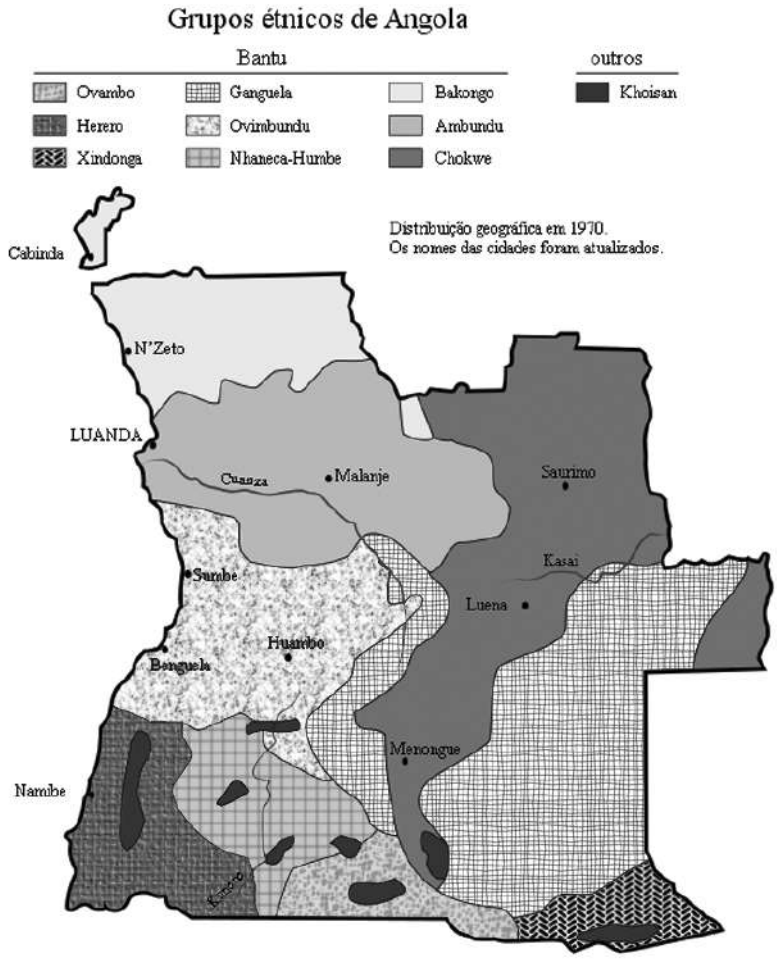


Figura 15.3: Mapa étnico de Angola.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg

Atende ao Objetivo 2

1. Comente a seguinte afirmação: o final dos anos 1980 conheceria dois episódios que mudariam as estruturas do conflito angolano.

Resposta Comentada

A batalha de Cuito Cuanavale demonstrou que as forças militares sul-africanas não eram invencíveis, abalando a aliança entre EUA e África do Sul, no seu apoio à guerrilha da Unita. Por outro lado, a queda do muro de Berlim marcou a ruptura do bloco soviético, dando fim à Guerra Fria e debilitando o apoio político internacional, estratégico e militar ao governo angolano. Os dois episódios constituiriam um ponto de inflexão da estrutura do conflito angolano, retirando o peso considerável dos componentes externos, ainda que os interesses internacionais permanecessem sobre a economia do país. A guerra angolana seria indiscutivelmente muito mais angolana, nos anos 1990.

O retorno à guerra, mas uma guerra diferente

Após o início da divulgação dos resultados parciais oficiais pelo Conselho Nacional Eleitoral, no dia 3 de outubro de 1992, apontando a vitória do candidato José Eduardo dos Santos e do MPLA, o líder da Unita, Jonas Savimbi, afirmou que não acreditava nos resultados divulgados até então e reforçou que "o MPLA não está a ganhar, o MPLA não pode ganhar". Seu discurso foi interpretado dentro e fora

de Angola como uma ameaça de retorno à guerra. A sequência dos acontecimentos não deixou dúvidas quanto à disposição da Unita em forçar uma outra negociação, desconsiderando as eleições.

No dia 5 de outubro, 11 generais procedentes da Unita abandonaram o exército unificado, as Forças Armadas Angolanas (FAA), criado uma semana antes, no dia 28 de setembro, um dia antes do início da votação. As FAA abrigavam militares, provenientes do exército governamental, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), e do exército da Unita, as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA). No dia seguinte, 6 de outubro, Jonas Savimbi abandonou a capital e seguiu em direção à cidade do Huambo, no planalto central, considerada um dos berços da Unita e onde tinha recebido a votação mais expressiva.

Os movimentos em direção ao confronto aberto sucederam-se. As visitas do secretário de estado adjunto para assuntos africanos dos EUA, Herman Cohen, e da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, Margaret Anstee, a Jonas Savimbi, com o intuito de convencê-lo a aceitar os resultados eleitorais naufragaram. No dia 13 de outubro, teve início uma série de ocupações de posições por parte das FALA em vários municípios espalhados pelo país; mesmo assim os resultados finais das eleições foram divulgados oficialmente, em 17 de outubro.

Os últimos dias do mês de outubro foram de movimentação de tropas da Unita, em Malange e nas cidades do planalto central; a guerra retornou de vez com todas as cores e muitas mortes no último dia do mês de outubro, com o início dos confrontos abertos, na cidade de Luanda. De fato, essa nova guerra não teve declaração oficial de início dos confrontos por qualquer uma das partes. Os ataques e contra-ataques sucederam-se entre desmentidos e reuniões para contorná-los. Jonas Savimbi continuaria desfiando suas acusações quanto à ocorrência de inúmeras fraudes nas eleições, enquanto as chancelarias internacionais e a ONU investiram numa sequência infindável de reuniões dentro e fora do território angolano, na tentativa de fazer o líder da Unita retomar o processo e participar do segundo turno.

Na busca por controlar as rédeas da cena política e lançar definitivamente a Unita e seu presidente na ilegalidade, o governo deu posse aos deputados eleitos para a Assembleia Nacional, no dia 26 de novembro, mesmo com a ausência dos 70 deputados eleitos pela Unita. No dia 4 de dezembro, foi empossado o novo governo. O tom dos discursos era de conciliação, chegando-se a afirmar a importância da participação da Unita na Assembleia e mesmo no executivo. Alguns deputados eleitos pela Unita aproveitaram esses acenos do governo ao longo do ano de 1993 para tomarem posse na Assembleia Nacional. Todavia, em paralelo a esses passos políticos, milhares de mortes acumulavam-se no país.

Várias iniciativas de paz, congregando os dois lados em confronto e observadores internacionais, tiveram lugar, ao longo do ano de 1993. Em outubro de 1994, foi estabelecida a assinatura dos acordos de Lusaka, entre o governo angolano e a Unita. Mas, mais uma vez, as esperanças foram frustradas e a guerra reativada. Antes da paz definitiva em 2002, outras tentativas de negociação ocorreram. A de maior envergadura teve lugar em abril de 1997 com a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), que abriu espaço no executivo para representantes de todos os partidos, incluindo a Unita, que assumiu alguns ministérios, além de preencher os 70 assentos correspondentes ao seu partido na Assembleia Nacional. Todavia, mais uma vez, a guerra foi retomada.

Vale destacar que a guerra pós-eleitoral apresentou novas características, como, por exemplo, o fato de que dessa vez, sobretudo numa primeira fase, de aproximadamente um ano, os conflitos foram em muitos casos urbanos, a começar pelo dia 31 de outubro de 1992 em Luanda. Passada a fase de Luanda, que durou alguns dias, sendo vencida por milícias pró-MPLA, apressadamente armadas, numa demonstração de que o governo cedera mais que a Unita na desmobilização de suas forças, novos confrontos tiveram lugar nas principais cidades do planalto central, em especial no Huambo, mas também no norte do país, como Caxito, Ndalatando, Mbanza Congo e Uíge.

Esses embates foram os responsáveis pelas imagens que rodaram o mundo, dando conta da destruição de inúmeras construções e das intensas trocas de tiro nas ruas de várias cidades angolanas, o que se explica pela presença da Unita nas áreas urbanas, durante todo o período pré-eleitoral. Ou seja, o breve período de paz e a liberdade de deslocamento, bem como a própria campanha eleitoral, proporcionaram a transferência de militantes e militares para as cidades, que com o reacender da guerra retomaram suas funções no exército da Unita.

Figura 15.4: Marcas da destruição da guerra pós-eleitoral no Huambo.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Building_with_Bullet-holes_in_Huambo,_Angola.jpg

Com o passar dos meses, as ações militares migraram para o interior do país e para zonas menos populosas, ainda que mais extensas territorialmente, fazendo com que a Unita chegasse a controlar mais de 60% da área total do país. O partido do Galo Negro, como era conhecida a Unita, em função da presença desse animal no centro da sua bandeira, via a nova guerra como uma

comprovação da sua capacidade e da justeza de suas acusações ao governo angolano. Quanto mais alternativas e contatos com as chancelarias internacionais eram oferecidos a Savimbi, mais ele consolidava a ideia de que a força de seu movimento estava nos seus homens, nas suas armas e no domínio da maior extensão possível de território. Sua lógica era de que um maior controle militar aumentava suas chances de uma negociação, em formato mais favorável do que aceitar a derrota eleitoral, ainda que num primeiro turno.

Outra característica da guerra pós-eleitoral foi o fim do elevado grau de participação externa. O governo não possuía mais o apoio cubano e soviético, nem a guerrilha garantiria por muito mais tempo o apoio sul-africano e estadunidense, em grande parte pelo fim da Guerra Fria, mas também pelas mudanças, ocorridas na África do Sul, que levariam à libertação de Nelson Mandela e sua eleição para a presidência do país na sequência. Ao mesmo tempo, isso significa dizer que a nova guerra será financiada pelos recursos internos angolanos, sob controle das duas forças político-militares. O governo contaria, sobretudo, com os recursos do petróleo e a Unita com os dividendos auferidos pelo controle de minas de diamantes no nordeste do país.

Assim como na fase pós-independência do conflito angolano (1975-1991), a fase pós-eleitoral (1992-2002) tem sido mais bem estudada no que diz respeito ao lado governamental do que no tocante ao movimento do Galo Negro. Os mecanismos de acumulação de riqueza, construídos pela Unita, sua rede financeira, seus contatos internacionais, suas garantias de pagamento, seus fornecedores de armas e demais materiais não foram ainda analisados em maior profundidade. Tal situação certamente decorre das dificuldades em se estudar um partido/exército com deslocamentos rápidos e frequentes por extensas faixas territoriais, agravadas pelas sucessivas condenações em fóruns internacionais, o que implicou a ilegalidade de muitas dessas operações, mas também dado ao inegável fechamento da Unita no que diz respeito a sua organização interna.

Os diamantes que financiavam a Unita saíam da região Nordeste do país, das províncias da Lunda Norte e Lunda Sul. Eram explorados por populações forçadas ao trabalho de exploração aluvial. Em julho de 1998, a ONU, por pressão do governo de Angola, mas também de agências internacionais, declara uma interdição internacional à compra de diamantes da Unita, o que se mostrou ineficaz, pois os canais do contrabando continuaram a funcionar. Só quando as grandes empresas compradoras de diamantes, como a De Beers sul-africana, concordaram em participar do boicote, por temerem o surgimento de uma campanha internacional de acusação e repulsa aos diamantes, é que a Unita passou a ter problemas para escoar sua produção.

As mudanças de governo nos dois Congos também prejudicaram a Unita. Duas importantes portas de acesso a armas, recursos e deslocamento de pessoal e tropas foram fechadas. Na República Democrática do Congo, desmorona o regime de Mobutu, em maio de 1997, surgindo em seu lugar Laurent Kabila, apoiado, entre outros, pelo governo de Angola. No vizinho Congo Brazzaville, fenômeno parecido ocorreria com o apoio das tropas angolanas ao antigo presidente Sassou-Nguesso, que dá um golpe no governo de Pascal Lissouba, também em 1997.

Isolada, a Unita investe na estratégia de aumentar a intensidade dos confrontos, provocando a fase mais cruel da guerra, impedindo até mesmo o auxílio de ajuda humanitária pelas agências internacionais. A ideia era conseguir, dessa forma, fazer a opinião publica internacional pressionar o governo angolano para dar um basta na guerra, abrindo as portas para uma nova negociação com a Unita.

A pressão internacional sobre o MPLA não veio, pois o petróleo continuava a jorrar. Pelo contrário, o que ficou evidente foi a incapacidade da Unita de manter o combate naquela intensidade, por muito mais tempo. O movimento começou a ter crises de abastecimento de combustível e depois de reposição de armas. A logística foi dando graves sinais de fadiga.

Foram mais 10 longos anos de guerra, finalizados em 2002, após o isolamento da Unita, no cenário internacional. Muitos países, até mesmo antigos aliados, demonstravam certo cansaço em relação às seguidas recusas por parte de Jonas Savimbi em participar efetivamente de novas negociações, ou então sua participação apenas para ganhar tempo, sem construir nenhum caminho confiável para uma solução negociada. A morte de Jonas Savimbi em combate contra as tropas governamentais, em fevereiro de 2002, seria seguida pelo acordo de paz de abril.

Finalmente a paz, mas não o fim dos problemas

Se o governo afirmava que a democracia seria uma consequência da paz, logo percebeu que também os questionamentos o seriam. Antes, durante a guerra, tudo ficava para depois, pois havia algo mais importante a ser executado. O fim do conflito armado acabaria por chamar a atenção dos angolanos para as limitações do governo. Com a paz, as demandas passam a ser maiores. É nesse novo cenário que crescem as inúmeras reivindicações, inclusive por eleições, e foram nesse novo contexto que se realizaram as eleições legislativas de setembro de 2008.

Figura 15.5: O déficit e a precariedade das habitações são grandes temas para a Angola atual.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Buildings_at_Rua_Cinco,_Huambo,_Angola.jpg

Entre as campanhas eleitorais, em 2008, a grande diferença estava no programa do MPLA, o partido governamental, tanto na parte técnica, quanto na parte do marketing propriamente dita, apresentando uma enxurrada de obras e conquistas e esgrimindo sua supremacia eleitoral, conquistada em 1992. Os partidos de oposição, entre eles a Unita, acusavam o governo de inúmeros desmandos e, sobretudo, relatavam casos de corrupção, mas o que mais cobravam era a ausência de apoio financeiro por parte desse mesmo governo, para levarem adiante seus projetos eleitorais.

Pouco se aprofundava no debate sobre as falhas do governo na condução de projetos para a melhoria de vida da população, menos ainda sobre que caminho os partidos de oposição pretendiam seguir para resolver, quando não minimizar, tais problemas. Sendo assim, o destaque acabaria se dirigindo para as ausências. Como em 1992, o embate ideológico não se fez presente e o discurso capitalista quanto à necessidade de liberar a economia das amarras ainda existentes esteve presente em todos os programas, incluindo o do MPLA.

As ausências mais evidentes, no entanto, foram o vínculo entre etnicidade e voto, e a ameaça de novo embate militar, o que sem dúvida causava grande surpresa aos que não acompanhavam a situação angolana mais de perto e que apenas estavam cobrindo as eleições a serviço de agências internacionais. Como poderia um país africano que viveu mais de 40 anos de guerra, se somarmos a colonial e a civil, viver um efetivo estado de paz, apenas 6 anos após a assinatura do último cessar-fogo?

Os números finais, ainda que uma vitória tranquila do MPLA fosse esperada, foram de causar espanto: MPLA, 81,64% (191 deputados); Unita 10,39% (16 deputados); PRS 3,17% (8 deputados); FNLA 1,11% (3 deputados) e a Nova Democracia 1,20% (2 deputados). Logo que a discussão foi sendo direcionada para o número de votos de cada partido, a imprensa internacional foi tirando as eleições angolanas do foco. Afinal, eleição que corre bem parece atrair menor atenção.

Para explicar os resultados do pleito, é importante considerar uma composição mínima de 4 fatores: o temor de uma vitória da Unita, a pulverização da oposição e do discurso oposicionista, o reconhecimento de avanços nas ações governamentais e, fundamentalmente, a entrada em campo da máquina governamental-partidária, que criou instâncias mobilizadoras, como os comitês de especialidades, que reuniam os jovens profissionais por áreas de formação. O voto contra a Unita, por sua vez, era uma confirmação do protesto pelo retorno à guerra em 1992.

Por fim, deve ser destacado o próprio ato eleitoral. Angola estava repleta de jornalistas estrangeiros, em grande parte influenciados pelos embates ocorridos no Quênia, em janeiro de 2008, fruto da contestação aos resultados eleitorais, ou ainda pelos conflitos pré-eleitorais no Zimbabwe, em julho do mesmo ano, com graves consequências para a população. Por tudo isso, havia certa expectativa de que Angola poderia enfrentar problemas. Felizmente, os angolanos surpreenderam mais uma vez.

Atende ao Objetivo 1

2. Aponte duas novas características da guerra civil angolana na sua fase pós-1992.

Resposta Comentada

A primeira e certamente a mais importante do ponto de vista da estrutura do conflito é a diminuição drástica dos atores internacionais como protagonistas dessa guerra. O fim da Guerra Fria gerou, no caso angolano, uma maior angolanização da guerra, no que diz respeito aos interesses envolvidos. Resultou também na angolanização total dos custos dessa guerra, que passaria a ser subsidiada com recursos do petróleo e dos diamantes, extraídos do solo angolano, por angolanos. A outra característica nova do conflito será a proliferação de embates urbanos, proporcionada pela presença da guerrilha da Unita nas grandes cidades, durante a campanha eleitoral de 1992. Essas ações urbanas forneceram imagens impressionantes da guerra angolana que rodaram o mundo e alertaram ainda mais a opinião pública internacional sobre o conflito.

CONCLUSÃO

Passados três anos das eleições de 2008, os problemas continuam. É grande o descompasso. De um lado, é possível ver uma economia crescente, explicitada na quantidade e diversidade de produtos, com especial destaque para os sofisticados modelos dos automóveis e as mansões cinematográficas, consequências das taxas de crescimento em torno de 15% na média dos últimos 7 anos, para um PIB de 80 bilhões de dólares, quando no último ano da guerra (2001) não ultrapassava os 9 bilhões. Esses números também explicam a quantidade de grandes obras em andamento. Todavia, os angolanos continuam a conviver com a ausência de transporte público, taxas de desemprego superiores a 35%, salários irrisórios na função pública e nos setores distantes do mundo do petróleo e dos bancos, e péssimas perspectivas no setor educacional.

No campo político, não há sinais de renovação na oposição ao governo. As críticas continuam incidindo sobre a falta de apoio financeiro governamental aos partidos oposicionistas. Ações mais concretas e questionamentos mais consistentes saem de pequenas organizações de moradores, confrontados com a especulação imobiliária, de agricultores em dificuldade para regularizar suas propriedades e vulneráveis a surpreendentes expropriações, ou, ainda, das pulverizadas demandas por aumento de salário. Curiosamente, muitas das respostas e das tentativas de organização desses desejos dispersos acabam saindo do campo político, sob influência do próprio MPLA. Angola surpreende, mais uma vez.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Comente as possíveis relações entre voto e etnia, nas eleições de 1992, em Angola.

Resposta Comentada

É comum nas coberturas da imprensa internacional sobre eleições ocorridas em países africanos o destaque ao peso do voto étnico. Nas eleições de 1992, em Angola, não seria diferente, sobretudo nas reportagens anteriores à votação. O resultado dessas eleições, no entanto, escapa a uma lógica exclusivamente étnica, ou de vinculação entre o voto e a identidade étnica. A votação, obtida por alguns partidos, indica e reforça a presença de tal vínculo, mas os números em outras regiões, por vezes do mesmo partido, dão outras cores a essa ligação, quando não a minimizam totalmente. Fatores como a urbanização, a expansão do português, a migração interna e a valorização da paz pesaram tanto quanto o voto de tipo étnico.

RESUMO

Angola nasce como país independente, enfrentando uma guerra civil que tinha a participação de militares de outros países, África do Sul e Cuba, em apoio a forças locais, respectivamente a guerrilha da Unita e o exército governamental. Definitivamente, não foi um parto tranquilo. A guerra aprofundou divisões regionais e fortaleceu as intervenções e os interesses internacionais, a tal ponto, que sua primeira tentativa de solução ocorre somente após o fim da Guerra Fria. No entanto, a guerra era entre angolanos e ainda que o peso dos fatores externos fosse grande, sua diminuição não foi capaz de trazer a paz duradoura. O conflito era angolano e só seria resolvido entre angolanos, infelizmente à custa de um prolongamento de mais 10 anos de guerra.

História da África

Referências

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (org.). *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

FALOLA, Toyin. *Entrevista*. Niterói: Tempo. n. 20, jan.-jun.2006.

HAMPATE-BÂ, Amadou. "A palavra, memória viva na África". In: *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 1973.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista a René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda, "ilha" crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. "História da África: para quê?". In: FRY, Peter e outros (org.). *Divisões perigosas*: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TRIAUD, Jean-Louis. "Uma nova Idade Média saeliana a partir das inscrições árabes da República do Mali. Resenha do livro Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg History, de Paulo Fernando de Moraes Farias (Oxford: Oxford University Press, 2003)". In: *Afro-Ásia*, n. 34, Salvador, 2006.

VANSINA, Jan. "África Equatorial e Angola: as migrações e o surgimentos dos primeiros Estados". In: *História Geral da África*. Volume 4. São Paulo: Ática/Unesco.

Aula 2

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. "La crisis africana: aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales". In: *New Left Review*, n.15, 2002.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (org.). *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

FALOLA, Toyin. *Entrevista*. Niterói: Tempo. n. 20, jan.-jun.2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

HAMPATE-BÂ, Amadou. "A palavra, memória viva na África". In: *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 1973.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista a René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LIMA, Ivaldo Marciano França. "O ensino de História da África no Brasil: caminhos e descaminhos de uma luta contra o racismo velado". In: *Revista Novas Idéias*, Recife, v. 1, n.1, p. 53-74, jan.-jun. 2008.

LOPES, Carlos. *Compasso de espera*: o fundamental e o acessório na crise africana. Lisboa: Afrontamento, 1997.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. A escravidão atlântica. In: CAMPOS, Adriana Pereira e SILVA, Gilvan Ventura. *O sistema escravista luso-brasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitória: GM Editora, 2011.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. "História da África: para quê?". In: FRY, Peter e outros (org.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Aula 3

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

HANSON, John. "Islam and african societies". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

ISICHEI, Elizabeth. *A history of african societies to 1870*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1997.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACAGNO, Lorenzo. *Outros muçulmanos*: Islão e narrativas coloniais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MAZRUI, Ali. *Os africanos*: uma tríplice herança. Documentário distribuído no Brasil pela TVE Brasil.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra*: história e civilizações. Tomo I. Lisboa: Vulgata, 2003.

OLIVER, Roland. *A experiência Africana*: da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ROBINSON, David. *Muslim societies in african history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Aula 4

COLLINS, Robert e BURNS, James. *A history of Sub-Saharan Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

HANSON, John. "Islam and african societies". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 1991.

LOPES, Carlos. *Compasso de espera*: o fundamental e o acessório na crise africana. Lisboa: Afrontamento, 1997.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra*: história e civilizações. Tomo I. Lisboa: Vulgata, 2003.

OLIVER, Roland. *A experiência africana*: da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ROBINSON, David. *Muslim societies in african history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TRIAUD, Jean-Louis. "Uma nova Idade Média saeliana a partir das inscrições árabes da República do Mali. Resenha do livro Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg History, de Paulo Fernando de Moraes Farias (Oxford: Oxford University Press, 2003)". In: *Afro-Ásia*, n. 34, Salvador, 2006.

Aula 5

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIRMINGHAN, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicações,1992.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COLLINS, Robert e BURNS, James. *A history of Sub-Saharan Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto. *A enxada e a lança*: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

FALOLA, Toyin e LAMPHEAR, John. "Aspects of early african history". In: MARTIN, Phylis e outros (org.). *Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Lisboa: Europa-América, 1991.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra*: história e civilizações. Tomo I. Lisboa: Vulgata, 2003.

OLIVER, Roland. *A experiência africana*: da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. "Para uma antropologia histórica do Kongo. Resenha do livro Le lignage contre l'État. Dinamique politique du Kongo du XVIéme siécle, de António Custódio Gonçalves (Lisboa: IICT/Universidade de Évora, 1985)". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 14 e 15, Lisboa: IICT, dez.1991.

VANSINA, Jan. "Equatorial Africa before the nineteenth century". In: VANSINA, Jan e outros. *African history*. From early times to independence. Londres e Nova York: Longman, 1994.

Aula 6

BIRMINGHAN, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicação, 1992.

FERREIRA, Roquinaldo. "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". In: *Afro-Ásia*, n. 21-22, Salvador, 1998-1999, p. 9-44.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe e GRINBERG, Keila. "As relações Brasil-África no contexto do Atlântico sul: escravidão, comércio e trocas culturais". In: BELUCCI, Beluce (org.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM/CCBB, 2003.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Aula 7

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

BIRMINGHAN, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicação, 1992.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo*. A África e a escravidão, 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

CURTO, José. *Álcool e escravos*. O comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental. Lisboa: Vulgata, 2002.

FAGE, J.D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FERREIRA, Roquinaldo. *Biografia, mobilidade e cultura atlântica*: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. Tempo, Rio de Janeiro, n. 20, jan.-jun. 2006, p. 33-59.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe e GRINBERG, Keila. "As relações Brasil-África no contexto do Atlântico Sul: escravidão, comércio e trocas culturais". In: BELUCCI, Beluce (org.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM/CCBB, 2003.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Aula 8

BIRMINGHAN, David. *A África Central até 1870*. Luanda: Empresa Nacional do Disco e de Publicação, 1992.

FERREIRA, Roquinaldo. "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". In: *Afro-Ásia*, n. 21-22, Salvador, 1998-1999, p. 9-44.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Aula 9

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África". In: *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MACKENZIE, J. *A partilha da África (1880-1900*). São Paulo: Ática, 1994.

MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporânea y el legado del colonialismo tardio. México: Siglo Ventiuno, 1998.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, Lisboa, jun./dez. 1984.

WESSELING, H. *Dividir para dominar*: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

Aula 10

BETHENCOURT, F. e K. CHAUDHURI (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. V – último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África". In: *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

LAWRANCE, Benjamin N.; OSBORN, Emily Lynn e ROBERTS, Richard L. (ed.) Intermediaries, interpreters and clerks. *African employees in the making of colonial Africa*. Wiscosin: The University of Wisconsin Press: 2006.

MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporânea y el legado del colonialismo tardio. México: Siglo Ventiuno, 1998.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, Lisboa, jun./dez. 1984.

Aula 11

BETHENCOURT, F. e K. CHAUDHURI (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. V – último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão de obra livre na África". In: *Além da escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILIFFE, John. *Os africanos*: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

LAWRANCE, Benjamin N.; OSBORN, Emily Lynn e ROBERTS, Richard L. (ed.) *Intermediaries, interpreters and clerks*. African employees in the making of colonial Africa. Wiscosin: The University of Wisconsin Press, 2006.

MANDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporânea y el legado del colonialismo tardio. México: Siglo Ventiuno, 1998.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 2, Lisboa, jun./dez. 1984.

Aula 12

ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE ANGOLA. *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica*. A imprensa escrita de Angola do séc. XIX. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1993.

ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO. *Lúcio Lara "Tchiweka"* – 80 anos – Imagens de um percurso. Luanda: Associação Tchiweka de Documentação (ATD), 2009.

BENDER, Gerald J. Angola. *Mito y Relidad de su Colonización*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

BETHENCOURT, F. e K. CHAUDHURI (dir.). *História da expansão portuguesa*, vol. V – último império e recentramento (1930-1998). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o "EME"*. Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1996.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

DIAS, Jill R. *Uma questão de identidade*: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. Revista Internacional de Estudos Africanos, n.° 1, Lisboa, janeiro-junho de 1984, p. 61-94.

PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure*. Nationalisme et Revoltes (1926-1961). Orgeval (França): Pelissier, 1978.

SILVA, Elisete Marques da. *O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial*. Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa, n.° 16 e 17, p. 103-130, 1992-1994.

Aula 13

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. In: http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf

BAYART, Jean François. *El estado en África*. La política del vientre. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1980. 2 Volumes.

BIRMINGHAM, David, MARTIN, Phyllis (Ed.). *History of Central Africa*: The contemporary years since 1960. Londres: Longman, 1998.

BOAHEN, A ADU (Coord.). *História Geral da África*. A África sob dominação colonial. São Paulo: Ática/Unesco, v. VII, 1991.

CHRISTIE, Iain. Samora. *Uma biografia*. Maputo: Ndjira, 1996.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ILIFFE, John. *Os africanos*. História dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa*. A revolução metropolitana e a dissolução do império. Mem Martins (Portugal): Inquérito, 1998.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.

MARTIN, Phyllis; O'MEARA, Patrick. *Africa*. Londres: James Currey, 1995.

SANTIAGO, Theo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

Aula 14

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. In: http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf

BAYART, Jean François. *El estado en África*. La política del vientre. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.

BITTENCOURT, Marcelo. Colonialismos, descolonizações e crises na África. In: *ComCiência*. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 97, http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=34&id=408.

COOPER, Frederick. *Africa since 1940*. The past of the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GOUREVITCH, Philip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias* – Histórias do Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HATZFELD, Jean. *Uma temporada de facções*. Relatos do genocídio em Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ILIFFE, John. *Os africanos*. História dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

LOPES, Carlos. *Compasso de espera*. O fundamental e o acessório na crise africana. Porto: Afrontamento, 1997.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito*. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.

MARTIN, Phyllis; O'MEARA, Patrick. *Africa*. Londres: James Currey, 1995.

TEIXEIRA, Francisco Carlos (org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ANSTEE, Margaret Joan. *Órfão da Guerra Fria*. Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93. Porto: Campo das Letras, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana*. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales. In: http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf

BAYART, Jean François. *El estado en África*. La política del vientre. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.

BIRMINGHAN, David. Angola. In: CHABAL, Patrick. *A history of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana, Indiana University Press: 2002. p. 137-184.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.

BITTENCOURT, Marcelo. Conflitos, identidades e voto em Angola. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo. *África passado e presente*: II Encontro de Estudos Africanos da UFF. Niterói: PPGH-História/UFF, 2010. pp. 174-186.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

CONCEIÇÃO NETO, Maria. *As fronteiras por dentro da nação*. Luanda: ADRA/CIDMA, 1992.

CORREIA, Pedro Pezarat. *Angola*. Do Alvor a Lusaka. Lisboa: Hugin, 1996.

FERREIRA, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, 1999.

HODGES, Tony. Angola. *Do afro-stalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais (Portugal): Principia, 2002.

MESSIANT, Christine. "Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia". In: VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de. *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, p. 131-161.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 1999.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *O MPLA perante si mesmo (1962-1977)*. Luanda: Nzila, 2001. 2 v.

VIDAL, Nuno. "Multipartidarismo em Angola". In: VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de. *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, pp. 11-57.

ISBN 978-85-7648-869-9

UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense

UERJ

Universidade Federal Fluminense

Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro

UNIRIO

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

GOVERNO DO
Rio de Janeiro
SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA